



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER, SOCIEDADE E AMBIENTE

ELTERN CAMPINA VALE

***“OPERÁRIOS! UNI-VOS!”: Experiência e formação de classe na Fábrica de
Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)***

Recife

2018

ELTERN CAMPINA VALE

“Operários! Uni-vos!”: Experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como um dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V149o Vale, Eltern Campina.
“Operários! Uni-vos!” : experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945) / Eltern Campina Vale. – 2018.
282 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Paraíba – História. 2. Indústria têxtil – Rio Tinto (PB). 3. Trabalhadores têxteis – Rio Tinto (PB). 4. Companhia de Tecidos Paulista. 5. Justiça do trabalho. 6. Partido Comunista. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-178)

ELTERN CAMPINA VALE

“Operários! Uni-vos!”: Experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como um dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em: 17/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Abreu e Lima (Membro titular interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Marcília Gama da Silva (Membro titular externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Membro titular externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (Membro titular externo) Universidade
Federal da Paraíba

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda (Suplente interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Juliana Alves de Andrade (Suplente externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Às mulheres orientadoras de minha trajetória: Christine Dabat, Adelaide Gonçalves e Socorro Rangel.

Aos meus pais, Israel e Carminha.

À Iúri, com quem aprendi a arte de amar.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta seção, se constitui enquanto espaço para registrar o rol de pessoas e instituições que foram fundamentais para esta tese. Este foi um processo longo, iniciado ainda na graduação e que culmina com a entrada no doutoramento, em 2014, onde aprofundi as diversas histórias sobre o processo de formação da classe operária na cidade-fábrica Rio Tinto. No entanto, é preciso dizer que me senti quando um beduíno atravessa um deserto. Por mais que permanecesse só neste trajeto, senti-me acompanhado de minha memória, que fazia com que diversas pessoas caminhassem ao meu lado nesta jornada diária.

Manifestar agradecimento, não é apenas protocolo obrigatório, mas, reconhecimento tácito de quem esteve nos acompanhando neste processo de produção, muitas vezes solitário. Neste imenso deserto que tive que atravessar, de partida carrego as lições de meu pai, o ourives com quem aprendi sobre o apego à política, a história, ao cinema, ao comunismo e a defesa as classes subalternas. E minha mãe, Assistente Social e servidora pública, com quem desde cedo me ensinou que a educação seria elemento condicionante para a transformação social. Com os dois, igualmente, fui impulsionado ao afeto pelos livros e pela leitura. Meus irmãos, Marcela e Moisés, obrigado por neste caminho, demonstrarem solidariedade e companheirismo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, onde ingressei e se tornou espaço fundamental na minha formação doutoral. Das disciplinas cursadas, dos debates, dos eventos capitaneados pelo PPGH e das trocas e lições intelectuais com diversos professores, sou grato a todos os docentes, especificamente a Suzana Cavani, George Cabral, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Luiz Momesso, estes dois últimos exímios leitores do Exame de Qualificação - do qual arguiu, igualmente, o Professor Samuel Carvalheira com orientações decisivas para diversas questões da Tese. Neste Programa, nada seria tão exequível do ponto de vista administrativo, do que o papel desempenhado pelas secretárias Sandra e Patrícia. Costumeiramente, estiveram presentes para resolverem quaisquer dúvidas requeridas. Ainda no PPGH, mantive relações fundamentais com meus colegas de turma: Elza, Artur, Anna, Camila, Bruna e Emanuel, todos aprendizes e orientandos de nossa instrutora intelectual, Christine.

Deste modo, registro em especial, agradecimento a minha orientadora Prof^a Dr^a Christine Dabat, que desde o início da orientação foi decisiva para o processo de pesquisa e escrita desta tese. Além disso, as disciplinas ministradas por ela e cursadas, provocaram em

mim novas leituras históricas-historiográficas sobre a Ásia e o Oriente se distanciando das leituras eurocêntricas. Christine, se constitui enquanto mais que orientadora e intelectual de enorme mérito e reconhecimento nos Mundos do Trabalho e sim uma amiga que com sensibilidade extrema, me ensinou os melhores caminhos a percorrer nesta jornada. Quiçá, o significado da palavra “obrigado” não contemple todo o meu sentimento de gratidão que a tenho ao final deste trabalho. Ao fim, registro que cada parte escrita, foi produzida sob imensa inspiração de suas lições em torno da disciplina História.

Adiciono meu obrigado a instituição do qual sou vinculado, a Universidade Federal de Alagoas e especificamente ao campus do Sertão, em Delmiro Gouveia. O apoio dos meus colegas do Curso de Licenciatura em História, foram fundamentais. Por isso, agradeço aos estímulos constantes de Carla Taciane, Aruã, José Vieira, Marcos Ricardo, Pedro Abelardo, Gustavo, Flávio e Sara. Aos diretores, acadêmico e geral do campus, Thiago e Agnaldo e as secretárias Mari e Jérsika que sempre se colocaram ao meu dispor em momentos importantes deste processo. Aos meus diversos alunos das disciplinas de Teoria da História I, História Moderna e Estágio Supervisionado, que costumeiramente perguntavam: “*Defende quando Professor?*”, meu obrigado pelo apoio.

Há vida além da Tese! Esta era a frase que mais escutava de alguns amigos extramuros acadêmicos, que constantemente me provocaram a “*desanuviar a cabeça com uma cervejinha*”: Gian, Breno, Liliane, Marília, Kryssia, Charles, Roberto, Andrea, Xú, Morgana e minha prima Samara. Alguns amigos de academia e de ofício, foram na mesma medida, impulsionadores e entusiastas deste trabalho: Osvaldo Maciel, Cícero Agra, Paula Rejane, Emanuella Lins, Isabel Pinto, Ana Beatriz, Tiago Bernardon e Felipe Ribeiro. Este último, com quem mantive diálogo nos encontros do GT Mundos do Trabalho, nos simpósios em que reuníamos pesquisadores de operários têxteis do Brasil. Nas variadas instituições em que pesquisei, tive a presteza e excelente recepção dos servidores que apontaram a trilha e busca documental, seja em Brasília, Paraíba (João Pessoa, Rio Tinto e Mamanguape) ou Pernambuco (Recife). Nos meses em que me desloquei semanalmente para a pesquisa nos arquivos da Paraíba, agradeço acolhida na residência de meus amigos Diego, Neide e Silvia – por tabela Lolita e suas infinitas histórias sobre os bastidores de seu ofício - pelos quais tornaram meus dias leves em João Pessoa.

Ao percorrer este deserto – a escrita deste trabalho – fui acompanhado de meu companheiro nestes últimos 4 anos: Iúri. Juntos, exercitamos cotidianamente que amor é

construção, dedicação e cessão. Saiba, igualmente, que aprendi muito sobre o mundo do trabalho com você. Contudo, nos últimos meses de conclusão deste trabalho, nos perdemos nas areias deste imenso e cruel deserto. Só temos agora nossa memória afetiva e aquela frase que ficava em um quadro do nosso quarto: *tudo que a gente precisa é de amor e um cachorro!* Citando uma poetisa que você tanto gosta, Elisa Lucinda, escrevo essas palavras de quem sente *uma saudade gorda!*. Aproveito e registro o carinho de quem considero minha segunda família em Recife: Maria Clara, Ênio e Ingrid que me ampararam e permaneceram também do meu lado neste caminhar.

Por fim, a conclusão desta Tese representa meu encontro e chegada ao oásis. Descanso sob a sombra e rememoro esta jornada relendo as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores da cidade-fábrica de Rio Tinto, que se tornaram protagonistas principais deste trabalho. Suas lutas por direitos, seus fortalecimentos de laços de solidariedades, suas derrotas e vitórias, auxiliaram na construção de um dos mais emblemáticos movimentos operários do Brasil. E em seguida sigo por outras paisagens e outros caminhos. E como diria Georges Duby, *a história continua.*

RESUMO

Esta tese de doutoramento estuda o processo de formação da classe operária na Fábrica de Tecidos Rio Tinto, na Paraíba, entre 1924 a 1945. Pertencente ao patrimônio indústria têxtil da família Lundgren, esta tecelagem era filial da Companhia de Tecidos Paulista, sua matriz em Pernambuco. Construída entre 1917 e 1924, a cidade-fábrica logo se constituiu enquanto espaço de forte atuação operária, nas suas diversas categorias. A partir do início dos anos 1930, em específico, incrementado na organização do Sindicato Têxtil, em 1932, os trabalhadores logo se organizaram na luta contra o patrão, na luta por direitos. No contexto dos primeiros Decretos Trabalhistas do Governo Getúlio Vargas até a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, o movimento operário confrontou a direção da tecelagem para o seu cumprimento. Portanto, fazer cumprir os decretos e requerer melhores condições de vida e trabalho (em especial, numa fábrica com considerado número de acidentes), estava na agenda de luta dos trabalhadores, importante para o processo de consciência de classe. A atuação do Partido Comunista, com a criação da “Célula Rio Tinto” em fins de 1932, inseriu o movimento operário da cidade-fábrica, nos planos de ação dos comunistas do eixo Pernambuco-Paraíba. Assim, a criação e publicação de jornais por operários de Rio Tinto, bem como a circulação de outras folhas similares, estavam inserido enquanto instrumento classista reivindicatório, no contraponto a imprensa oficial. A conjuntura final, entre 1937 a 1945, encontra uma classe operária com identidades e interesses em comum, na luta contra o patrão. Neste período, seus laços de solidariedade são fortalecidos, busca-se a justiça no requerimento de direitos e com a recriação do Sindicato Têxtil em 1943, a disputa pelo seu controle é vista. Soma-se a este contexto, o tensionamento das relações entre operários brasileiros e técnicos alemães ao fim da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a partir de amplo material documental, reescrevemos e retiramos do silenciamento as experiências destes trabalhadores e trabalhadoras da cidade-fábrica Rio Tinto.

Palavras-chave: Rio Tinto – Paraíba. Trabalhadores Têxteis. Decretos Trabalhistas. Partido Comunista.

ABSTRACT

This doctoral thesis studies the process of formation of the working class in the Rio Tinto Fabric Factory, in Paraíba, between 1924 and 1945. It belongs to the Lundgren family textile industry, this weaving was a subsidiary of Companhia de Tecidos Paulista, its headquarters in Pernambuco. Built between 1917 and 1924, the city-factory soon became a space of strong work performance, in its various categories. From the beginning of the 1930s, in special, increased in the organization of the Textile Trade Union in 1932, the workers soon organized themselves in the fight against the boss, in the fight for rights. In the context of the first Getúlio Vargas Government Labor Decrees until the enactment of the Consolidation of Labor Laws in 1943, the labor movement confronted the direction of the weaving industry in order to comply. Therefore, enforcing the decrees and requiring better living and working conditions (especially in a factory with a number of accidents) was on the workers' agenda, which is important for the process of class consciousness. The work of the Communist Party, with the creation of the "Rio Tinto Cell" at the end of 1932, inserted the workers' movement of the factory-city in the communist action plans of the Pernambuco-Paraíba axis. Thus, the creation and publication of newspapers by Rio Tinto workers, as well as the circulation of other similar sheets, were inserted as a classifying instrument, in opposition to the official press. The final conjuncture, between 1937 and 1945, found a working class with identities and interests in common, in the struggle against the boss. In this period, their ties of solidarity are strengthened, justice is sought in the application of rights and with the re-creation of the Textile Trade Union in 1943, the dispute for their control is seen. It is added to this context, the tension of the relations between Brazilian workers and German technicians at the end of World War II. Therefore, from extensive documentary material, we rewrote and removed from the silencing the experiences of these workers in Rio Tinto.

Keywords: Rio Tinto – Paraíba. Textile Workers. Labor Decrees. Communist Party.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	<i>Cais da Lingüeta</i> , Recife, início do século XX.....	42
Fotografia 2-	Notícia em <i>A Província</i> sobre o atentado ocorrido com Herman Lundgren.....	47
Fotografia 3 –	Mapa de Rio Tinto e região.....	74
Fotografia 4 –	Mapa da cidade-fábrica.....	75
Fotografia 5 –	Mapa com ruas da vila operária.....	76
Fotografia 6 –	Cópia da Ata de fundação do Sindicato Têxtil em 1932.....	78
Fotografia 7 –	Prontuário individual de Manoel da Rocha Filho.....	81
Fotografia 8 -	Carta escrita por Manoel Rocha, relatando seu processo de demissão.....	84
Fotografia 9 –	Documento inserido no Prontuário Individual de Antônio Sales.....	90
Fotografia 10 –	Panfleto de divulgação aos trabalhadores, da fundação da União Geral dos Trabalhadores da Paraíba.....	92
Fotografia 11 -	Lista de operários sindicalizados da Fábrica Rio Tinto, enviado à <i>União Geral</i>	95
Fotografia 12 –	Capa do <i>Norte Proletário</i> , Recife, 02 de fevereiro de 1932.....	106
Fotografia 13 –	Capa de <i>A Voz Operária</i> , João Pessoa, 08 de novembro de 1931.....	110
Fotografia 14 –	Capa de <i>O Fanal</i> , Rio Tinto, 10 de agosto de 1930.....	112
Fotografia 15 –	Cartão de apresentação do <i>Jornal dos Operários</i>	114
Fotografia 16 -	Carta do operário Manoel Rocha, publicada <i>Jornal dos Operários</i> , Mamanguape, 30 de abril de 1932.....	116
Fotografia 17 –	Ficha de registro policial do operário Luiz Gomes da Silva.....	132
Fotografia 18 –	Panfleto do Partido Comunista de 1933.....	134
Fotografia 19 –	Panfleto da <i>Comissão de Agitação e Propaganda Regional</i>	137
Fotografia 20 –	Trabalhadoras de Rio Tinto no 01 de maio de 1943, em João Pessoa.....	176
Fotografia 21 –	Foto de Jovino Nascimento, presidente do Sindicato Têxtil em 1949.....	184
Fotografia 22 –	Reunião do Partido Nazista de Pernambuco.....	198
Fotografia 23 –	Denúncia anônima sobre os Lundgren.....	215
Fotografia 24 –	Lista de estrangeiros que trabalhavam na tecelagem Rio em 1942.....	218
Fotografia 25 -	Ficha de Identificação da judia alemã, Hildegard Markus.....	220

Fotografia 26 - Foto da concentração na capital paraibana em favor da decretação do Estado de Guerra.....	225
Fotografia 27 - Registro do Palacete no episódio do “Quebra-Quebra”	231
Fotografia 28 - Registro do Diário de Pernambuco, sobre o “Quebra-Quebra”	232

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA OPERÁRIA DA CIDADE-FÁBRICA RIO TINTO.	14
1.1	RIO TINTO: DIÁLOGOS E CONTRIBUTOS HISTORIOGRÁFICOS.	16
1.2	MEDIAÇÕES TEÓRICAS COM A HISTÓRIA SOCIAL DE MATRIZ ANGLO-SAXÃ.	28
1.3	METODOLOGIA E FONTES PARA O ESTUDO DA CLASSE OPERÁRIA RIOTINTENSE.	33
2	COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA – FÁBRICA RIO TINTO: INDUSTRIALIZAÇÃO, TRABALHO E COTIDIANO NA PARAÍBA DO NORTE (1917-1945)	41
2.1	HERMAN THEODOR, A FAMÍLIA LUNDGREN E SEUS EMPREENDIMENTOS NO NORTE DO BRASIL (1860-1907)	41
2.2	DOS POTIGUARAS AOS LUNDGREN, <i>DAS TERRAS DA PREGUIÇA À RIO TINTO: UM SOPRO DE PROGRESSO?</i>	49
2.3	“UMA CIDADE MODERNÍSSIMA, COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DA CIVILIZAÇÃO”: A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO NA IMPRENSA.	58
2.4	OS TRABALHADORES NA VIDA EXTRAMUROS: CRIMINALIDADE E SOCIABILIDADE NA VILA OPERÁRIA EM RIO TINTO.	63
3	RIO TINTO OPERÁRIO: PROTAGONISMO, CONSCIÊNCIA E O “FAZER-SE” CLASSE NA LUTA POR DIREITOS (1931-1937).	78
3.1	“ <i>OPERÁRIOS, UNI-VOS! SYNDICALIZAI-VOS!</i> ”: DECRETOS TRABALHISTAS E FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS TÊXTEIS.	78
3.1.1	“E viva o Decreto 19.770 que é a salvação da classe operária”: O processo de luta em torno do sindicato têxtil.....	80
3.1.2	“União geral dos trabalhadores da Paraíba do Norte”: Articulações e solidariedade classista.....	91
3.2	IMPRENSA OPERÁRIA: REIVINDICAÇÃO PELA PALAVRA NO MUNDO DO TRABALHO.	103
3.2.1	“ <i>Em defesa dos interesses da classe trabalhadora</i> ”: A imprensa operária na Paraíba e em Rio Tinto.....	107
3.3	“ <i>OS PERIGOSOS AGITADORES COMUNISTAS</i> ”: A “ <i>CÉLULA RIO TINTO</i> ”, O PARTIDO COMUNISTA E A REPRESSÃO DO D.O.P.S. NA CIDADE-FÁBRICA.	

.....	124
3.3.1 A “Célula Rio Tinto”: Da ação à repressão do DOPS.	126
4 A (RE)ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NO ESTADO NOVO: RESISTÊNCIAS E (RE)ARTICULAÇÕES POR DIREITOS. (1937-1945).	140
4.1 A CLASSE OPERÁRIA NA JUSTIÇA: ACIDENTES DE TRABALHO NUMA TECELAGEM NADA EXEMPLAR.....	140
4.1.2 As perigosas máquinas da tecelagem: As histórias de trabalhadores e trabalhadoras a partir dos acidentes de trabalho.....	149
4.2 “EU SOU O SINDICATO!”: A LUTA OPERÁRIA NA “BASTILHA DOS LUNDGREN” POR UM SINDICATO TÊXTIL COMBATIVO.....	170
4.2.1 Entre Argemiro de Figueirêdo e Ruy Carneiro: Trabalhadores, Sindicatos e Interventorias na Paraíba.....	170
4.2.2 A conjuntura pré-1943: Resistência e rearticulação da militância comunista em Rio Tinto.....	176
4.2.3 Entre Apolônio Sales e Jovino Nascimento: Lundgren e trabalhadores na disputa pelo controle do sindicato têxtil.....	181
4.3 “É POR ISSO QUE DIZEM QUE RIO TINTO É UM PEDAÇO DA ALEMANHA”: RELAÇÕES E CONFLITOS ENTRE OPERÁRIOS BRASILEIROS E TÉCNICOS ALEMÃES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	195
4.3.1 Os Lundgren e os imigrantes alemães em Rio Tinto: Da indiferença a suspeição.....	196
4.3.2 Vigilância, espionagem alemã e desdobramentos da guerra na Paraíba e em RioTinto.....	201
4.3.3 O <i>quebra-quebra</i> de agosto de 1945: As tensões entre técnicos alemães e operários brasileiros.....	227
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS.....	236

APÊNDICE A – FONTES	253
----------------------------------	------------

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS DA CIDADE-FÁBRICA RIO TINTO: 2018	262
---	------------

1 INTRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA OPERÁRIA DA CIDADE-FÁBRICA RIOTINTO

Em 13 de março de 1929, o jornal *Diário de Nacional* de São Paulo publicava uma série de relatos sobre a viagem do escritor Mário de Andrade ao norte do Brasil. Nestes, seus registros e impressões sobre a Paraíba, e em específico, sobre Mamanguape e Rio Tinto. Mário de Andrade, a quem nomeia sua coluna de “Turista Aprendiz” impressiona-se ao visitar Rio Tinto e sua tecelagem: uma “*cidadezinha danada de progressista*”. Adiante em tom de ironia, interpretada como crítica direta “*aos manos Lundgren*”, revela que a contagem do tempo de trabalho era realizada de forma diferente: “*Me contaram as más línguas, que os relógios dessa fábrica são tão capitalistas que apressam e atrasam inconscientemente, fazendo as 8 horas diárias aos trabalhadores se espicharem para nove, nove e tanto...não sei se é calúnia.*”¹

De fato, não seria a primeira vez que a cidade-fábrica apareceria nas páginas de jornais, além do eixo Paraíba-Pernambuco. Desde o início do projeto e idealização da construção de uma tecelagem no Vale do Mamanguape, a imprensa brasileira, vez ou outra, publicava notícias sobre a cidade-indústria. Grande parte disto é devido a influência econômica que a família Lundgren e sua rede de comércio e indústrias possuíam para além do Norte.

Meu caminhar pelo mundo do trabalho na tecelagem Tecidos Rio Tinto, principiou ainda na graduação em História², passando pela pesquisa que originou a Dissertação de Mestrado³ sobre a atuação operária nos anos 1959 até 1964, com a desarticulação e consequente repressão do Golpe Civil-Militar. Foi precisamente nas entrevistas e no convívio diário com ex-trabalhadores da fábrica que percebi certa tradição de lutas predecessoras da geração dos anos 1950 e 1960. Os trabalhadores da primeira geração organizados na luta por direitos, eram mencionados nestas memórias como os que “*enfrentaram o poderio dos Lundgren na cidade*”.

¹ ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz**. In: *Diário Nacional* – São Paulo. Quarta-feira, 13 de março de 1929. Ano II, n. 519, p. 7. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – RJ.

² VALE, Eltern Campina. **Uma História que falta contar: A cidade-fábrica Rio Tinto, narrada nos livros didáticos de História da Paraíba – Problemas e propostas para a sala de aula**. Monografia de Licenciatura em História. Departamento de História e Geografia – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, PB. 2004, 47 f.

³ VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto(Paraíba,1959-1964)**. Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE)2008. Orientação: Profª. Drª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira, 225 f. .

Ao longo dos anos posteriores à defesa da dissertação, fui investigando e buscando novas documentações sobre essas primeiras experiências históricas.

Portanto, a pesquisa de material documental deu-se em torno de um novo tema e recorte temporal, com seus diversos marcos: o processo de formação e consciência de classe operária entre 1924 e 1945. Afinal, escrever sobre este processo coincidia com os raros arquivos que auxiliam na (re)construção desta história. Porquanto, em torno da história do movimento operário paraibano, desde o Pós-Abolição em 1888 até o fim da ditadura do Estado Novo em 1945, foram produzidos silêncios e lacunas, o que pode ser visto nos poucos vestígios e fontes destas experiências. E os artífices e algozes principais são aqui representados pela elite política paraibana e numa historiografia de matriz positivista. Parte desta produção tem origem no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGPB, onde *“sua principal preocupação era descrever datas e nomes e criar mitos em uma sequência factual dos acontecimentos.”*⁴

Mesmo diante deste panorama, apreendemos que a (re)escrita da experiência da classe trabalhadora em Rio Tinto entre 1924 e 1945 era, por seu turno, desafiadora e imperativa. A partir das fontes oficiais e da produção historiográfica de vertente positivista e de apologia aos Lundgren, iniciamos com uma leitura a contrapelo. Os Lundgren, deste modo, aparecem enquanto protagonistas da história da cidade e os trabalhadores como atores secundários e nas bordas do processo histórico. Interpretados a partir de uma visão coletiva de classe, não levavam em consideração a experiências dos trabalhadores comuns, seja nas seções dentro da tecelagem como nas seções subsidiárias. Aqui, a narrativa se faz próxima da leitura posta pelo historiador de matriz anglo-saxã, E. P. Thompson, de uma *“history from below”*.⁵

Mesmo a partir de fontes oficiais conseguimos compor um amplo painel de lutas, que levou em consideração as histórias de diversos trabalhadores e seus papéis preponderantes no processo de formação e identidade de classe em Rio Tinto.

⁴MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **História da História da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX.** In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes (organizadoras). Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 2003, p. 13. Outra contribuição historiográfica sobre o IHGPB, ver: DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local.** João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

⁵THOMPSON, Edward P. **History from Below.** Times Literary Supplement, 7 April 1966, pp. 279-80.

1.1 RIO TINTO: DIÁLOGOS E CONTRIBUTOS HISTORIOGRÁFICOS.

A produção historiográfica em torno da cidade-fábrica de Rio Tinto é ampla e variada. Assim, destacamos contributos de memorialistas, intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB), historiadores, antropólogos, geógrafos, arquitetos e militantes político-sindicais em distintos enfoques de temas e temporalidades, tendo por base os olhares peculiares de cada. É preciso realizar uma análise historiográfica destas principais produções com quem esta pesquisa estabelece diálogo. O fio condutor se debruça sobre o processo histórico no recorte entre dois marcos importantes, 1924 a 1945. Um período marcado pelo protagonismo dos trabalhadores, em suas diversas ações de luta por direitos. Abordamos uma (re)leitura, pautada em amplo material documental, que em sua maior parte tem caráter inédito.

No entanto, como os trabalhadores e trabalhadoras da tecelagem são abordados? Em determinadas interpretações aparecem nas bordas e como meros apêndices do projeto industrial da família Lundgren. A primeira obra que trata em parte sobre Rio Tinto e possui leitura laudatória para com os Lundgren é: *Herman Lundgren – Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste*, de Raul de Góes, publicado em duas versões, a de 1949, um pequeno opúsculo, e a segunda edição ampliada de 1963. O autor ocupou cargos públicos no Governo da Paraíba antes de migrar para o Rio de Janeiro em 1940, para ser diretor na representação dos negócios dos Lundgren na capital federal.⁶ Logo, seus vínculos com a família contribuíram para a elaboração de primeira obra sobre Rio Tinto e Paulista.

O que destaco nestas duas obras e de como suplantarmos o muro da apologia é principalmente, identificar subsídios tanto sobre Herman Lundgren, bem como, sobre o projeto têxtil implantado em Paulista e a seguir em Rio Tinto. Subscrive o prefácio, o político, jurista e intelectual ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano Ademar Vidal, onde exalta o impacto econômico em Paulista e Rio Tinto, alça os Lundgren enquanto responsáveis pelo “*progresso e civilização*” na região. Mas é ao final da introdução, que exclui da história do Vale do Mamanguape ⁷ a experiência dos índios potiguaras, pescadores e pequenos agricultores associando-os ao atraso da “*melancólica Aldeia de Preguiça*”, no contraponto ao marco civilizatório de trabalho e progresso econômico a partir de 1917: “*Cumpro o dever agradável de afinal salientar que no caráter de paraibano, nunca poderia esquecer o magnífico esforço*

⁶Sobre Raul de Góes, ver: TARGINO, Itapuã Bôto. **Ademar Vidal e Raul de Góes – Personagens da História da Paraíba**. João Pessoa: Micrográfica, 1996; **GÓES, Raul de**. *Verbete Biográfico* – Dicionários. CPDOC-FGV.

⁷Região onde se instalou a fábrica e que abrange diversos municípios em torno da cidade de Mamanguape.

*industrial de homens que transformaram a sonolenta Aldeia da Preguiça na ativa colmeia operária de Rio Tinto.”*⁸

A expressão “progresso” aparece costumeiramente nas produções onde Herman Lundgren é descrito como “*o iniciador do progresso industrial do Nordeste*”, “*herói do trabalho*”, “*um self-made-man no mais completo e rigoroso sentido britânico do termo*”. A defesa desmesurada coincide com sua dedicada ficha de serviços a família Lundgren. Escreve ao longo da obra sua trajetória de vida e comercial: a *Pernambuco Powder Factory* (primeira fábrica de pólvoras do Brasil), o comércio com a exportação de cera de carnaúba, peles, sal e a fábrica de tecidos de Paulista têm por base as memórias de um trabalhador do escritório no Cais da Lingueta, José Cândido de Miranda. A fábrica de Paulista é apresentada como “*sua maior obra*”:

A pequenina e atrasada fábrica de tecidos de antigamente, se transfigurava sob sua direção e possuía um aspecto bem diferente. Os incríveis casebres e mucambos, testemunhos vivos da miséria e do desamparo do pequeno conglomerado obreiro que Lundgren ali encontrara, tinham cedido lugar a uma simpática vila de tijolos e de telha; as máquinas obsoletas e sem rendimento foram aos poucos substituídas por maquinismos modernos, diretamente importados da Inglaterra. Tudo ia crescendo e tomando forma nova na Paulista, que era uma imagem perfeita do que pode fazer o espírito dinâmico de um homem de ação.⁹

Entretanto, é no capítulo “*O amigo dos operários*” que registra o ponto alto de uma escrita apologética assentando Herman Lundgren enquanto provedor de “*espírito humanitário*” no trato das condições de vida e trabalho de seus operários. Reitera que, por ser sueco e proveniente de uma região “*onde a saúde da população figura em primeiro plano na política social, nas atividades assistenciais do governo e dos homens de empresa*”, ofereceu singulares demonstrações de “mudar o cenário social da região” pautado por estes princípios “*européus*”. Talvez o autor, tenha silenciado propositadamente acerca da precária situação da classe trabalhadora inglesa, francesa e sueca na Europa de fins do Século XIX. Nas entrelinhas de sua exaltação do auxílio social aos trabalhadores em questões de moradia, alimentação e saúde deixa-se expor que havia uma contrapartida para tal: a disciplina do trabalho e obediência ao patrão. É o que afirma, a seguir: “*Passados alguns meses, já se podia observar em Paulista, a*

⁸VIDAL, Ademar. **Prefácio**. In: GÓES, Raul de. Herman Lundgren: Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste. Rio de Janeiro: A Noite, 1949. P. 13.

⁹GÓES, Raul de. **Herman Lundgren: Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste**. Rio de Janeiro: A Noite, 1949. P. 37-38.

ação tutelar e benfazeja da família Lundgren. Os operários passaram a frequentar o trabalho com assiduidade maior, dando mostras de disposição e vigor”.¹⁰

Em 1964, o autor reedita esta biografia que ampliada passou a ter novo título, *Um Sueco emigra para o Nordeste (Vida, obra e descendência de Lundgren)*, com prefácio, notas de rodapé explicativas, complementares e novos capítulos. Constituíam-se, até aquele ano, o principal estudo biográfico sobre os Lundgren. Ao permanecer o estilo laudatório, compara a trajetória do biografado a Delmiro Gouveia, Irineu Evangelista de Souza – Visconde de Mauá – Teophilo Ottoni e até mesmo a Henry Ford e John Davison Rockefeller. Já registra a construção da fábrica de tecidos Rio Tinto com olhar depreciativo aos índios potiguaras, trabalhadores do mar e rurais: “*Outras fábricas de tecidos sucedem à de Paulista: a de Rio Tinto, na Paraíba, uma povoação de pescadores que Frederico e Arthur Lundgren sanearam e fizeram progredir*”.¹¹ E segue ressaltando o binômio atraso-preguiça versus progresso-civilização, na construção da tecelagem Rio Tinto, coincidindo com agenda econômica de “impulso industrial” fomentado pelo Governo da Paraíba:

Tendo sido instalada a fábrica de tecidos Rio Tinto numa zona de malária e pauperismo, denominada pelo vulgo de *Aldeia da Preguiça*, o Comendador Arthur Lundgren conseguiu, com o tempo, realizar um milagre de ação civilizadora: desenvolvendo cada vez mais a sua empresa, saneando as terras inóspitas, construindo habitações operárias, escolas e postos compensadores, transformou a antiga povoação do município de Mamanguape numa das mais prósperas cidades paraibanas. A cidade de hoje é obra sua, de seu dinamismo construtor, de sua hereditária vocação de bandeirante do progresso econômico e social.¹²

Nesta edição, há a inclusão de dois capítulos dedicados a Rio Tinto. O primeiro, “*Rio Tinto, primeira fase*” apresenta os detalhes do processo de compra das terras na região do antigo engenho – de *fogo morto* – em 1917. Como dito no prefácio, denomina a região enquanto marcada pelo marco não civilizatório: atraso, preguiça e doenças como seção. Tal processo é visto sem nenhum tipo de resistência. Mas, somos sabedores de que a chegada dos Lundgren na região principiou métodos violentos de desmantelamento: pouco a pouco os pescadores, agricultores, pequenos proprietários de terras presenciaram todo um espaço sendo modificado. É preciso que se registre a resistência destes e em específico o protagonismo dos índios

¹⁰GÓES, Raul de. Op. Cit. P. 40.

¹¹GÓES, Raul de. **Um Sueco emigra para o Nordeste (Vida, obra e descendência de Lundgren)**. Rio de Janeiro: José Olympio-Record, 1964, p. 19. Importante registrar que esta obra ganha nova edição em 2014.

¹²GÓES, Raul de. Op. Cit. P. 21.

potiguaras. Mas para o autor e o Governo da Paraíba, a chegada de uma tecelagem - filial de Paulista - seria passo fundamental para a mudança econômica da região do Vale do Mamanguape:

Não seria apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, pois que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a cidade. O sítio escolhido estava localizado no município de Mamanguape, à margem esquerda do rio do mesmo nome, no Estado da Paraíba. Terra pantanosa, de nula serventia e dominada pela malária, confrontando o atlântico, a antiga Aldeia da Preguiça foi adquirida pelos Lundgren para ali ser fundada a Fábrica de Rio Tinto.¹³

Ao ser questionado, em Recife, a justificativa da escolha de uma região considerada “terra ruim”, Arthur Lundgren resume seu projeto: “*Vamos plantar gente!*” A resposta, expressa o caráter excludente e a consequente transformação dos homens e mulheres da região em trabalhadores de fábrica têxtil, sendo regulados pelo tempo do trabalho. De 1917 a 1924 foi posto um trabalho radical de mudanças na geografia do lugar. Em dezembro de 1924, inaugura-se a Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto, sob aplausos efusivos de políticos e intelectuais paraibanos e pernambucanos. Para Raul de Góes, há a exaltação em tom de gênese para a região: “*E Rio Tinto começou a viver.*”

Decorridos sete anos desta publicação, Rio Tinto ganhou em 1971 outro contributo: “*O extinto Rio Tinto*” de João Batista Fernandes, resultante de suas (re)memórias. Para entendimento da obra é preciso identificar sua trajetória: foi escriturário, presidente do Sindicato Têxtil (1950 a 1960) e mencionado pela memória operária como um “aliado da fábrica”. Sua narrativa apresentará interpretação laudatória a Frederico João Lundgren ou “*Coronel Frederico*”. Somam-se a esta outras duas complementares, a saber: “*Rio Tinto, o extinto*”, publicado em 197, e “*Rio Tinto – O falso município*”, de 1978. Numa leitura pormenorizada de suas obras, destaca-se a chamada “saúde dos tempos do Coronel Frederico e do tempo do trabalho”¹⁴. A (re)memória de Fernandes é tecida em 1970, na conjuntura de decadência da cidade- fábrica. Por isso, registra um poema chamado “*A Rio Tinto e sua*

¹³GÓES, Raul de. Op. Cit. P. 121.

¹⁴Verifica-se isto nas memórias operárias de Paulista, pelas pesquisas de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim: LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. da UnB. 1988; LEITE LOPES, Sérgio; ALVIM, Rosilene e BRANDÃO, Celso. 2008. **Tecido memória**. Documentário longa metragem em DVD (70 min). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

grandeza que foi” na comparação a chamada “idade de ouro e de esplendor” nos anos 1930, 1940 e 1950.

De modo óbvio, demarca seus desafetos nas lides políticas e sindicais, representado no operário Antônio Fernandes de Andrade, no advogado do sindicato e militante comunista José Gomes e no juiz Hermilo Ximenes: todos estes, ligados à esquerda paraibana e que entraram em confronto com o poder exacerbado da fábrica. Antônio Fernandes o derrota no pleito de 1960, para presidente do sindicato, posteriormente torna-se prefeito de Rio Tinto em 1963 e vereador no pós-1965. De todo modo, sua obra fornece acesso a diversas faces da história da cidade-fábrica. Não obstante, os trabalhadores que aparecem em sua obra são precisamente aqueles afastados das lides sindicais e que não entraram em confronto com os mandatários da fábrica. A primeira publicação de 1971 é distribuída em três capítulos: a “*apresentação*”, “*os que marcaram época em Rio Tinto*” e “*Histórias avulsas*”. Dedicada a quem ele chama “*Timoneiro-chefe*” Frederico João Lundgren e aos operários das diversas categorias: médicos, embarcadouros, motoristas, oleiros, mestres e contramestres, tecelãs, fiandeiras, retorcedeiras, massaroqueiros, tingidores, carpinteiros, pedreiros, serralheiros, torneiros, fundidores, foguistas, serventes e escriturários.

O capítulo *Apresentação* é distribuído em 9 subitens: *o vendedor, o comprador, o começo, o campeão, o I.A.P.I, o quebra-quebra, a guerra, a política, a visita do Presidente*. Nos três itens iniciais, ressalta detalhadamente o processo da venda, compra e início da construção da cidade-fábrica. Descreve 1917 como “o início” da história da região excluindo deste processo os índios potiguaras: há a renomeação dos lugares e espaços potiguares, como a *Aldeia de Monte Mór*, que passaria a se chamar de *Vila Regina*, e a migração de trabalhadores ou mão-de-obra não especializada que foram convertidos em diversas categorias na construção. Assim como Raul de Góes, sua narrativa exalta em tom apologético o papel desempenhado por Frederico João Lundgren, alçando a protagonista na história da cidade-fábrica: “*Que vontade voraz a daquele homem de querer fazer, de um lamaçal imundo, o empório que foi.*”¹⁵ Aos trabalhadores cabia, na sua escrita, o papel de erguer o projeto colonizador e de progresso sem questionamentos.

A migração de trabalhadores à Rio Tinto era parte da execução do projeto: de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, vinham nas chamadas “sopas” – caminhões - que traziam famílias inteiras dos sertões, por meio de agenciadores. Rememora

¹⁵FERNANDES, João Batista. **O Extinto Rio Tinto**. Rio Tinto – Paraíba, 1971, p. 32.

Fernandes, que Frederico recomendava o que deveria ser dito para o convencimento da vinda das famílias: “*Digam a eles que venham para Rio Tinto. Digam a eles que até das torneiras daqui em vez d’água, jorra leite.* Assim, havia a divulgação de que a cidade-fábrica seria uma espécie de paraíso imaginário com fartura de comida, similar ao mito medieval do país da *Cocanha*”.¹⁶ Ao chegarem à Rio Tinto, o processo de divisão de trabalho era realizado pessoalmente por Frederico João Lundgren em uma cerimônia na qual se distribuíam os cargos à família, ao transformar homens e mulheres do campo em trabalhadores de fábrica. Um de rito de passagem e “batismo” para a transição ao mundo do trabalho têxtil:

- Seu Joaquim, quanto anos de idade o senhor tem?
- Sessenta anos, Coronel!
- Muito bem, seu Joaquim! E quantos filhos têm?
- Chega, seu Joaquim! Traga o povo para cá!
- Você, seu Joaquim, vai me apanhar sementes de eucaliptos; você Zulima, que é forte, me vai para a tecelagem; você aí Ana, que é magrinha, me vai para a Seção de Acabamento de panos.¹⁷

No item *A Política* destaca que até 1945, “*A paz reinou aqui, ordem, alegria, barriga-cheia, tudo andava de mãos dadas.*” Com a queda da ditadura do Estado Novo, o processo de redemocratização e a legalização do Partido Comunista, o movimento operário se recolocou na luta por direitos. O autor chama este processo de “agitação”. Como costumeiro em sua obra, os trabalhadores militantes ou críticos da exacerbação do poderio da fábrica são excluídos da sua narrativa, para quem com “*os comícios vieram as esculhambações*”, e conclui:

Mudaram totalmente a mentalidade quieta e obreira dos operários locais. Incutiram na alma e no sangue de todos, o ódio contra a fábrica...diziam (e ainda hoje dizem) que tudo que a fábrica fazia em favor do operariado era puro engodo, pura tapeação (...) que aqui, a fábrica, roubava os direitos do povo.

Esta percepção de “época de isolamento” exclui as experiências de movimentação operária nos anos 1930 e 1940. Esse registro de suas memórias diz respeito ao contexto de ação de partidos políticos no seio do movimento operário, especificamente, da esquerda paraibana. Importante destacar o ano de 1946 com o primeiro movimento paredista pós-Estado Novo, quando a classe operária já buscava a Justiça do Trabalho na luta por direitos. O autor era um escriturário subserviente aos interesses da fábrica, ao contrário do também escriturário Antônio Sales, que em 1932 auxilia na fundação do primeiro sindicato têxtil. Na parte final, *Histórias*

¹⁶Sobre isto, ver: FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 313p.

¹⁷FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 34

Avulsas, escreve sobre história de Antônio Sales e a fundação do sindicato em 1932. Despreza o papel capital da criação desta associação na experiência histórica da classe trabalhadora. Para ele, este operário havia entrado em contato com os debates sobre o Decreto 19.770, que permitia a criação de sindicatos e, por conseguinte, organizou a fundação em Rio Tinto. De destaque o momento de descoberta desta ação por Frederico João Lundgren e a imediata demissão de Antônio Sales. A coação patronal é exaltada por João Batista Fernandes, em reprodução aproximada de diálogo entre os dois:

- Mas, senhor Sales, o senhor anda a fomentar a implantação do sindicalismo em Rio Tinto!
- É verdade, Coronel!
- Senhor Sales, eu sou o Sindicato! Eu sou o timoneiro dos meus operários! Eu sei das necessidades dos meus operários! Eu criei isto aqui, senhor Sales!
- Senhor Schultz: mande fazer a 'liquidação' do senhor Sales, nosso ex-empregado, pague-lhe o que lhe devemos pelos seus serviços e dê-lhe ainda a quantia de dois contos de réis, como despesas de viagens!
- Um favor ainda, senhor Sales: Enquanto Frederico João Lundgren, tiver qualquer interesse em Rio Tinto, faça-me o especial obséquio de nunca mais passar em nenhuma fronteira rio-tintense.

Os trabalhadores enredados em movimentos de luta por direitos são descritos de forma negativa pelo autor, tanto que ao citar a greve pelo abono de Natal em 1951, faz severas críticas tanto ao movimento quanto à ação dos comunistas: *“Foi justamente o período que os ‘boches’ se preparavam para assaltar Rio Tinto: e se prepararam mesmo.”* Faz autopromoção de papel de presidente do sindicato na ocasião, ao solicitar a interferência do Governador da Paraíba José Américo de Almeida na questão. As outras duas produções, datam de 1973, uma reedição de sua primeira publicação de 1971, agora sob novo título, *“Rio Tinto, O Extinto”* e *“Rio Tinto, o falso município”*, de 1978. Neste último aponta o processo de decadência econômica da fábrica e da cidade, contemplando para o passado promissor que vivenciou nos *“tempos do Coronel Frederico”*.

Outra obra que possui a mesma linha interpretativa é *“Fundamentos da História e do desenvolvimento da Paraíba. 1574-1970”* editado em 1973. De autoria do jornalista Luís Pinto, em destaque o capítulo *“Rio Tinto e a industrialização da Paraíba”*, não exhibe nada de singular, ao contrário, corrobora com a visão dos Lundgren enquanto artífices da industrialização da Paraíba. Pautando-se na leitura de Raul de Góes, reitera a chegada do progresso na região do Vale do Mamanguape a partir de 1924, com a inauguração da tecelagem.

Boa parte desta produção laudatória aos Lundgren silencia a história das pessoas comuns. No início dos anos 1980, impulsionado por transformações no cenário historiográfico, surgiram contributos sobre Rio Tinto, oriundos de estudos académicos. Esta conjuntura, é apontada na análise da historiadora Emília Viotti da Costa:

Na nova historiografia os trabalhadores aparecem como sujeitos da história em vez de simples objetos, tão importantes para a compreensão da história quanto as elites, cujos limites eles definem. Esta revisão que amplia de forma significativa o nosso conhecimento é devida em grande parte a historiadores que abandonaram as análises “estruturalistas” tradicionais.¹⁸

Portanto, Teses e Dissertações de Mestrado, projetos de pesquisas e monografias foram produzidas nesta circunstância: “*Condições de trabalho e de vida do operariado em Rio Tinto - PB: Período: 1924-1940*” defendida em 1982; “*Cidade-Fábrica Rio Tinto*” de 1981; “*Moradia e Trabalho em Rio Tinto*”, de 1980 e “*Inovações Tecnológicas e Vivência Operária: o caso de Rio Tinto 1950-1970*”, de 1986, todos na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O fio condutor assentava na experiência dos trabalhadores, enquanto sujeitos do processo histórico, ponto diferencial em relação às obras de Raul de Góes, João Batista Fernandes e Luiz Pinto. A pesquisa de Maria Bernadete de Macêdo é inovadora, partindo da leitura de diversas fontes históricas: memória operária, fontes orais, dos arquivos do Sindicato Têxtil, dos documentos da Justiça, ações cíveis, trabalhistas e cartoriais, de fontes oficiais do arquivo da Prefeitura de Rio Tinto, atas e depoimentos de ex-diretores da tecelagem. Esta dissertação apresentada ao Departamento de Economia da UFPB, logo se colocou como marco na historiografia sobre Rio Tinto, por reescrever sua história por meio da oralidade-memória operária. O diálogo se deu a partir das leituras marxistas, fruto do ambiente académico do início dos anos 1980.

A autora debate o processo de modernização da fábrica e seus impactos para os trabalhadores, distribuído em cinco capítulos e em dois marcos: antes da modernização, de 1924 até o final dos anos 1950; e depois da modernização, a partir de 1960 e início dos anos 1970. Por meio da memória operária nas entrevistas realizadas, percebe-se estes impactos:

Com relação as práticas de produção e reprodução da força de trabalho e as modificações decorrentes da modernização, fomos levados a manter contatos

¹⁸ COSTA, Emília Viotti. **Estrutura Versus Experiência Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha**. BIB. Rio de Janeiro, n. 29 pp. 3-16, 1º semestre de 1990, p. 8.

com operários aposentados e “encostados” pelo INPS que estiveram trabalhando na fábrica por longos anos, bem como outros atualmente empregados que assistiram ao processo de modernização. Nessas visitas, os trabalhadores relatavam o seu cotidiano, o seu trabalho, a vida dentro e fora da fábrica, permitindo-nos a compreensão do processo de reprodução da força de trabalho e as mudanças decorrentes desses processos com a modernização. Dos depoimentos, participaram trabalhadores que estiveram trabalhando na fábrica há 20 e 30 anos e que vivenciaram os aspectos técnicos e sociais da produção antes e depois da modernização.¹⁹

Debate a inserção de um projeto industrial, enquanto filial da tecelagem Paulista, onde o foco é em torno da conjuntura da industrialização na Paraíba, ao tempo da instalação, escreve sobre as doenças características da região e as visões dos operários:

A maleita virava um bocado de gente, não tinha quem não desse, era toda a vizinhança. Era tanta gente doente de cessão, impaludismo quando chegamos aqui, eu fiquei morta, quase morta. Tratava aqui mesmo. Era uns comprimidos chamado ‘cachete’, margava mais que pimentão. A gente trabalhava doente. Era com isso a gente melhorava.²⁰

Ao contrário de João Batista Fernandes, Maria Bernadete Macedo aponta o método posto pelos Lundgren de ludibriar as famílias migrantes para serem contratadas pela fábrica, quando os agenciadores contavam às famílias da fartura e trabalho existentes em Rio Tinto. Registra, as dificuldades encontradas pela família de operários:

Vim prá qui de Guarabira. Cheguei nova. Cheguei aqui ainda não tinha onze (11) anos. Os donos mandavam chamar a família prá qui. Meu pai matava porco e vendia rapadura. Não tinha água quando chegamos aqui: era do chafariz; luz era de candeeiro. Só quem tinha direito era mestre. Os operários não tinham direito.

A autora conseguiu construir um rol de entrevistados que auxiliou na montagem de um mosaico de (re)memórias sobre o eixo de sua pesquisa. Sobre a modernização do maquinário fabril, a partir dos anos 1960 faz a mediação de documentos oficiais da SUDENE com os relatos orais. A memória coincide com as demissões constantes em fins dos anos 1970, devido a necessidade de poucos trabalhadores no manuseio do novo maquinário. É o que registra nas falas de duas operárias:

(...) as máquinas rodando e a gente em pé, sem tá conversando, a gente tem direito de ficar em pé, sem tá conversando, mas as máquinas roda, e a gente

¹⁹MACÊDO, Maria Bernadete de. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970**. João Pessoa: Departamento de Economia da UFPB, 1986 (Dissertação de Mestrado).

²⁰MACÊDO, Maria Bernadete de. Op. Cit. P. 56.

fica escorada na parede um tempo. Aí, as máquinas rodando, mais teve tempo que a gente não tem um sossego, é trabalhando direto. (Tecelã)
 (...) 14 anos de trabalho na fábrica, trabalho com máquinas, enchendo rolo direto pra engomadeira. Fico observando, a máquina, ela faz tudo. (Urdideira)²¹

Outras contribuições que dialogamos, são reflexões oriundas do “*Seminário do Mestrado em Sociologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais*” da Universidade Federal do Ceará, ocorrido em 1986. Sob título “*Relações de trabalho e relações de poder: Mudanças e permanências*”, reúne artigos em torno da temática do trabalho e poder no nordeste brasileiro, em destaque, os artigos do Grupo de Trabalho *Formação da Classe Trabalhadora e Assalariamento em um Perspectiva Histórica: “Quem pode pode, quem não pode...”*, da antropóloga Celina Ribeiro Hutzler (a singularidade da pesquisa é a escrita da trajetória da família Lundgren, desde a chegada de Herman em 1855 até os anos 1950, distanciando-se de olhar apologético, oferecendo nova interpretação a história dos Lundgren.); “*Indústria e trabalho no Nordeste: 1889-1930*”, do sociólogo Jacob Carlos de Lima (debate a formação da classe operária na Primeira República na Paraíba e em Pernambuco) e “*Moradia e Trabalho em Rio Tinto*” da arquiteta Tamara Tânia Cohen Egler (estudo inserido dentro do Projeto de Pesquisa – “*Fontes para a História da Industrialização do Nordeste: 1889-1980*”, onde analisa de forma inédita, a vila operária de Rio Tinto e o estudo do controle da fábrica na distribuição das moradias aos operários.)

Importante compreender os novos estudos da pesquisadora Maria Bernadete de Macedo, em específico sua Tese de Doutorado em Sociologia do Trabalho, defendido na *Université Paris 7*, em 1993, sob o título: “*En tissant voiles et linceuls: le rapport travail/santé des ouvrières de Rio Tinto (Nordeste-Brésil). Une analyse en termes de rapports sociaux de classes et de sexes, 1924-1991.*” Aqui, trata da relação entre trabalho e saúde, partindo da questão de classe e gênero, entre 1924 a 1991. Outros artigos, foram publicados em 1991, 1993 e 2000, respectivamente: “*Salud Laboral - La ciudad-fábrica*” (Revista de La Red de Salud Isis Internacional, Santiago-Chile); “*Gender Relations, the Gendered Division of Labour and Health: The Case of the Women Factory Workers of Rio Tinto, Northeast Brazil, 1924-91*” (Feminism & Psychology, Inglaterra, v. 6, n.3) e “*Trabalho, saúde e resistência: o caso das*

²¹Dois anos mais tarde, em 1988, Bernadete Macedo publica em livro sua dissertação, através da série *Monografias do Ideme*, do Governo do Estado da Paraíba. Deste modo, sua pesquisa tornou-se um marco na História Social do Trabalho na Paraíba. Pautada pelo ambiente historiográfico paraibano de 1986, reescreve a história de Rio Tinto tendo os trabalhadores enquanto protagonistas do processo histórico.

operárias e operários de Rio Tinto, na Paraíba, Nordeste do Brasil (1924-1991)” (PROPOSIÇÕES. Vol. 1, N. 5 (32)).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, impulsionados pelas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação na Paraíba, Rio Tinto (quer seja a história social dos trabalhadores, dos índios Potiguaras ou da história da cidade de Mamanguape), por meio do olhar de arquitetos, sociólogos, geógrafos, antropólogos e historiadores, recebeu contributos interdisciplinares que evidenciaram seu amplo temário. Em 2002, uma coletânea editada pela UNIPÊ aprofundou ainda mais novos olhares: *“Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano”*, organizado por arquitetos, urbanistas e um historiador. Esta obra reuniu artigos: *“Rio Tinto: a cidade, a história a parcela da vida urbana brasileira”*, da arquiteta e urbanista paraibana Rossana Honorato; *“A Indústria e o Habitat Operário no Brasil”*, da Professora de Arquitetura da FAO-USP; *“Rio Tinto, História, arquitetura e configuração espacial”*, da arquiteta Amélia de Farias Panet; *“Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto”*, do historiador paraibano, ligado ao IHGPB, José Octávio de Arruda Mello; *“O lazer em Rio Tinto”* da arquiteta Miriam de Farias Panet; e por último *“O habitat operário no Nordeste Industrial: Os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto”* dos professores da FAU-USP Philip Gunn e Telma de Barros Correia.

No entanto, a partir da Dissertação do sociólogo Estevão Martins Palitot, *“Os Potiguaras da Baía da Traição e Monte-Mór: História, etnicidade e cultura”* (defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba em 2005) vimos entrar em cena o protagonismo dos Potiguaras. Debruçado sobre os conflitos entre os Lundgren e os índios Potiguaras, Estevão Martins Palitot fornece a visão indígena no capítulo: *“Monte-Mór - Os Potiguaras e a Companhia de Tecidos Rio Tinto”*. Escreve sobre o processo de violência praticado pelos Lundgren a partir de 1917, em seu projeto colonizador, ao que principiou a resistência indígena ao chamado *“regime de terror da Companhia”* com o seu corpo de vigias. A memória e versão indígena sobre este processo é o fio condutor da pesquisa. Nos interessa aqui os relatos sobre a chegada da fábrica em 1917, em específico a *Cartilha da História de Monte-Mór*, escrito pelo índio Marinézio Cardoso. Nesta, cita a versão dos potiguaras de como os Lundgren trouxeram *“toda desgraça contra os índios potiguaras de Monte-Mór na Paraíba.”* O autor faz uso de diversos documentos, entre eles um do *Serviço de Proteção aos índios na Paraíba*, sobre o processo de expulsão das terras dos potiguaras pelos Lundgren em 1939:

Os índios da Vila de Monte-Mór foram este ato expulsos de seus lotes de terra pela Companhia Fábrica de Tecidos de Rio Tinto. Um de seus proprietários, o

Sr. Frederico Lundgren, foi, em pessoa, quem cometeu esse inqualificável abuso contra a segurança e propriedade dos mesmos, deixando desabrigadas muitas famílias indígenas. O índio Pedro Lourenço foi intimado a comparecer em Rio Tinto onde foi detido e obrigado, com a presença da polícia e do advogado daquela empresa, a assinar um documento, para entregar o seu lote de terra num prazo mínimo de 30 dias. Desses fatos, como me compete, dei conhecimento à Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho. Expulsos os índios dos seus lotes, sob ameaças e com o auxílio da polícia, que tem sido um manequim nas mãos da poderosa empresa, esta se apropria dos referidos lotes!

(Vicente Vianna. Relatório encaminhado à 7^a Delegacia Regional pelo Sr. Feitor do Posto Indígena São Francisco na Baía da Traição, deste Estado Paraíba referente ao ano de 1939. SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 180; Fotograma 175)²²

A pesquisa de Estevão Palitot nos auxilia no entendimento da versão Potiguara sobre a chegada dos Lundgren, fazendo contraponto às apologias de Raul de Góes e João Batista Fernandes, que silenciaram sobre a história indígena neste processo. Algumas monografias de conclusão de curso apresentaram Rio Tinto como tema, citamos três: *“Rio Tinto-PB: Memória que o tempo não apaga”* de Herisângela de Sousa Alves; *“O cotidiano das famílias operárias na cidade de Rio Tinto nas décadas de 1950-1970”*, de Janaína Dantas Costa e *“Transformações na Paisagem urbana de Rio Tinto nos anos 1950”*, de Maria Veridiana Coutinho da Silva, defendidas em 2005 e 2006 no Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III). Outra que discute a questão patrimonial e industrial de Rio Tinto defendida junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, em 2011, *“Patrimônio Industrial na Paraíba: O caso de Rio Tinto”*, de Marina Goldfarb de Oliveira, e a mais recente pesquisa defendida em monografia de conclusão de Curso em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III), de 2016, *“Relações de Poder e territorialidade: o caso da cidade de Rio Tinto/PB”*, de Alice Maria Marques da Silva.

Duas Teses de Doutorado, igualmente ofereceram novos olhares sobre a história da cidade-fábrica. A Tese de José Jassuie da Silva Moraes, *“Educação entre tornos, notas e salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967)”*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba em 2011, onde problematiza a relação entre educação e o sistema SENAI, com a implantação da Escola do SENAI de Rio Tinto, visando o fornecimento de mão-de-obra

²²PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. Dissertação de Mestrado, PPGS-UFPB/UFCG, João Pessoa, PB, Brasil, 2005. P. 105.

operária especializada à fábrica. Em seguida, as pesquisas da historiadora Carolina Lucena Rosa, “*Education and Industrial Heritage safeguard: the company town of Rio Tinto, Brazil*”, Dissertação de Mestrado em História, defendida na Università degli Studi di Padova, Pádua em 2010; e a sua Tese em Patrimônio Industrial, defendida em 2014 também pela Università degli Studi di Padova, “*History and heritage of company towns in the Northeast of Brazil.*” A recente contribuição sobre as trabalhadores da fábrica, entre 1948 e 2014, foi objeto de pesquisa que resultou em Dissertação de Mestrado em História, de Letícia Santos, defendida em 2015 pelo PPGH-UFPE: “*O trabalho tecendo memórias: cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto.*”

Deste modo, os olhares acadêmicos sobre Rio Tinto se tornara contraponto à historiografia tradicional de apologia aos Lundgren, fornecendo argumentos decisivos, para evidenciar as contradições e as fissuras de cunho laudatória para com os mandatários da tecelagem.

1.2 MEDIAÇÕES TEÓRICAS COM A HISTÓRIA SOCIAL DE MATRIZ ANGLO-SAXÃ.

Ao pesquisar sobre processo de formação, identidade e consciência da classe operária em Rio Tinto, faz-se necessário partir das mediações teóricas e metodológicas, em especial, dos contributos da História Social Inglesa. Este grupo foi formado a partir de 1946 por historiadores marxistas e militantes do Partido Comunista Inglês, a saber, Dorothy Thompson, Edward Palmer Thompson, Christopher Hill, Rodney Hilton, John Saville Eric Hobsbawm, Raphael Samuel e Raymond Williams. O foco maior dos estudos deste grupo era o capitalismo inglês, partindo da influência do clássico de Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, publicado em 1946. A trajetória intelectual e os seus estudos particulares contribuiu decididamente para releituras da História da Inglaterra, em parte, do desenvolvimento e formação da classe operária inglesa.

O impacto das obras deste grupo e, em específico, de “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”²³ na historiografia brasileira, proporcionou novas releituras sobre diversos aspectos da história da classe trabalhadora brasileira.²⁴ Ocorreu, por conseguinte, uma redefinição no

²³Publicado em 1987, em três volumes pela editora Paz & Terra.

²⁴Para este debate, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Revista Outubro – Edição 14 – Artigo 05, 2015**; MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico. **Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.**

operar com os conceitos de “classe” e “luta de classes” a partir de E. P. Thompson, daí a interdisciplinaridade apresentou-se no sentido do diálogo da História com a Antropologia, produzindo trocas teóricas e metodológicas.²⁵ A partir disto, a recente historiografia do Trabalho no Brasil vem ganhando contributos diversos em sua face temática, teórica e metodológica.²⁶

Importante demarcar que a produção acadêmica sobre o movimento operário, para além do eixo Rio-São Paulo, intensificou ao longo dos dois últimos decênios. É a partir do levantamento realizado pela historiadora Silvia Petersen²⁷ onde compreendemos as particularidades da classe operária fora do Sudeste, pois a autora “*procura desfazer a ideia de que a classe operária brasileira é equivalente ao que ocorreu no Rio de Janeiro e São Paulo, reconhecendo que a experiência dos operários nos demais estados expressa tanto suas características locais com as relações nacionais e internacionais*”.²⁸ E ainda observa:

Os temas de interesse da nova historiografia são as impressões subjetivas dos trabalhadores, os vínculos entre as práticas políticas e os discursos políticos, as experiências dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos bairros operários, suas formas de apropriação e reinterpretação da cultura da elite, etc.²⁹

Neste processo de entendimento da formação e consciência de classe em Rio Tinto, as reflexões de Edward P. Thompson e suas obras servem para – guardada as devidas especificidades e particularidades – construção de base teórica e metodológica. Porquanto, sua narrativa é construída dialogando com a documentação pesquisada onde suas influências do campo teórico, aparecem diluídas ao longo dos textos.³⁰ Não cabe aqui historiar a trajetória

²⁵Neste sentido o contributo do antropólogo José Sérgio Leite Lopes, na pesquisa sobre os trabalhadores da fábrica de Paulista – matriz de Rio Tinto – tornar-se marco destas relações e da historiografia.

²⁶Algumas reflexões, nesta esteira de debate historiográfico, surgiram, a saber: BATALHA, Cláudio H.M. **Os desafios atuais da História do Trabalho**. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez.2006; BATALHA, Cláudio H.M. **A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003; LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

²⁷PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

²⁸PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX**. In: QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). **Cultura operária: Trabalho e resistências**. Brasília-DF: Ex Libris, 2010. p. 111.

²⁹PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Ainda o movimento operário como objeto historiográfico**. In: Anos 90, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997. P. 72

³⁰Considerado como único ensaio de cunho teórico de Thompson, embora, podemos afirmar que as reflexões teóricas estão em todos os escritos deste historiador. “Miséria” refere-se diretamente a uma teoria desprovida de sujeitos, o chamado Estruturalismo da matriz filosófica do francês Louis Althusser que também possui uma vertente antropológica através de C.L. Strauss: THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981

intelectual e pública de Edward P. Thompson, mas, sim, a leitura e contributo de parte de suas importantes reflexões sobre a história da formação da classe operária inglesa.

Reescrever a história da classe trabalhadora em Rio Tinto partindo das experiências dos trabalhadores comuns é o eixo desta pesquisa e isto possui influência teórica direta, da leitura do clássico artigo de Edward Thompson “*A História Vista de Baixo*”³¹, publicado em 1966. Aqui, percebe-se que grande parte da historiografia paraibana de cunho positivista silenciou a temática da classe operária paraibana e, em específico, de suas diversas experiências. Outro ponto crucial é o entendimento de que a classe é específica em sua formação e Edward Thompson destaca sobre esta questão quando pronuncia que seu objeto se detém à experiência inglesa e não escocesa ou galesa: “*Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa*”.³² Os cuidados ao empregar o termo ‘classe’ em Rio Tinto, a partir de meados dos anos 1920 – guardadas as devidas peculiaridades - partem quando o Edward P. Thompson utiliza o termo ‘plebe’ em vez de ‘classe’ na Inglaterra do século XVIII.

Então, retomemos: a partir de qual momento histórico a classe em Rio Tinto, inseriu-se no seu processo de formação com identidades e cultura comuns neste processo? O marco de 1932 e o processo histórico de fundação do sindicato têxtil, os laços de solidariedade e luta com os têxteis de Santa Rita e com as associações da capital paraibana, a criação de uma imprensa operária e da militância no Partido Comunista é colocado nesta esteira de resposta. Neste sentido, nos anos 1920 não poderíamos inserir os trabalhadores da tecelagem, com sentimentos de pertencimentos e de identidade de ‘classe.’ O intervalo entre 1924 e 1932 a classe, enquanto fenômeno histórico é gestada neste período: como serralheiros, tecelãs, contramestres, carpinteiros, mecânicos e outros, conseguiram aglutinar-se em uma classe operária com identidade e interesses comuns? De que maneira a vida fora da fábrica em seu cotidiano na vila operária, nas feiras, nos clubes, no lazer levou a este processo de fazer-se classe? O aspecto cultural na identidade de classe³³ é ponto fundamental neste sentido.

³¹THOMPSON, E. P. **A História vista de baixo**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2001.

³²THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, (v.1, Prefácio), p. 13.

³³Para uma importante análise nesta questão, ver: BILHÃO, Izabel. **A construção da identidade operária brasileira: Aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 218-234.

O papel da criação do sindicato em 1932 é marco decisivo. Edward Thompson em “*A Formação*”, ao analisar a *Sociedade Londrina de Correspondência* (London Corresponding Society) ressalta “*a função da reunião, tanto como ocasião social quanto centro para a atividade política*”.³⁴ Assim, as conversas e planos para a criação de uma associação antes de 1932 já podem ser lidas enquanto ação política dentro da consciência de classe. Ao registrar que os batistas eram alfaiates, curtidores, saboeiros, cervejeiros, tecelões e tintureiros, estabelece o caráter heterogêneo da classe operária inglesa. Tal reflexão, desemboca na questão: qual seria o perfil do trabalhador em Rio Tinto em relação ao gênero, categoria, origem geográfica, idade, estado civil, escolaridade? A maior parte destes trabalhadores eram formados, de uma origem rural. Homens e mulheres em busca de trabalho na cidade-fábrica iniciou-se nos primeiros anos da construção, a partir de 1917. Migrantes,³⁵ homens e mulheres dos sertões da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, recrutados por agentes da fábrica. Eram pequenos agricultores, homens demissionados de outras fábricas têxteis, que afluíam à cidade em busca de trabalho: “*Rio Tinto era aquela fama*”, como a pontou o serralheiro Júlio Justino da Silva. É adequado observar a presença de técnicos e outros trabalhadores estrangeiros, especificamente os alemães, onde alguns eram imigrantes que começaram a chegar em Rio Tinto, desde 1921 de diversas regiões da Alemanha.³⁶ O estudo de Regina Weber³⁷, que aponta para esta relação da procedência geográfica de operários em Ijuí, no Rio Grande do Sul, nos auxilia na comparação e registro de que em Rio Tinto, o perfil geográfico do trabalhador era amplo.

Em Rio Tinto, havia uma classe disposta em variadas categorias que se somavam em seções dentro e fora da fábrica – seções subsidiárias: Administração das propriedades, olaria, serralha, gerência externa, oficina mecânica, construção, campos de lenhas, batelãozeiros, vigias, usina elétrica central, fiação I, fiação II, fiação III, fiação IV, fiação V, preparação de fios I, preparação de fios II, tecelagem velha, sala nova (Tecelagem) I, sala nova (Tecelagem)

³⁴THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, (v.1 – A árvore da Liberdade) p. 19.

³⁵Para este debate sobre processo migratório, ver: ALVIM, Rosilene. **A Sedução da cidade: Os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. & FONTES, Paulo Ribeiro. **Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002.

³⁶Para um estudo sobre a presença alemã, no meio operário, ver: GERTZ, René E. **Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão**. In: Revista Brasileira de História – Sociedade & Trabalho na História. São Paulo. V. 6. N.11, set. 1986/fev. 1986.

³⁷WEBER, Regina. **Os operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. 1. Ed. Ijuí: Unijuí, 2002. 279p.

II, sala nordeste (Tecelagem) I, sala nordeste (Tecelagem) II, sala sudeste (Tecelagem) I, sala sudeste (Tecelagem) II, sala jackard (Tecelagem) e acabamento de panos.

Ao debate sobre formação e consciência de classe há importantes contributos: das reflexões de Karl Marx, em *“O Manifesto Comunista”* e no *“O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”*; no clássico de Gyorgy Lukács *“História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista”* e em dois artigos do historiador inglês Eric Hobsbawm, a saber, *“Notas sobre Consciência de Classe”* e *“O fazer-se da classe operária, 1870-1914”*. Nos anos 1970, Edward Thompson operacionaliza de forma pormenorizada suas reflexões em torno da “consciência de classe” no artigo publicado em 1977, *“Algumas observações sobre classe e ‘Falsa consciência’”*, destaca: *“‘Classe’, na minha prática, é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo”*.³⁸ Deste modo, ao realçar que a classe deve ser entendida dentro da operação do próprio fazer-se, ela encontrava-se, assim sendo, presente ao seu próprio fazer-se.³⁹ Realiza crítica à visão marxista na historiografia, no exame da classe, via equação Base e Superestrutura. Aponta que ela também deve ser vista não apenas como produto do econômico, mas sim vista igualmente no nível do cultural. Sobre classe, luta de classes e consciência, sublinha:

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe.⁴⁰

E. P. Thompson faz uma crítica aos marxistas-estruturalistas, que definem a classe dentro somente das relações de produção, como se tivessem uma posição determinada, devesse ter uma consciência determinada. Assim, classe é nomeadamente um fenómeno histórico e a ação dos sujeitos na história e a agência dos movimentos de homens e mulheres, será por meio do conceito de experiência – o que ele chama de termo ausente no marxismo: *“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana.’ É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube*

³⁸THOMPSON, E. P. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2001, p. 270.

³⁹THOMPSON, E. P. Op. Cit. p. 277.

⁴⁰THOMPSON, E. P. Op. Cit. p. 274

do pensamento, com o nome de 'empirismo'."⁴¹ Este historiador defende a ideia de processo histórico a partir dos sujeitos. Experiência e cultura são, de todo modo, fundantes para o processo de tomada de "consciência de classe." Isto se constituiu fundamental nesta pesquisa, por enxergar que com ele os homens e mulheres tornam-se atores principais no processo histórico.

1.3 METODOLOGIA E FONTES PARA O ESTUDO DA CLASSE OPERÁRIA RIOTINTENSE.

O registro do historiador francês Marc Bloch de que *"o bom historiador se parece como um ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça"*⁴², transmite a lição de que, a partir do material documental pesquisado, alcançamos percepção de uma multiplicidade de sujeitos ativos e construtores do processo histórico. Esta pesquisa, deste modo, dialoga com diversas fontes históricas sobre a história da classe trabalhadora em Rio Tinto é reescrita. Os arquivos que nos auxiliam na escrita da história da classe trabalhadora paraibana são escassos. Logo, o acesso na busca dos rastros da história operária paraibana dar-se-á por meio das fontes oficiais e da repressão, ponto de similitude do pesquisador do mundo do trabalho:

É válido ressaltar não só a possibilidade do uso de arquivos convencionais para deles se extrair informações a respeito dos trabalhadores, como é o caso da documentação contida no acervo do DOPS ou de jornais de ampla circulação geralmente disponíveis nos arquivos públicos de diferentes estados, mas de acervos dos próprios trabalhadores, que muitas vezes se perdem por falta de sensibilidade a respeito da importância ou da possibilidade de organização dos mesmos pelas entidades sindicais e/ou movimentos sociais.⁴³

Isto posto, é preciso destacar que, ao longo da História da República na Paraíba, os trabalhadores foram costumeiramente alvos da repressão estatal, o que desdobrava na desarticulação tanto da sua organização e luta por direitos, bem como, no aprisionamento e consequente destruição dos seus arquivos. Especificamente sobre Rio Tinto, os arquivos operários, a exemplo do arquivo do Sindicato Têxtil desde 1932, foi alvo de variados momentos

⁴¹THOMPSON, E. P. **O termo ausente: experiência.** In: A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p.182.

⁴²BOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P.54

⁴³DABAT, Christine Rufino; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de (orgs). **Apresentação.** In: O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. P. 4

de repressão. Nos marcos de 1933, 1951 e a partir do golpe civil militar de 1964, a documentação referente às atividades sindicais encontra-se dispersa. Por exemplo, na sede do sindicato em Rio Tinto, encontramos apenas dois livros de atas, livro de registro de ações trabalhistas e atas das reuniões dos Trabalhadores Rurais, em torno da Liga Camponesa entre 1962 e 1964. Em entrevistas com ex-operários e dirigentes sindicais, a justificativa pela falta de documentação da ação do sindicato deve-se às constantes repressões da Polícia e do Exército, aliadas à queima de documentos feita pelos próprios dirigentes sindicais.

Neste sentido, para compor o mosaico de fontes destas pesquisas oficiais e da repressão foi decisivo para a história da classe trabalhadora. O recorte entre 1924 a 1945 coincide com intensa movimentação operária e de produção de documentos a estes referentes. Os processos-crimes, trabalhistas e ações cíveis compõem o leque de fontes do judiciário empregada nesta pesquisa. Para tanto, do ponto de vista metodológico se sobressai o diálogo da História Social com o Direito, em dois marcos historiográfico. O primeiro, a série de artigos referentes aos direito consuetudinário dos pobres, usos da terra e roubo de madeira, publicados em 1842 por Karl Marx, recentemente traduzido para a língua portuguesa com o título, *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*, tendo como pano de fundo, a discussão sobre os significados da lei no Estado burguês.⁴⁴

O segundo, a pesquisa publicada em 1975 de Edward P. Thompson “*Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*”,⁴⁵ na leitura do direito e da lei, em relações enquanto campo de lutas e tensões. Na medida em que procurava compreender o processo de formação de classe, percebi que os documentos da justiça seriam fontes primordiais. Para a historiadora Verônica Secreto:

Uma das vias que levou a história ao encontro do direito tem sido as fontes. Com intenção de ter acesso às ações e pensamentos das pessoas comuns, como uma forma de explorar uma dimensão desconhecida do passado, o historiador viu-se frente a um corpo documental anteriormente negligenciado ou restrito aos pesquisadores da área do direito. Referimo-nos à documentação de origem judicial.⁴⁶

⁴⁴MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Tradução de Nélio Schneider, Boitempo, São Paulo, 2017, 150 páginas.

⁴⁵THOMPSON, E. P. **Senhores & caçadores. A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁶SECRETO, Verônica. **História e Direito**. In: MARTINS, Mário, RIBARD, Frank, SECRETO, Verônica, TOLEDO, Edilene. *A História em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006, p. 19-20.

Podemos citar dois outros marcos na historiografia brasileira: “*Homens Livres na Ordem escravocrata*”, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (pesquisa publicada em 1969, que utilizou Processos-Crimes), e “*Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*”, do historiador Sidney Chalhoub (publicada em 1986, como fruto de sua Dissertação de Mestrado de 1984, que utilizou fartamente de fontes criminais). A partir deste diálogo e do acesso aos documentos da Justiça, a historiografia brasileira recebeu desde os anos 1980, importantes releituras na história social do trabalho. Variadas pesquisas tendo por base processos-crimes, trabalhistas e cíveis, desvelaram um novo olhar em torno das experiências dos trabalhadores brasileiros. A partir daí as pesquisas que dialogavam com as fontes da justiça na historiografia brasileira ganharam impulso. Em 2006 a coletânea “*Direitos e Justiças no Brasil – Ensaio de História Social*”, organizada pelas historiadoras Silvia Lara e Joseli Maria Mendonça, ressaltaram o papel ativo dos trabalhadores no protagonismo de busca e luta por direitos:

A Historiografia mais recente tem indicado uma presença dos trabalhadores no campo legal e jurídico que, antes, nem poderia ser vislumbrada. Longe de vítimas indefesas ou tuteladas, escravos e trabalhadores livres aparecem como sujeitos importantes na conformação de espaços públicos de negociações sociais, capazes de impor aos senhores e patrões – e ao Estado – um conjunto de direitos e deveres, muitas vezes formulado na própria retórica de seus adversários. E, ao contrário da visão tradicional que orientava as análises dessas questões, não se trata de obscurecer as relações de dominação e a desigualdade das partes envolvidas nesses conflitos, mas de mostrar como, em cada conjuntura específica, essas lógicas políticas e jurídicas foram formuladas e acionadas por indivíduos situados em campos sociais radicalmente opostos.⁴⁷

As ações trabalhistas, criminais e cíveis empregadas nesta pesquisa estão arquivadas em dois locais: o Fórum da cidade de Mamanguape⁴⁸ e no Arquivo das Varas do Trabalho-Memorial da Justiça do Trabalho, em João Pessoa. Este material documental, de 1924 a 1945, fornece mostras do desvelamento de temas relevantes. Nestas ações se observa: a heterogeneidade da classe operária (vista nas diversas categorias e seções dentro da tecelagem e nas subsidiárias); as relações de classe forjadas no cotidiano para além dos muros da fábrica; as relações entre operários brasileiros e técnicos estrangeiros; a luta por direitos no início dos anos 1930; ações de indenização por acidente do trabalho; homologação e revisão de processo

⁴⁷LARA, Silvia Hunold, MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). **Apresentação.** In: *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. P. 12-13.

⁴⁸Até o ano de 1959, estes processos eram transitados em Mamanguape, posto que, a Comarca de Rio Tinto foi criada neste ano. Rio Tinto permaneceu enquanto distrito da vizinha Mamanguape até o ano de 1956 data em que se emancipou. Assim, a maior parte das ações judiciais era tramitada inicialmente em Mamanguape. Em seu arquivo, contam-se as dezenas os maços referentes a ações da tecelagem e dos trabalhadores de Rio Tinto.

de acidente. Destes, o destaque dado a processos sobre articulação do Sindicato Têxtil de Santa Rita, em defesa jurídica para com um operário em Rio Tinto (tempo em que não havia o funcionamento de entidade representativa em 1939) e sobre a demissão de trabalhadores filiados ao Sindicato Têxtil, em 1932.

O uso das fontes da Justiça do Trabalho obriga a levar em consideração os cuidados na leitura metodológica dos processos. É o que ressalta Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira da Silva, para quem *“os processos trabalhistas constituem uma possibilidade de aproximação da fala dos trabalhadores, ainda que filtrada e destilada pela linguagem e pelo exercício do poder judicial, em situações formais e mesmo opressivas”*.⁴⁹ Embora costumeiramente ameaçados de desaparecimento, revela certos aspectos fundantes, tais como o cotidiano operário:

Por outro lado, as ações trabalhistas também indiciam práticas e relações sociais que extrapolam o mundo propriamente jurídico, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada e nas relações de gênero, permitindo a análise de como costumes e práticas compartilhadas formaram bases sólidas para a luta por direitos. Por meio dos documentos da Justiça do Trabalho (inclusive aqueles produzidos em parceria com o historiador, como ocorre com as entrevistas de história oral), podemos compreender melhor não apenas o funcionamento dessa instituição, mas também as diferentes visões sobre sua legitimidade e os sentimentos de recompensa, gratidão e frustração dos trabalhadores diante das decisões ou reparações judiciais.

A partir do acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e de arquivos na Paraíba, outra fonte fartamente utilizada foram os jornais, sejam oficiais ou operários. Seja nos registros da imprensa da Paraíba, Pernambuco ou do resto do Brasil, as repercussões da movimentação em torno da tecelagem Rio Tinto eram constantes. Sobre a Paraíba, pesquisamos os registros do jornal oficial – editado pelo Governo do Estado, desde 1893 – *A União*⁵⁰ e como contraponto a este, duas folhas operárias, tais como *A Voz Operária*, *A União Operária*, *O Fanal* e *Jornal dos Operários* (os dois primeiros editados em João Pessoa e os dois últimos, editados pelos trabalhadores de Rio Tinto). Assim, a união representa o veículo do projeto de

⁴⁹GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história. Os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. P. 34-35. Sobre o arquivo da Justiça do Trabalho, do TRT-6ª Região, sob guarda da UFPE, em Recife, ver: DABAT, Christine Rufino. **A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (org.). *Trabalho e Trabalhadores no Nordeste: Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

⁵⁰Para um estudo sobre a trajetória deste jornal ver: MARTINS, Eduardo. **A União: jornal e história da Paraíba; evolução gráfica e editorial**. João Pessoa: A União, 1978.

poder das elites econômicas e políticas da Paraíba. Os trabalhadores de Rio Tinto e , em extensão, os paraibanos aparecem nesta folha como coadjuvantes do processo histórico. E quando veiculam notícias sobre a tecelagem, os trabalhadores aparecem como meros apêndices do projeto econômico/industrial dos Lundgren.

As folhas operárias, por serem editadas pela iniciativa da própria classe, representam um contraponto à imprensa oficial, veiculando em suas páginas os interesses classistas. É fonte primordial para o acesso à reivindicação pela palavra. Os historiadores que se debruçam nos anos 1930 para o estudo da classe trabalhadora na Paraíba se deparam com poucas edições preservadas de jornais operários nos arquivos públicos e privados.⁵¹ Nesta década, as variadas categorias de trabalhadores estavam em processo de organização e esta imprensa, se tornou importante via de reivindicação.⁵² Com a palavra impressa, Manoel Rocha, Antônio Sales e outros se colocam enquanto sujeitos ativos e prontos para operar seu próprio aparato de lutas e de consciência de classe. A leitura destes jornais muitas vezes era feita de forma pública e circulava clandestinamente no interior da fábrica. Tanto a leitura bem como sua edição em tipografias e distribuição obedeciam a certos padrões comuns na resistência à constante repressão patronal. A historiadora Adelaide Gonçalves ressalta sobre estas questões de dificuldade condicionante da imprensa operária:

Além da baixa escolaridade ou da persistência do analfabetismo dificultando a difusão da imprensa dos trabalhadores, a repressão e as parcas condições de sustentação dos periódicos são outros entraves a existência regular dessa imprensa. Como faziam para difundir a palavra impressa no meio operário? São vários os mecanismos e muitos os exemplos em diversos lugares.⁵³

De modo recente, o alargamento de novas fontes na pesquisa sobre o movimento operário tem se incrementado. Das fontes da justiça somam-se os arquivos da repressão, nomeadamente os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. Este tem se tornado espaço profícuo na reescrita da experiência dos trabalhadores, a partir dos anos 1930, como pontua René Gertz e Caroline Bauer:

Para falar sobre os arquivos produzidos pela repressão, é imprescindível fazer referência à repressão propriamente dita, ou, ao menos, aos sistemas de

⁵¹Para tal discussão, ver importante obra sobre história da imprensa no Estado: ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.

⁵²Para um levantamento, preliminar da imprensa operária no Brasil, ver **Anexo II – A imprensa dos trabalhadores: uma bibliografia**. In: GONÇALVES, Adelaide (Orgs). Ceará Socialista: anno 1919. Florianópolis: Insular, 2001.

⁵³GONÇALVES, Adelaide. **Trabalhador lê?** Revista de Ciências Sociais, v. 34, n.1. Fortaleza-CE, 2003.p. 59.

informações, pois foi essa estrutura burocrática que produziu tais documentos. E, na história da República brasileira, destacam-se, nesse sentido, dois períodos: um durante o assim chamado primeiro governo Vargas (1930-1945), o segundo durante a ditadura militar instaurada em 1964.⁵⁴

Em se tratando do material documental do DOPS, no de Pernambuco (sob guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em Recife) há uma multiplicidade de prontuários funcionais e individuais sobre Rio Tinto, muitos dos quais inseridos dentro das pastas da Fábrica Paulista, entre os anos 1930 a 1945: relatórios, elaborados por uma rede de investigadores interligados com a Paraíba, prontuários acerca da atuação de militantes comunistas na cidade-fábrica e no seio sindical até a apreensão de variados documentos do Sindicato Têxtil e de outros da capital paraibana – a exemplo do arquivo *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte* - jornais operários, boletins, panfletos, atas, anotações de ações de luta, fotografias e outros, denota-se que a vigilância política era constante desde 1932 a 1945. Tivemos acesso, de maneira inédita, aos Prontuários Individuais dos trabalhadores de Rio Tinto, que se destacaram na militância político-sindical: Antônio Sales, Manoel Rocha Filho, Claudino José da Silva, Paulino Trindade de Medeiros, Serafim Carneiro da Silva e outros. Deste modo, apresentamos biografias destes operários para entendermos a trajetória da classe pautando-se pela específica metodologia no trato dos estudos biográficos.⁵⁵ Importante destacar a documentação inserida em cada prontuário. Fazendo parte da lógica repressiva do governo Getúlio Vargas, aos considerados subversivos, o DOPS realizava uma política de extrema vigilância, para com o movimento operário. Desta documentação, apreendemos um movimento operário em paulatina organização na Paraíba, durante os anos 1930 e 1940.

Diante do exposto, esta tese, intitulada “*Operários! Uni-vos!*”: *Experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945)*, encontra-se disposta

⁵⁴BAUER. Caroline Silveira, GERTZ. René E. **Fontes sensíveis da história recente. Arquivo de Regimes Repressivos.** in: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.174.

⁵⁵Para uma leitura sobre biografias de operários, ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de; MOMESSO, Luiz Anastácio. **A trajetória de um líder comunista: Edvaldo Ratis e o Sindicato dos Gráficos.** Mundos do Trabalho; v. 8, n. 15 (2016): Biografia e História do Trabalho (I); SCHMIDT, Benito. **A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto.”** In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos et al. (org.). Questões da teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000; SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945).** Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000; SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão: a História de dois líderes socialistas.** Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004, 509 p.

em quatro partes. Na primeira parte, *A família Lundgren e seus empreendimentos no Norte do Brasil (1860-1907)*, abordamos a construção dos empreendimentos têxteis pela família Lundgren no norte do Brasil. Apresentamos a trajetória do “patriarca” dos Lundgren, o imigrante sueco Herman Theodor, que chega ao Brasil em 1855 e até sua morte, em 1907 estabelece uma ampla rede comercial. O processo do estabelecimento da Companhia de Tecidos Paulista, bem como da sua expansão com a inauguração da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, é debatido partindo do contexto industrial e econômico da Paraíba. Aqui, tratamos dos estímulos fiscais do Governo paraibano com a implantação da tecelagem.

Na segunda parte, *Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto: Industrialização, trabalho e cotidiano na Parahyba do Norte (1917-1945)*, partindo do recorte temporal estabelecido entre 1917 a 1930, discutimos o processo de construção e inauguração do projeto industrial da tecelagem de Rio Tinto, das migrações e das resistências, a partir das visões dos índios potiguaras. Sobre as migrações e recrutamento de mão-de-obra, apresentamos a estrutura fabril e o predomínio do patrão na distribuição dos trabalhadores nas diversas categorias da tecelagem. Ainda, tratamos a vida extramuros, em específico, o processo de construção de uma identidade e cultura operária, forjada no cotidiano da vila operária – espaço crucial nas relações de sociabilidade.

A conjuntura dos anos 1930 é objeto da terceira parte, *Rio Tinto operário: Protagonismo, consciência e o “fazer-se” classe na luta por direitos (1931-1937)*, aonde o eixo é a análise do processo do “fazer-se” classe na luta por direitos. A partir de fins dos anos 1930 há um gradual processo em torno da consciência de classe, verificado no protagonismo operário nas lutas reivindicatórias e de resistência à coação patronal. Problematicamos o marco da criação do primeiro sindicato em 1932, no contexto da promulgação dos primeiros Decretos Trabalhistas e de como a classe operária soube utilizar-se das leis para imprimir sua luta e formação político-sindical. A articulação com o movimento operário paraibano, pernambucano e os debates em torno da agenda de lutas da classe trabalhadora brasileira eram presentes no movimento operário de Rio Tinto. A criação de uma imprensa operária ajudou tanto nas denúncias de repressão patronal, para com as atividades do sindicato e dos trabalhadores sindicalizados, bem como no processo de consciência de classe. Apresenta-se o papel preponderante do Partido Comunista no meio operário, com a criação da “Célula Rio Tinto” e uma rede de trabalhadores filiados. A repressão policial às atividades dos militantes comunistas confirmou o nível de organização atuante em João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande em 1933.

O processo de reorganização operária no ambiente pós-Levante comunista de 1935 até o marco final de 1945 constitui o objeto da quarta e última parte, *A (Re)organização operária no Estado Novo: Resistências e (re)articulações por direitos, (1937-1945)*. Das leituras e rastros das resistências e articulação por direitos, buscamos nos processos cíveis e criminais elementos decisivos para o registro desta movimentação. Sob o regime do Estado Novo, os trabalhadores conseguiram burlar as dificuldades de reorganização: por meio da lei, implementaram uma nova agenda num novo espaço de lutas e reivindicações. Em 1943 com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, o sindicato foi recriado, desta feita sob controle patronal. A esse tempo, registra-se, ao final de 1945, o incremento da luta por direitos e os conflitos entre operários brasileiros e técnicos alemães.

Deste modo, ao concluir, convidamos o leitor a apreciar as particularidades da história da classe operária em Rio Tinto que por meio das experiências de diversos trabalhadores e trabalhadoras, inseriram-se de maneira singular no cenário do mundo do trabalho no Brasil, nos conturbados anos 1930 e 1940.

2 COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA – FÁBRICA RIO TINTO: INDUSTRIALIZAÇÃO, TRABALHO E COTIDIANO NA PARAÍBA DO NORTE (1917-1945)

Da chegada ao Brasil passando pela construção de uma ampla rede empresarial, os Lundgren em 1917 iniciaram a construção de uma tecelagem no Vale do Mamanguape, na Paraíba.

2.1. HERMAN THEODOR, A FAMÍLIA LUNDGREN E SEUS EMPREENDIMENTOS NO NORTE DO BRASIL (1860-1907)

Os primeiros meses foram os mais terríveis de minha vida. A terra era estranha, e mais estranho o clima. A gente, apesar de afável, não me entendia. Os costumes, a língua ...Tudo, no começo, parecia contra mim. A meu favor, eu e mais ninguém.

Herman Theodor Lundgren⁵⁶

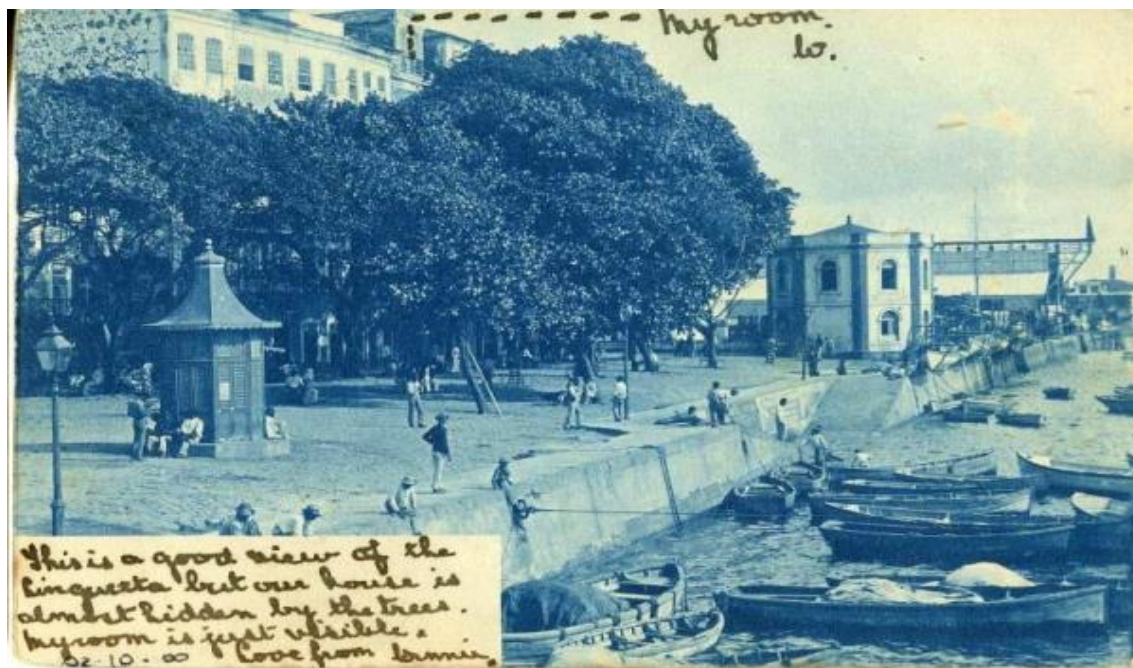
Em 1832, Norrköping era uma pequena cidade do sudeste da Suécia. Desde o século XIV, se destacava como região de produção têxtil. Neste ano, nascia Herman Theodor Lundgren, filho de Johann Willhem Lundgren, “*pertenceria a uma família de comerciantes, industriais e navegadores*”.⁵⁷ Imigra para o Brasil em 1855 e , importante destacar, que desde 1845 a Suécia estava vivenciando uma conjuntura imigratória devido a entraves econômicos experimentados pela maioria da população. Tanto que cerca de “*um quinto dos suecos – um milhão, em uma população total de cinco milhões*”⁵⁸ decidiu pela imigração em massa. Em 1855, Herman T. Lundgren desembarcava em um dos vapores no Cais da Lingüeta, em Recife. Nesta época, o porto da capital da província⁵⁹ recebia intenso movimento em torno de importações e exportações e do comércio algodoeiro e açucareiro. Antes de chegar à Recife, passou por Rio de Janeiro e Salvador.

⁵⁶ GOÉS, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste – Vida, obra e descendência de Lundgren**. Gráfica e Editora Liceu: Recife, Pernambuco, 2014 (Edição Especial)

⁵⁷ MARKOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Saraiva. 2º Ed., 2007. (volume 3). P.30

⁵⁸ MARKOVITCH, Jacques. Op. Cit. P.30

⁵⁹ Sobre reflexões em torno do cotidiano de Recife em torno do Porto do Recife ver: SETTE, Mario. **Porto do Recife**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1945, 28p. & BARBOSA, Josué Humberto. **Porto, navegação e vida social antiga: um cronista e o cotidiano do Recife nos meados do XIX**. *Saeculum*: Revista de História, João Pessoa, n. 4/5, p.197-205, 1999.



Fotografia 1: *Cais da Lingüeta*, Recife. Registro do início do século XX. Acervo da base iconográfica da Fundação Joaquim Nabuco - Cartão Postal do arquivo Josebias Bandeira. Carimbo datado de 18.05.1903. (Fonte: FUNDAJ, Recife-PE).

Naturaliza-se brasileiro em 1870 e seis anos depois contrai matrimônio com a também imigrante Ana Elizabeth Stolzemwald, fixando-se no Recife até a sua morte, em 1907 com 72 anos de idade. Ao chegar a Pernambuco na segunda metade do século XIX, a divisão do Brasil imperial, como informa Evaldo Cabral de Melo, consistia em: províncias do norte agrário, compreendido geograficamente pela área de abrangência que ia da grande lavoura do Maranhão até o Recôncavo baiano (atividade econômica central na produção açucareira e algodoeira) e províncias do Sul, que ia do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. Estas diferenças regionais ou a desigualdade entre as províncias, do mesmo modo observou José Murilo de Carvalho⁶⁰ e Recife destacava-se como entreposto importante entre as províncias do norte agrário e a movimentação do porto era amostra disto:

Ao longo do século XIX, a praça comercial do Recife destacou-se como entreposto econômico de grande importância regional e nacional, uma vez que participava tanto do comércio exterior brasileiro quanto desempenhava

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.P. 137

localmente a função de centro de distribuição e transporte para os produtos nacionais e estrangeiros.⁶¹

No primeiro capítulo de *“O Norte Agrário”*, Evaldo Cabral debate a transição do trabalho escravo para o livre ressaltando que no Norte açucareiro a imigração europeia não foi sentida.⁶² De fato, o imigrante Herman Lundgren, não pode ser inserido dentro das políticas migratórias do Segundo Reinado, afinal, chegou em 1855 por conta própria e em momento em que esta política ainda era pouco sentida. É o que informa Evaldo Cabral:

De 1850 a 1889, o sistema imperial de promoção da imigração europeia passou por várias fases e experimentou diferentes métodos. Pela lei de 18 de setembro de 1850, a chamada ‘lei de terras’, previra-se o custeio da vinda de imigrantes como assalariados em estabelecimentos agrícolas e em obras executadas pela administração pública, e também como colonos em núcleos criados pelo Estado (...) Assim, a ação do Governo Central foi decisiva em matéria de imigração durante todo o Segundo Reinado. Apesar disto, o Norte não se beneficiou dos seus favores.⁶³

Na leitura de sua trajetória, deste modo, registra-se ao fato de passar ao largo desta política migratória. O contexto político do Brasil Imperial, especificamente ao tempo em que o sueco se fixa, foi marcado pelo predomínio dos Liberais e Conservadores, dos “Luzias e Saquaremas”⁶⁴ nos jogos do poder das elites provinciais (altos cargos políticos, como: Conselheiros, Ministros, Senadores, Deputados, alta burocracia, homens ricos e com atividades econômicas diversas e profissionais liberais do mundo urbano, como médicos, advogados e

⁶¹ DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837 - c.1871): a trajetória do negociante João Pinto Lemos**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015. P.5

⁶² Para uma análise pormenorizada da imigração no império, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 303-305. V. 2.

⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. P. 60-61. Nesta obra, o autor fez uso destas fontes documentais e foram seminais para mostrar as engrenagens no processo histórico das relações entre Norte e Sul no estado Imperial. Para tanto, as fontes oficiais foram fartamente utilizadas: anais da Câmara, anais do Senado, relatórios Ministeriais, correspondências dos Presidentes de Províncias, correspondências particulares dos destacados homens públicos, a imprensa período do Sul e do Norte. Ressaltam-se os cuidados metodológicos aos se trabalhar com fontes oficiais, entendendo-os enquanto versões e resquícios interessados sobre o passado.

⁶⁴ MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004 & DOLHNIKOFF, Mirian. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005, 330p.

jornalistas)⁶⁵. É possível afirmar que Herman, a partir de 1870, já estivesse inserido dentro de certa elite de negociantes recifenses.

Neste estudo, partimos de dois perfis biográficos distintos em termos de narrativa e de autor. O primeiro, um perfil publicado em 1949, opúsculo escrito por Raul de Góes: “*Herman Lundgren: Pioneiro do progresso industrial do Nordeste*”⁶⁶. O segundo publicado em 2007 e escrito pelo professor da USP, Jacques Markovitch: “*Pioneiros e empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*” (especificamente o terceiro volume da trilogia, “*Os Lundgren*”). O primeiro trabalho, clássica referência sobre o estudo da trajetória dos Lundgren é laudatória e marcada por apologia, o segundo, oriundo de lugar de autoria acadêmica pautada por diversas fontes, traça um perfil que se distancia da apologia de Raul de Góes.

Ultimamente, as biografias têm ganhado espaço. Na produção historiográfica, para o entendimento, não somente de “grandes personagens”, mas também, na experiência e ação das pessoas comuns.⁶⁷ Importante problematizar teórico-metodologicamente os estudos e as peculiaridades do percurso de escrita biográfica. Dois autores que se debruçaram neste entendimento são referenciais: Giovani Levi e Pierre Bourdieu. Segundo Levi, em seu texto “*Usos da Biografia*” há a identificação de quatro possibilidades de biografias: 1. Prosopografia e biografia modal; 2. Biografia e contexto; 3. Biografia e os casos extremos; 4. Biografia e hermenêutica. Levi, ainda levanta diversas questões, entre elas: a relação historiadores e romancistas; da autobiografia e da possibilidade de novas fontes, bem como na dificuldade do historiador, no acesso à escrita de biografias/trajetórias de vida. Sobre estas dificuldades, assinala:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-

⁶⁵ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte – os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. UFSM/Anpuh-RS, 2010.

⁶⁶ GÓES, Raul de. **Herman Lundgren: Pioneiro do Processo Industrial do Nordeste**. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

⁶⁷ Sobre o gênero biográfico, ver: BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p.205; LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século 17**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 225-49; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2000. XAVIER, Regina Célia Lima. **O desafio do trabalho biográfico**. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora UFRS, 2000, p. 161-173.

nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.⁶⁸

Segundo Vavy Pacheco, “*a questão da biografia passa fundamentalmente pela da memória*”.⁶⁹ Assim, a memória construída sobre Herman Lundgren é composta de diversos olhares: da família, de intelectuais ligados a uma historiografia de matriz positivista-oficial, de políticos e dos trabalhadores (das tecelagens de Paulista/Rio Tinto, da *Pernambuco Powder Factory*, das Casas Pernambucanas e das Lojas Paulista). Cada um a seu modo constituiu e/ou construiu uma imagem de forma laudatória ou não. Registramos a trajetória deste imigrante pautada pelos rastros e registros nos jornais pernambucanos e do Rio de Janeiro. Por ser destacado comerciante, suas atividades comerciais são registradas: da instalação de seu escritório no Cais da Lingüeta, de suas idas e vindas à Europa, do comércio de couros, de cera de carnaúba, da criação da primeira fábrica de pólvoras de Pernambuco, da venda de Libras Esterlinas até a idealização da fábrica têxtil de Paulista.

As lacunas ainda impedem, por exemplo, o registro exato de chegada ao Rio de Janeiro e em Recife, conquanto, no exercício de escrita biográfica ressalte-se que o historiador não pode dar conta por completo do biografado. Afinal, como ressalta Vavy Pacheco, “*a sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de aproveitar ausências e vazios com os quais ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-los*”.⁷⁰ As fontes documentais que possibilitam a informação de sua chegada em 1855 são quase inexatas. Os registros de estrangeiros da época praticamente eram feitos nas páginas do *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, na seção sobre *Movimentação do Porto*, além do *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), *A Província* (PE) e o *Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província de Pernambuco*.⁷¹

O percurso de vida de Herman no Brasil pode ser assim apresentado: primeiro aportou no Rio de Janeiro, passou por Salvador e terminou fixando-se em Recife. Inicialmente passou a trabalhar como tradutor no Cais da Lingüeta e com o passar dos anos, estabeleceu um

⁶⁸ LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.167-182. P. 169.

⁶⁹ BORGES, Vavy Pacheco. **Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.) **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2.ed. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2004. P. 291

⁷⁰ BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto. 2008. P.221.

⁷¹ De fato, a documentação sobre registros de chegadas de estrangeiros entre 1855 a 1860, é escassa. No *Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, as listas e registros deste período, inexistem.

escritório: “...no número 6 do Cais da Lingüeta, como *ship-chandler*, nome dado aos fornecedores para navios, de cabos, cordoalhas e velas, além de víveres para viagem.”⁷². O escritor Raul de Góes, registra em tom laudatório:

Numa cidade como o Recife, a cujo porto atracavam grandes veleiros, principalmente ingleses, fazia falta um empreendimento daquela natureza, tendo à frente uma pessoa que servisse de intérprete aos comandantes, tripulantes e passageiros procedentes da Europa e de outras partes do mundo. O escritório do jovem Herman Lundgren transformou-se, por assim dizer, no centro das várias colônias estrangeiras com atividades mercantis e industriais na bela cidade nordestina, abrindo ao seu chefe as perspectivas da prosperidade. Esse escritório estava situado na Praça da Lingüeta n.6, e era uma espécie de *ship-chandler* para fornecimento de víveres e massames para os barcos ingleses, holandeses, franceses, americanos, portugueses e de outros povos navegadores.⁷³

No *Almanaque de Pernambuco* em sua publicação de 1881, na seção *Armazéns para fornecimento de navios (ship-chandler)*, há uma lista com escritórios e entre os seis listados encontramos o de Herman Lundgren & C..⁷⁴ A cartografia/espço urbano do Recife comercial nestes anos destacava-se por: Rua do Comércio; Cais da Alfândega e Praça do Comércio (que chamava-se Cais da Lingüeta).⁷⁵ Em pesquisa sobre a trajetória do comerciante João Pinto Lemos – na mesa conjuntura das atividades comerciais em que Herman atuava – a historiadora Bruna Dourado ainda observa que nestes endereços comerciais existia uma presença considerável de estrangeiros atuando.⁷⁶ E finaliza, ao dizer que: “(...) no Recife oitocentista o ritmo da vida cotidiana era, em grande parte, influenciado pelo movimento que ali existia.”⁷⁷

Também encontramos nas páginas do jornal *A Província* – órgão ligado ao Partido Liberal – fatos, como o de novembro de 1876, quando o jornal informa acerca de atentado em que foi vítima. Na descrição, três homens o abordaram, ferindo-o com pedaços de madeira às 20hs da noite, quando estava sentado em frente ao seu armazém. Nota-se que o jornal o evidencia como comerciante de destaque, entretanto, as motivações da violência não são

⁷² MARKOVITCH, Jacques. Op. Cit. P.32

⁷³ GÓES, Raul de. **Herman Lundgren: Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste**. Rio de Janeiro: A Noite, 1949. P. 21

⁷⁴ **Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província de Pernambuco**. Recife. Tipografia Mercantil. 1881. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P.159.

⁷⁵ DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Op. Cit. P. 27**

⁷⁶ DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Op. Cit. P. 34**

⁷⁷ DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Op. Cit. P. 19**

explicadas pela folha que desfere críticas ao Presidente da Província, Manuel Machado Portela, do Partido Conservador, e a falta de segurança na região da rua do Comércio.⁷⁸



Attentado—Na sexta-feira passada foi o Sr. Herman Lundgren, estabelecido à praça do Commercio n.º 4 e 6—vítima de um audacioso attentado. Achara-se aquelle Sr. sentado às 8 horas da noite na porta de seu armazém, quando tres individuos, que não poderam ser conhecidos, investiram sobre elle, dando-lhe duasacetes, das quaes ficou levemente ferido.

O crime ostenta-se mais do que nunca com o maior desassombro e impavidez!

A pratica successiva de factos desta ordem põe em relevo a actividade e vigilancia da nossa policia.

Se em outros tempos registavamos as violencias do inspector Zeca, que com suas conhecidas bravatas e descompasturas, praticava todos os dias inqualificaveis arbitrariedades, mandando os pobres presos pelo Casa do Apollo, o que era signal para serem conduzidos a toque de refeiçoes, com tudo nunca se vio praticar-se um attentado como esse de que foi victima o Sr. Lundgren. Os seus autores deviam, por certo, ter contado com a incuria e pouca vigilancia da policia, a cuja conta devem ser lançadas essas factos.

Não é a primeira vez que nos convençamos do abandono policial a que está votada a freguezia do Recife, que precisa de homens energicos e activos a frente de sua policia.

Agora que está passada a quadra eleitoral, fazemos um appello ao Sr. presidente da provincia para que reforme a sua policia tão desmoralizada quanto inhabil, pois a sua conservação traz como consequencia inevitaveis omissoes na pratica successiva de crimes, e a falta de segurança de vida e propriedade a que tem direito todos os cidadãos.

Fotografia 2: Notícia em *A Província* sobre o atentado ocorrido com Herman Lundgren. (Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional).

Portanto, este episódio revela que a esse tempo já se notabilizava no ramo de exportação e importação e segundo *A Província* e o *Jornal do Recife*, suas relações comerciais estavam entre algumas praças do Brasil e da Europa, tais como Hamburgo, Antuérpia e Liverpool. Inseriu-se no comércio de couros e em 1866 adquiriu uma fábrica de pólvoras na Pontezinha, no município do Cabo, a *Pernambuco Powder Factory* com a pólvora da marca *Elephante*:

(...) instalou depósitos de pólvora na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Como a maior parte dos navios brasileiros se recusava a transportar explosivos, Lundgren adquiriu uma pequena frota de veleiros para

⁷⁸ **Attentado.** In: *A Província – Órgão do Partido Liberal*. Recife, segunda-feira, 6 de novembro e 1876. P.1 Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

esses serviços. Além das escunas Eclipse e Elizabeth, e várias barcas menores, havia três iates de alto bordo: Reinder, Taurus e Palma Santa.⁷⁹

O censo de 1872, tempo em que já tinha iniciado as atividades da *Pernambuco Powder Factory*, registrava que Pernambuco possuía 7 suecos residentes, classificados em casados, solteiros, homens, mulheres, católicos e acatólicos. Por ser negociante próspero no Recife, virou representante sueco na cidade e costumeiramente realizava viagens para o sul do Brasil e para a Europa. Suas idas e vindas à Europa eram registradas nos jornais da capital, a exemplo de 1876, quando acabara de chegar de uma viagem da Europa. *A Província* anota: “*Chegados dos Portos da Europa, no vapor inglez Boyne: I. A. Thon. C. R. Power, Willian Lidngton e sua senhora, George Willian Gibson, Herman Lundgren.*”⁸⁰ Foi neste contexto que iniciou os primeiros contatos com a indústria têxtil, ao dar início à compra de ações de uma antiga fábrica na vizinha Goiana: *Companhia de Fiação e Tecidos de Goiana*. Em seguida, desistiu do negócio e adquiriu uma antiga fábrica na cidade de Olinda. Veio a falecer em 1907 e seus negócios foram distribuídos entre seus filhos, especificamente, Arthur e Frederico João Lundgren. Em 1908, foi fundada a *Casas Pernambucanas*, onde seria vendida a produção, inicialmente, da tecelagem Paulista e, depois de 1924, de Rio Tinto. Em 1910, já contava com filiais em todo o Brasil.

Ao (re)pensar a história de Herman T. Lundgren, algumas reflexões devem ser pontuadas: como problematizar a história e a memória construída sobre Herman Lundgren? De que forma sua trajetória de vida e comercial, na segunda metade do século XIX, confunde-se com o amplo leque comercial em torno do porto do Recife? Como imigrante, naturalizado brasileiro, construiu uma forte teia de empreendimentos culminando com a fábrica de tecidos Paulista, no município de Olinda, no início do século XX. Neste sentido, ao serem tributários do pai, os filhos Arthur e Frederico João Lundgren⁸¹ prosseguiram no fortalecimento e ampliação dos seus projetos comerciais e ao escrever sobre a história de Herman T. Lundgren a justificativa é no entendimento da mentalidade industrial dos patrões e de como estabeleceram relações com os operários da fábrica de tecidos Rio Tinto, na Paraíba.

⁷⁹ MARKOVITCH, Jacques. Op. Cit. P.36

⁸⁰ **A Província – Órgão do Partido Liberal**. Recife, segunda-feira, 26 de setembro e 1874. P.2. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸¹ Herman e Ana Elizabeth Lundgren, tiveram 5 filhos: Frederico João (1879-1946), Guilherme Alberto (1881-1933); Herman Lundgren Júnior; Anna Louise e Arthur Herman (1882-1967).

2.2 DOS POTIGUARAS AOS LUNDGREN, *DAS TERRAS DA PREGUIÇA À RIO TINTO: UM SOPRO DE PROGRESSO?*

Em 1908 o Presidente do Estado da Paraíba, Monsenhor Walfredo Leal, anunciava a habitual Mensagem dirigida à Assembleia do Estado. No corpo do texto, no item *Leis Sancionados* no ano de 1907 encontrava-se a primeira referência sobre isenção de impostos a tecelagens que, porventura, viessem a serem instaladas na Paraíba. Por meio da Lei N. 273, Walfredo Leal isentava estas fábricas de fiação e tecidos por um período de 15 anos.⁸² Dez anos depois, os industriais Lundgren, proprietários de uma fábrica têxtil, em Paulista, próximo a Recife, demonstram interesse em executarem um plano de expansão de seus negócios têxteis. Podemos perceber que esta isenção oferecida pelo governo paraibano possibilitou a escolha do estado para a implantação de uma filial da fábrica de Paulista.

Em 1925, em sessão na Assembleia do Estado de Pernambuco, há memorando remetido ao Governo do estado sobre a isenção e modificação de impostos à fábrica Rio Tinto.⁸³ Entre os governos de João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930), a relação dos Lundgren com o governo estadual, passou por algumas modificações, como informa, José Octávio de A. Mello:

Ao contrário de Suassuna, por conta de quem a Companhia de Tecidos Rio Tinto, de devedora de impostos ao Governo estava se transformando em credora, a custa de duvidosos serviços realizados por Mário Viana em ponte sobre o rio Mamanguape, João Pessoa achava-se de há muito insistindo junto a presidência do Estado pela revogação de isenções fiscais concedidas a esse grupo agroindustrial. Ao assumir o Governo, Pessoa não só restabeleceu a cobrança de impostos da companhia de tecidos como desarmou os vigias de sua milícia particular e, além de demitir o Juiz da Comarca, removeu de Mamanguape o Promotor Rui Alverga, aparceirado com os Lundgren.⁸⁴

É certo que ao conceder isenção de impostos à implantação da tecelagem, o presidente do estado Camilo Holanda, permitiu que houvesse um processo em que Rio Tinto se tornou,

⁸² Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 1 de março de 1908 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado monsenhor Walfredo Leal. Imprensa Oficial, Parahyba do Norte, 1908. P. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Walfredo Leal exerceu o cargo de Presidente do Estado de 1905 a 1908.

⁸³ Congresso do Estado. *A Província* – Recife, quarta-feira, 8 de abril de 1925. Ano LIV – N. 82, P. 1.

⁸⁴ MELLO, José Octávio de A. *A Revolução Estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984.

segundo o historiador José Octávio de Arruda Mello, um “*Estado dentro do Estado*”.⁸⁵ Grande parte do projeto de colonização da região passava obrigatoriamente pela compra de extensas quantidades de terras e desembocava em contendas envolvendo os potiguaras. A partir da visão descrita pelos potiguaras, percebemos que este não foi um processo sem resistência. A chegada dos Lundgren na região, desmantela um modo de vida e os Potiguaras foram responsáveis pela narrativa de resistência.

As terras dos índios potiguaras estão concentradas em Rio Tinto, especificamente, em Vila Monte-Mór e Jaraguá.⁸⁶ Ao rememorar os fatos relacionados à colonização da região pelos Lundgren, ao tempo da construção da cidade-fábrica de Rio Tinto, e o processo violento contra os Potiguaras, registra-se:

Os descendentes de Potiguaras relatam um fato estarrecedor, quando uma família de índios se recusava a entregar suas terras para os Lundgren tinham suas casas atacadas e destruídas pelos capangas do Coronel Frederico durante a noite impossibilitando a fuga, alguns índios tinham medo de se aproximar de suas famílias para não serem pegos, devido a esse fato muitos optaram por migrarem para outras aldeias. Durante muitos anos a CTRT desfrutou de todos os recursos provenientes das terras potiguaras, o SPI (Sistema de Proteção ao Índio) e depois a FUNAI nunca tiveram êxito em por fim aos absurdos cometidos pelos Lundgren.⁸⁷

Para o antropólogo Estevão Palitot, este período em que os Lundgren, chegaram Mamanguape e passaram a estender a um amplo domínio territorial fez com que fosse um processo violento e de terror:

A Vila Monte-Mór seguiu habitada pelos indígenas até a primeira metade do século XX, quando estes se viram forçados a abandonar o local com a chegada dos irmãos Frederico e Arthur Lundgren. A instalação da Fábrica de Tecidos Rio Tinto deu início ao regime de terror, esbulho e negação da identidade indígena que ficou conhecido como o Tempo da Amorosa.⁸⁸

⁸⁵ Notar que Mário Coelho, um dos diretores da tecelagem, torna-se prefeito de Mamanguape por nomeação em 1927 a 1929, 1934 a 1935. Outro diretor que se torna igualmente, prefeito foi Eduardo de Alencar Ferreira, em 1935 a 1940 e 1951 a 1955, quando é eleito Deputado Estadual da Paraíba. Outro que faz carreira política, foi Raul de Góes.

⁸⁶ PALITOT, Estevão Martins. **A multidão potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX**. Raízes, v.31, n.1, jan-jun / 2011, p. 27. Outro pesquisador também informa que são catalogadas geograficamente 33 aldeias na Paraíba, como: VIEIRA, José Glebson. **De “noiteiro” a cacique: constituição da chefia indígena Potiguara da Paraíba**. Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste em São Luís, MA, 2003. P. 8.

⁸⁷ SILVA, Marta Gomes da; Edvaldo Carlos de. **Conflitos territoriais no município de Rio Tinto/PB: O caso da retomada das terras da Aldeia de Monte Mor**. Anais – XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS, 25 a 31 de julho de 2010., p. 5.

⁸⁸PALITOT, Estevão Martins. Op. Cit. P. 39.

O processo de contendas entre a fábrica e os índios Potiguaras se estenderam desde o processo inicial, partido da compra do Engenho da Preguiça. Na narrativa potiguara, em específico, na cartilha do índio Marinézio Cardoso sobre a história da Vila Monte-Mór, reproduzido na pesquisa de Estevão Palitot,⁸⁹ há uma associação à violência perpetrada pela fábrica. Marinézio Cardoso enfatiza que a partir da compra deste Engenho desativado, pelos Lundgren, “*foi aonde nasceu toda desgraça contra os índios potiguaras*” enfatiza o desmatamento e associa os ingleses, alemães, austríacos, e japoneses enquanto “*invasores*”. Assegura e pergunta: “*como foi que os índios deixaram nossas terras de espontânea vontade, isso foi uma farsa*”. Nas memórias potiguaras, muitos foram convertidos obrigatoriamente em “*trabalhadores da Companhia*”. Os que resistiam sofriam terríveis represálias do corpo de vigias, como informa Estevão Palitot:

Esse é o *Tempo da Amorosa* ou *O Quebra*, época de um regime de força e terror sobre as terras de Monte-Mór. A Companhia possuía um corpo de 12 vigias. Talvez fossem mais, mas esse número é o que ficou marcado na memória das pessoas. As torturas e mortes eram realizadas nas instalações da fábrica ou no meio do mato, em lugares ermos. Na fábrica, falam que os índios eram atirados dentro de uma das caldeiras. Havia um lugar na Mata do Burro D’água onde dentro de um buraco tinha umas agarras de ferro, onde os cabocós eram atirados. Aqueles que ficaram negavam ou não expunham a identidade étnica, como uma forma de viver sob o jugo da Companhia.⁹⁰

Porém, a fábrica direcionava os índios para trabalharem em seções subsidiárias da tecelagem, ou seja, em áreas como, o corte de lenha e na plantação para consumo das feiras:

As zonas agrícolas e madeireiras ao redor da cidade eram o espaço onde a CTRT impunha um regime de dominação patronal. Sob esse regime viviam muitas famílias de caboclos misturadas aos sertanejos que eram trazidos para trabalhar. As memórias relatam também uma vida agitada na cidade, com feira movimentada, festas e cinema. Quem vivia da agricultura produzia quase que exclusivamente para abastecer a cidade e pagava rendas e diárias a Companhia.⁹¹

⁸⁹ PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguaras da Baía da Traição e Monte-Mór: História, Etnicidade e Cultura**. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Humanidades. 2005. P. 104.

⁹⁰ PALITOT, Estevão Martins. Op. Cit. P. 106.

⁹¹ PALITOT, Estevão Martins. Op. Cit. P. 110. Outro estudo sobre a história dos Potiguaras e que elenca a chegada dos Lundgren e o processo de absorção da mão-de-obra indígena, ver: MOONEN, Frans. **História da Conquista do território potiguara: 1500 a 1985**. Cadernos Paraibanos de Antropologia, n.2, 1986, pp.69-101.

As distensões com o governo João Pessoa desembocaram em ação do Estado pró-Potiguaras, sobretudo na questão da demarcação do território indígena e contendas desde 1918, com os Lundgren:

O passo seguinte constitui em enfrentar o problema social do Vale do Mamanguape o que significa reaver a terra dos índios. O caso não era estranho a quem, na já citada série de anotações *'Medidas a tomar'*, invocava relatório apresentado à Diretoria de Proteção aos Índios pelo Dr. Dagoberto de Castro e Silva em 1923, para considerar que *'os terrenos distribuídos aos índios de Monte-Mór estão ocupados pelas grandes indústrias Lundgren anexo também foram pelos mesmos açambarcados, com ou sem justos títulos de que possam oportunamente se valer.'*⁹²

Ainda nesta questão, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Geminiano Lira Castro, envia documento ao Presidente João Pessoa, informando da nomeação do Engenheiro Antônio Martins Estigarribia – inspetor do Serviço de Proteção aos índios no Mato Grosso – para em conjunto com o governo estadual, regularizar a posse destas terras pelos potiguaras.⁹³ O acordo, segundo o historiador José Octávio Mello, não foi executado, devido ao assassinato de João Pessoa em julho de 1930. Posteriormente, o *Serviço de Proteção ao Índio* terminou instalando um posto indígena na aldeia São Francisco.⁹⁴

Do ponto de vista historiográfico, diversas versões registram o processo em que foi decidido implantar uma tecelagem na Paraíba. De historiadores acadêmicos a autores ligados a matriz de produção do IHGPB. Nesta esfera, em texto escrito no início dos anos 1940, o historiador Celso Mariz escreve:

Os Lundgren devem ter considerado vários elementos para seu Interesse. O Estado acolhedor, que arriava por trinta anos as barreiras fiscais, e abria as zonas de maiores e melhores produções do algodão. O sítio de vastas terras desamparadas de trabalho e de valor(...) um pequeno porto privativo, suficiente para o calado da frota da Companhia, as cem barcas à vela, transportando quase de graça os tecidos da futura indústria. O braço do

⁹² MELLO, José Octávio de A. Op. Cit. P. 331. O autor faz uso de documento, a seguir: **Medidas a Tomar**. In: Caderneta de anotações presidenciais, correspondência passiva – 1929. 2ª Pasta, João Pessoa. IHGP, s.d., p. 12-3.

⁹³ **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 22.11.1929.** Seção dos Governadores do Estado da Paraíba. Lote do Presidente João Pessoa C. Albuquerque (1928-1930). Caixa 018, Vol. 596, Ano – 1929. Arquivo Histórico da FUNESC. João Pessoa, Paraíba. O Decreto em questão, é citado por José Octávio em livro já citado: ESTIGARRIBIA, Antônio. **Typo de decreto combinado com o Exmo. Sr. Dr. João Pessoa D. Presidente do Estado da Parahyba, para o início da ação do Serviço de Proteção aos Índios de Mamanguape em 2 de julho de 1930 e apenso a Ofício deste a João Pessoa 3 jul. 30 APJP/IHGP.**

⁹⁴ CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n.2). p.16.

operário, no tempo em que este braço realmente não tinha preço nem na procura local, nem nas ideias e nem nas leis.⁹⁵

Logo, Frederico e Arthur Lundgren iniciaram entendimentos em 1917 para a implantação na Paraíba de uma filial de Paulista. Segundo as memórias de João Batista Fernandes, inicialmente a implantação dar-se-ia na cidade de Macaíba, no Rio Grande do Norte, mas não foi aceita a isenção como contrapartida do Governo do Estado.⁹⁶ Para tanto, contou com apoio do Presidente do Estado, Francisco Camilo de Holanda (1916-1920) que de posse do decreto de Walfredo Leal, concedeu a isenção de impostos aos Lundgren, além de Sólon de Lucena (1920-1924). Em 19 de janeiro de 1920 é celebrado oficialmente a isenção de impostos na Procuradoria Fiscal do Estado, com a presença dos diretores técnicos, tesoureiros e presidente, respectivamente, Ernst Steinkopff, Mário Coelho Alves e Jordan Fehr V. Esebeck.⁹⁷ Importante enfatizar que ao longo dos anos 1920 e 1930, este contrato recebeu aditivos sendo atualizados. Contudo, será no governo de João Suassuna (1924-1928) que houve a tentativa de revisão desta isenção fiscal por um período de 25 anos. A pesquisadora brasilianista Linda Lewin registrou esta articulação de Suassuna. Esta enfatiza, utilizando um memorando de Suassuna à José Américo de Almeida e Eptácio Pessoa. Ressaltando que estes impostos seriam de extrema importância para as finanças do Estado, diz: *“Veja com que vou iniciar a administração! Este saque das rendas do Estado (isto é, esse conjunto de rendimentos apropriados pelas firmas isentadas de impostos) foi firmado no governo do Camilo e contra ele preciso me preparar.”*⁹⁸ Outros fatores que o levaram, ao assumir o governo da Paraíba, recolocar a questão da isenção, foram apontados por Linda Lewin:

Publicamente, porém, Suassuna acusou tais firmas, particularmente a fábrica têxtil dos Lundgren, de não terem cumprido com as suas obrigações nos contratos de isenção, que previam, por parte das empresas, o fornecimento de escolas e de treinamento para seus empregados. O fato dos Lundgren não terem apresentado relatórios anuais adequados, com as estatísticas relativas ao valor de sua produção anual e de suas exportações – uma condição para a

⁹⁵ MARIZ, Celso. **O passado e presente de Mamanguape**. In: Cidades e Homens. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985, Comissão do IV Centenário da Paraíba, p.30. Publicado originalmente em maio de 1945.

⁹⁶ FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto O Extinto**. Rio Tinto: Paraíba, 1973. P. 30.

⁹⁷ **Contrato celebrado entre Frederico João Lundgren e o Governador do Estado da Paraíba**. Termo de aditivo ao contrato celebrado a 8 de abril de 1920. Arquivo Histórico do Espaço Cultural. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Caixa 027; Vol. 548 Documentos; Ano-1936-1937.

⁹⁸ LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba – Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993. P. 321. O documento utilizado pela autora, data de 08 de outubro de 1924. A primeira edição deste livro foi publicada em 1987, LEWIN, Linda. *Politics and Parentela in Paraíba - A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil*. N. Jersey: Princeton University Press, 1987.

isenção de impostos por 25 anos – proporcionou a Suassuna um argumento importante em seu memorando especial sobre o cancelamento da isenção.⁹⁹

O projeto elaborado em conjunto com todos os irmãos Lundgren estabeleceu uma estratégia para a compra paulatina das terras onde seria construída a cidade-fábrica. Mamanguape, e em específico, as terras do antigo Engenho da Preguiça, fora o alvo dos industriais. Não somente do diálogo travado entre os Lundgren com o governo da Parahyba foi importante para a instalação. Em 1921, o próprio Frederico Lundgren viajou à capital federal para uma audiência com o Presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa.¹⁰⁰

Será das memórias de um ex-dirigente da fábrica, Raul de Góes e do ex-presidente do Sindicato Têxtil, João Batista Fernandes, que encontramos parte da reconstituição deste processo. Porém ambos partilham de uma visão de apologia e “oficial” à chegada dos Lundgren na região, silenciando as resistências de pequenos agricultores, pescadores e dos índios potiguaras. Estes, igualmente, produziram suas narrativas se contrapondo à colonização da região impetrada pelos Lundgren.

Em meados de 1917, Arthur Barbosa de Góes, corretor da Companhia de Tecidos Paulista, chega em Mamanguape, para observar a região do antigo *Engenho da Preguiça*. Logo, procura Antônio Piaba, escrivão do Cartório e profundo conhecedor da cidade. Raul de Góes, reproduz aproximadamente o possível diálogo:

- Estou pensando em comprar aquelas terras da Preguiça. Disse Arthur de Góes à Antônio Piaba. Que lhes respondeu:

- Bom negócio para botar dinheiro fora...Só tem sezão, índio e preguiça(..).¹⁰¹

De volta à Pernambuco, Góes informa suas impressões à Arthur Lundgren. Este o orientou a retornar à região, se fixar e adquirir gradativamente terras em torno do antigo Engenho. Para tanto, Arthur de Góes, montou uma mercearia e empenhou-se nas compras seguindo as orientações expressas dos Lundgren. Passados dez meses, a compra do antigo

⁹⁹ LEWIN, Linda. Op. Cit. P. 312.

¹⁰⁰ **Coronel Frederico Lundgren.** Jornal Pequeno – Recife, sexta-feira, 18 de fevereiro de 1921, N. 39. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰¹ GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2º ed. 1964 p.126

engenho efetivou-se e o processo conclusivo seria a ida ao Cartório de Antônio Piaba. Com a presença de advogados vindos de Pernambuco, Góes informa a compra e solicita a produção da escritura, ao que interpela o escrivão: *“Quem é o comprador? Os Lundgren de Paulista! Respondeu Arthur de Góes”*. A revelação se expandiu-se rapidamente, provocando uma onda de curiosidade e espanto entre os moradores da região: *“Os Lundgren, donos das piores terras de Mamanguape! O que eles vão fazer com aquele malsinado sítio da preguiça?”*, reproduz Raul de Góes. Em Recife, Arthur Lundgren indagado sobre a compra, responde com uma afirmação que provoca mais estranheza: *“Vamos plantar gente!”*.

De posse efetiva das terras, em 15 de fevereiro de 1918, Frederico Lundgren esclarece num documento manuscrito, as orientações dadas ao administrador Apolônio Gomes de Arruda. O documento é um texto de fundação, uma posse que se desdobra em procedimentos práticos: nomear um administrador, definir estratégias disciplinares de ocupação e dar início à organização, limpeza e drenagem do terreno.

Paulista, 15 de fevereiro de 1918.

O Sr. Apollônio Gomes de Arruda segue para o Rio Tinto com as seguintes instruções:

- 1º) Tomar conta e ser administrador do Engenho preguiça;
- 2º) Engajar e despedir o pessoal que for necessário;
- 3º) Trabalhar com quatro cabos, sendo que cada um deles trabalhará com quatorze homens;
- 4º) Construir palhoças de palmeiras para os trabalhadores do campo: sendo dezoito casas para cada cabo. Os trabalhadores dessas palhoças não pagarão aluguel. As palhoças serão todas iguais e serão feitas por empreitada, cuja fiel execução será fiscalizada pelo Sr. Apollônio;
- 5º) Drenar e esgotar as águas da lagoinha, derrubar o mato que nasce nela, fazer leirões para aproveitar o esgotamento das águas e canalizar as águas para o rio Mamanguape e plantar capim liso nos leirões;
- 6º) Fazer serviços semelhantes no Rio Preguiça (hoje chamado Rio Tinto) e demais águas dos dois rios que se encontram atrás da casa do “Engenho”;
- 7º) Derrubar as capoeiras em frente a casa do Sr. Albertino, aproveitando-se a lenha;
- 8º) Morar na casa onde está morando o Sr. Albertino;
- 9º) A drenagem a qual se refere o Art. 6º, deve ser feita até uns 500 metros acima da casa do Engenho;
- 10º) O Sr. Apollônio não poderá ter barracão direta ou indiretamente, nem ser sócio ou interessado em qualquer quitanda, venda ou casa de negócios;
- 11º) O seu salário será de 150\$000 por mês, com casa;
- 12º) O Sr. Apollônio ou qualquer pessoa que entrar em conhecimento do ordenado do Sr. Apollônio, não deverá divulgar o ordenado;
- 13º) O Sr. Góes apresentará o Senhor Apollônio como administrador do Engenho “Rio Tinto” e especialmente ao Prefeito de Mamanguape;
- 14º) Colocar Antônio Honorato com ordenado de 100\$000 por mês.

(as.) Frederico João Lundgren.¹⁰²

Essa cuidadosa tática de exploração é só um prenúncio da finalidade posta por Arthur Lundgren de “plantar gente” naquela região. Em seguida, os trabalhos iniciavam a transformação no cotidiano da região: migrantes, trabalhadores, técnicos estrangeiros, todos estes foram adicionados no projeto de edificação da cidade-fábrica de Rio Tinto, enquanto filial da Companhia de Tecidos Paulista. Rio Tinto, portanto, estaria distante de centros urbanos, a exemplo da capital da Parahyba do Norte e da vizinha Recife. Isto foi fator decisivo numa ideia de “isolamento” e controle dos trabalhadores. Semanalmente chegavam, via barcaças saídas de Pernambuco, materiais essenciais para a construção de todo aparato necessário para a construção da tecelagem e das casas da vila operária. A preocupação com a imagem progressista e civilizadora dos Lundgren é por demais explorado por Raul de Góes, por quem a fábrica de Rio Tinto é vista como higienizada e promotora do progresso de Mamanguape e da Paraíba.¹⁰³

Nesta conjuntura, é importante enfatizar que a parte da economia do Estado ainda estava concentrada na agricultura e em um tímido e crescente desenvolvimento urbano, comercial e industrial. O clássico estudo de Diana Galiza, aponta para uma modernização sem desenvolvimento na Paraíba na Primeira República, uma economia calcada no algodão e na produção açucareira. Em 1917, a Parahyba do Norte possuía ainda uma um tímido processo de industrialização:

O setor secundário esteve ligado, intimamente, ao primário e sua modernização se processou, visando o aproveitamento da matéria prima local e o comércio de exportação. Dentro dessas finalidades, foram implantadas algumas usinas de açúcar na zona litorânea ou da Mata, no Brejo e no Agreste, instaladas várias usinas e prensas de algodão com fábricas de óleos conexas e duas fábricas de tecidos grosseiros, mas que tiveram importante desempenho econômico no âmbito local e/ou regional. O setor secundário foi pouco significativo quanto ao número de estabelecimento e de trabalhadores empregados.¹⁰⁴

O cenário social era marcado por um tímido movimento operário, que teve nas greves de 1917 o auge reivindicatório durante toda a Primeira República. Assim, Campina Grande e a capital se notabilizaram por capitanearem o centro econômico do Estado. Concernente à

¹⁰² GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste (Vida, obra e descendência de Lundgren)**. Recife: Editora Linceu, 2014. P. 144-147.

¹⁰³ GÓES, Raul de. p. 26-7.

¹⁰⁴ GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. Série História do Nordeste – Recife, Vol. 1, N. 13, P. 87. Para edição atualizada desta pesquisa, ver: GALIZA, Diana Soares. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 1993.

indústria têxtil, a Paraíba nos anos 1910 e 1920 possuía, segundo Eliete de Queiroz, tecelagens em Mamanguape, Santa Rita e Campina Grande. Para Ariosvaldo Diniz:

A indústria na Paraíba, de um modo geral, estava na dependência da agropecuária, que fornecia abundante matéria-prima, via beneficiamento de algodão, couros, óleos. Mas não foi só abundância destas matérias-primas que favoreceu um certo desenvolvimento industrial. Havia uma mão-de-obra farta e barata e um mercado consumidor em franca expansão.¹⁰⁵

Assim, o algodão constituía-se, no âmbito econômico, como o principal produto da Paraíba. É aí que os governos estaduais decidiram estimular a expansão, bem como a modernização das técnicas de beneficiamento algodoeiro¹⁰⁶. Em pesquisa sobre associações mutualistas da Paraíba, nesta conjuntura, o pesquisador Márcio Aprígio, revela o quanto o mundo do trabalho era múltiplo, do ponto de vista de categorias, para além da indústria têxtil:

Além dos jornaleiros, exerciam atividades no mundo do trabalho na Parahyba do Norte, os tipógrafos, os funcionários de escritórios, os trabalhadores de transporte, da força e administração pública, dos serviços domésticos, os profissionais liberais, os vendedores, os barbeiros, os esteiros, os sapateiros, os alfaiates, os carpinteiros, os fotógrafos, os pescadores, entre outros. Existiam também os que trabalhavam de biscate em serviços ocasionais e os que não tinham profissões determinadas. Algumas profissões no decorrer da modernização urbana como a dos cacimbeiros, dos carregadores de água e os acendedores de lampião se tornaram ultrapassadas e outras foram criadas, como os cinematográficos, os choferes, e outras.¹⁰⁷

Segundo lista organizada por este autor, de 1924 a 1930, tempo de efetiva iniciação produtiva da tecelagem Rio Tinto, a capital e cidades vizinhas possuíam as seguintes associações: “*União Beneficente dos Estivadores* (Cabedelo); *Sociedade Beneficente de Mamanguape* (Mamanguape); *Centro Proletário Alberto de Brito* (capital); *União Beneficente dos Trabalhadores Ambulantes* (capital); *Sociedade Beneficente “Providência do Lar”* (capital); *Associação dos Guarda-Livros da Parahyba* (capital); *Associação Beneficente dos Sargentos do Exército* (capital); *Sociedade Beneficente dos Proletários infantis* (capital); *Sociedade “União Beneficente dos Proletários”* (capital); *Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento da Parahyba* (capital); *Associação dos Carteiros da Parahyba* (capital); *Liga Protetora dos Pintores* (capital); *Liga Protetora dos Metalúrgicos* (capital); *União Gráfica Beneficente Paraibana* (capital); *Liga Protetora dos Sapateiros Parahybanos*

¹⁰⁵ DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A maldição do trabalho. Homens pobres, mendigos, ladrões...no imaginário das elites nordestinas*. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2004, p. 85.

¹⁰⁶ GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Universitária. 1994, p.56.

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, Márcio Tiago Aprígio de. *Solidários nos demos as mãos: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910)*. Dissertação (Mestrado), PPGH-CCHLA, UFPB, João Pessoa, 2016, P. 49.

(capital); *União dos Alfaiates* (capital) e *Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais* (capital)".¹⁰⁸ Neste período verifica-se que os trabalhadores em Rio Tinto, não possuíam nenhum tipo de associação. Isto só ocorreria na conjuntura a seguir, especialmente, em 1932.

2.3 “UMA CIDADE MODERNÍSSIMA, COM TODAS AS EXIGÊNCIAS DA CIVILIZAÇÃO”: A FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO NA IMPRENSA

A primeiras notícias na imprensa nacional sobre a construção de uma fábrica de Tecidos em Mamanguape vêm do pernambucano *Jornal Pequeno* e do maranhense *O Jornal*. Anunciando na edição de 27 de abril de 1918, registrava que a tecelagem a ser edificada seria a maior do norte brasileiro, contando com uma área de “8 léguas quadradas e são cortadas por um rio de excelente água.”¹⁰⁹ Já o pernambucano noticia em 08 de abril o início da construção “de um grande estabelecimento fabril” que se tornará “a maior fábrica de tecidos do norte do Brasil”. Verificamos que o processo de compra dos terrenos já havia sido concluído e a região nomeada de Rio Tinto. Grande parte do material para a construção, estava chegando aos poucos pelo Porto de Recife, especialmente cargueiros ingleses que traziam ferragens de uma fábrica que tinha encerrado suas atividades. A nota ainda informa que estava previsto a chegada de ingleses para procederem na montagem.¹¹⁰ O intenso trabalho de construção da cidade-fábrica se arrastou por longos 6 anos e uma das providências para o transporte de material entre o Porto de Recife e Mamanguape foi a compra de um rebocador, construído em Hamburgo, na Alemanha, pela firma *R. Holtz*.¹¹¹ Além de receberem barcas, em 1921 o jornal registrava que os Lundgren receberiam também de Hamburgo 4 caldeiras que seriam utilizadas para “a grande fábrica de tecidos que aquela firma está construindo em Mamanguape.”¹¹²

Nas vésperas da inauguração, o jornal do Rio de Janeiro *O Paiz* publica, em 1922 e 1923, notícias referentes à construção da fábrica. Na seção em torno da Paraíba, registra questões referentes ao algodão, de sua produção ao contexto econômico. Cita que em Mamanguape está em adiantada fase de construção o que chama de “maior fábrica do norte

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, Márcio Tiago Aprígio de. Op. Cit. P. 63-65.

¹⁰⁹ **Fábrica de Tecidos.** *O Jornal*. Maranhão - Sábado, 27 de abril de 1918. Ano IV, Num. 1047. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁰ **Uma grande fábrica de tecidos.** *Jornal Pequeno* – Recife, segunda-feira, 08 de abril de 1918, n. 80. Ano XX. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹¹ **Um novo rebocador.** *Jornal Pequeno* – Recife, 11 de outubro de 1920. P. 3. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹² **Para a firma Lundgren & C.** *Jornal Pequeno* – Recife, 10 de maio de 1921. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

do paiz”¹¹³, com 4 mil teares e previsão de cerca de 16 mil trabalhadores. Já em dezembro, outro cargueiro trouxe novamente da Alemanha, considerável carga de ferragens e carvão de pedra, somando 5 mil toneladas. Na nota, registrava-se que “*foi o maior carregamento que chegou ao nosso Porto, para uma só firma, da espécie de que trouxe o cargueiro alemão.*”¹¹⁴ A folha também registra a chegada de imigrantes alemães para trabalharem em Rio Tinto.

A região de onde foi construída a cidade-fábrica, era atingida pela chamada “impaludismo” ou malária, também chamada de “sezão” na época. Uma das providências de Frederico Lundgren foi a contratação de um médico para acompanhar os trabalhos e os casos que atingiam os trabalhadores. Tanto que o médico Rodolfo Hartmann esteve presente pessoalmente na redação do *Jornal Pequeno* para desmentir uma denúncia do jornal da capital de que em Rio Tinto “*não existia assistência médica e que os operários eram ali dizimados pelas febres*”.¹¹⁵ Dias depois visita o *Diário de Pernambuco*, onde reitera “*sem fundamentos*” estas denúncias que circularam na capital. O que significa que havia o alastramento de adoecimento dos trabalhadores, o que fez os Lundgren contratarem uma assistência médica. Mas quem seriam estes trabalhadores? Na edição do *Diário de Pernambuco*, em fevereiro de 1920, este noticiava que os Lundgren já estavam em avançada fase construtiva da estrutura da fábrica de tecidos. Registra que já estavam concluídas 150 casas para a moradia operária, o que no total seriam de 200. Em comunicado remetido ao Presidente do Estado da Paraíba, os Lundgren enfatizaram que iriam contratar cerca de 3 mil trabalhadores. Adiante, diz Arthur de Góes, um dos gerentes, que a fábrica irá priorizar os flagelados das secas. Estes poderiam ir à Rio Tinto e diretamente procurar Góes para serem contratados.¹¹⁶ De onde viria tanta mão-de-obra? O jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, registra que Frederico Lundgren, diante do surto da seca em 1920 e da consequente massa de flagelados, decide por absorvê-los como mão-de-obra para a construção da tecelagem Rio Tinto. Na nota “*Notícias de Pernambuco*”, Frederico Lundgren remete ao governo paraibano que estava contratando 3 mil operários para a construção da tecelagem¹¹⁷. Assim sendo, estes seriam a primeira leva de homens e mulheres convertidos em trabalhadores de uma fábrica de tecidos. Para Diana Galiza, “*a renovação do*

¹¹³ **O algodão, sua cultura e beneficiamento.** *O Paiz*. Rio de Janeiro – Terça-feira, 7 de novembro de 1922. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁴ **O “Johanna Blumberg”.** *Jornal Pequeno* – Recife, 18 de dezembro de 1922. P. 3. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁵ **Fábrica de Tecidos de Mamanguape.** *Jornal Pequeno* - – Recife, quinta-feira, 30 de novembro de 1921N. 174, Ano XXIII. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁶ **O “Diário na Parahyba”.** *Diário de Pernambuco* – Recife, Domingo, 15 de setembro de 1920, p. 4. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁷ **Notícias de Pernambuco.** *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 de fevereiro de 1920. P.3.

processo produtivo, a instalação de indústrias e as obras de infraestrutura, ligadas ao plano de combate as secas, difundiram o trabalho assalariado, proporcionando emprego a uma parcela da população, que vivia à margem dele, mesmo em remuneração digna.”¹¹⁸

Ainda em 1920, o *Diário de Pernambuco* em nota transcrita do jornal paraibano *O Norte*, informa, em ampla cobertura, o processo de construção. O “progresso” era a palavra imprescindível que sintetizava os efeitos do empreendimento na Paraíba. Da economia ao trabalho, a Paraíba, e em específico a região de Mamanguape, estava em franca mudança:

Mamanguape, ou melhor a Parahyba, deve exultar com a aquisição de um tão precioso elemento para sua indústria. Trata-se de uma Empresa que virá trazer ao Estado grandes vantagens oferecendo emprego de atividade a um número, nunca inferior de cinco mil operários e representando um dos factores mais poderosos do progresso.¹¹⁹

Outra nota é replicada na edição de 10 de março de 1923, ressaltando estar em vias de conclusão da obra. Dois meses antes, o *Jornal Pequeno* em ampla reportagem descreve em detalhes o empreendimento. Com a chamada *O que é Rio Tinto?*, a folha inicia apresentando uma região inóspita, um engenho abandonado, doenças, denominado de “Preguiça” para quem não havia quaisquer possibilidades de chegada de “progresso” e “trabalho”. Aponta uma visão visionária, eivado de espírito “arrojado” de Frederico Lundgren, muito comum na imprensa da época. De tudo isso via-se a transformação na região: “*uma cidade moderníssima, encantadora, com todas as exigências da civilização.*” Dos trabalhos de drenagem, foram contratados especialistas alemães e ingleses, que aos poucos foram comprando terras em seu entorno, o que aumentou consideravelmente ao território ocupado e modificado. Montou-se uma olaria para a edificação do prédio da tecelagem e viu-se, segundo a descrição, “*um verdadeiro formigueiro humano*”. Fez-se um porto para o movimento dos barcos que saíam de Pernambuco com materiais e produtos, a estrada que ligava à vizinha Mamanguape, oficina de fundição, serraria, usina elétrica, almoxarifado, farmácia e médico. As casas da vila operária são estruturadas em sala de visita, um quarto, sala de jantar e cozinha e há também as maiores casas, que são moradias de técnicos e chefes de seções. Todos estes prédios, estavam em setembro de 1924 em avançado estado de conclusão. Incluía-se o Club Alemão, que segundo a descrição da folha, era um dos “*prédios mais vistosos*”. Havia feira, 4 hotéis, 2 padarias, banda de música e 6 escolas - uma do governo estadual, outra mantida pela prefeitura de Mamanguape

¹¹⁸ GALIZA, Diana Soares de. Op. Cit. P. 89.

¹¹⁹ **As grandes indústrias Parahybanas.** *Diário de Pernambuco* – Recife, terça-feira, 27 de abril de 1920, p.1.

e 4 pela fábrica. E enfatizava-se que a tecelagem “*não consentia que o operariado seja explorado.*”¹²⁰

O início da construção da tecelagem, deu-se dentro das conjunturas internacional e nacional, provocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e seu fim ocasionou alguns efeitos, como informa o *Diário de Pernambuco*:

Além disso, há a circunstância imprevista para todos, nas suas particularidades, da cessação da guerra em 1919, que trouxe pelo afrouxamento do trabalho e diminuição de suas horas diárias, o encarecimento progressivo do material, tornando desse modo, ainda mais ingente o esforço e exigindo por outro lado maiores e mais penosos sacrifícios. O orçamento de construção da Fábrica Rio Tinto já foi ultrapassado em mais de 3 vezes.¹²¹

Portanto, os discursos produzidos desde 1918, já projetaram esta imagem de grandiloquência deste empreendimento. Não por acaso, motivou a venda de terras de proprietários da região, aproveitando-se muitos ofereciam suas propriedades em anúncios de jornais, como o feito no *Diário de Pernambuco* de uma fazenda na vizinha Guarabira, em que a plantação de algodão era o produto principal. O motivo seria de ordem particular, porém, a nota reiterava que devido à construção de uma fábrica de tecidos dos Lundgren, este seria um elemento propulsor de facilitação econômica da região.¹²²

Ao longo do pós-1924, a cidade-fábrica foi aos poucos adquirindo novo patrimônio: terras, prédios, casas...tudo isto até 1945 foi se ampliando. Neste relatório, de onde reproduzo os mapas, registra-se precisamente os momentos em que a cidade-fábrica foi tomando seu traçado: a estrutura das seções da tecelagem, inaugurada em 1924; Rua da Igreja em 1920 (renomeada de Praça João Pessoa, no pós-1929); 1921, concluem-se parte das ruas principais da vila operária, a saber, ruas da Aurora, Barão do Triunfo, Barãozinho, Santa Rita e do Sol; Clube em 1925; já em 1927, outras ruas foram conclusas, ruas da Linha, Superior, Lira São João, São Pedro, São Paulo (somente em fins da década de 1940 e que foram edificadas casas de alvenaria), Patrício, Palha (até 1930, as casas eram de palhas, depois foram feitas de alvenaria); Vila Regina em 1945; água tratada nas principais residências já fora instalada em 1926.¹²³

¹²⁰ O que é “Rio Tinto”. *Jornal Pequeno* – Recife, sexta-feira, 19 de setembro de 1924. N. 214, Ano XXVI.

¹²¹ O “Diário” na Parahyba. *Diário de Pernambuco* - quinta-feira, 1 de janeiro de 1925. P.1.

¹²² Boa oportunidade para ótimo negócio. *Diário de Pernambuco* – Recife, sexta-feira, 26 de abril de 1918. P. 6.

¹²³ Relatório preliminar de desenvolvimento integrado – Município de Rio Tinto – 1972 - Paraíba. Projeto Rondon IX, Ministério do Interior, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. P. 73

A elaboração de uma fábrica com vila operária, na região do Vale do Mamanguape, desembocava em uma estratégia dos Lundgren de tentativa de “isolamento” e controle da classe trabalhadora,¹²⁴ como registra a pesquisador Telma de Barros:

Foram estruturados no sentido de conter ao máximo seus moradores, evitando interferências e contatos externos vistos como perturbadores de suas finalidades industriais. Ofereciam trabalho, moradia e todos os equipamentos necessários à existência e à ocupação do tempo livre do trabalhador. Retendo o grupo operário, buscava-se prevenir seu contágio por ambientes tidos como degradantes ou por indivíduos tidos como corrompidos.¹²⁵

A ampla cobertura de jornais locais e nacionais sobre a inauguração da tecelagem Rio Tinto desvela a importância dada aos industriais Lundgren no campo da indústria têxtil. *Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, A Província, A União*. Correspondentes dos jornais pernambucanos e paraibanos estiveram presentes na inauguração, registrado desde a condução em trem, trajetos por carros, chegadas, visitas à vila operária e às instalações da tecelagem, discursos, e o banquete, tudo travestido de sentimento em que o “*sopro do progresso*” ter chegado à região. Aos Lundgren, seriam alçados a artífices e protagonistas deste “*grandiloquente e ciclópico empreendimento*” e sobre os trabalhadores, eles quase não foram citados nas reportagens, delegando assim, a papel secundário neste processo.

O *Jornal Pequeno* anunciava em diversas edições: *Fábrica Rio Tinto – A inauguração amanhã do importante estabelecimento fabril; A inauguração da Fábrica Rio Tinto – Foi ante-hontem inaugurada a maior fábrica de tecidos do norte do paiz*. A estrutura da cidade-fábrica, na inauguração, a partir das notícias dos jornais: seção de fiação com 20 mil fusos; a seção de tecelagem possui 1.200 teares com 20 dynamos elétricos; oficina de fundição, onde se fabrica peças de bronze, ferro e cobre; usina elétrica; olaria; produção diária de 10 a 20 mil metros de tecidos; há produção na agricultura para consumo interno nas feiras; a vila operária contará com mais 2 mil casas e uma população total de 6 mil pessoas; Farmácia; 3 escolas para homens e 6 para o feminino, instalados em duas escolas.¹²⁶ No olhar arquitetônico, a cidade-fábrica insere-se na arquitetura industrial peculiar, e segundo o estudo da arquiteta Amélia Panet:

A arquitetura de Rio Tinto expressa um momento desta transição, conciliando elementos vinculados ao ecletismo e ao racionalismo moderno, através da junção de

¹²⁴ EGLER, Tâmara Tânia Cohen. **Moradia e Trabalho em Rio Tinto**. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986, p. 157.

¹²⁵ CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Série Ofício de arte e forma), p. 91.

¹²⁶ *Diário de Pernambuco* – Recife, 30 de dezembro de 1924.

formas de viés *Art Déco* com um despojamento vinculado a uma estética fabril, cuja principal expressão, em Rio Tinto, é o amplo uso do tijolo aparente.¹²⁷

Em 27 de dezembro de 1924 a tecelagem é inaugurada e entusiasticamente comemorada, pela imprensa e políticos, como um novo momento para o progresso, industrialização e transformação econômica da Paraíba. Raul de Góes, ao ressaltar o papel de promotores de progresso e civilização, afirma: “*Numa manhã de sol brilhante, presentes as maiores autoridades do Governo do Estado e representantes do governo Federal, começou a fábrica a movimentar os seus teares, que, desde então não mais pararam. E Rio Tinto começou a viver*”.¹²⁸ Além deste, autores paraibanos, como o escritor Celso Mariz, reforçam estas imagens, para quem a inauguração, “*foi um dos maiores acontecimentos dos últimos anos no Estado*”.¹²⁹

A estrutura da fábrica estava assim distribuída, sendo que ao longo dos anos 1930 e 1940, foram sendo adicionadas outros cargos e seções: Gerente geral, Auditor Geral, Diretor superintendente, Diretor técnico, Diretor tesoureiro, Diretor gerente, Diretor secretário, Secretário de diretoria, Chefes de escritório, Contabilistas, Escriturários, Datilógrafos, Técnicos, Mestres, Contramestres, Chefe de produção, Chefe de seção, Dentista, Médico, Vigias de seção e de policiamento, Cozinheiros, Motoristas, Mecânicos, Eletricistas e Oleiros. No que diz respeito às seções, eram assim distribuídas: Olaria, Serraria, Oficina mecânica, Porto de Salema, Corte de lenha, Usina elétrica, Seção de fiação, Seção de preparação de fios, Tecelagem, Acabamento de panos e Tinturaria. Portanto, a fábrica era composta por um corpo heterogêneo de trabalhadores e trabalhadoras, inseridos nestas diversas seções e categorias.

2.4 OS TRABALHADORES NA VIDA EXTRAMUROS: CRIMINALIDADE E SOCIABILIDADE NA VILA OPERÁRIA EM RIO TINTO

A constituição da cidade-fábrica Rio Tinto estava na esteira da experiência dos Lundgren com sua matriz em Paulista, adquirida em 1903. Contudo, o projeto de execução e construção da tecelagem na Paraíba foi em parte oposta à de Paulista. Primeiro, por que os Lundgren adquiriram uma velha fábrica de tecidos e com relativa estrutura, segundo, em Rio Tinto o plano foi realizado com vistas à construção de toda a totalidade: seções da tecelagem,

¹²⁷ CORREIA, Telma de Barros; PANET, Amélia. **Arquitetura e etnologia na gestão de uma memória coletiva**. João Pessoa: **Revista do UNIPÊ**, Ano XIV, nº 1, 2010. P. 75.

¹²⁸ GÓES, Raul de. Op. Cit. p.135

¹²⁹ MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1939.

seções subsidiárias, vila operária, praças, igreja, clubes, feiras, hotel, espaços de lazer operário, escolas. Ao longo dos anos 1924 a 1945, os trabalhadores, seja das seções dentro da tecelagem, como das seções subsidiárias, foram construindo uma cultura operária, no cotidiano da vila operária. Da questão de ações e manutenção de posses de terras a crimes em espaços de lazer, os trabalhadores e trabalhadoras, formaram, no intervalo em questão, a constituição de um cotidiano extramuros.

Existiu um processo migratório para a cidade-fábrica Rio Tinto, especificamente no período pós 1924, onde diversas famílias foram buscadas nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Enviados em caminhões chamados de “sopas”, os agenciadores tinham permissão de Frederico Lundgren em enfatizar que em Rio Tinto a fartura de trabalho e comida, era algo comum. Assim, rememora João Batista Fernandes:

Me recordo perfeitamente dos agenciadores primitivos: Zé Namorado, Manoel José, Augusto Galvão, Capêga, Joaquim Baêta, Anastácio, Galdino Gorgonho e tantos outros. A ansiedade do Coronel Frederico de tornar Rio Tinto (como ele mesmo dizia) numa *Manchester* inglesa, era tal, que mandava os agenciadores mentir ao povo:

- Digam pra eles que venham para Rio Tinto. Digam pra eles que até das torneiras daqui, em vez d'água, jorra leite!¹³⁰

O próprio Frederico Lundgren era o responsável nos anos 1920 e 1930, da distribuição pessoalmente das categorias pelas quais mulheres, menores, idosos e homens seriam colocados. Esta chamada “cerimônia de apresentação”¹³¹, que igualmente acontece em Paulista como registra José Sérgio Leite Lopes, é rememorado por João Batista Fernandes:

- Seu Joaquim, quantos anos de idade o senhor tem?
 - Sessenta anos, Coronel!
 - Muito bem, seu Joaquim! E quantos filhos têm?
 - Bem, Coronel tem Zulina, Alfredo, Ana, Josefa, e...
 - Chega, seu Joaquim! Traga o povo para cá!
 E ele mesmo, o Coronel Frederico, olhava a família enfileirada, e dizia:
 - Você, seu Joaquim, vai me apanhar sementes de eucalipto; você Zulina, que é forte, me vai para a tecelagem; você aí Ana, que é magrinha, me vai para a seção de acabamento de panos.¹³²

¹³⁰FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto o Extinto**. Paraíba: s.n., 1973. P. 37.

¹³¹LEITE LOPES, José Sérgio. **Uma teatralização tradicional da dominação industrial**. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.) Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira. São Paulo: Escrita, 1997, p. 178.

¹³²FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 34.

A transformação em homens e mulheres agricultores e do sertão para um ambiente fabril, de todo modo, levou para Rio Tinto tradições de solidariedade e sociabilidade que, igualmente, foram fundamentais para a cultura e identidade operária. A partir da entrada na tecelagem, seriam postos sobre a disciplina do tempo e do trabalho em oposto ao ambiente sertanejo. Muitos trabalhadores também chegavam em busca de trabalho em Rio Tinto, de outras regiões da Paraíba, seja da capital ou de outras cidades como Guarabira, Santa Rita ou de cidades do Rio Grande do Norte, Pernambuco ou Alagoas. Em pesquisa sobre a migração para a cidade-fábrica de Paulista, Rosilene Alvim, em clássico estudo, afirma que a chegada destes operários camponeses, provocaram “*novos arranjos sociais e familiares*”.¹³³ Assim, diante desta nova realidade imposta pelo novo patrão e suas práticas de ambiente coronelísticas de dominação, estas famílias:

Ao mesmo tempo que s submetem, elas se reapropriam dessa nova forma de subordinação e , dentro dela, recriam uma nova família que, sendo operária, mantém quase que integralmente as formas hierárquicas internas a família camponesa na medida em que estas são apenas parcialmente abaladas pelas normas do trabalho industrial.¹³⁴

A vila operária de Rio Tinto, portanto, foi construída ao longo dos anos 1920 e 1930. E, ao lado da matriz Paulista, se constituiu enquanto uma das maiores do norte/nordeste do Brasil. A vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras era controlado pelo tempo do trabalho e do lazer, orientado pela fábrica por meio do apito e das jornadas de trabalho. É o que alerta uma placa normativa dentro da tecelagem:

Fica determinantemente proibido a todos os operários desta Fábrica de parar o serviço ou abandonar o lugar de trabalho antes da determinação avisada pelo apito ou pela sirene.

A Diretoria¹³⁵

O patrocínio sobre o lazer, bem como das proibições, normas e um rol de disciplina, foi estabelecido por Frederico Lundgren. Porém, dentro desta disciplina imposta, havia fissuras

¹³³ ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: Os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 4.

¹³⁴ ALVIM, Rosilene. Op. Cit. P. 4. Outra pesquisa importante, igualmente, para o estudo da migração, a saber: FONTES, Paulo Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese de Doutorado. Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002.

¹³⁵ PANET, Amélia. **Rio Tinto – História, Arquitetura e Configuração Espacial**. In: PANET, Amélia (ET al). Rio Tinto: estrutura, trabalho e cotidiano. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2002. P. 38.

e por meio destas os trabalhadores conseguiam confrontar e resistir. A fábrica patrocinava o lazer operário por meio do incentivo ao carnaval, futebol, cinema, passeios no rio Mamanguape. Sobre o controle do lazer operário pelo patrão, diz Telma de Barros Correia:

O lazer, - ao contrário do ócio - é produtivo, contribuindo para moldar e capacitar fisicamente para o trabalho. Tratava-se de preparar o trabalhador para a produção e de combater o ócio - entendido como algo que induz aos vícios e à vagabundagem - e o prazer desregrado - que esgota as forças e compromete o orçamento do trabalhador. Promovia-se, ao contrário, atividades de regeneração das energias para o trabalho, submetidas ao controle da fábrica, e que contribuíssem para modelar e desenvolver o corpo do operário. Assim, além de garantir o tempo de repouso buscou-se comprometer uma parte importante do tempo livre com formas de lazer, promovendo estas atividades através da criação de espaços apropriados e do estímulo à sua prática pelos moradores.¹³⁶

Exatamente no tempo do trabalho como também nos espaços fora dos muros da tecelagem, que percebemos uma série documental de crimes ocorridos na vila operária. Crimes que revelam uma importante face: a da transgressão e criminalidade, presente nos diversos processos, que já datam desde 1920. Na identificação dos tipos de infrações e das categorias dos operários nestes processos, temos: categorias – vigias, agricultores, tecelão, mecânico, oleiro, jornaleiro; infrações: desordem, embriaguez, ferimento com faca, roubo, tentativa de suicídio. Diversas ações criminais nos auxiliam a contar um pouco do cotidiano e da cultura operária em Rio Tinto.

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismo de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão.¹³⁷

Ao tempo da construção da cidade-fábrica, encontramos um dos primeiros crimes, ocorrido em dezembro de 1921. O processo-crime diz respeito a um assassinato cometido pelo corpo de vigias e pelo subdelegado Ornilo da Costa contra Francisco Mendes.¹³⁸ Acusando de “perturbação da ordem pública”. Francisco Mendes teve ordem de prisão decretada, fugiu e acabou sendo morto com vários tiros. Dispararam contra Francisco os vigias, Lindolfo Valério,

¹³⁶CORREIA, Telma de Barros. **Trabalho e Lazer: a organização do tempo livre da família operária pela fábrica**. Congress of Latin American Studies Association Toronto, Canada October 6-9, 2010, p. 3.

¹³⁷GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciários**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 126.

¹³⁸**Sumário de culpa - Ornillo da Costa & outros**. Comarca de Mamanguape, Estado da Paraíba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

Olavo da Silva, Francisco Francelino e Firmino Pereira da Silva. Nos *Auto de Perguntas*, espaço de depoimento dos acusados e testemunhas, logo, percebe-se que, desde a construção da tecelagem, que os vigias atuavam para vigiar e fazer cumprir normas estabelecidas pelo patronato. O primeiro acusado a ser ouvido foi Lindolfo Valério, que tinha 30 anos e exercia o cargo de vigia de construção. Disse que “*Francisco havia cometido desordem no café na feira*” e isto levou à presença de Ornilo Costa que, de imediato, mandou prender a vítima. Ordem dada, Lindolfo tentou cumprí-la, mas Francisco sacou de uma faca, o ameaçou e em seguida fugiu em direção à tijoleira. Ao ser perseguido, em determinado momento Ornilo, o próprio Lindolfo e os outros, sacaram seus revólveres e dispararam contra Francisco, que morreu imediatamente.

O processo inicial foi conduzido pelo Delegado da Capital, João Facundo. Na continuação dos Autos de Perguntas, foi ouvido Ornilo da Costa. Disse que o episódio ocorreu na madrugada, em plena feira e decretação de prisão, era para evitar o que o acusado estava fazendo, “*perturbação da ordem e tranquilidade pública*”. Ordenou que o vigia Lindolfo efetuasse a prisão, ao tempo que houve a fuga de Francisco o que foi perseguido. Armados com rifle os vigias Lindolfo, Olavo da Silva, Francisco Francelino, Francisco Firmino e ele próprio efetuaram ameaças, Francisco reagiu, ao que ele decidiu que todos “*fizessem um tiroteio coletivo*”. Ornilo da Costa era subdelegado de Rio Tinto e tinha sido concedido um alvará pelo juiz de Mamanguape. Segundo João Batista Fernandes, era funcionário conhecido por realizar as ordens do patrão, o que o chama de “*chalaça mor de Frederico Lundgren*”.

Firmino Pereira da Silva, Olavo Silva e Francisco Francelino, igualmente, informaram suas versões sobre o ocorrido. Firmino Pereira disse que ouviu quando alguém pediu providências, sobre as arruaças de que Francisco estava realizando no hotel. Confirma os disparos contra Francisco e o acusa de provocar arruaças e desordem em Rio Tinto. Já Olavo da Silva estava na feira de madrugada quando uma mulher de nome Estefânia o procurou e disse que Francisco estava acabando um baile que acontecia na Rua do Rio. Confirma que Francisco era acostumado a fazer arruaças. A feira local era frequentada pelo grande número de trabalhadores. Francisco Francelino da Silva enfatiza que os disparos foram realizados para amedrontar o acusado.

A testemunha Sebastião José, de 28 anos, era oleiro e dono do café onde Francisco, segundo ele, pediu 4 cafés e distribuiu entre os operários, chegou a jogar a xícara pedindo para colocar um novo café, proferindo palavrões. Foi o momento que chegou Ornilo e os vigias. Sebastião, em seu depoimento, faz defesa das atividades desempenhadas pelos vigias e diz “*que*

não conhece nem ouviu dizer que esses vigias, tivessem cometido qualquer ameaça no Rio Tinto ocasionando luta em quem quer que seja, os conhecendo sempre a manterem a ordem". Outra testemunha, que estava no café, José Sabino, informa que é morador de Baía da Traição, frequenta a feira de Rio Tinto *"e nunca viu arruaças praticadas por parte dos vigias."* Porém, é da fala de José Aquilino que sabemos que toda esta querela se iniciou em um baile, quando por volta da meia noite Francisco chegou embriagado e causou desconforto entre os presentes. Reiterou que Francisco sempre comete *arruaças* em Rio Tinto. Ao final do inquérito, Ornilo e os vigias foram denunciados, e as testemunhas *"deixaram reconhecida a culpabilidade dos denunciados"*. O Juiz de Mamanguape, Manoel Pereira, em 26 de dezembro de 1921, expede ordem de prisão aos denunciados. Porém, em 19 de abril de 1922 é expedido o Alvará de soltura dos acusados.

A violência praticada por vigias de policiamento foi parte integrante do cotidiano da vila operária ao longo dos anos. A disciplina imposta pela fábrica era executada pelos vigias. A memória operária cita diversos casos de violência.¹³⁹ O historiador José Octávio de Arruda Mello, ao citar sobre a relação dos governos estaduais com a fábrica, registra episódio de violência cometido por Mario Viana, prefeito de Mamanguape, e que nos anos 1930 se tornou um dos diretores da tecelagem: *"fuzilamento de um cidadão em plena via pública de Mamanguape"*.¹⁴⁰ Sobre a violência, diz Sidney Chalhoub: *"não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade"*.¹⁴¹

Em 1932, outra desavença terminou em agressão. Desta vez, em um samba, que costumeiramente ocorria dentro das casas dos trabalhadores. Espaço integrante do associativismo recreativo, os sambas eram organizados e realizados sempre à noite, com danças e bandas de músicos. Em 07 de março de 1932, Sebastião Barbeiro, organizou uma festa em sua casa. Com a presença de diversos trabalhadores e trabalhadoras, as danças faziam parte do

¹³⁹Outro episódio de violência, foi o caso do assassinato de dois visitantes em Rio Tinto em 1949. O *Crime do Capim Azul*, que teve ampla repercussão na imprensa paraibana e pernambucana, foi cometido por vigias da fábrica. Suscitou discurso enfático e crítico do Deputado Aggeu de Castro, na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em setembro de 1949. Com o título de *Rio Tinto – Paraíso dos criminosos*, denuncia: *"A Vila de Rio Tinto, num raio de quatro quilômetros, possui nada menos, de cem vigias, todos armados a rifles, revólveres, peixeiras e cassetetes (tipo Polícia-Especial). Essa gente, na sua maioria, é recrutada na fina flôr do cangaço. Homens maus, por instinto e educação, constituem uma verdadeira Gestapo."* Ao final, anexa uma lista com 20 crimes praticados pelo corpo de vigias de Rio Tinto. Diante da corriqueira violência, em 1961, o juiz Hermilo Ximenes emite uma portaria proibindo uso de armas pelas ruas da cidade-fábrica.

¹⁴⁰MELLO, José Octávio de Arruda. **Arqueologia industrial e o cotidiano em Rio Tinto**. In: PANET, Amélia; et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002, p.73.

¹⁴¹CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 310.

festejo. Uma das operárias, Rosa Fernandes, era frequentadora. Os trabalhadores que participavam trabalhavam nos turnos da manhã ou tarde na tecelagem. Joaquim Fernandes, jornaleiro que recebia salário por jornada trabalhada, no início da noite entra na casa onde estava Rosa Fernandes, mandou parar a dança e repreendeu a irmã. Ao repreendê-lo, o proprietário da casa, Sebastião, disse “*que ele estava em casa de família e não de meretriz*”, disse um operário de testemunha. Ao que acabou sendo atingido por um golpe de faca por Joaquim. Preso e recolhido a cadeia pública de Mamanguape, Joaquim permaneceu preso até o juiz publicar a finalização processual, pois, havia praticado crime afiançável de acordo com o Art. 303 do Código Penal.¹⁴²

O porte de armas, especificamente, de facas chamadas de “peixeiras”, era comum entre os trabalhadores, o que se verifica nos diversos processos de agressões, onde a arma mais utilizada seriam facas. Diversos casos similares ao caso de Severino Barbeiro aconteceram e foram registrados em processos criminais. Os casos corriqueiros são de operários que cometem desavenças e embriaguez nos sambas, são repreendidos e acabam golpeando com faca outro trabalhador. Exemplo do caso de Severino Francisco de Almeida, que, em 07 de abril de 1940, estava em um baile na rua do Tambor onde mora quando chegou o operário Luiz Basílio, que, embriagado, pediu uma moça para dançar. Na negativa e solicitado a deixar o recinto, ao sair da casa, golpeou Francisco com uma faca no ombro esquerdo.¹⁴³

Desde a inauguração da tecelagem em 1924, um ponto pensado pelos industriais e mandatários foram medidas de disciplina e ordenamento, seja no cumprimento da jornada de trabalho, com seus turnos e o apito da fábrica, até normas no cotidiano operário. Na questão da alimentação e fornecimento a cidade, a direção igualmente estabeleceu normas para tal. A fábrica possuía terras para a produção de consumo interno, ou seja, agricultores eram contratados, plantavam e a fábrica vendia por um preço menor a alimentação aos trabalhadores. As feiras e posteriormente, o barracão, seriam estes espaços. Havia, tanto em Rio Tinto como em Paulista, feiras e o barracão, para onde a direção da fábrica vendia produtos de consumo que saíam das próprias terras de seu patrimônio territorial. Agricultores produziam e forneciam à fábrica tudo que seria parte integrante da alimentação dos trabalhadores.

¹⁴²**Sumário de Culpa – 1932.** *João e Joaquim Fernandes.* Comarca de Mamanguape, Estado da Parahyba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

¹⁴³**Processo Criminal – 1940.** *Luiz Basílio, vulgo Luiz soldador.* Comarca de Mamanguape, Estado da Parahyba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

A fábrica, ao mesmo tempo, mantinha um restaurante para os trabalhadores, onde estes podiam consumir e ter descontado o custo de seus salários. Havia a separação, um salão para os homens e outro destinado as mulheres. E neste ambiente de disciplina e ordenamento, cujos responsáveis pela plena execução seriam os vigias. Em 18 de julho de 1945, às 11 hs, na hora do almoço no Hotel da Companhia, o vigia José Pontes trabalhava na seção, quando chamou a atenção do operário José André Santos. Este descumpriu uma norma da fábrica de pular os bancos em busca de um local melhor para o almoço. Ocasionalmente discussão, o vigia Pontes empurrou José André o que levou a uma lesão na sua cabeça ao bater em um banco.

Aberto um processo criminal contra o vigia José Pontes,¹⁴⁴ passou-se a tramite processual. No termo de declarações de José André Santos, feito na delegacia de Rio Tinto, informou que tinha 19 anos, era solteiro, natural de Rio Grande do Norte, operário, residente na rua São João. Sua versão da desavença é resumida em sua fala, ao declarar: que como de costume foi almoçar no hotel da companhia e que procurou um banco vazio; não encontrando, acabou saltando entre estes em busca de um vazio. É sabedor da norma posta pela Companhia de que era proibido saltar os bancos e que deveria ser obedecido por todos: *“foi forçado pois não tinha como passar”*, registra o escrivão. Foi neste momento que o vigia do hotel o intercedeu e pegando pelo seu braço disse: *“você não sabe que é proibido saltar por cima dos bancos?”*, e o empurrou três vezes ao que caiu e bateu a cabeça em um banco. Em seguida o chefe da seção do hotel o retirou do recinto. A fala do acusado, José Pontes, paraibano de 26 anos, reafirma que José André Santos passou por cima dos bancos, o que era proibido pela direção da fábrica e que a partir desta proibição, começou a discussão. Reitera que a queda foi ocasionada pelo próprio José André, que escorregou e que não era verdade que ele o tinha o empurrado.

As testemunhas, José Germano da Silva, 34 anos e chefe do restaurante, confirma a queda, porém, acusando, José André de descumprir a ordem dita pela fábrica. Já José Flor, que estava no salão da “cozinha operária” e João da Silva, confirmam o acidente. Sobre as testemunhas e suas falas no trâmite processual, salienta Boris Fausto:

Ao ser transcrito, o discurso eventualmente complexo da testemunha é remetido a um conjunto de regras altamente formalizadas (as normas do processo penal, o Código Penal). Um depoimento cheio de veredas, de nuances e contradições pode ser traduzido como comprovação de que o réu agiu por motivo frívolo, ou sob perturbação dos sentidos etc. etc. Em um procedimento análogo ao da imprensa, os manipuladores técnicos – cada um

¹⁴⁴ **Processo-Criminal – 1945.** *José Ponte Lourenço.* Comarca de Mamanguape, Estado da Parahyba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

com suas variantes específicas – encerram as diferentes falas em uma camisa de força padronizada, tecida segundo os cânones do jargão judiciário e da linguagem erudita. Apagam-se os traços da emoção mais autêntica – já de si impossível de ser transcrita – a linguagem “pesada” das classes populares.¹⁴⁵

De acordo com a audiência de julgamento, pede-se a condenação do vigia. Ao confirmarem esta norma da direção da tecelagem, revela-se que o controle sobre o cotidiano operário era prática obrigatória nas relações orientadas pelo patrão. A obediência do tempo do trabalho, do lazer e até mesmo do comportamento no restaurante da fábrica, evidencia que apesar disto, os trabalhadores burlavam e descumpriam estas normas. Para tanto, os vigias de seções e de policiamento agiriam para reprimendas.

A partir da leitura de Sidney Chalhoub, estes crimes, ferimentos e desavenças, devem ser lidos se distanciando da interpretação, por exemplo do jurista. Para o autor:

Na verdade, pensar o problema da ocorrência de conflitos violentos entre os populares a partir apenas do ponto de vista dos condicionamentos sócio-históricos mais amplos causa problemas teóricos e metodológicos sérios. Nesta perspectiva, o conflito violento em si deixa de ser um objeto relevante de estudo, pois em última análise ele pode se entendido e explicado a partir de fatores extrínsecos às próprias condições concretas de sua produção nas diversas situações microscópicas do social. Em outras palavras, o conflito não é percebido como um produto social, como uma “construção” de seres humanos concretos no bojo mesmo de suas relações cotidianas de vida, e sim como produto de grandes abstrações teóricas – as “estruturas” ou entidades semelhantes – que supostamente se contradizem e que são geradoras de realidade social.¹⁴⁶

Outro fato que era objeto de processo criminal seria o roubo de materiais da tecelagem. Seja furto de tecidos, tijolos e diversos produtos, os trabalhadores que realizavam este ato traziam a necessidade de venda para complemento de renda e como forma de driblar a vigilância fabril. Dois casos foram movidos na justiça: um de furto de folhas de zinco e outro de fios, de 1944 e 1945, respectivamente. Dois operários furtaram e venderam 5 folhas de zinco, José Antônio Carvalho e Antônio Soares.¹⁴⁷ Este material apenas a fábrica possuía o foi rapidamente identificado enquanto produto de furto. Porém a testemunha, o maquinista Gregório de Macedo, de 70 anos, afirmou que as “*folhas de zinco já velhas quase imprestáveis*”. De acordo com o

¹⁴⁵FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano - A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 24

¹⁴⁶CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.P. 306.

¹⁴⁷**Processo Criminal – 1945. José Antônio de Carvalho & outros.** Comarca de Mamanguape, Estado da Parahyba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

artigo 155 e 180 e §1 do Código Penal, foi executada uma pena de 6 meses e 15 dias, pelo Juiz Manoel Simplicio Paiva.

O último processo¹⁴⁸ diz respeito ao furto de 5 novelos de fios pelo operário Antônio Felipe Neri, de 44 anos. Nas declarações na Delegacia de Polícia, as testemunhas arroladas reafirmaram o roubo. Manoel Félix dos Santos, agricultor, disse que Antônio Felipe quis trocar uma égua por outra. Entretanto, houve retorno de diferença em dinheiro, na quantia de 60 Cruzeiros. Como não tinha, ofereceu 4 quilos de fios para fazer rede de pesca. Sua vizinha Maria Miguel, ao ver os fios, disse que não ficasse porquanto pertenciam à fábrica. Ela reconheceu os fios, pois havia trabalhado na fábrica durante alguns anos. Logo, Manoel Félix informou a diretoria da fábrica e o chefe dos vigias foi à sua casa, a mando da direção. Identificou os fios como sendo de propriedade da fábrica e depois os levou a Delegacia da cidade. Na Delegacia, reiterou *“que Antônio sempre foi homem sério”*. Antônio Florentino de Albuquerque, de 44 anos, chefe da seção de vigias, identifica como sendo fio da seção de fiação e preparação e afirma ao delegado que Antônio Felipe e sua família trabalham na fábrica.

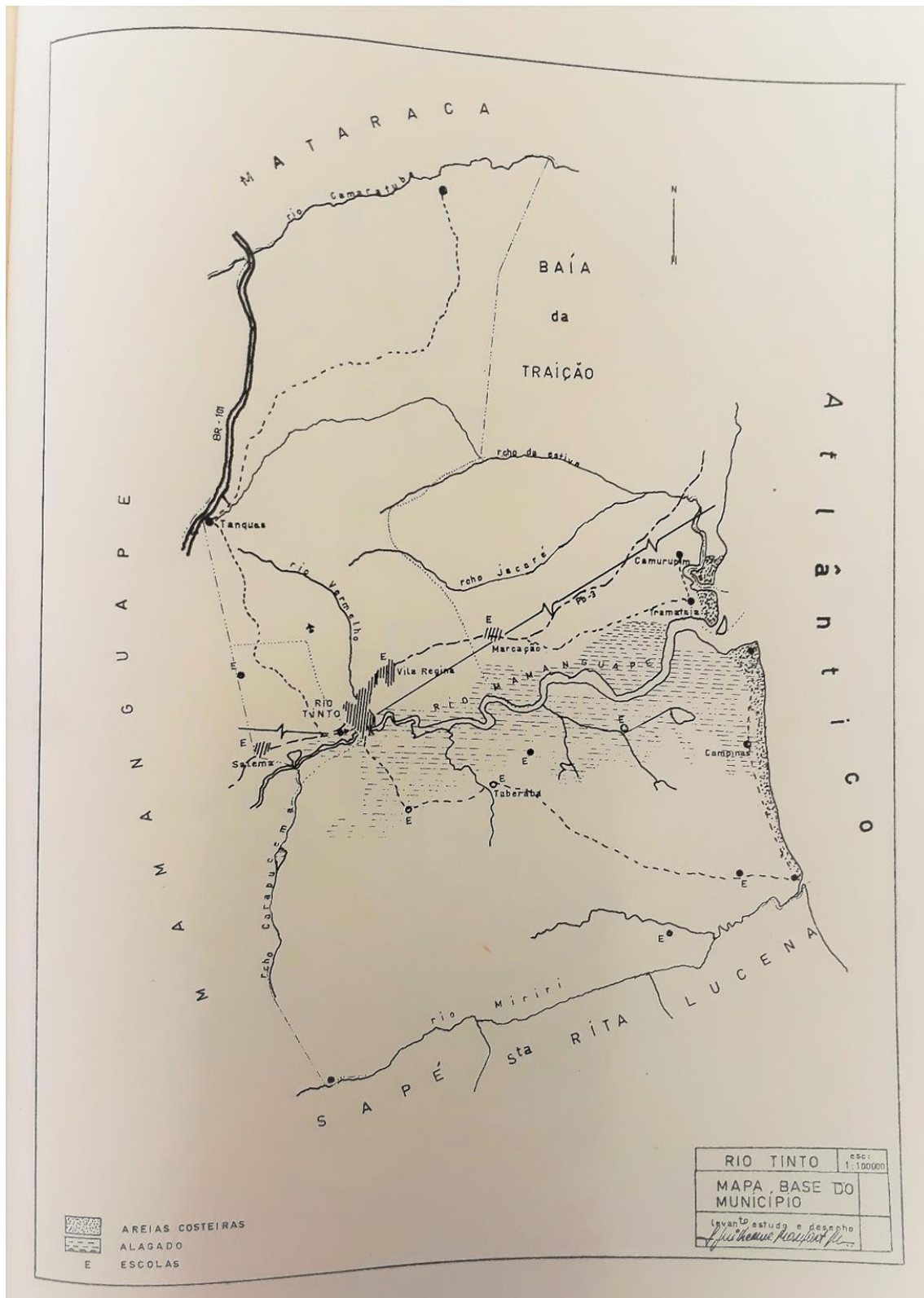
As testemunhas confirmaram que Antônio Felipe Neri roubou os fios. O jornalista José Pereira Barbosa, de 26 anos, trabalhava puxando uma carroça de boi, que conduzia fios imprestáveis já utilizados pela fábrica para o lixo. Foi neste momento que Antônio Felipe pediu os fios, mas ele o negou, porquanto *“não podia atendê-lo pois todos os carroceiros recebiam ordens para assim que despejassem os fios no lixo, imediatamente tocar fogo.”* Mesmo diante da negativa, pegou os fios, ressaltando que carroças todos os dias conduzem fios para o lixo e os operários catam para si. No auto de interrogatório, Antônio Felipe afirma que mora em Rio Tinto, mas nos finais de semana viaja para a praia de Lucena em Santa Rita, onde comercializa peixe. De fato, conseguiu os fios quando o carroceiro José Pereira Barbosa passou com a carroça cheia de pedaços deles. Ao finalizar sua fala, registrou que suas filhas aproveitaram os fios para consertarem suas roupas. Ao infringir o art. 155 e art. 25 do Código Penal, o Promotor José Pedro Nicodemos, confirma a partir das testemunhas e seus depoimentos, que houve subtração de fios e que não fora usado para fins industriais. Já Mário Campelo defensor Público, diz que *“a denúncia não procede, pois não houve em absoluto ato criminoso, o que se destina ao lixo não tem valor econômico, e a pessoa que manda jogar fora perde logo o seu domínio*

¹⁴⁸**Processo Criminal – 1944.** *Felipe Neri e outros.* Comarca de Mamanguape, Estado da Parahyba, 02 de dezembro de 1921. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

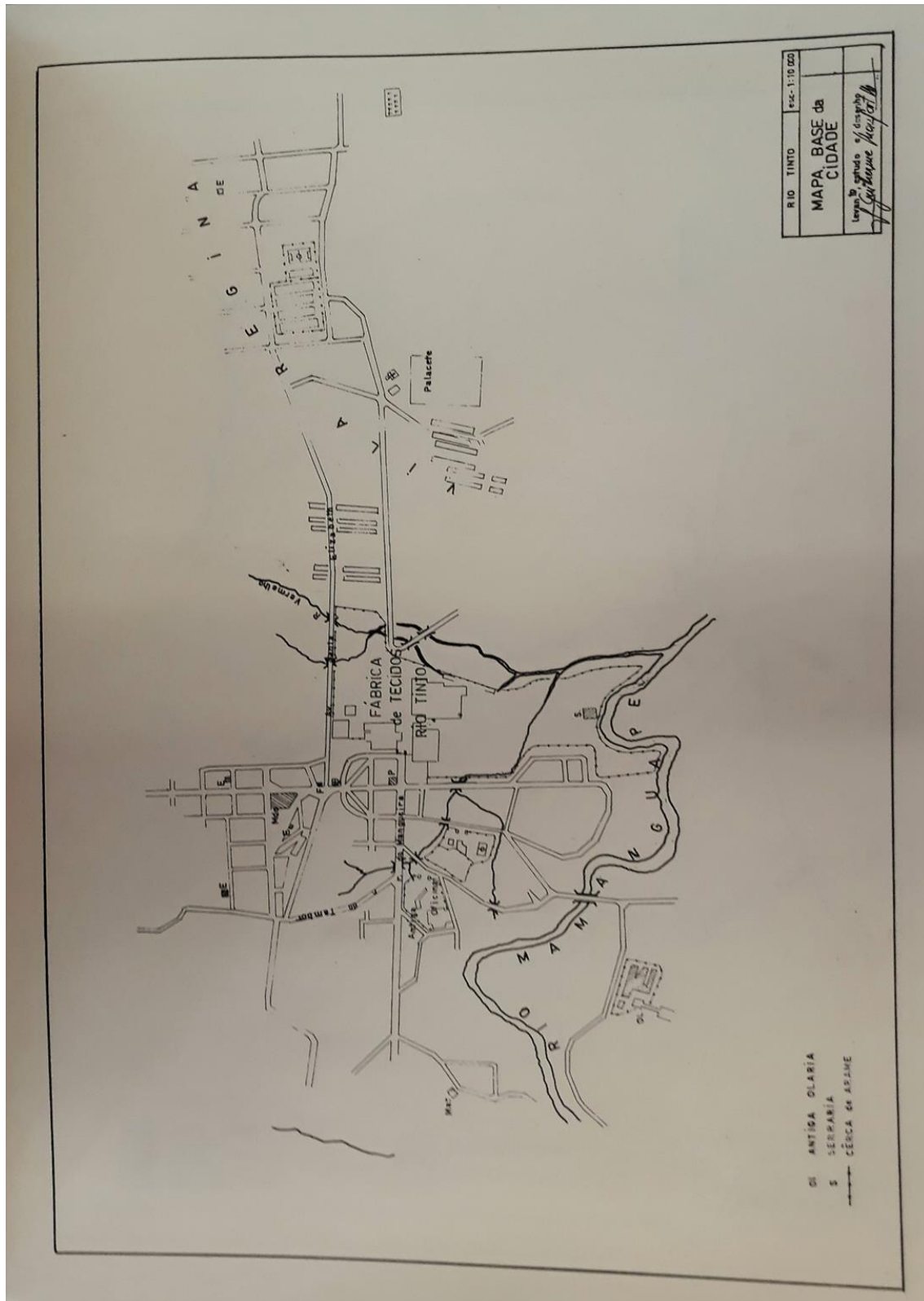
sobre ele.” Por fim, o Juiz Manoel Simplício julga improcedente a acusação e absolve os acusados, em 22 de julho de 1945.

Portanto, todos estes processos são reveladores do lazer e das sociabilidades operárias. O papel da solidariedade classista, através das testemunhas de defesas dos operários acusados, revelam parte do escopo destes processos criminais. Como enfatiza a historiadora Edilene Toledo: “*Os processos são fonte preciosa também porque o tribunal que julga, leva também os moradores a falarem como testemunhas e a inserirem os fatos da vida cotidiana na armadura da lei e da instituição judiciária para que adquiram significado*”.¹⁴⁹

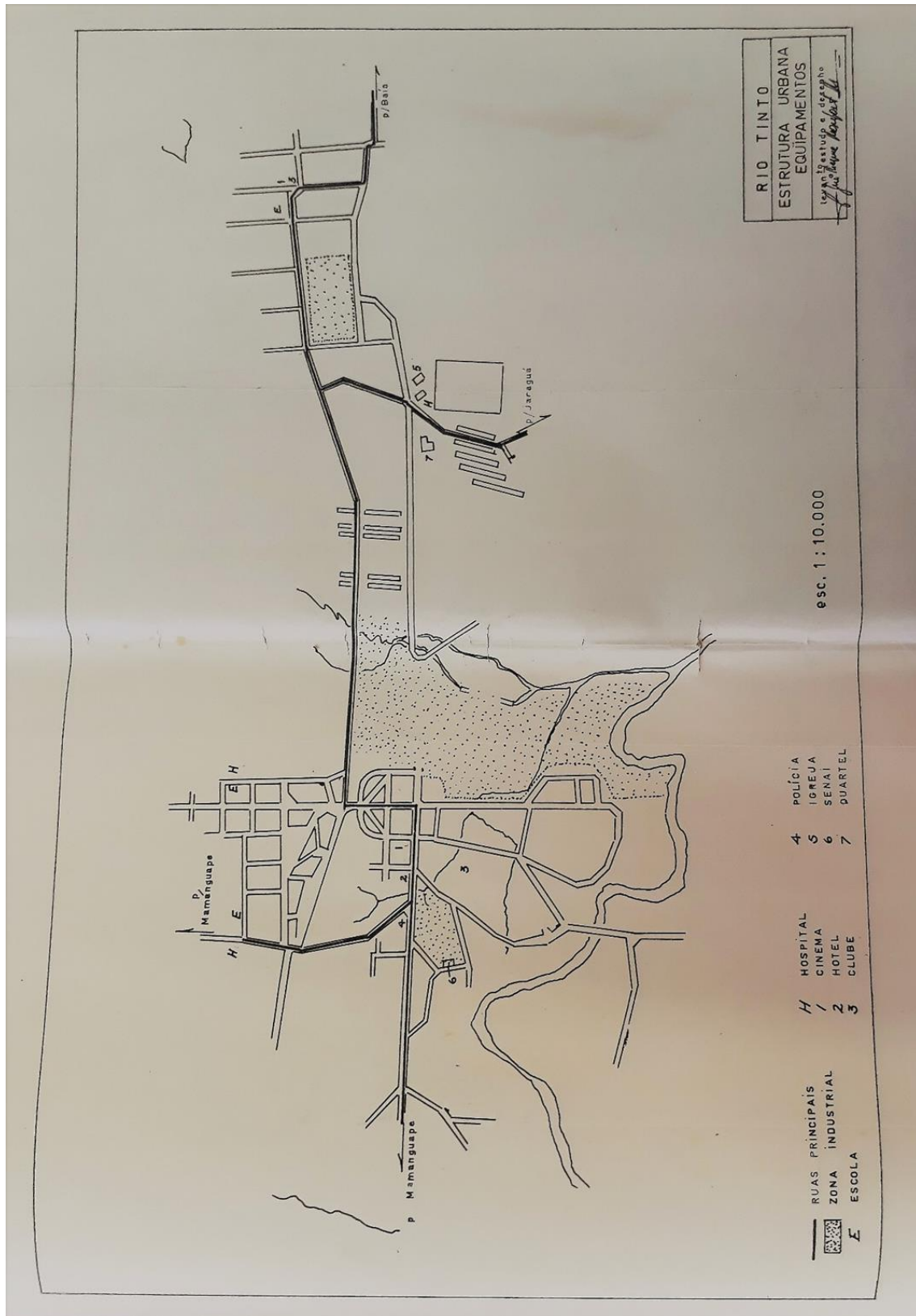
¹⁴⁹TOLEDO, Edilene. **Os Processos Criminais e a História Social**. In: RIBARD, Franck; SECRETO, Verônica; MARTINS, Mário; TOLEDO, Edilene. (Orgs.). *A história em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006. P. 27.



Fotografia 3: Mapa de Rio Tinto e região. Em destaque braço do Rio Mamanguape com saída para o oceano Atlântico (Litoral Norte da Paraíba). (Fonte: Relatório preliminar de desenvolvimento integrado – Município de Rio Tinto – 1972 – Paraíba).



Fotografia 4: Mapa da cidade-fábrica, em destaque; os prédios da tecelagem, traçados da vila operária, Vila Regina e Palacete. Estes dois últimos, em área distante do centro. (Fonte: Relatório preliminar de desenvolvimento integrado – Município de Rio Tinto – 1972 – Paraíba).



Fotografia 5: Ruas da vila operária, com destaque para: a entrada da cidade, via Mamanguape; hospital, cinema, hotel, clube, polícia, igreja, Senai e Quartel. Fonte: Relatório preliminar de desenvolvimento integrado – Município de Rio Tinto – 1972 - Paraíba.

3 RIO TINTO OPERÁRIO: PROTAGONISMO, CONSCIÊNCIA E O “FAZER-SE” CLASSE NA LUTA POR DIREITOS (1931-1937)

Inseridos em uma outra conjuntura histórica, os trabalhadores da Tecelagem se organizaram em sua luta por direitos entre 1930 a 1937.

3.1 “OPERÁRIOS, UNI-VOS! SYNDICALIZAI-VOS!”: DECRETOS TRABALHISTAS E FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS TÊXTEIS.

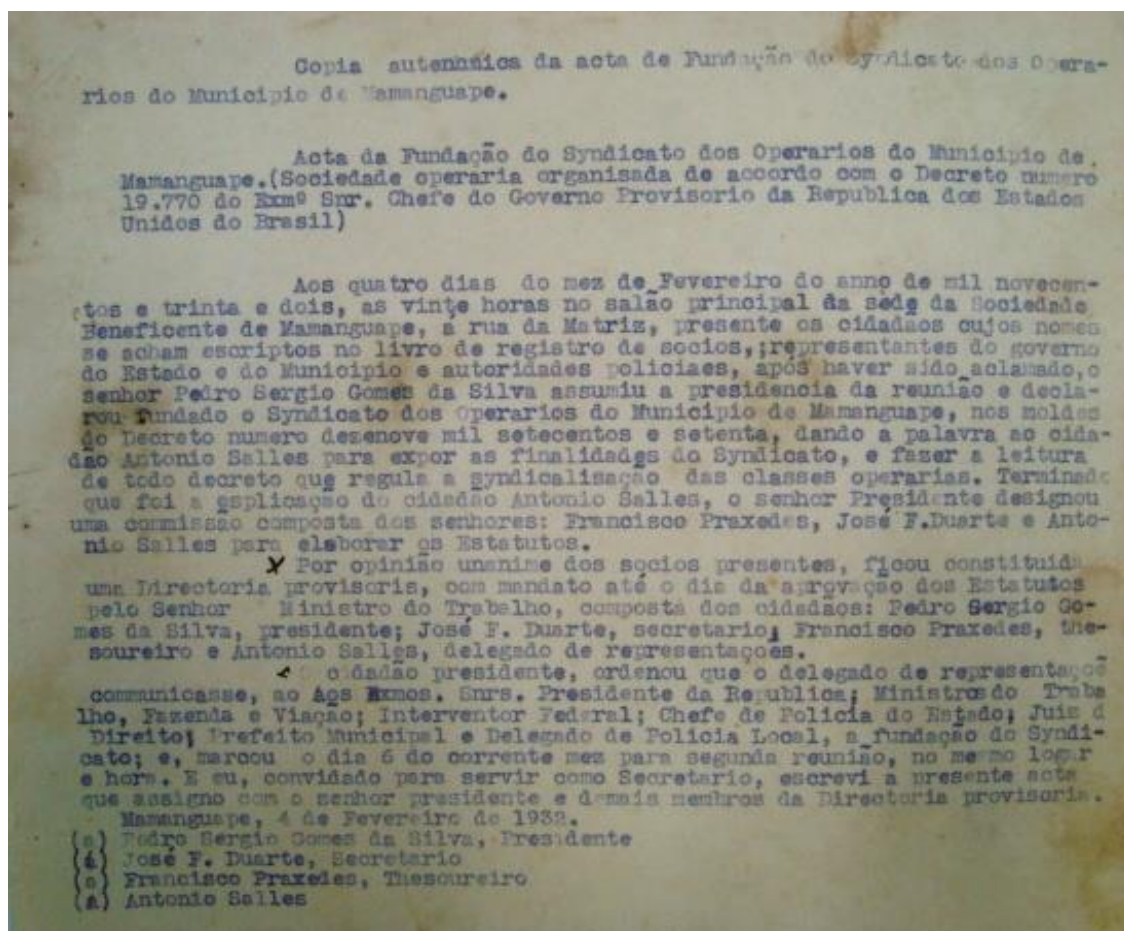
Cidade de Mamanguape, sede da Sociedade Beneficente, 04 de fevereiro de 1932: é fundado às 20 hs, o *Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape*, com a presença de representantes oficiais, do Governo do Estado da Paraíba, Município e da Polícia. À frente dos trabalhos, os operários: Antônio Sales, Pedro Sérgio Gomes da Silva, José F. Duarte e Francisco Praxedes e no rito a leitura pública do Decreto 19.770, promulgado em 19 de março de 1931, que regularizava a sindicalização, o que legitimava o momento. Fundado, o sindicato operário torna-se passo crucial e marco na redefinição de lutas por direitos dos trabalhadores da tecelagem, em suas variadas categorias.

Antônio Sales, escriturário da fábrica, na sessão ao término da leitura do decreto, prosseguia sua exposição sobre os significados e ação do sindicato. A criação deste espaço representativo estava no rol de outras fundações similares que naquele momento se multiplicavam na capital, João Pessoa. Ao ato de encerramento, lavrado em ata, o presidente Pedro Sérgio Gomes da Silva comunica o encaminhamento informativo de criação do sindicato ao Presidente da República Getúlio Vargas, Ministro do Trabalho Lindolfo Collor, Interventor Federal Antenor Navarro, o Chefe de Polícia do Estado, Juiz de Direito, Prefeito Municipal e Delegado de Polícia de Mamanguape.

Formou-se uma diretoria provisória, assim composta: Pedro Sérgio Gomes, presidente; José F. Duarte, secretário; Francisco Praxedes, tesoureiro e Antônio Salles, delegado de representações. Ato contínuo, a marcação para dia 06 de fevereiro da próxima reunião para a organização dos Estatutos.¹⁵⁰ Em sessões subsequentes, a composição do sindicato já encontra-se formada, como é vista na ata da oitava sessão: Pedro Sérgio, Presidente; Manoel Rocha,

¹⁵⁰ Cópia autêntica da acta de Fundação do Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape. Prontuário Funcional Nº 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

Vice; David Mendonça Rocha, 1º Secretário; José L. da Silva, 2º Secretário; João Teixeira de Carvalho, 3º Secretário; Pedro F. Praxedes, Tesoureiro; Astrolino Leite, 2º Tesoureiro; Benedito, Delegado geral; Antônio Salles, Delegado representante e Manoel Ramos, Bibliotecário.¹⁵¹ Da lista, percebemos a ampliação do quadro organizativo e a presença de uma biblioteca na sede do sindicato, haja vista o registro de um operário responsável pelo espaço da biblioteca.



Fotografia 6: Cópia da Ata de fundação, inserida no Prontuário do Sindicato, produzido pelo DOPS, de Recife. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

A repercussão e registro da criação do sindicato deu-se pelo jornal paraibano *A União* e o pernambucano *Diário de Pernambuco*. Em 07 de fevereiro de 1932, na seção *Notas de Palácio*, o diário paraibano publicava telegrama enviado pelo delegado representante do *Syndicato Operário do município de Mamanguape*, Antônio Sales, sobre sua fundação, de acordo com o Decreto 19.770.¹⁵² Já a folha da capital pernambucana, na seção *Através do*

¹⁵¹ **Acta da oitava sessão do Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape.** Prontuário Funcional Nº 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁵² **Notas de Palácio.** *A União*. 07 de fevereiro de 1932, Ano XLI, p. 1.

Nordeste – Paraíba, reproduzia mesma nota de *A União* com a chamada “*Pelo operariado.*” As notícias referentes a atuação dos trabalhadores e do sindicato são menos constantes na imprensa “oficial” do que nas longas matérias de apologia ao papel da fábrica e aos Lundgren no cenário econômico e social do eixo Paraíba-Pernambuco.

Na tecelagem de Paulista, matriz de Rio Tinto, o processo de fundação de entidade sindical deu-se em 02 de outubro de 1932 com o “*Núcleo Sindical de Operários e Empregados de Paulista*”. Em ofício dirigido ao Chefe da Ordem Social, nos trâmites de autorização, a informação à Polícia do início das atividades sindicais era preceito obrigatório: registrava-se a constituição de acordo com o Decreto 19.770 contando com 647 presentes ao ato, formou-se uma diretoria provisória, eleição para o dia 04 de outubro com vistas a posse da gestão definitiva.¹⁵³ Porém, em 07 de outubro de 1932, o *Diário de Pernambuco*, ao registrar a paralisação dos serviços da fábrica, o jornal entrevistou o auxiliar de escritório da tecelagem, o operário Ramiro Ramos Lima. Este trabalhador tinha sido delegado do *Sindicato dos Operários da Fábrica Paulista*, entretanto, tinha se afastado e fundado outra entidade: o *Núcleo Sindical de Operários e Empregados de Paulista*. Em fala ao jornal, Ramiro Lima confirma suas desavenças com o sindicato e os motivos para a fundação de outro:

(...) pois a preocupação dos seus dirigentes não tem sido senão de estabelecer desarmonia constante entre a empresa e o operariado. E o seu presidente faz questão de tornar cada vez mais intensa essa separação do capital e proletários, resultando disso uma situação de permanente conflito.¹⁵⁴

Reitera que esta fundação contou com cerca de 647 trabalhadores e desta fala, entendemos que o escriturário Ramiro Lima teria um papel de “mediador de conflitos” entre os Lundgren e os trabalhadores. E isto levou os dirigentes do *Sindicato dos Operários da Fábrica Paulista* a pressionar por posicionamento em favor da causa operária e não de mediar em favor do patrão. Ao ouvir os relatos do presidente *Sindicato dos Operários da Fábrica Paulista* Roberto Marques, averiguamos a acusação de que o “novo sindicato”, de fato, representava os interesses patronais, porquanto, “(...) *Sindicato recentemente organizado por elementos ligados ao patrão*” e continua “os operários sindicalizados, num total de 5.000, dirigiram um telegrama ao sr. Interventor Federal, protestando contra a fundação do novo

¹⁵³ **Núcleo Sindical de Operários e Empregados de Paulista, fundado em 1 de outubro de 1932. Offício Nº 1.** Prontuário Funcional Nº 0274. Fundo/SSP: 439 Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁵⁴ **A paralisação dos serviços nas fábricas de tecidos de Paulista.** *Diário de Pernambuco*, 07 de outubro de 1932, n. 222, Ano 107, pág. 1 e 8. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

sindicato, que não representava o operariado”. E termina sua fala, ajustando os dados de que não seriam 647 filiados ao novo sindicato e sim apenas 100 operários. Tanto na experiência de Rio Tinto como em Paulista na criação de um sindicato, a fábrica executou a todo tempo um plano de barrar sua atuação e crescimento entre os operários, executando demissões e transferências.

3.1.1 “E viva o Decreto 19.770 que é a salvação da classe operária”: O processo de luta em torno do sindicato têxtil.

Nesta conjuntura de promulgação dos primeiros decretos trabalhistas, a partir de 1930 é preciso entender o processo que a classe trabalhadora brasileira, vivenciou no período pré-1930: um processo de construção de consciência, identidade e de uma cultura operária. A movimentação dos operários da cidade-fábrica Rio Tinto frente a promulgação dos decretos, portanto, deu-se no período compreendido entre 1930 a 1943.

A partir do Decreto nº. 19.433 de 26 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas institui o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, por conseguinte, houveram outros, a saber: Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931); instituição da Carteira de Trabalho (Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932); regulamentação de férias, horário e trabalho do menor e da mulher (Decretos 21.186, de 22 de março de 1932 e 21.364, de 04 de maio de 1932; Decreto nº 22.042, de 03 de novembro de 1932 e Decreto nº 21.417^a, de 17 de maio de 1932); das Comissões coletivas de trabalho e de conciliação (Decretos 21.761, de 23 de agosto de 1932 e 21.396 de 12 de maio de 1932); Lei de Acidentes do Trabalho (Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934) e outras. As buscas pelo cumprimento patronal destes decretos redefiniram a agenda de reivindicação e de luta dos trabalhadores têxteis de Rio Tinto. Esta conjuntura foi decisiva para o processo de formação, identidade e consciência de classe.


Fundado em fevereiro de 1932, o sindicato de Rio Tinto atua até meados de 1933.¹⁵⁵ Suas ações foram acompanhadas pelo Governo Estadual, assim, em julho de 1932 o chefe da *Seção de Estatística*,¹⁵⁶ J. Meira de Menezes solicita os dados gerais do sindicato. Com a intenção de mapear as atividades associativas da Paraíba, a seção de estatística envia ofício ao

¹⁵⁵ Parte de sua movimentação é vista nos documentos apreendidos pelo DOPS e é deste material que conseguimos reescrever a história de sua atuação.

¹⁵⁶ Órgão ligado à Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, da Interventoria de Gratuliano de Brito.

Presidente da entidade, que naquela altura ainda era exercido por Antônio Salles.¹⁵⁷ Ressaltando que já possuía dados sobre diversos sindicatos, requeria o urgente envio de informações sobre a sindicato, posto que já tinha sido feito em maio do mesmo ano. Escrever sobre o processo de formação de classe coincide com a trajetória política e sindical daqueles que se tornaram decisivos no movimento operário de Rio Tinto pós-1930: Manoel Rocha, Antônio Sales, Luiz Gomes da Silva, Serafim Carneiro da Silva e João Soares de Almeida. Em torno das suas atividades sindicais entre 1932-1933 foram produzidos Prontuários Individuais pelo DOPS-PE).

Registo Geral N.º 11.923



Fotografia tirada no mês de 15 de maio de 1933

Nome: MANOEL DA ROCHA FILHO Vulgo: _____

QUALIFICAÇÃO	CARACTERES CROMÁTICOS, ETC.
Filho de <u>Manoel da Rocha Santos</u>	Cútiis: <u>branco</u>
e de <u>Maria Francisca dos Santos</u>	Cabelos: <u>loiros-lisos</u>
Nacionalidade: <u>brasileira</u>	Barba: <u>raspado</u>
Naturalidade: <u>pernambucana</u>	Bigodes: <u>raspado</u>
Localidade: _____	Sobrancelhas: <u>castanhas claras</u>
Idade: <u>nascido no ano de 1909</u> anos	Olhos: <u>azuis</u>
Estado civil: <u>casado</u>	Estatura: <u>1m. e 82 cms.</u>
Profissão atual: <u>operário</u>	Corpo: _____
Sabe ler e escrever? <u>sim</u>	Local onde trabalha: _____
Residência atual: _____	
Residências anteriores: <u>Belém - Pará - Vila Tacarana n.º 53 - Estrada de Salgadinho</u>	
Nome das pessoas que o conhecem e as respectivas residências: _____	
Nome dos investigadores que o conhecem: _____	

R. 10172

Fotografia 7: Prontuário individual de Manoel da Rocha Filho. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Filho de Manoel da Rocha Santos e Maria Francisca dos Santos, nascido em 1909 em Pernambuco, Manoel da Rocha Filho destacou-se pela forte atuação de militante nas lides

¹⁵⁷ Secção de Estatística (Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas), n. 2.035. Prontuário Funcional N.º 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Documento 01. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

políticas e sindicais a partir da cidade-fábrica Rio Tinto. Migrante, fixa residência em Salema, onde é contratado como carpinteiro na fábrica ao final dos anos 1920. A carpintaria, assim como a oficina mecânica, era uma das seções subsidiárias da fábrica. Sua experiência do primeiro sindicato em 1932, no enfrentamento com o proprietário da fábrica, Frederico João Lundgren e na luta por direitos dos trabalhadores, se confunde, com a história do movimento operário em Rio Tinto. Nesse caminho, auxilia na elaboração e publicação de um jornal operário de circulação estadual, no fortalecimento do diálogo entre o sindicato têxtil de Rio Tinto com as organizações sindicais da Paraíba e na criação de uma célula do Partido Comunista, na cidade-fábrica.

Demitido da fábrica em 22 de junho de 1932 aos 23 anos de idade, por ser “filiado e militante sindical”, denuncia em carta as demissões e/ou transferência de trabalhadores ligados ao sindicato, descumprindo norma posta pelo decreto-lei. Preso em 1933, numa ação organizada por investigadores da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco que se desdobrou no encerramento das atividades do sindicato têxtil e na dissolução das células do Partido Comunista na capital e Rio Tinto, viu igualmente seus companheiros sofrerem as mesmas penalidades: presos, demitidos, transferidos e migrarem da Paraíba.

Manoel Rocha, em carta manuscrita, denuncia sua demissão em 08 de abril de 1932. Aos detalhes, direciona sua denúncia aos diretores e cogerentes, para quem “*adocta a imoralidade e anarchia nos recintos da fábrica*” revelando em suas palavras diversos pontos: a relações hierárquicas entre categorias no interior das seções; o destaque enquanto militante da causa sindical-operária bem como, a denúncia do fiscal de seção, Severino Domingues, em sua constante ação de atrapalhar os trabalhos dos tecelões em suas máquinas. Neste caso, Manoel Rocha testemunha o momento em que o fiscal da seção onde trabalhava se dirige a uma operária que, “*não querendo attendelo porque ele era acostumado a palestrar em suas machinas e de outras operárias interrompendo a boa marcha do trabalho, esta operária retira-se de seos teares e lhe (?) atrás ella corre atrás com gestos de ir, se pegar la com ella.*”¹⁵⁸ Na ocasião, chamou seu ajudante, o contramestre José Soares e outra operária, Albertina Oliveira, e dirigiu-se ao escritório da seção. Ao gerente, denunciou o fato e a ação do fiscal Severino Domingues, que, ao ser interpelado para confirmar o acontecido, negou veemente. Contudo, Manoel Rocha acabou por provar a denúncia com testemunhas. Na carta, o operário reitera que

¹⁵⁸ **Demissão injusta – Manoel Rocha.** Prontuário Funcional Nº 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

“há tempos eu era perseguido pela cogerência por ser o vice-presidente do Sindicato” e que o fiscal em pauta, havia tentado resgar um panfleto que Rocha havia posto, com críticas aos mandatários da fábrica. E termina sua denúncia, ressaltando sua demissão injusta, a consequente renúncia da vice-presidência do Sindicato e saída de Rio Tinto e arrematava: *“... e Viva o Decreto 19.770 que é a salvação da classe operária.”*

Ao ser demitido, exercia o cargo de vice-presidente do sindicato o que levou a denunciar tanto sua demissão, quanto a coação imposta pela fábrica aos trabalhadores sindicalizados em carta dirigida ao Ministério do Trabalho. Levado da Paraíba para Pernambuco, prestou depoimento na Delegacia Auxiliar em Recife, no dia 26 de maio. Destas declarações identificamos alguns dados: residia em Salema, Distrito de Rio Tinto, exercia o cargo de contramestre de teares na fábrica e que tinha sido vice-presidente do Sindicato. A negativa e recusa de pertencer ao Partido Comunista foi presente em seu depoimento e talvez, com finalidade de não sofrer sanções ou de preservar companheiros, igualmente presos, disse: *“(...) que não tem simpatia pelas ideias comunistas e não conhece (...) que não sabe que no citado sindicato havia alguém simpatizante comunista.”*¹⁵⁹ Manoel Rocha, por estar nas lides sindicais, logo escreve e remete um telegrama de caráter denunciativo, não só sobre seu caso, mas das ações da fábrica em demitir e rebaixar de categoria trabalhadores filiados ao sindicato têxtil. Remetido a Plínio Lemos Oficial de Gabinete do Ministro de Viação e Obras, o paraibano José Américo de Almeida, requeria: *“Pedimos interceder Ministro Viação e Trabalho agir acordo Lei garantir operários Syndicalizados que sofre rebaixo e demissões injustas sem apoio justiça; fazer indústria cumprir artigo 13 decreto 19.770 numerosos operários. Vice-Presidente demitido sem justificação”*. E ainda solicitava *“rogo fazer cumprir a lei”*.¹⁶⁰

¹⁵⁹ **Auto de Declarações que presta Manoel da Rocha Filho, 26 de maio de 1933.** Manoel da Rocha Filho. Prontuário Individual N. 2780. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁶⁰ **Telegramas e viagem – 25/4/1932.** Prontuário Funcional Nº 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

A negativa no interrogatório de possuir “ideias comunistas” não possui base alguma, pois sua prisão posterior confirma sua atuação em células comunistas de Recife. Levado de volta à Paraíba pelo investigador do DOPS de Recife, em 29 de maio de 1933 foi entregue ao Chefe de Polícia local Severino Procópio, que estava à frente dos trabalhos de investigação das atividades comunistas no período. E no prontuário foram anexados documentos decisivos para apreender seu percurso sindical entre a Paraíba e Pernambuco. Da lista de documentos apreendidos, correspondências pessoais e boletim da *União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte*. Sobre esta entidade, revela-se, portanto, a articulação de Manoel Rocha, enquanto vice-presidente do sindicato com a recém-criada entidade que congregava os sindicatos da capital e outras cidades, a incluir o de Rio Tinto. Com a chamada “*Aos trabalhadores paraibanos das cidades e dos campos*”, o panfleto convocava a união dos operários em torno de seus respectivos sindicatos e em seguida o convite para que as associações se unissem em torno da *União Geral*. Isto denota o quanto este operário estava a par dos debates no movimento classista para além de Rio Tinto.

Das cartas pessoais trocadas, destacável a de seus familiares e de um amigo. Esta última, de Luiz Gonzaga de Oliveira, escrita de Papari¹⁶², no Rio Grande do Norte, em janeiro de 1932, cujo conteúdo girava em torno das preocupações com a moradia do operário. As correspondências de familiares datam entre 1931 e 1932. Em uma de suas prisões, os investigadores apreendem as correspondências e arrolam em seu prontuário. Já a de seus familiares, datada de 28 de outubro de 1931, escrita pelo irmão de Manoel Rocha, Amaro Rocha, que juntamente com a família residia em Frexeiras, distrito do município de Escada, Pernambuco. Nesta, agradecia a quantia enviada por Manoel de 20\$000 mil réis e recomendava a sua ida para a Escola Noturna que era oferecido pela fábrica Rio Tinto. Dessas cartas três foram escritas pela mãe de Manoel Rocha, Maria Francisca dos Santos, duas em 1931 e uma em 1932. As duas primeiras datadas igualmente de 10 de dezembro, reitera os cuidados com a saúde do filho e recomenda o envio de pouco dinheiro para auxílio: “(...) *não carece ajuntar muito dinheiro para mandar não, mande qualquer quantia porque eu estou muito precisada de dinheiro.*”¹⁶³ Na sequência, a mãe informa que seu irmão Amaro continua com o salário baixo e alerta ao filho sobre as perseguições sofridas por militantes comunistas, o que serviria para ficar atento: “*Manoel, o pessoal do comunismo do Cabo sahiro tudo correndo do Cabo porque senão hia tudo para a cadeia e só ficou Eliso porque não pode sair logo.*”

¹⁶² Papari, fica a 80 km de Rio Tinto e desde 1948 a cidade possui o nome de Nísia Floresta.

Em outra correspondência a mãe dizia do conhecimento que o operário estava doente, com sezão – doença típica da região de Rio Tinto – e pedia que fosse se tratar em sua casa. As dificuldades financeiras da família e dos seus ganhos salariais e a preocupação com as condições de vida era temas constantes. Na sequência, o seu irmão Amaro da Rocha Santos fala do cotidiano familiar e diz que ainda ganha o mesmo “ordenado” e que havia pedido 50\$000 mil réis de empréstimo. Um dado importante é a informação de uma parente que iria para Rio Tinto em busca de trabalho. Em outra correspondência do irmão persiste a preocupação familiar com a saúde de Manoel Rocha e deste parente que migrou para Rio Tinto. Lembrava que não havia tido resposta nas cartas enviadas e indica a compra de um elixir – remédio para o sezão – e clamava para a sua saída de Rio Tinto e a volta para Frexeiras. As dificuldades financeiras eram mais uma vez postas na carta.

A próxima prisão de Manoel Rocha acontece em 23 de outubro de 1936, ao lado de outros operários organizados em torno da célula comunista “E. 22”, atuante na *Companhia Industrial Pirapama*. Esta fábrica ficava localizada no município de Escada, a cerca de 60 km de Recife, e foi inaugurada em 1925. Da leitura do seu prontuário, levamos a supor que, ao ser demitido, preso e consequentemente migrado da Paraíba neste mesmo ano, procurou trabalho em outras tecelagens de Pernambuco. Segundo o registro investigatório do DOPS, a célula “E. 22” foi organizada em 1934 pelo comunista João Alves da Cunha e informava:

Em 1935 foi dissolvida, em virtude de ausência dos principais responsáveis; em meados de 1936, porém, tentam uma reorganização e só aguardavam o material necessário para novamente desenvolverem as suas nefastas atividades, foi quando a Polícia desfechou-lhe o golpe mortal.

A despeito da repressão aos comunistas na conjuntura de desdobramento repressivo do Levante de 1935, os militantes continuaram a se reorganizar politicamente em Pernambuco. A prisão de 1936 levou Manoel Rocha a ser recolhido ao presídio especial. Posto em liberdade dias depois, foi novamente encarcerado um ano depois, em 24 de outubro de 1937 “por medida preventiva”. Ano seguinte, em 1938, novamente preso “por motivo de ordem pública” onde exercia o cargo de contramestre, desta feita na *Fábrica Tacaruna*, tecelagem localizada no bairro de Campo Grande, Recife. Da tecelagem de Pirapama, em Escada, conseguiu trabalho na de Tacaruna, daí é que ocorre sua quarta prisão e interrogatório, onde registra-se nas anotações, que:

O promptuariado quando interrogado declarou ter sido convidado por José Faustino da Silva para fazer parte do C. Z. nº 1 de Campo Grande, no mez de agosto de 1937, esteve em Escada em 1936 não mais voltando aquela cidade. Foi aclamado em reunião para Encarregado de Finanças do C. Z. 1.

Tal prisão designada pelo Comissário do DOPS foi feita em 19 de janeiro por três investigadores, havendo busca material em sua residência, no bairro de Campo Grande, contudo *“nada foi encontrado que fosse de interesses para esta Delegacia”*. Permaneceu preso nas dependências da sede do DOPS onde aguardou os trâmites para seu depoimento. Sua atuação nas células comunistas eram constantes. Em 1941, ainda trabalhando na tecelagem da Tacaruna (informa que fora admitido em março de 1935), residia na Estrada Salgadinho “Vila Tacaruna” e fora mais uma vez detido dentro da fábrica pelo motivo de “averiguações”. Nas declarações prestadas, informa que em 1940 tornou-se prática comum no ambiente fabril listas de apoio e solidariedade a operários doentes que não possuíam direito à remuneração. Reitera que participava da organização destas listas e que contribuía financeiramente com o que estava ao seu alcance e quem ordenava a lista, era o chefe de sua seção, Jeferson Belo, que recebia e distribuía o que os outros operários doavam. Nota-se que a direção da tecelagem muda a chefia da seção, substituindo Jeferson Belo por Casimiro de Lima, que, por seu turno, proíbe a circulação das listas. Outro operário, um serralheiro, José Régio, foi igualmente demitido, pois segundo Manoel Rocha, *“instigava os operários a não trabalharem”*.¹⁶³

Apesar dos ensaios da direção da tecelagem de proibição e circulação das listas de auxílio mútuo e solidariedade, os trabalhadores continuaram com a ação. Manoel Rocha informa que José Régio, mesmo com a proibição posta por Casimiro de Lima, fazia circular as listas clandestinamente. Este depoimento mostra sua atuação entre os trabalhadores da tecelagem Tacaruna e de como suas ações eram constantemente denunciadas à Delegacia de Ordem Política e Social.

Portanto, em seu prontuário há uma produção documental ampla e demonstrativa da rigorosa vigilância dos investigadores em torno de sua vida político-sindical. Nas diversas ocasiões em que foi encarcerado, seja em 1933, 1936, 1937, 1938 e 1941 o motivo era costumeiro: comunista e perturbador da ordem pública. Contramestre singular, era alfabetizado, leitor do *Manifesto Comunista*, da imprensa – oficial e operária – estava a par dos debates político-sindicais e das promulgações dos decretos trabalhistas. Neste sentido, o conectivo

¹⁶³ **Termo de Declarações – Manoel da Rocha Filho, 09 de abril de 1941.** Prontuário Individual N. 2780. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

micro-macro era uma face da sua militância cotidiana, seja no chão da fábrica ou para além dos muros da tecelagem.

Para reparação de seus direitos com sua demissão, este operário não apenas denunciou enviando cartas ao Ministério do Trabalho, mas também recorreu à Justiça em processo movido no Fórum de Mamanguape – cidade do qual Rio Tinto era distrito – com o motivo “*Reclamação por dispensa do trabalho*”. Nesta ação contra a direção da fábrica, denuncia sua demissão arbitrária, o que descumpria os artigos 13 e parágrafos 1º e 3º, do Decreto 19.770. Reitera que a direção nega que seu afastamento tenha relação com suas atividades sindicais, porém: “(...) *de 18 de abril para findo demitido por pugnar pela moralidade de minha seção e por ser vice-presidente do sindicato pois desde esse tempo eu vinha sendo perseguido*”.¹⁶⁴ Segue e finaliza solicitando de acordo com a lei a sua readmissão no cargo sob pena de punição da tecelagem.

Deste processo, identificamos o cotidiano e as relações no ambiente fabril, entre contramestre, chefes de seção e operários subordinados. No seu depoimento, reiterava que tinha 25 anos de idade, era casado, alfabetizado e contramestre desde 1926. Das duas alegações ditas, a primeira diz respeito a uma desavença na sua seção: a operária Maria Rosa havia sido agredida pelo ajudante de fiscal Severino Domingos e ele saiu em sua defesa; a segunda é a questão em torno da militância sindical, por ser vice-presidente da entidade representativa dos trabalhadores. Em 27 de junho, o Delegado Severino Lucena, ao ouvir as testemunhas do processo, José Soares (paraibano com 20 anos, alfabetizado e operário da seção de Manoel Rocha que presenciou o fato em questão) afirma que o operário levou ao conhecimento da cogerência da tecelagem o caso de Severino Domingos, o que em seguida, após 4 dias, Manoel Rocha foi demitido.

Tomados os depoimentos, o delegado escreve seu relatório, apontando, com base nas testemunhas, que “*deixa a crer que a referida Companhia é a única responsável pela expulsão do dito operário*” e envia os autos ao Juiz de Mamanguape para prosseguimento da ação. Alegando que não há base legal para acatar a ação, o magistrado decide pelo arquivamento em 11 de julho de 1932, e, de acordo com o *Código do Processo Penal do Estado*, envia para o Superior Tribunal de Justiça do Estado, sendo arquivado em definitivo em outubro. Ao lado de outros militantes sindicais, Manoel Rocha logo se transformou em agente histórico ativo no processo de formação e identidade de classe em Rio Tinto. Pela leitura pormenorizada do

¹⁶⁴ **Reclamação por dispensa do trabalho – Manoel da Rocha Filho (1932)**. Arquivo do Fórum de Mamanguape – PB. P. 5

material documental produzido pelo DOPS observamos um percurso marcado pela forte militância e com atuação entre a Paraíba e Pernambuco.

Outro operário, Antônio Sales, escriturário da tecelagem, igualmente possuía trajetória de destaque atuando no movimento operário em Rio Tinto. Das escassas informações reunidas em seu Prontuário Individual identificamos sua forte militância político-sindical entre a Paraíba e Pernambuco. Não há informações mais detalhadas. Como no prontuário de Manoel Rocha, principalmente dados pessoais, só o registro que sua residência, em 1933, era na Rua do Ocidente, no Recife antigo – próximo ao Cais do Apolo e rua do Brum. Exclusivamente duas anotações estavam em destaque: em 1933, dirigia o jornal editado em Recife, *“A Frente”*, que circulou de 15 de fevereiro até 21 de março de 1933, tempo em que Salles já havia saído de Rio Tinto; ex-delegado do Sindicato Operário e ex-diretor presidente do *“Jornal dos Operários”*, editado na capital paraibana, João Pessoa.

O primeiro documento a ser destacado diz respeito a uma carta denúncia sem data, escrita entre fevereiro e maio de 1932. Antônio Sales se identificava enquanto Delegado do Sindicato, contabilizando três mil sócios em Rio Tinto. Consistia em uma denúncia contra os desmandos praticados pelos técnicos e dirigentes estrangeiros da tecelagem para com os trabalhadores brasileiros, por exemplo, ao descumprirem os Decretos 19.770, 19.808 e 20.291. Segundo sua denúncia, os trabalhadores eram submetidos a *“demissões, rebaixamentos, transferências injustas. Operários mais 20 anos serviços...por Deus e pela Pátria ajudemo-nos a cumprir leis.”*¹⁶⁵

¹⁶⁵ **Antônio Sales.** Prontuário Individual N. 2494. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

08

União

Doc. 6

João Jossé

Na qualidade de delegado Sindicato
operário que contra tres vel socis Rio Preto
poco clamar justiça ante misérias desigual-
dades praticadas contra infelizes operários
brasileiros por insensíveis estrangeiros
que não sabem compreender a alguma
hospitalidade nossa patria, a respeito as
leis nacionais. ~~Respeitando~~ ^{respeitando} leis paiz e
decretos 19.770, 19.808, 20.201. ~~Sindicato~~ ^{Sindicato} estrangeiros
~~nosso proprio paiz~~. Procuram todo fraude trans-
fere os greves e as demissões, rebaixando as
transferências ~~em~~ injustas, operários mais
30 annos de serviços, a fim governo intervir favo-
ravel estrangeiros. Por isso e, pela patria ajudan-
mos fazer cumprir leis ~~Antônio Sales~~
paiz.

Fotografia 9: Documento inserido no Prontuário Individual de Antônio Sales. Ofício denunciando as demissões e descumprimento dos Decretos 19.770, 19.808 e 20.201. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Enquanto pertencente aos quadros do sindicato e na condição de ter sido presidente, muitos documentos foram apreendidos em seu poder em 1933. Destes, um diz respeito a uma carta dos operários Manoel Ramos e Astrolino Leite (bibliotecário e tesoureiro, respectivamente, da primeira gestão do sindicato), solicitando, em 29 de abril de 1932, a desfiliação do sindicato, o que leva a crer que sua decisão, neste ato, foi diante da circunstância de coação fabril e com vistas à manutenção de seus respectivos empregos. Decerto a estratégia dos diretores da fábrica – seguindo ordens diretas do mandatário Frederico Lundgren – surtiria efeitos, ao constatarmos que as demissões e transferências não foram encerradas mesmo com os operários resistindo na justiça e denunciando ao Ministério do Trabalho, ao Interventor paraibano, ao Ministro José Américo de Almeida e nos jornais operários e oficiais.

Outro documento é crucial para entendermos as relações e articulações do sindicato. Em bilhete manuscrito dirigido ao “amigo Manoel da Rocha”, Sales solicita a reunião de 30 trabalhadores para compor uma comissão que iria se encontrar com Dustan Miranda e José

Américo de Almeida para fundar a *Federação dos Trabalhadores da Paraíba*. Ante o processo de organização operária em torno do sindicato e de consciência de classe na luta com o patrão, inicia organização da *Federação Parahybana do Trabalho* com apoio do *Sindicato dos Agricultores e a Sociedade Beneficente de Mamanguape* e do *Sindicato da Fábrica de Tecidos Tibiry*, de Santa Rita.¹⁶⁶ As diversas prisões do DOPS em torno das atividades comunistas no sindicato de Rio Tinto em 1933, chegaram a Antônio Sales, que na ocasião já residia em Recife. As visitas de investigadores à sua residência, bem como ao jornal que dirigia na capital pernambucana, tornaram-se constantes. De fato, um investigador chega a confirmar que ele tinha sido presidente do sindicato “*tendo deixado o cargo e o lugar inesperadamente*” e evidenciando suas ligações com Manoel Rocha Filho.

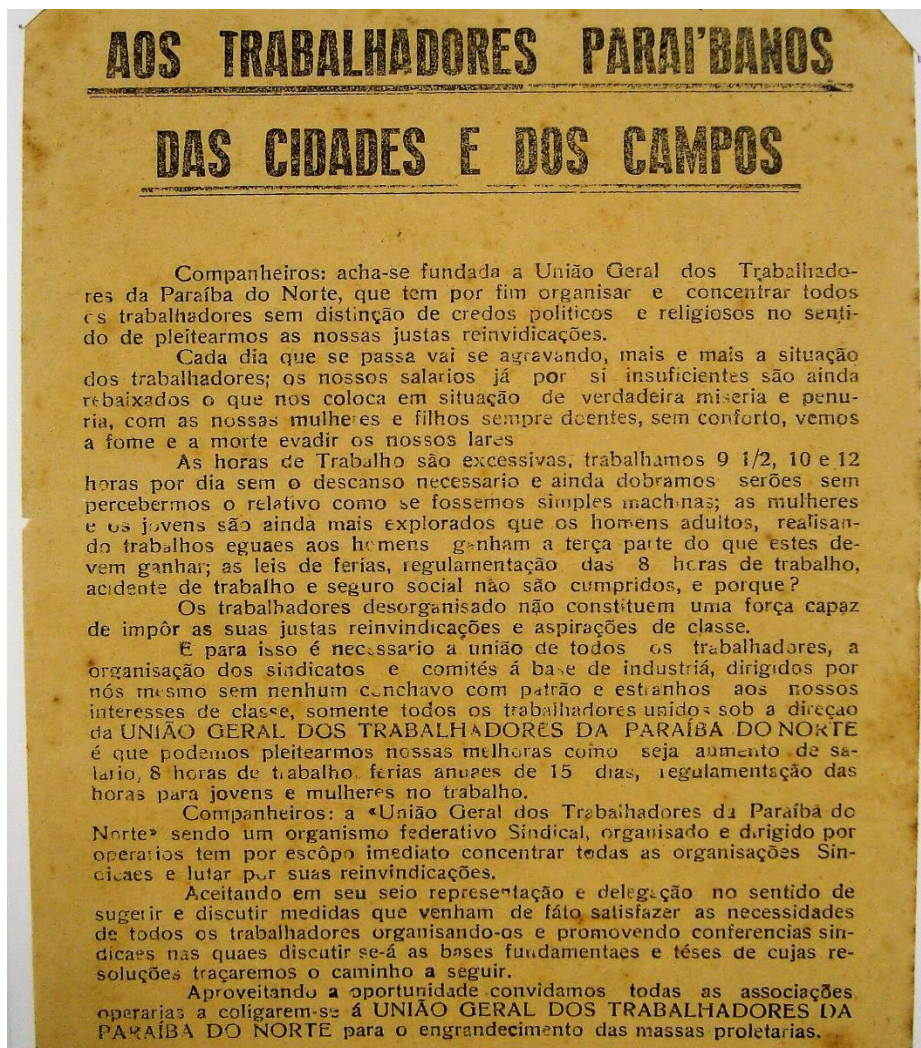
3.1.2. “União geral dos trabalhadores da Paraíba do Norte”: Articulações e solidariedade classista

A conjuntura paraibana entre 1930 e 1933, principalmente, no que diz respeito as (re)organizações operárias, foi marcada pela passagem e impacto do Decreto 19.770. A fundação da representa este processo histórico de lutas e organização operárias. Fundada em 10 de fevereiro de 1932, com a presença de 58 trabalhadores, a *União Geral* contou na sessão com a presença de representante do jornal operário *Norte Proletário*.¹⁶⁷ Seu presidente inicial e provisório foi o operário Manoel Dias Paredes, destacado militante comunista da capital que terá papel preponderante na atuação do Partido Comunista no seio sindical e no Levante Comunista de 1935.

Em 1932, a capital paraibana e cidades de considerável contingente operário como Santa Rita, da Fábrica de Tecidos Tibiry, e Rio Tinto viram a criação de diversos sindicatos de diversas categorias. Este ano logo constitui-se enquanto marco decisivo no processo de organização classista. Na sua fundação, foi produzido um panfleto e manifesto onde evidenciava a agenda de lutas de trabalhadores urbanos e rurais:

¹⁶⁶ **A Federação Parahybana do Trabalho.** A União – Orgam Oficial do Estado, 07 de abril de 1932, Ano XLI.

¹⁶⁷ **Ata da sessão de fundação da União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte, 10 de fevereiro de 1932.** União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934). Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).



Fotografia 10: Panfleto de divulgação aos trabalhadores, da fundação da União Geral. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

A “*União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte*”¹⁶⁸ tinha sede no bairro de Jaguaribe, na capital, e suas atividades exercidas entre 1932 e 1933. Ao ser formada a associação, logo reuniu uma série de sindicatos da capital, Santa Rita e Rio Tinto.¹⁶⁹ Uma das primeiras providências de sua diretoria era o convite para que os diversos sindicatos recém-criados se filiassem à *União Geral* com vistas ao fortalecimento do movimento operário no Estado. Neste panfleto distribuído ressaltavam a pauta de união sindical em Federação bem como a luta reivindicatória em torno dos direitos e melhorias de vida da classe trabalhadora:

Cada dia que se passa vai se agravando mais e mais a situação dos trabalhadores; os nossos salários já por si insuficientes são ainda rebaixados o

¹⁶⁸ **União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934).** Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁶⁹ Como a capital paraibana ainda não possuía uma seção do DOPS, portanto, diversas solicitações e vigilância, dar-se-ia pela Secretaria da Segurança e Assistência Pública.

que nos coloca em situação de verdadeira miséria e penúria, com as nossas mulheres e filhos sempre doentes, sem conforto, vemos a fome e a morte invadir os nossos lares.

As horas de trabalho são excessivas, trabalhamos 9 ½, 10 e 12 horas por dia sem o descanso necessário e ainda dobramos serões sem percebermos o relativo como se fossemos simples machinas; as mulheres e os jovens são ainda mais explorados que os homens adultos, realizando trabalhos eguaes aos homens ganham a terça parte do que estes devem ganhar; as leis de férias, regulamentação das 8 horas de trabalho, acidente de trabalho e seguro social não são cumpridos e porquê?

Os trabalhadores desorganizados não constituem uma força capaz de impor as suas justas reivindicações e aspirações de classe.

E para isso é necessário a união de todos os trabalhadores, a organização dos sindicatos e comitês a base de indústria, dirigidos por nós mesmo sem nenhum conchavo com patrão e estranhos aos nossos interesses de classe, somente todos os trabalhadores unidos sob a direção da UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DA PARAÍBA DO NORTE é que podemos pleitearmos nossas mulheres como seja aumento de salário, 8 horas de trabalho, férias anuais de 15 dias, regulamentação das horas para jovens e mulheres no trabalho.¹⁷⁰

Assim, houve a inclusão na agenda reivindicatória dos trabalhadores rurais que se somavam aos trabalhadores urbanos. Os sindicatos que começaram a filiar-se à *União Geral* eram diversificados no quesito categorias, tais como: *Alliança Proletária Beneficente* (com sede na Av. Benjamin Constant, no bairro de Jaguaribe, foi fundada 1º de maio de 1927.), *União dos Alfaiates* (Rua da República, no centro da capital), *União Beneficente da Guarda Civil* (com sede no Quartel da Guarda Civil), *Centro dos Chauffers da Parahyba do Norte* (com sede na rua Treze de Maio, no centro), *Sindicato dos Ferroviários da Great Western*, *Caixa Beneficente 26 de Fevereiro* (com sede em João Pessoa, foi fundada em 26 de fevereiro de 1932); *Associação dos Empregados no Commercio da Parahyba do Norte* (com sede na capital, foi fundada em 07 de março de 1921e mantinha a *Academia de Comércio Epitácio Pessoa*. O sindicato foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em abril de 1933.), *Sociedade Italiana 20 de Setembro* (com sede na capital), *Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil* (com sede na capital), *Sindicato dos Empregados da Empresa de Tração, Luz e Força da Parahyba do Norte* (com sede na capital) e outros.

¹⁷⁰ **Aos trabalhadores paraibanos das cidades e dos campos.** União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934). Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). A Paraíba, possuía diversas associações de caráter mutualista, tais como *Sociedade União Operária Beneficente* (fundada em 12 de outubro de 1919, possuía a chamada *Operários de todos os paizes, uni-vos*, em referência ao *Manifesto Comunista* de Karl Marx. Mantinha em sua sede, na rua Índio Piragybe, no centro da capital, uma Escola Mixta diurna “Alberto de Britto”, uma Biblioteca “Karl Marx” e um tratado de aliança com diversas associações da Paraíba e do Brasil. Em 1932, atuava e era filiada a *União Geral*).

O Sindicato de Rio Tinto logo só tornou filiado e apoiador de primeira hora da *União Geral*. Em ofício – sem data - enviado à entidade, o presidente do sindicato, Pedro Sérgio, reforça seus laços de apoio com vistas à organização de um congresso sindical a ser realizado na capital, provavelmente em 1932 ou 1933. Era solicitada como contrapartida ao sindicato de Rio Tinto assistência financeira que de pronto foi atendida: “*Acusamos mais o pedido a nós dirigidos para auxiliar as despesas da aludida reunião, e em vista do nosso estado financeiro tomamos a liberdade de vos enviar a diminuta quantia de vinte e cinco mil reis (25\$000)*”.¹⁷¹ Este pedido financeiro era extensivo aos sindicatos filiados e dizia respeito à *Conferência Sindical Regional* a ser realizado em 1933. E concluía o ofício lembrando a amizade e solidariedade entre as duas entidades representativas.

O *Sindicato de Rio Tinto* enviou à *União Geral* uma lista de seus filiados: ao todo 1107 operários e operárias. Desta listagem podemos traçar um perfil amplo, desde a idade, seção, categoria, residência, sexo, estado civil e origem geográfica, compondo assim, uma classe heterogênea, verificada em diversas categorias das seções dentro da tecelagem e das subsidiárias: apontadores, contramestres, engomador, escriturário, banco, engenheiro, cordas, ajudante, tinturaria, servente, carpinteiro, mestre, pedreiro, padeiro, fiscal, apontador, motorista, fundidor, braçal, tecelagem, foguista, fiadeira, enrolador, vigia, acabamento e usina. Sobre a idade, iam dos 13 aos 59 anos e os trabalhadores eram moradores da vila operária e arredores. Identificamos os nomes de alguns dirigentes do sindicato, a saber: David Mendonça, Raymundo Pitta, Manoel da Rocha Filho e outros.

¹⁷¹ **Directoria do Syndicato dos Operários e Agricultores da cidade de Mamanguape.** União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934). Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

	Nome	Idade	Localidade	Outros
1	Antônio Fernandes	19	Porto Alegre	F. Rio Tinto
2	Aurelio Goncalves	18	"	"
3	Regino Almeida	32	Capão	1268
4	David Mendonça	21	Sotão	1196
5	José Soares Silva	19	Capão	1100
6	José Iguaçu	23	"	548
7	Alexandro Batista	19	Sotão	576
8	Francisco Sousa	24	Capão	317
9	Benjamin Jorge	27	Sotão	742
10	Raimundo Pitta	48	Capão	"

Fotografia 11: Lista inicial dos operários sindicalizados da Fábrica Rio Tinto, enviado a *União Geral*. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

A solidariedade era determinante nas relações entre os sindicatos e a *União Geral*, auxiliando na construção coletiva e fortalecimento do movimento operário para além da capital. É o caso de uma contribuição do Comitê de Alhandra.¹⁷² Havia a arrecadação para pagamento de aluguel da sede, da energia elétrica e das mensalidades, e nesta esteira solidária em ofício dirigido à *União Geral*, os associados do *Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil*, em 28 de novembro de 1932, requeriam, entre outras questões, a inserção dos trabalhadores do campo nos comitês da entidade.

Em 25 e 26 de março de 1933, a *União Geral* organizou a primeira *Conferência Sindical Regional*, para reunir os sindicatos da capital e do resto do Estado e ofícios foram emitidos para estas entidades. Esta conjuntura significou um ponto de viragem, posto que, em meados de março, houve intensa repressão às atividades comunistas em torno dos sindicatos da capital, Santa Rita e Rio Tinto. A farta documentação inserida no prontuário da *União Geral* demonstra quão atuante a entidade desempenhava no interior do movimento operário paraibano. Por outro lado, a polícia da Paraíba aliada ao DOPS de Pernambuco, estabeleceu uma vigilância que resultou na desarticulação e prisão de trabalhadores filiados aos sindicatos e com atuação no Partido Comunista. Isto é verificado em ata de reunião da célula comunista

¹⁷² Alhandra é um município do litoral sul da Paraíba, margeada pela BR101, sentido Recife-João Pessoa. Fica distante cerca de 45 km da capital. Importante notar que durante fins dos anos 1950 até o golpe civil-militar de 1964, se destacou pela forte atuação das Ligas Camponesas.

B.P. N. em 21 de fevereiro de 1933, para onde era *necessário “propagar-se o Partido Comunista ao trabalhador operário”*.¹⁷³

A questão social como caso de polícia persistia na Paraíba de 1932. Isto posto, o Delegado geral de Polícia da capital, em 25 de agosto de 1932, despacha circular ao Presidente da *União Geral* para que se dirigisse à sede da delegacia para “*tratar sobre matéria correlata à ordem social.*”¹⁷⁴ A solicitação pode ser vista como parte das atribuições de vigilância da polícia sobre a entidade que congregava diversos sindicatos e mais de 5 mil operários. Em circular seguinte, o delegado geral requeria dados detalhados das atividades da entidade para mapear a atuação e o cotidiano da associação, seus membros e sindicatos filiados “*para orientação desta Chefatura, no que diz respeito à ordem social*”:

- 1º - Essa sociedade tem personalidade jurídica?
 - 2º - Quantas associações têm essa agremiação?
 - 3º - Quais os nomes das pessoas que constituem a sua diretoria?
 - 4º - Em que prédio funciona essa sociedade?
 - 5º - Quantas sessões realiza por mês e em que hora e dia?
 - 6º - Em que data e ano foi fundada?
- Com a resposta a este questionário, solicito-vos a remessa de um exemplar de seus estatutos.

Um documento avulso e sem data, inserido dentro do prontuário confirma que a *Seção de Estatística*¹⁷⁵ da Paraíba promovia verdadeira varredura dos sindicatos na capital, Santa Rita e Rio Tinto. Em conjunto com a Polícia, procurava ficar ciente das atuações sindicais e de seus trabalhadores militantes. Isto acabou contribuindo para o êxito da repressão de 1933 a 1935. Solicitava o preenchimento de uma ficha com as seguintes informações: sócios existentes; sócios eliminados por falecimento; eliminados por outros motivos; data da fundação da sociedade; data de sua instalação; contribuição financeira anual de cada um; endereço de sede; qual município; designação e natureza (literária, recreativa, esportiva, religiosa e outras). Essa espécie de ficha foi enviado por J. Meira de Menezes, chefe da Seção de Estatística em diversos órgãos, onde reforçava-se a necessidade e obrigação de envio. O não envio por parte da *União Geral* confirma a resistência, pois iria expor internamente o funcionamento da entidade.

¹⁷³ **Ata, 21 de fevereiro de 1933.** União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934). Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁷⁴ **Secretaria da Segurança e Assistência Pública – Repartição Central da Polícia, circular nº 37, João Pessoa, 25 de agosto de 1932.** União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934). Prontuário Funcional Nº 151. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁷⁵ Este órgão era ligado a Interventoria do Estado, em específico à Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Na conjuntura da repressão aos sindicalizados, a repercussão chegava até mesmo à imprensa oficial. Em notícia de capa de *A União*, os operários ligados ao sindicato de Rio Tinto, Raymundo Pitta e Diógenes Ribeiro, denunciavam as demissões, transferências e constrangimento postos em prática pela fábrica. Recorrendo ao Interventor Federal Anthenor Navarro, os dois representantes classistas, solicitavam:

Apelamos vosso fecundo governo autorizar divulgação na gloriosa *A União*, situação vexatória aplicada contra dignos operários brasileiros pelo estúpido e rancoroso estrangeirismo de Rio Tinto que a todo momento demitem, transferem e constroem indignamente patrícios indefesos. Solicitamos vossa valiosa interferência junto ao Coronel Frederico Lundgren como único remédio para nossas demissões injustas.¹⁷⁶

A denúncia publicada pelo jornal oficial expunha também a questão das relações com os estrangeiros da fábrica.¹⁷⁷ Entre os meses de março e abril de 1932, os trabalhadores utilizaram da imprensa oficial para enviar denúncias em torno das represálias da fábrica à atuação do sindicato. *A União* acompanhou esta querela onde foram emitidos ofícios relatando os problemas enfrentados pela classe operária. Direcionados ao Interventor Anthenor Navarro, o ofício subscrito por Pedro Sérgio, presidente do Sindicato têxtil, conclamava a presença e intercessão da visita de Juarez Távora (destacado membro do movimento revolucionário de 1930, que ao lado de José Américo de Almeida, organizou as forças do norte pró-Vargas) para que fosse barrado as constantes demissões, suspensões, rebaixamentos de categorias pois, estava “*causando verdadeiro horror a 15.000 operários*” e finalizava que “*por Deus e pela pátria não permita continuar tantas misérias*”.¹⁷⁸ O segundo ofício, mostra a solidariedade da *Sociedade Beneficente de Mamanguape*, onde João Praxedes e José Florêncio, vice-presidente e secretário, respectivamente, reforçava o comparecimento de Juarez Távora ao lado de Anthenor Navarro “*ante a situação horrível pobres operários Rio Tinto estão passando*”. Ao fim, chamava a ação da fábrica, inserida dentro dos tensionamentos entre brasileiros e estrangeiros: “*Directores syndicato estão lutando dificuldades acalmar sentimento indignação em face escárnio brios nacionais por inescrupulosos estrangeiros. Tenha*

¹⁷⁶ **Um apelo de operários de Rio Tinto ao sr. Interventor Federal.** *A União* – Orgam Oficial do Estado, 24 de fevereiro de 1932, Ano XLI, n. 43, p. 1.

¹⁷⁷ Importante demarcar que o mandatário da fábrica, Frederico João Lundgren e seus irmãos industriais, são nascidos no Brasil, porém, com formação educacional na Inglaterra e Alemanha. A parte técnica da tecelagem Rio Tinto – como também de sua matriz – era composta por alemães, italianos e austríacos, o que demonstra certa animosidade dos trabalhadores brasileiros para com estes estrangeiros. Fato este, aprofundado durante o período da Segunda Guerra Mundial e em especial, em agosto de 1945 quando houve o episódio do “Quebra-Quebra”, onde as casas dos técnicos alemães foram depredadas, juntos com a residência oficial dos Lundgren em Rio Tinto.

¹⁷⁸ **A situação do operariado de Rio Tinto – Dois despachos recebidos pelo chefe do governo.** *A União* – Orgam Oficial do Estado, 03 de março de 1932, Ano XLI, última página.

compaixão das vítimas da lei”. A denúncia da *Sociedade Beneficente*, apontava sentimento comum em momentos de confrontos e críticas aos mandatários da fábrica: a presença de técnicos estrangeiros já gerava incomodo face a relativo sentimento de nacionalidade.

De fato, o Gal. Juarez Távora visita a Paraíba no dia 05 de março¹⁷⁹ e o operariado estava ciente de sua chegada. Em pequena e curta nota publicada n’*A União*, uma informação reveladora: a solidariedade dos têxteis da Fábrica de Tibiry. O sindicato têxtil desta tecelagem¹⁸⁰ saía em defesa dos trabalhadores de Rio Tinto frente aos descumprimentos da Tecelagem dos Lundgren para com o que ditava o Decreto 19.770. Assim, dizia a nota assinada por Manuel Freire, presidente do sindicato dos operários da tecelagem Tibiry e Luiz Gomes, secretário: “*Santa Rita, 4 – Sindicato operários fábrica Tibiry solicita vossencia medidas urgentes sentido garantir artigo 13 decreto 19.770, desrespeitado prepotência Rio Tinto contra camaradas indefesos.*”¹⁸¹ Já em 27 de março, na seção *Notas de Palácio*, anunciava o registro de agradecimento do Sindicato Têxtil de Tibiry pela interseção do Interventor na questão das demissões, ameaças e transferências dos operários sindicalizados de Rio Tinto.¹⁸² A partir de então, a associação entre os têxteis de Rio Tinto e Santa Rita se constituiu enquanto marco importante no processo de solidariedade classista. Este fator será contínuo durante o período em que os trabalhadores de Rio Tinto estiveram sem sindicato até 1943.

A *União* portanto, é fonte para observarmos essas movimentações operárias, conquanto, seja preciso levar em conta que esses registros visavam a solução rápida das contendas, com objetivo de auxílio para a manutenção da “ordem”. No contraponto a esta ótica, a imprensa operária possuía caráter inteiramente pedagógico: informava, registrava, orientava e seu teor seria de auxílio no processo de consciência de classe e de luta por direitos, retirando do silenciamento a voz dos trabalhadores em suas reivindicações e denúncias.

Nessa questão, com a chamada *As reclamações de Rio Tinto*, A *União* anunciava que a direção da fábrica buscou o Secretário de Interior Gratuliano Brito para discordar das denúncias postas pelo Sindicato Têxtil. Tal representante reiterava que a tecelagem não possuía a menor intenção de retirar ou descumprir direito do trabalhador e justificava-se que diversas

¹⁷⁹ A recorrência ao auxílio de Juarez Távora, verificou-se como fato presente naquela conjuntura histórica da classe operária. Nota-se, por exemplo, que ao lado da nota sobre Rio Tinto, um pedido dos *chaffeurs*, motoristas de Campina Grande, de onde pediam também a Távora pagamentos de serviços em atraso pela Interventoria e que ocasionava dificuldades financeiras.

¹⁸⁰ Esta tecelagem foi fundada em 1893, localizada em Santa Rita, distante 49 km de Rio Tinto.

¹⁸¹ **A situação do operariado de Rio Tinto.** *A União – Orgam Oficial do Estado*, 06 de março de 1932, Ano XLI.

¹⁸² **Notas de Palácio.** *A União – Orgam Oficial do Estado*, 27 de março de 1932, Ano XLI. P.1

questões já estavam resolvidas, pois: “*Na Fábrica Paulista, onde surgiram reclamações em torno da aplicação da lei de férias, a situação está inteiramente normalizada, sendo atendidas, com regularidade, as exigências do decreto que estabelece aquelle favor.*” Leia-se “favor” enquanto obrigação de cumprimento da Lei. No que diz respeito às denúncias de demissões aos operários sindicalizados, o representante, justifica:

Quanto a demissões, de que também se queixa o memorial enviado ao sr. Interventor, tem sido afastados alguns operários, a falta de trabalho. Trata-se, portanto, de providencias de caracter puramente administrativo, que ocorrem normalmente na vida de um estabelecimento industrial.¹⁸³

As injustas demissões, segundo o sindicato, seriam represálias aos operários que se sindicalizavam e não por serem faltosos. Ao lermos a documentação produzida sobre esta conjuntura, fica claro a estratégia de demissão, transferência e rebaixamento da fábrica enquanto represália à nascente atividade sindical. A relação “amistosa” da Interventoria Anthenor Navarro para com a classe operária na Paraíba foi destacada pelo clássico estudo da historiadora Eliete de Queiroz Gurjão, onde informa que os decretos promulgados pelo Ministério do Trabalho, não eram cumpridos na Paraíba – a documentação analisada em nosso estudo, coincide com a observação da historiadora.¹⁸⁴

As denúncias e solicitações de interferência do Interventor Anthenor Navarro, junto às práticas da direção da tecelagem foram – segundo o jornal – atendidas. O que se registra em nota publicada escrita por Antônio Sales, delegado representante do sindicato: “*Mamanguape, 21 – Sindicato Operários agradece vossencia acção ernergica serena e justa mandando syndicar a realidade conteúdo memorial. Facto virgem na Parahyba que um chefe governo ouve atentamente clamor indefesos operários*”.¹⁸⁵ As reivindicações expostas em memorial eram procedimento que o sindicato utilizava para denúncia. O fato do Interventor Anthenor Navarro “atender”, “receber” o requerimento operário, iria contrastar com a conjuntura a seguir: com sua morte em abril de 1932, em acidente aéreo na Bahia, assume Gratuliano de Brito. Nesta Interventoria, Rio Tinto teria o sindicato fechado e a Paraíba em 1933 teria uma atuação intensa de investigadores do DOPS de Pernambuco na identificação das ações do Partido Comunista.

Tal memorial detalha diversos pontos, já apontados em notas publicadas anteriormente pela *A União*. Verifica-se que Anthenor Navarro informa sobre o memorial ao Gal. Juarez

¹⁸³ **As reclamações de Rio Tinto.** *A União* – Orgam Oficial do Estado, 10 de março de 1932, Ano XLI.

¹⁸⁴ GURJÃO, Eliete de Queiróz. Op. Cit. P. 145.

¹⁸⁵ **O caso dos operários da Fábrica de Tecidos de Rio Tinto.** *A União* – Orgam Oficial do Estado, 23 de março de 1932, Ano XLI.

Távora, como solicitado pelo sindicato e que as reivindicações seriam resolvidas “*dentro da lei e pautando sua resolução pela mais rigorosa justiça*”¹⁸⁶. Assinado pelo Presidente do sindicato Pedro Sérgio, pelo secretário José F. Duarte e pelo delegado representante Antônio Salles, o memorial destacava o quanto os trabalhadores estavam cientes dos Decretos e o quanto eram desrespeitados pela direção. De destaque, os descumprimentos da Lei de Férias; a Regulamentação de Nacionalização do Trabalho (pois, a frente da cogerência estava composta por três alemães); o não pagamento de indenização por acidentes de trabalho, a questão da moradia na vila operária de operários demitidos; a disparidade salarial entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros e a demissão de operários sindicalizados:

Considerando que os Srs. Alemães a quem está entregue a direção suprema e única da Fábrica Rio Tinto, se negam a pagar férias aos operários que demitem, em face de não terem 250 dias completos dentro do anno de 1930 e que o decreto 19.808 manda que sejam pagas as férias aos operários que tenham trabalhado de 250 dias acima, 15 dias, de 200 a 250, 11 dias e de 150 a 200, 7 dias, somente não tendo direito as que tiverem menos de 150 dias de trabalho effectivo sem interrupção;
 Considerando que inúmeros operários acidentados no trabalho, não foram indenizados, de acordo com a lei n. 530 do Estado da Parahyba;
 Considerando que quando os operários da Fábrica Rio Tinto são demitidos da fábrica, a Companhia exige a retirada imediata da casa, por vezes dando prazo de 24 horas e até 2 horas, como podemos provar;
 Considerando que centenas de operários brasileiros ganham a insignificância de \$800 diários, enquanto estrangeiros ganham avultadíssimas mensalidades;
 Considerando que boateiros terroristas ameaçam de demissão operários syndicalizados de acordo com o decreto n. 19.770.

Diante destas denúncias, o memorial finalizava solicitando a Anthenor Navarro um rol de seis medidas a serem executadas: “*Intervir junto ao sr. Ministro do Trabalho para legalizar a cogerência; Solicitar ao sr. Delegado Fiscal um representante, para fazer cumprir com justiça lei de férias; Interceder junto ao juiz de direito no sentido de mandar abrir os inquéritos necessários sobre os accidentes; Facilitar aos operários, intercedendo também junto ao juiz de direito, no sentido de ser fielmente executada a lei de inquilinato; Junto ao sr. Ministro do Trabalho arranjar fixação de salário mínimo e mandar effectuar a prisão dos boateiros depreciadores das leis do nosso país*”. A partir destas constantes notícias, A União põe dúvidas sobre a veracidade de algumas reivindicações, em específico, de dois pontos do memorial. Na

¹⁸⁶ **A situação do operariado de Rio Tinto. O memorial entregue ao Chefe do Governo.** A União – Organ Oficial do Estado, 04 de abril de 1932, Ano XLI.

contradita, o sindicato emite uma nota oficial onde reitera a verdade sobre seu conteúdo reivindicatório, registrando:

- 1) Que as férias não estão sendo pagas de acordo com o Decreto n. 19.808 porque os operários, Manoel Leocádio, João Lúcio, João de Deus, José Leocádio, família Honório e inúmeros outros que nos foge da memória, vieram receber férias de suas famílias que trabalharam mais de 150 dias no decorrer do ano de 1930, podendo se provar pelas folhas de pagamentos da Fábrica Rio Tinto. Receberam férias?
- 2) Violação do Decreto 19.770 no seu art. 13 Antônio Sales, chefe do Escriptório da Inspetoria, transferido para o Ceará, sob protesto de extinção do aludido Escriptório, não aceitou, foi demitido, sendo substituído pelo alemão V. Quast e mudado o nome de Inspetoria, para Auditoria, com os mesmos empregados e os mesmos serviços. A ordem dos factores alterou o produto? Foi também uma violação ao art. 7º do regulamento aprovado pelo Decreto 20.291. Joaquim Rocha, transferido para o Rio de Janeiro, sob pretexto de necessitar empregados na capital federal, logo que chegou lá foi transferido pra Espírito Santo, não aceitando, ficou em Nitheroy. Raymundo Pitta, com 22 anos de serviço na firma demitido sem explicações. Enéas Rocha, mandado buscar em Alagoas demitido e a seção que chefiava (sala nova de Tecelagem) parada, após a saída, vae funcionar novamente. Enedino Mercez, sem explicações (escripturário mandado vir de Alagoas) demitido, sendo substituído por Arthur Ferreira (medida de economia?). José Reis, demitido sem explicações. Carlos Ferreira, Manoel Guedes, Salustiano Gomes, Pompeu Nantes, Diógenes Ribeiro e outros, porém sobre esses reconhecemos outros motivos uns justos e outros injustos, porém não relacionados com o Decreto 19.770.¹⁸⁷

Assim sendo, ficava exposto que da violação sobre o não pagamento de férias à demissão, enquanto, elementos de perseguição a operários sindicalizados eram práticas recorrentes da direção da tecelagem. Dos diversos trabalhadores demitidos, alguns buscavam auxílio na justiça. Entre estes, o operário Raymundo de Sousa Ferraz, que acionou em 19 de maio de 1932 *“Reclamação por dispensa de trabalho”*. Remetia ao Promotor Público, Waldemar Guedes, suas alegações: a de que havia sido demitido sem motivo justificado ao que houve violação do artigo 13 e parágrafo 1º e 3º do Decreto 19.770. A contradita da fábrica era de que a demissão do operário nada tinha de ligação com o fato de sua sindicalização. Segundo o operário, *“não puderam alegar motivo, mas o que justifica é que era perseguido por fazer parte do sindicato, dito pelos próprios chefes da minha seção.”*¹⁸⁸

¹⁸⁷ **Nota Oficial.** Prontuário Funcional Nº 0032 - Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932). Documento 01. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

¹⁸⁸ **Reclamação por dispensa do trabalho – Raymundo de Sousa Ferraz (1932).** Arquivo do Fórum de Mamanguape – PB. P. 4.

Raymundo Ferraz tinha 29 anos, era casado e natural de Pernambuco e alfabetizado recebendo como salário a quantia de 40 mil réis – 40\$000, contratado desde 1927, trabalhava nos dois últimos anos na seção de fiação exercendo a função de contramestre. Aos autos, apresenta três testemunhas, David de Mendonça, Severino Almeida e Aauto Manoel, para quem afirma que *“até hoje a referida Companhia não apresentou e nunca há de apresentar falta, porque ele depoente sabe desenvolver os serviços e para provar apresenta as testemunhas.”* Em 28 de junho, na Delegacia foram ouvidas as testemunhas. Severino de Almeida, com 25 anos, analfabeto, paraibano e operário da tecelagem, informa e supõe que sua demissão *“foi proveniente do referido operário colaborar no Sindicato que havia neste município, que conhece de muito tempo o aludido operário como rapaz de bons costumes.”* Já Aauto Manoel, 25 anos, confirma o dito por Severino de Almeida, reforçando a dignidade de Raimundo Ferraz como um bom operário e, por último, David Mendonça, 21 anos, alfabetizado, natural da Paraíba afirma que o conhecia desde 1928 e era um *“homem cumpridor dos seus deveres”* e que terminava o depoimento confirmando a versão de que sua demissão se deu por conta da sua colaboração com as atividades sindicais. Importante enfatizar que David Mendonça fazia parte do sindicato, desde sua fundação, onde foi o 1º Secretário na primeira gestão.

Assim como o processo de Manoel Rocha, o de Raymundo Ferraz - que foi transitado na Comarca de Mamanguape – foi solicitado o arquivamento pelo Promotor Público com as seguintes alegações: *“(...)não existe indenização a fazer; nem tampouco, acidente a processar, o operário Raymundo de Souza Ferraz, foi demitido da Fábrica Rio Tinto”*. Sobre isto, o juiz salienta que sua instância não teria competência para julgar o caso, pois, *“não pode pleitear perante a justiça estadual, mas sim perante o Ministério do Trabalho, em seu representante legal, o que não existe nesta Comarca”* e complementa: *“O que tudo visto e examinado: realmente o caso dos autos escapa a competência deste Juízo e só pode ser processado por uma ação regular e em foro competente.”*

O ano de 1932 não significou ponto de partida, no processo de consciência de classe, pois é preciso apreender, na interpretação de Edward P. Thompson, que a classe operária *estava presente ao seu próprio fazer-se e não nasceu com o sol numa hora determinada*. Rio Tinto, entre 1924 e 1930, não possuía associação mutualista, mas registra-se movimentos paredistas ocorridos em 1928 e 1930. A fundação do sindicato em 1932 significava a capacidade organizativa da classe operária (embora no contexto do Governo Vargas, onde de fato a Legislação trabalhista incorpora o trabalhador na agenda social e política do Brasil, mas ao

mesmo tempo, controla e reprime). Representou a possibilidade de expor ao denunciar a costumeira repressão de Frederico Lundgren, de que os “patrões” não se constituíam enquanto exemplo de industriais exemplares, como a imprensa oficial projetava.

O processo de formação e identidade classe em Rio Tinto parte, portanto, de suas especificidades e do seu caráter de heterogeneidade. Assim, tecelões, serralheiros, contramestres, marceneiros, escriturários, mecânicos e outras categorias acabaram por se identificarem enquanto classe, com identidades e interesses comuns. Este processo, tem que ser lido para além do campo econômico e considerando os espaços de cultura operária, dentro das sociabilidades e da cultura operária, tais como: o lazer, o cotidiano, a moradia na vila operária e até mesmo o caminho até a tecelagem. Entre 1924 e 1930 a classe operária, enquanto fenômeno histórico foi gestada num contexto que ainda não havia decretos trabalhistas – como os promulgados no pós-1930. Havia pontos de diferenças entre a história do movimento operário pré e pós 1930, que se organizam a partir da criação do sindicato e o anterior. Em 1930, um movimento paredista ocorreu, mas com teor e com uma agenda que diferia por completo da conjuntura pós-1931.

A seguir, veremos o papel desempenhado pela imprensa operária neste processo ao tempo da discussão de contraponto com a imprensa oficial.

3.2 IMPRENSA OPERÁRIA: REIVINDICAÇÃO PELA PALAVRA NO MUNDO DO TRABALHO

Em dezembro de 1931, em seu número 2, o jornal *Norte Proletário*¹⁸⁹ – folha representante da *União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco* – anunciava um debate sobre a *Lei da Syndicalização*. Em matéria de capa, cujo subtítulo era “a organização dos menores”, o jornal ligado ao Partido Comunista no Estado, discutia acerca dos impactos desta lei e em específico a organização do trabalho dos menores. A crítica residia na negativa, primeiro da possibilidade de trabalho do menor de 18 anos e a proibição de filiação em associações operárias. Portanto, reiteram a presença “*de trabalhadores menores em variadas fábricas, inclusive nas tecelagens*”, defendem, que “*os menores têm todo o direito à organização. Não os impeliem a se associarem syndicalmente finalidades inconsequentes e ilógicas*” e continua

¹⁸⁹ **Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco.** Prontuário Funcional Nº 49 – Boletins do Partido Comunista do Brasil (1931). Fundo/SSP: 31.979, Mapoteca 1, Gaveta 3, Documento 112. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

reiterando crítica “*que o referido decreto não consulta verdadeiramente os interesses das mais largas massas operárias em que o número de menores é um facto.*”¹⁹⁰

O posicionamento e discordância para com certos pontos do Decreto 19.770 é ponto comum e que aparece ao longo das publicações do jornal. De circulação efêmera, mas que reverberava o posicionamento comunista estadual, a folha realizava leitura pormenorizada e de como em outra ponta os trabalhadores poderiam ser prejudicados. A interpretação ia na contramão de outras folhas operárias da capital, Recife. Na mesma edição, fazia críticas rigorosas a outra publicação, “*Voz Operária*”, por sair na defesa que a classe operária se organize em “sindicatos legais”. “*Começa mal a vida desse jornal*”, ratifica Elmo Ferreira, a quem assina coluna “*Pela syndicalização ou contra a syndicalização?*”, onde o tom mais direto e preciso era a defesa de organizar-se em associações, sem ser pela via do Decreto. A crítica do *Norte Proletário* era um contraponto que diferenciava dos outros jornais operários que defendiam os Decretos do Ministério do Trabalho, seja em Pernambuco ou na Paraíba. Portanto, destaca: “*O certo é que não se pode admitir...que seja obrigada toda uma imensa massa proletária como a do nosso paiz, a pensar através da mentalidade do sr. Ministro Collor ou de quem quer que se arroge o direito de mentor.*” De todo modo, na seção “*Movimento Syndical*”, havia o registro de associações, uniões operárias e sindicatos criados a partir do decreto 19.770. Em nota, ao fim da lista, justificava-se a sua crítica ao desdobramento do Decreto e anotava:

Teremos muito prazer em publicar notas dos sindicatos que estão organizados de acordo com o decreto 19.770. A nossa divergência sobre os pontos de vista relativos aos apregoados pelo decreto não nos leva à injustiça de fechar as portas aos nossos camaradas que estão com aqueles pontos de vista, uma vez que, de qualquer maneira, são eles também trabalhadores como nós outros, sofrendores dos mesmos, sofrimentos, injustiçados das mesmas injustiças.¹⁹¹

¹⁹⁰ **Sobre a Lei de Syndicalização – A organização dos menores.** Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 28 de dezembro de 1931. Anno 1, número 2, página 1.

¹⁹¹ A lista possui uma diversificação de categorias, a saber: *União de resistência dos trabalhadores em Armazéns e Trapiches*; *União de resistência dos trabalhadores no Moinho Recife*; *União Geral dos Ferroviários da “Great Western”*; *União Panificadora do Recife*; *Sindicato dos Agulheiros*; *Alliança dos Trabalhadores gráphicos de Pernambuco*; *União dos operários metallúrgicos*; *União dos operários em transportes*; *União geral dos trabalhadores marítimos e portuários*; *União dos estivadores*; *Sindicatos dos officiaes barbeiros e cabellereiros do Recife*; *Sindicato dos carpinteiros civis do Recife*; *Sindicatos dos operários da fábrica de tecidos da Torre*; *União dos trabalhadores do Porto de Pernambuco*; *Sindicato de Fiação e Tecelagem de Pernambuco*; *União dos Viajantes de Pernambuco*; *Sindicato dos Ferroviários da “Great Western”*; *Sindicato dos Pintores*; *Sindicato dos Alfaiates de Pernambuco e Sindicato da tecelagem de seda e algodão de Pernambuco*. In: **Movimento Syndical**. Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 28 de dezembro de 1931. Anno 1, número 2, página 3.

A vigilância e consequente repressão à *União Geral dos Trabalhadores* e ao jornal “*Norte Proletário*” dar-se-ia pela via ser uma entidade representativa, “independente” e na justificativa da polícia, ser entidade não regularizada. O Chefe da Polícia Social da capital, Nelson Mello realizou prisões a trabalhadores ligados à União e que distribuíam o jornal pela capital. Entidade criada em 1922, a *União Geral*, se via invariavelmente vigiada pela polícia, a nota arrematava: “*Já habituada, há 9 longos anos, com esses processos, empregados pelos inimigos dos trabalhadores em desespero de causa.*”¹⁹² Um sindicato tutelado, a vigilância da Polícia e o não cumprimento dos Decretos pelos patrões tornavam-se ponto comum nessa conjuntura, pelos trabalhadores paraibanos. As similitudes eram evidentes.

Exatamente ao tempo em que os trabalhadores de Rio Tinto fundavam o sindicato, o debate sobre a lei de sindicalização prosseguia intensamente nas páginas do *Norte Proletário*. Em artigo de capa, tratava o artigo D do decreto que proibia a reeleição dos dirigentes sindicais, e a crítica caminha no entendimento que tal artigo realiza interferência e controle do estado sobre as atividades sindicais. É o que reiteram: “*É um golpe atirado sobre a função autônoma representativa das assembleias, letra essa que deve merecer a repulsa de todos os trabalhadores.*”¹⁹³ O *Norte Proletário*, de fato, reverberava o debate sobre o impacto dos primeiros Decretos e o não-cumprimento pelos patrões das fábricas de Recife, e também, da tecelagem de Paulista – matriz de Rio Tinto. Nesta mesma edição denunciava que algumas fábricas não estavam cumprindo outra lei: a Lei de Férias - 19.808 de 28 de março de 1931. Tal caso em questão, era o que estava acontecendo com os operários da Fábrica de Tecidos da Torre, o jornal pregava a união operária, visando o cumprimento dos decretos: “*(...) cabe-nos o dever de exigir o cumprimento das leis que nos beneficiam o que só se alcançará se estivermos unidos e fortemente arregimentados sob a bandeira da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco, o nosso verdadeiro orgam centralizador.*”¹⁹⁴

¹⁹² **A União Geral dos Trabalhadores e o seu livre funcionamento.** Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 28 de dezembro de 1931. Anno 1, número 2, página 4.

¹⁹³ **Sobre a Lei de Syndicalização - Do mandato anual das administrações dos sindicatos.** Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 2 de fevereiro de 1932. Anno 1, número 4, página 1.

¹⁹⁴ **Como está sendo burlada a lei de férias** – Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 2 de fevereiro de 1932. Anno 1, número 4, página 2.



Fotografia 12: Capa do *Norte Proletário*, Recife, 02 de fevereiro de 1932. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Era comum o jornal receber denúncias de operários na seção *Pelas Fábricas*. Exemplo da carta de um trabalhador em que assinava como sendo “*Uma vítima dos Lundgrens*”, onde os arbítrios e exploração dos mandatários da tecelagem eram expostas: trabalhadores com jornada de entre 10 h e 12hs, trabalho noturno sem adicional e sem cumprimento da Lei de acidentes de trabalho. Continua o operário, ciente das leis que amparavam a classe operária: “os nossos camaradas são machucados, ficam sem braços, tem os dedos emprensados nas máquinas e a recompensa é ser despedidos sem receber um tostão. Depois de inutilizado, não tem dinheiro nem para comprar uma bolacha.” Sobre a Lei de férias, informava que a direção da tecelagem implementava uma prática de burla, descontando os valores no salário em uma espécie de empréstimo. O tom denunciativo exprimia consciência na luta por direitos dentro da organização operária, ao reiterar: “*Trabalhamos só para enriquecer os Lundgren engordar os alemães que eles mandam buscar na Europa, ganhando as nossas custas num dia o que não ganhamos numa semana!*” Ao final, conclama pela união e força operária em Paulista, para o cumprimento da lei comprovando consciência de luta e organização contra o patrão: “*para que possamos ter os nossos direitos respeitados, devemos formar a frente única junto com a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco e assim pugnarmos pela lei de férias, 8 horas de trabalho e aumento de salário*”.¹⁹⁵

¹⁹⁵ *Pelas Fábricas – Uma vítima dos Lundgren* - Norte Proletário – Orgão da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 2 de fevereiro de 1932. Anno 1, número 4, página 2.

Estas denúncias não eram única, e exclusiva, do cotidiano da tecelagem de Paulista, havia similitudes destas em Rio Tinto. Nesta, os trabalhadores de destaque na lide sindical tinham a mesma agenda de denúncia dos tecelões de Paulista. Assim, os trabalhadores de Rio Tinto e Paulista estavam a par dos debates em torno dos decretos e das denúncias de não-cumprimento pelos patrões. No dia 24 de fevereiro, realizou-se uma assembleia do *Sindicato dos Operários da Fábrica Paulista*. Concomitante à organização sindical em Rio Tinto, os operários de sua matriz já tinham fundado seu sindicato em fins de 1931. Tanto em Rio Tinto, como em Paulista, a presença de autoridades oficiais, a exemplo do Delegado de Polícia era quesito obrigatório, bem como a distribuição de folhas operárias. Em Paulista, na sessão registrada pelo jornal operário, informava que, ao final da sessão, exemplares de o *Norte Proletário* e boletins da *União Geral*, *Alliança dos Trabalhadores Graphics* foram distribuídos. Ao final da nota, conclama a união em defesa de direitos: “*Aquelles camaradas demonstraram-se muito satisfeitos e pediram novas visitas da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. Avante, camaradas! Lutemos pelas nossas reivindicações.*”¹⁹⁶ Perceber as relações e circulações dos impressos operários entre Pernambuco e Paraíba é parte integrante do processo de formação de classe em Rio Tinto, levando em conta suas especificidades e particularidades.

3.2.1 “*Em defesa dos interesses da classe trabalhadora*”: A imprensa operária na Paraíba e em Rio Tinto

A imprensa operária na Paraíba, especificamente no contexto entre 1930 e 1945, circulou de maneira efêmera, característica peculiar de parte do periodismo feito para e pela classe operária. Poucas publicações sobreviveram à conjuntura repressiva e as dificuldades de ordem organizativa econômica. Para a historiadora Silvia Petersen: “*Mesmo tomando uma única coleção de jornais, ela pode ser analisada como um espaço de difusão de uma ‘cultura’ que transcende o âmbito de uma cidade ou mesmo de uma região e que permanece invisível na perspectiva habitual de pesquisa hemerográfica*”.¹⁹⁷ Assim, retomando a clássica referência e concepção de Vladimir Lênin, o jornal operário torna-se importante espaço organizador coletivo de classe.¹⁹⁸ Em Rio Tinto, as folhas operárias se colocaram enquanto parte integrante do instrumento de ação do movimento operário. Eram folhas que circularam clandestinamente,

¹⁹⁶ **Uma grande assembléa do Sindicato em Paulista.** Norte Proletário – Orgam da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. 2 de fevereiro de 1932. Anno 1, número 4, página 4.

¹⁹⁷ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A circulação da Imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX.** In: ARAVANIS, Evangelina; QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz (Orgs). Cultura Operária: Trabalho e resistências. Brasília-DF: Ex Libris, 2010, p. 114.

¹⁹⁸ LENIN, Vladimir I. **Que Fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1978.

devido à vigilância patronal, seja no chão da fábrica, quer seja para além dos muros da tecelagem, em seu cotidiano. Tanto que a tipografia em que era editado o *Jornal dos Operários* tinha sede na vizinha cidade de Mamanguape.

De acordo com o inventário realizado no clássico estudo de Fátima Araújo, referência obrigatória no estudo da imprensa, *Paraíba: Imprensa e vida*, publicado em 1985,¹⁹⁹ verificamos publicações operárias datados a partir de 1886: *A Pinça*, de 1892 e *A União Typográfica*, de 1894, ambos ligados aos interesses dos tipógrafos. Na conjuntura dos anos 1910 e 1920 publicou-se a folha *Gutenberg*, em 1909 também ligados aos trabalhadores tipógrafos, e em 1921 surgiu a *União Operária*, publicação organizada pela associação mutualista *União Operária Beneficente*. Segundo Fátima Araújo, este jornal encerrou sua circulação em 1935 no desdobramento repressivo do movimento comunista de novembro na Paraíba.

Na conjuntura de reorganização da classe trabalhadora paraibana no pós-1930, surge, na capital João Pessoa, *A Voz Operária* em 1931, que congregava os diversos sindicatos da Paraíba, o que levava ao subtítulo *Órgão das Associações Operárias da Parahyba do Norte e dedicado aos interesses das Classes Proletárias*: “era real essa união das classes e os próprios operários redigiam suas matérias, divulgando suas ideias e seus anseios.”²⁰⁰ Os jornais operários deste contexto, são vistos enquanto contraponto à imprensa oficial. Partindo desta concepção, relembramos o que alertou Antônio Gramsci, sobre o papel da imprensa burguesa:

Antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês. Deveria recorda-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se pública é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz, sem dúvida, num fato: combater a classe

¹⁹⁹ Para uma discussão sobre a história da imprensa e dos impressos na Paraíba, ver: MARTINS, Eduardo. **Primeiro Jornal Paraibano: apontamentos históricos**. João Pessoa: União Cia Editora, 1976; MARTINS, Eduardo. **A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos**. João Pessoa: A União. 1978b; LEAL, José. **A Imprensa na Paraíba**. União, 1962; SOUZA, Thiago Oliveira de. **A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)**. Monografia. João Pessoa: DH/UFPB. 2010. SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880**. Dissertação (Mestrado em História). - UFPB/ CCHLA, João Pessoa, 2013; GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A Palavra Impressa: Uma História dos Jornais, Revistas e Outros Suportes Impressos de Campina Grande (1913-1953)**. XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 255-267. PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPB/ CCHLA, João Pessoa, 2017.

²⁰⁰ Saturnino Ribeiro Alves, presidente da associação mutualista “*Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais de João Pessoa*”. ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: Imprensa e Vida. Jornalismo impresso (1826-1986)**. João Pessoa: Grafset. 2ª Edição, revista e atualizada, 1986, p.234.

trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação.²⁰¹

Nesta imprensa tradicional/burguesa, a fábrica Rio Tinto e seus patrões, a família Lundgren, são costumeiramente postos como *bastiões do progresso econômico do Estado*.²⁰² Enquanto órgão escrito por e para operários, as diferenciações de conteúdo e de caráter pedagógico com relação à imprensa oficial eram evidentes. Primeiro, por não ser diário, saía aos domingos, o que levamos a supor desde os custos de impressão até as dificuldades de manutenção e divulgação. Em sua primeira publicação destaca a cooperação operária da Paraíba, os decretos trabalhistas, a coluna *Vida Social*, de onde registra-se o natalício de operários do *Centro Proletário “Alberto de Brito”*, da *Sociedade Beneficente dos Trabalhadores Católicos* e da *Sociedade União Operária Beneficente*.

Na edição de 08 de novembro²⁰³ trazia debates diversos. Em artigo assinado por Antônio de Carvalho Santos, *Largos Horizontes*, denunciava a situação da classe trabalhadora brasileira e, em tom de crítica indireta a política da República pré-1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas, para quem “*conhece-se a primeira vista a nobre e patriótica intenção dos dirigentes novos da Nação, que procuram pelos meios louváveis, fazer mudar este estado de coisas que equivale a uma asfixia ao proletariado.*” E reitera:

De todas as classes dentre a comunhão do povo brasileiro, a que mais tem arrastado os grilhões da opressão, tem sido a do operariado, que tudo necessita, morando em pardieiros, alimentando-se mal, vestindo deploravelmente, e ainda mais renumerado com ninharias, o que importa dizer, que está em verdadeiro estado de miséria.²⁰⁴

²⁰¹ GRAMSCI, Antônio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>.

²⁰² Poucas edições deste jornal restaram. A Hemeroteca do IHGPB, possui apenas duas edições: a primeira publicação de 11 de outubro e 22 de novembro de 1931. Outro rastro em busca de outras edições foi na pesquisa dos prontuários do DOPS, em Recife. Foi precisamente dentro da pasta relacionada ao operário da fábrica, Luiz Gomes da Silva, preso em 1933, na repressão as atividades do Partido Comunista na Paraíba. De diversos documentos, apreendidos com o mecânico, encontrava-se uma edição em língua portuguesa de 1931 do *Manifesto Comunista* e do exemplar de *A Voz Operária* de 08 de novembro de 1931, correspondente ao número 18 de publicação.

²⁰³ Constante no prontuário do operário Luiz Gomes.

²⁰⁴ **A Voz Operária – Orgam das Associações Operárias da Parahyba do Norte, e dedicado aos interesses das Classes Proletárias**. João Pessoa, 8 de novembro de 1931, N. 18, Ano I, P. 2. In: **Luiz Gomes da Silva**. Prontuário Individual N. 2768. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).



Fotografia 13: Capa de *A Voz Operária*, João Pessoa, 08 de novembro de 1931. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Importante demarcar as variadas influências ideológicas entre as folhas operárias. A coluna de Antônio de Carvalho, por exemplo, veicula certo alinhamento com os preceitos religiosos, ao enaltecer que o proletariado não poderia “*esquecer de Deus, da família e da Pátria querida*.” Ao final do artigo, faz apologia à cidade criada por Henry Ford no Pará em 1928, a Fordlândia²⁰⁵, de onde se presenciava “*uma cidade criada em poucos anos com todos os aperfeiçoamentos modernos e se tem sobejas provas, que os trabalhadores daquela região são pagos satisfatoriamente*.” Dentre as diversas associações mutualistas, o jornal registra a movimentação em torno de assembleias da *Sociedade de União Operária Beneficente dos Operários e Trabalhadores Católicos*, *Centro Proletário “Alberto de Brito”* e *Aliança Proletária Beneficente*. O jornal, contava com o auxílio financeiro tanto das associações quanto

²⁰⁵ Para uma discussão sobre a Fordlândia, ver: SENA, Cristovam. **Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia**. Cadernos de História da ciência, versão impressa ISSN 1809-7634. Cad. hist. Ciênc. v.4 n.2 São Paulo jun. 2008; GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro. Rocco: 2010.

dos trabalhadores para sua impressão e circulação. A campanha para a assinatura era uma constante e os atrasos trimestrais acumularam dívidas ao custo de 400\$ réis. Importante registrar que as associações e seus laços de solidariedade assumiam despesas com relação aos funerais de seus membros, como foi registrado nas exéquias de Manuel das Chagas, artista-construtor, filiado à *União Operária Beneficente*.

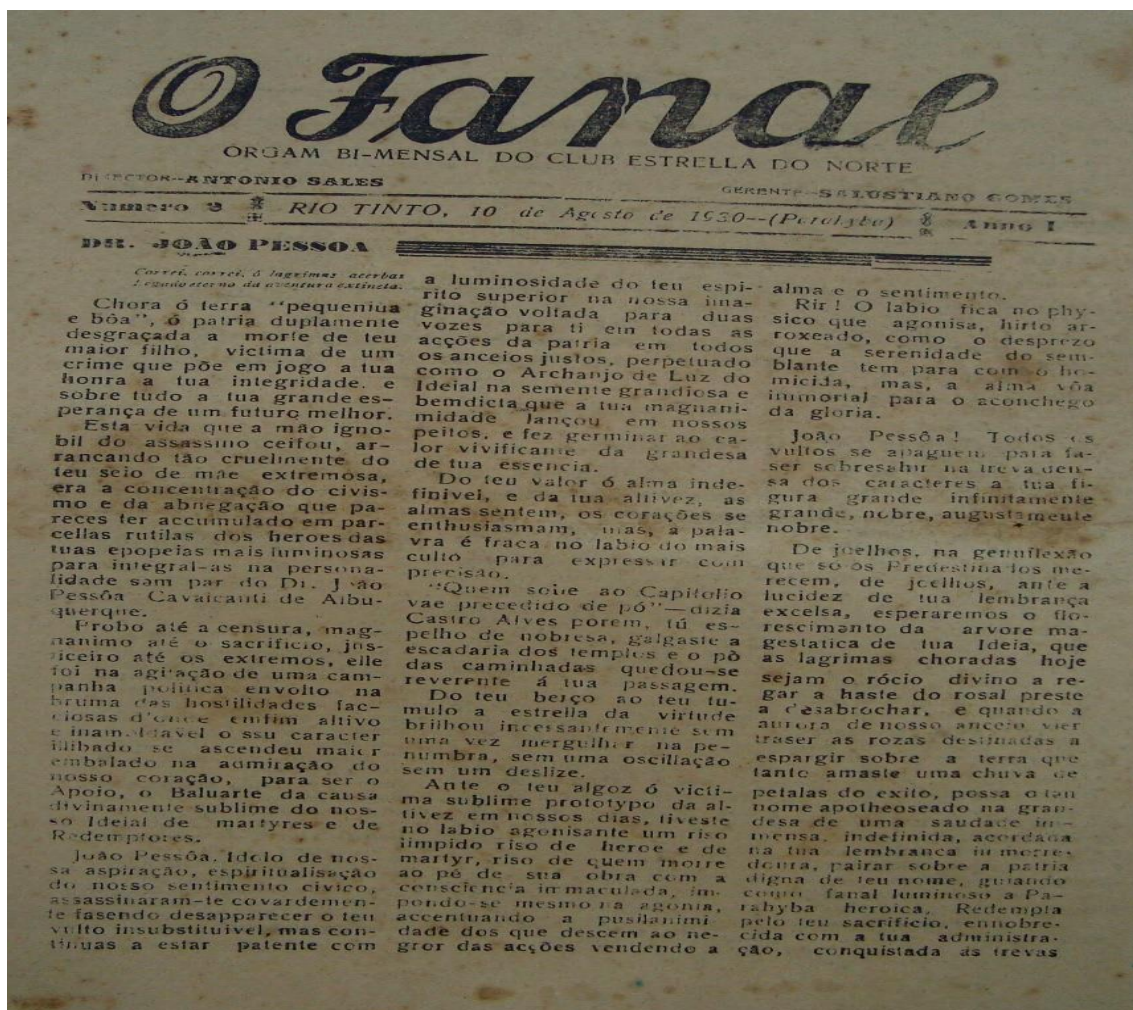
Já a circulação e publicação de jornais em Rio Tinto têm algumas peculiaridades. Será no prontuário do *Sindicato dos Trabalhadores de Rio Tinto* que encontramos algumas folhas operárias. Ao lermos historiografia sobre a imprensa paraibana, percebemos a ausência de citação na existência destes jornais, a saber: *O Fanal* (Órgão bi-mensal do Club Estrela do Norte), que teve como diretor o escriturário da Antônio Sales circulando entre 1930 e 1931; *O Jornal* (Hebdomadário independente, literário e noticioso) editado em Mamanguape, circulou em 1932 e *Jornal dos Operários* (Órgão das classes trabalhadoras da Paraíba), editado também em Mamanguape e tinha como diretor-chefe Antônio Sales, circulando em 1932.

Logo, destaca-se o papel do operário Antônio Sales neste processo de organização de impressos em Mamanguape e Rio Tinto, o que desemboca com a publicação em 1932 do *Jornal dos Operários*. Esta se somou a outros impressos operários que circulavam na capital, especificamente entre 1931 e 1933, tais como a *União Operária*, *A Voz Operária* e *A Alvorada*. Antônio Sales, como vimos no item anterior, se notabilizou por ser parte integrante no processo de organização do sindicato dos trabalhadores de Rio Tinto em 1932. Em junho de 1930, organiza *O Fanal*, ligado ao Clube Estrela do Norte, em Rio Tinto.

A palavra “fanal” significa “guia”, “norte”, trazia então mensagem de orientação aos leitores operários e já demonstrava que Antônio Sales procurava demarcar o posicionamento da folha. O clube Estrela do Norte era um dos vários existentes e era sede que congregava operários de categorias consideradas menos especializadas. De acordo com as memórias do ex-dirigente sindical, João Batista Fernandes, a criação de diversos clubes enquanto espaços de lazer, demonstrava a hierarquização operária, projeto de Frederico Lundgren:

E agora como foi que o Coronel resolveu o problema de diversão para os seus operários? O Coronel determinou a criação de vários clubes de tipos selecionados. Para os estrangeiros ele mandou que se fizesse o “Clube dos Diários”; para uma certa classe de operários mais ‘grã-fina’ o “Bloco das Flores” e, para a turma miúda – que era a que ele mais gostava – mandou fazer

clubes diversos, assim como: “Os Lenhadores”, “Os Ciganos”, “Estrêla”, o “Rio Tinto”, o “América”; o “Regina”, etc.²⁰⁶



Fotografia 14: Capa de *O Fanal*, Rio Tinto, 10 de agosto de 1930. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

O Fanal possuía conteúdo diferente de outro periódico editado posteriormente, o *Jornal dos Operários* (também editado por Antônio Sales). Em sua edição de número 2, de 10 de agosto de 1930 (no calor dos desdobramentos da desarticulação da *Revolta de Princesa* e do assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, registrava defesa em favor do legado do presidente do estado), em matéria de capa cuja chamada era *Dr. João Pessoa*, o jornal exaltava o político, lamentando o seu desaparecimento para quem “*chora ó terra ‘pequenina e boa’, ó pátria duplamente desgraçada a morte de teu maior filho, vítima de um crime que põe em jogo a tua honra a tua integridade e sobretudo a tua grande esperança de um futuro melhor.*”²⁰⁷ Contudo, faz-se necessário apontar a justificativa de apologia do jornal em torno da memória de Pessoa: a política implementada por ele em desfavor da fábrica, sobretudo, na revisão de concessão de

²⁰⁶ FERNANDES, João Batista. *O Extinto Rio Tinto*. Rio Tinto, Paraíba, 1971. p. 37.

²⁰⁷ *Dr. João Pessoa*. *O Fanal* - (Órgão bi-mensal do Club Estrela do Norte), Rio Tinto, 10 de agosto de 1930. Ano I, n. 2. P.1.

imposto concedido ao tempo da instalação da tecelagem, bem como da retomada da questão dos direitos territoriais dos índios potiguaras.

Não havia nenhum conteúdo de denúncia a qualquer ato da direção da fábrica. Verificase o protagonismo de Antônio Sales na publicação onde as correspondências eram remetidas a ele, ao tempo que alertavam: *“Aceitamos colaborações de qualquer pessoa, desde que milite dentro das normas da sã moral e bons costumes.”* As propagandas eram registros constante na folha e mostravam o comércio variado da vila operária e que era permitido pela direção da fábrica: barbearias, sapatarias, mercearias, farmácias e a Loja Paulista (casa de comércio dos Lundgren, para venda de tecidos). A veiculação e patrocínio de propaganda das Lojas Paulistas levam à leitura de que esta era uma publicação “permitida” pela fábrica

Foram somente duas edições deste jornal que tivemos acesso²⁰⁸. A segunda é do ano de 1931, do dia 18 de outubro. A mudança gráfica já é visível nos subtítulos: da edição de 1930, enquanto órgão do Clube Estrela do Norte, agora saía como *“Quinzenário independente, Literário e Noticioso”* e *“Um jornal por pequeno que seja é mais um passo à frente para o soerguimento de um povo”*. Permaneciam referências em favor do movimento vitorioso de 1930 e ao papel político do Ministro da Viação e Obras: José Américo de Almeida. Nesta edição vê-se registros sociais, a exemplo de passagens de aniversários de escriturários, auxiliares químicos da tinturaria, auxiliar de escritório, auxiliar de almoxarifado, entre outros operários de diversas categorias. Na seção *Jornais & Revistas*, as leituras de outros jornais eram elencadas, tais como: *O Sol* – Jornal ilustrado humorístico e literário, *Correio Universal* e *Mez Ilustrado*, publicados no Rio de Janeiro; *O Astro*, de São Paulo; *A Região*, de Aracati, no Ceará; *O Acarahú*, de Acaraú, também no Ceará, *Vida Laranjeirense*, de Sergipe e *Brasil Novo*, de Campina Grande, na Paraíba. Além disso, as propagandas continuavam na mesma linha, da edição de 1930.

Contudo, na conjuntura da criação do sindicato têxtil de Rio Tinto, bem como do surgimento de uma série de entidades sindicais – na esteira do Decreto Lei 19.770 e da *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte* e da *Federação Parahybana do Trabalho*,

²⁰⁸ Os diversos documentos apreendidos pelos investigadores do DOPS, de Recife e pela Polícia da capital paraibana, em ação de 1933, entre eles as edições do jornal *O Fanal*, foram juntadas ao Prontuário Funcional N° 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932)**. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

impulsiona a criação do *Jornal dos Operários*. Fundado em 02 de abril de 1932, colocava-se enquanto “órgão das classes trabalhadoras da Parahyba”.



Fotografia 15: Cartão de apresentação do *Jornal dos Operários* inserido no Prontuário de Antônio Sales. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Inteiramente antagônico ao teor d’*O Fanal*, o *Jornal dos Operários* estava inserido em um projeto de redefinição de lutas do movimento operário de Rio Tinto e da Paraíba, entre 1931 e 1933. O escriturário Antônio Sales tornou-se redator-chefe e mesmo em sua circulação efêmera teve impacto significativo no seio da classe trabalhadora. A leitura metodológica do jornal operário deve levar em consideração, alguns pontos importantes, levantados por Silvia Petersen:

A luta pela sobrevivência; o custo para os leitores; a tiragem dos jornais; as despesas de publicação; a situação deficitária; a dificuldade em conquistar assinantes; os apoiadores; as redes de distribuidores responsáveis e dos pontos de venda; publicações divulgadas e recomendações; correspondência recebida.²⁰⁹

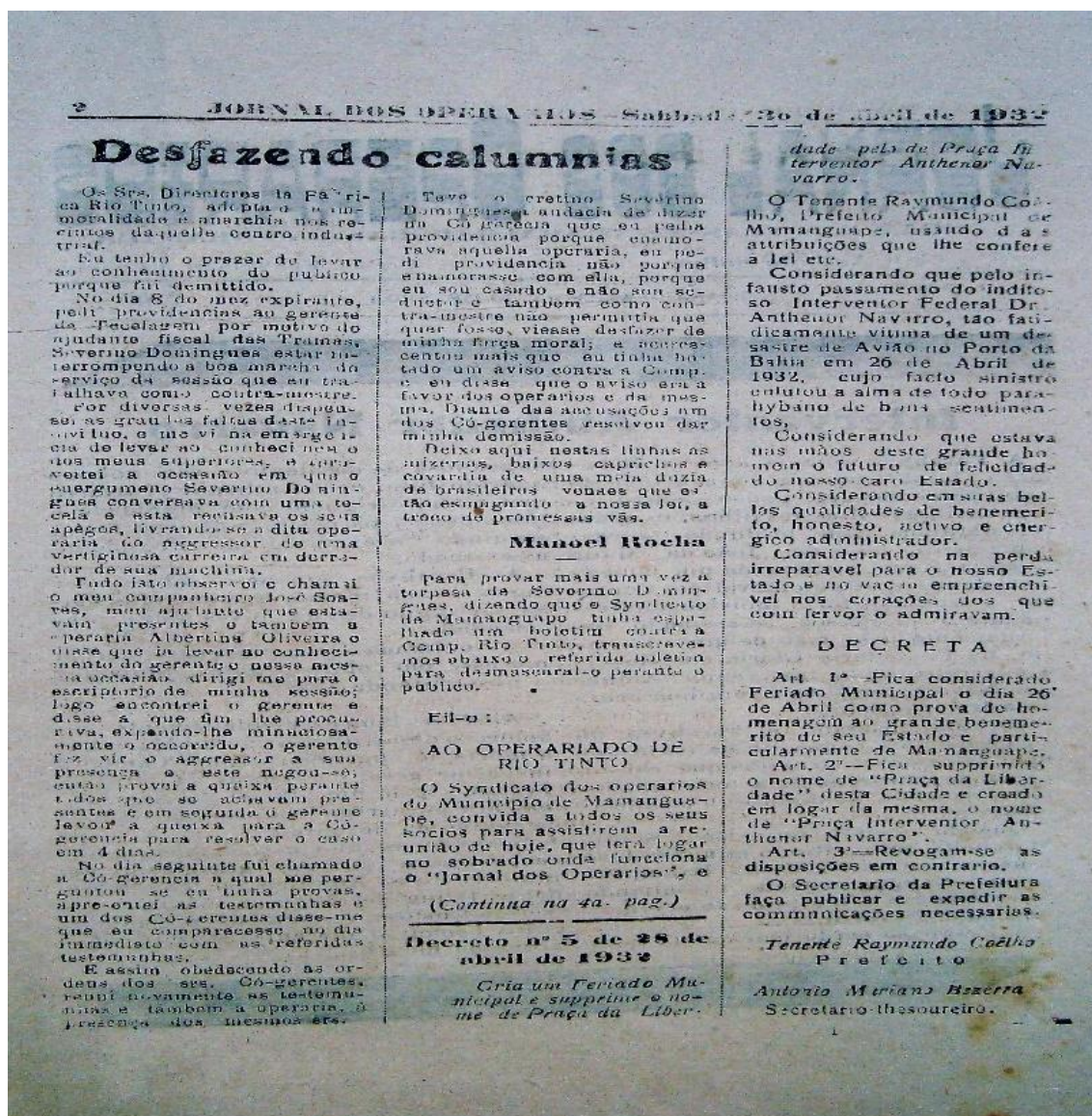
Até mesmo o jornal oficial *A União*, na seção *Bibliografia*, registrava o surgimento desta folha para quem era “dedicado a defesa dos interesses das classes trabalhadores de Rio

²⁰⁹ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A circulação da Imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX.** In: ARAVANIS, Evangelina; QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz (Orgs). *Cultura Operária: Trabalho e resistências*. Brasília-DF: Ex Libris, 2010

Tinto”.²¹⁰ Publicado aos sábados, a folha pedagogicamente orientava, informava e denunciava desmandos e descumprimentos de legislação feitos pelos patrões. Na edição, número 5, de 30 de abril de 1932, trazia repercussão na capa sobre a morte do Interventor Anthenor Navarro, ocasionado por acidente de avião na Bahia.²¹¹ Logo, constatamos uma clara defesa dos operários e denúncias de desmandos dos Lundgren, quando pública em página inteira a carta do operário Manoel Rocha, que relata seu processo de demissão, para contradizer os argumentos da fábrica, “*Desfazendo calúnias*”. Importante destacar, que havia um argumento da justificativa da fábrica em demiti-lo, no fato de que ele havia fixado em nome do sindicato, “*um aviso contra a Companhia*”.

²¹⁰ *Bibliografia – Jornal dos Operários. ! A União – Orgam official do Estado*. João Pessoa, 02 de abril de 1932. Ano XI. Hemeroteca do Arquivo Público do Estado da Paraíba – Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo-FUNESC. João Pessoa, PB.

²¹¹ Durante o período de sua Interventoria, foi descrito pela historiadora Eliete de Queiróz, como de relacionamento amistoso para com o movimento operário, que naquela conjuntura estava em processo de reorganização.



Fotografia 16: *Jornal dos Operários*, Mamanguape, 30 de abril de 1932. Carta do operário Manoel Rocha, publicada na segunda página: *Desfazendo calúnias* e a nota *Ao operariado de Rio Tinto*. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Em prosseguimento à defesa de Manoel Rocha, o jornal reitera que o sindicato não se colocava contra Frederico Lundgren ou os co-gerentes talvez uma forma estratégica de não proporcionar reação repressiva da direção da tecelagem, na ação e organização operário-sindical. Em outra nota, vemos o convite para a reunião do sindicato a realizar-se na sede do *Jornal dos Operários*, onde foi exposto os contraditos em torno desta querela:

Por essa ocasião serão desmentidos os boateiros, porque o Sindicato não é contra o Cel. Frederico Lundgren, não é contra os srs. Co-gerentes. Não exige absurdos, não propaga a desordem, não insinua a anarquia, não a desobediência e nem pleiteia medidas injustas. Pelo contrário, auxilia a manutenção da ordem, facilita a fiel execução dos regulamentos da Fábrica, aconselha o augimento da produção e porque assim acontecendo evita a evacuação do ouro do país. Provaremos a sucia de idiotas boateiros que a nossa Pátria não é “uma estalagem sem ferrolho” onde o pudor, a vergonha, o

brio, quer individuais quer coletivos, são simples exteriorização de uma hipocrisia torpe e covarde. Camarada, uni-vos! E Syndicalizai-vos! Brasileiros! Lembrai-vos que João Pessoa morreu pela vossa liberdade! Recebei de bom grado a esmola que ele vos legou. Mamanguape, 2 de abril de 1932. A DIRECTORIA.²¹²

A arregimentação em torno da sindicalização era a agenda principal e fio condutor reivindicatório do movimento operário que era reverberado nas páginas da folha. Em coluna de nome *Movimento Sindical*, citava a existência de variados sindicatos, a saber, com seus respectivos endereços: “*Syndicato dos Operários do Município de Mamanguape, Sede rua da Matriz – Mamanguape; Syndicato dos Operários da Fábrica Tibiry, Sede Santa Rita; Syndicato dos Agricultores de Mamanguape Sede rua da Matriz – Mamanguape; União de Artistas e Operários de Itabayanna, Sede Itabayanna e Sociedade Beneficente de Mamanguape, Sede rua da Matriz – Mamanguape*”. Nas quatro páginas desta edição de 30 de abril existiam denúncias contundentes de demissões de operários sindicalizados. Como é o caso do contra-mestre Raymundo de Souza Ferraz, para quem a fábrica não apresentou “*sequer um motivo que justificasse a referida demissão*”. Destacavam o cumprimento enquanto operário e a violação por parte da fábrica, do cumprimento do Decreto n. 19.770:

Como se pode demitir um operário que zelava pelo bem-estar dos operários e pugnava pelo progresso de sua sessão? Neste caso violaram o art. 13 do Decreto 19.770 do Governo Provisório, para colocar um outro que seu lema é trabalhar pela queda de uma honra. No momento preciso chegará a sentença.²¹³

Em outro espaço importante, “*Queixas e denúncias*”, percebemos a existência de conflito constante com alguns contramestres “*protegidos*” pela direção da fábrica, que cometiam costumeiramente comportamentos considerados obscenos para com as operárias dentro de suas respectivas secções. Esta denúncia era com relação ao contramestre João Gabriel, criticava a permissão dada pela direção da tecelagem para a continuidade de suas funções. Já era o segundo registro do acontecimento denunciado:

²¹² **Ao operariado de Rio Tinto.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba.* Mamanguape, 30 de abril de 1932, Ano I, Número 5. P. 2 e 4. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Syndicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932).** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²¹³ **Demitido porque faz parte do Syndicato.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba.* Mamanguape, 30 de abril de 1932, Ano I, Número 5. P. 3. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Syndicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932).** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

O contramestre João Gabriel que foi expulso da mesma Comp. por ter cometido várias vezes actos indecorosos com pobres operárias, dentro do recinto da Fiação onde trabalhava, foi chamado para a mesma sessão, talvez para fazer as mesmas imoralidades; este fato a que nos referimos deu-se com a menor Anna Alice de 8 anos de idade, a qual trabalhava com este imoral que tentou agarrar-se com essa creança, certamente para satisfazer os ímpetos de sua leviandade.²¹⁴

Ainda sobre os contramestres, outra contenda era registrada evidenciando uma diferença entre os sindicalizados e os que não eram. O jornal ressaltava a denúncia para mostrar à direção da tecelagem que os filiados ao sindicato eram cumpridores das suas jornadas e não “*parasitas e desonestos*”:

Queremos fazer ver a Companhia, estes que assim procedem não são sindicalizados, pois os que são sindicalizados não praticam e são prejudicados em rebaixamentos, demissões e insultos. Agora se a Companhia acha que estes parasitas estão cumprindo os seus deveres, deve ser mais conscienciosa, mande colocar uns armadores neste salão para descanso dos mesmos que tanto trabalham pelo seu progresso.²¹⁵

A proteção da fábrica para com os contramestres não sindicalizados ficou comprovada. Em sua última página, prosseguia a publicação dos *Estatutos do Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape*, em seu IV capítulo e a frase em destaque: “*Operários! Uni-vos, Sindicalizai-vos!*” A campanha pela sindicalização operária era constantemente ressaltada pelo jornal. Na edição de número 7, de 14 de maio de 1932, o redator-chefe Antônio Sales aparecia subscrevendo duas matérias de capa: “*Ouvindo os clarins e Burocratas cuidado! Operários alerta!*”. Já no cargo de Presidente da *Federação Parahybana do Trabalho*, criticava as ações orquestradas pela fábrica para com o descumprimento do decreto 19.770. Aqui, percebe-se um posicionamento diametralmente antagônico ao que era exposto nas páginas do antigo jornal que dirigiu entre 1930 e 1931, *O Fanal*.

Neste ano de 1932, tempo da publicação do *Jornal dos Operários*, Antônio Sales demonstrava ampla articulação que ultrapassava as fronteiras de Rio Tinto: o movimento e campanha pela sindicalização, a organização de folha operária e da *Federação Parahybana do Trabalho*, aliado à aproximação da *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte*.

²¹⁴**Queixas e denúncias.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba*. Mamanguape, 30 de abril de 1932, Ano I, Número 5. P. 3. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932)**. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²¹⁵ **Contramestres ou parasitas?** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba*. Mamanguape, 30 de abril de 1932, Ano I, Número 5. P. 3. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932)**. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

“*Ouvindo os clarins*” expunha a questão em torno das demissões postas pela direção da tecelagem, aos trabalhadores sindicalizados e em especial aos que faziam parte da direção do sindicato. “*Parece-me que ouço além o toque do clarim da vitória decisiva*”; preconizava na abertura do artigo, um Antônio Sales disposto ao confronto com os Lundgren. Em uma escrita incisiva, destacava o “*sofrimento da massa trabalhadora de Rio Tinto*” pelo qual era submetida pelos dirigentes da tecelagem. Essa questão de descumprimento e demissões levaram os trabalhadores à procura do Interventor Anthenor Navarro para negociar o conflito, ao enviarem memorial relatando os acontecimentos recentes. Porém, a direção contradiz em documento, “*não demitir os operários pelo fato de sindicalizarem-se*” e, em carta à Dustan Miranda, “*afirmaram que as demissões eram por motivo de indisciplina, inaptidão e MORALIDADE*”. Entretanto, Sales registra e descreve uma defesa veemente dos operários afastados:

João Gabriel és o mais puro dos cristãos, és o símbolo da moralidade porque assim entendem os dirigentes da Fábrica, que a tempos atrás injustamente te demitiram porque praticavas o mais belo e eloquente dos atos aos olhos deles. Raymundo Pitta, depois de 23 anos nos serviços dos Lundgrens te transformastes em insubordinado? Em inapto? Ou em imoral?
 Enéas Rocha és inapto, imoral ou insubordinado?
 Raymundo Soares és inapto, imoral ou insubordinado?
 Manoel Rocha és inapto, imoral ou insubordinado?
 Sidronio Victorino és inapto, imoral ou insubordinado?
 Bento Ramos és inapto, imoral ou insubordinado?
 Francisco Martins és inapto, imoral ou insubordinado?

Diante do ocorrido, enquanto presidente da *Federação Parahybana do Trabalho*, envia ao Rio de Janeiro uma comissão de representantes, levando um memorial descrevendo os descumprimentos constantes da direção da fábrica. Fazia defesa do Presidente Getúlio Vargas, para quem “*não tenha baixado um decreto, para transformar-se em algoz de uma massa infeliz sobre todos os prismas*”, assegurando que o memorial a ser entregue ao Ministro do Trabalho e ao Presidente da República denunciava os Lundgren, pois “*os estrangeiros de Rio Tinto, esquecendo-se da fidalga hospitalidade de nossa pátria, picardeiam acintosamente os brios e a dignidade de um povo, escarnecendo do país que lhe acolhe, que lhe mitiga a fome.*” E conclui de forma incisiva, seu desejo de mudança e liberdade em Rio Tinto: “*Mas a Bastilha terá que ruir e a Goyanna Allemã queriam ou não queiram, terá que transformar-se em vila brasileira. Ou o Decálogo ou a Dinamite*”²¹⁶

²¹⁶**Ouvindo os clarins.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba.* Mamanguape, 14 de maio de 1932, Ano I, Número 7. P. 1. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município**

Na outra matéria, “*Burocratas cuidado! Operários alerta!*”, era um alerta aos industriais ou “*senhores feudais de Rio Tinto*”, como se referiu aos Lundgren. Afirmava o desequilíbrio da presença de trabalhadores estrangeiros contratados pela tecelagem, pois o Decreto nº. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, regulava em dois terços a presença de operários brasileiros, o que não foi cumprido a contento.²¹⁷ Para Sales, esta seria uma das questões urgentes que seriam remetidas ao Presidente Getúlio Vargas e destacava a indicação aos “*senhores burocratas*” uma fala do Presidente sobre esta questão: “*Uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de qualquer capacidade, mas frequentemente contribuem para o argumento da desordem econômica e da insegurança social.*” Ao tempo que chamava a atenção dos estrangeiros trabalhando na tecelagem:

Senhores alemães! Vós que a todo momento desrespeitais as leis brasileiras, na vossa pátria não exigias o cumprimento da lei de 16 de julho de 1927 (Reichsausalt für Arbeitsvermittlung und Arbeitslosenversicherung)?
Senhores ingleses! Vós que seguíeis o exemplo dos alemães não vos lembraes da Aliens Order que respeita-se na Inglaterra?
Finalmente vós, Austríaco que dirigeis o Escritório Central de Rio Tinto, não vos lembraes do Inlanddarbeiterschutzgesetz?
São advertências, talvez úteis para vós.²¹⁸

Antônio Sales, com este chamamento, demonstrava conhecimento da legislação alemã, austríaca e inglesa. Seguindo a estrutura inicial, o *Jornal dos Operários* mantinha a coluna *Queixas e Denúncias* e outros casos foram expostos: a coação e intimidação da fábrica aos operários sindicalizados. Exemplo do caso do Sr. Machado, chefe de seção e leitor do jornal que viu seu nome sendo citado enquanto protagonista das arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores, partindo para demitir, rebaixar e transferir operários: “*todos pais de família, que deixam em casa filhinhos a chorar a falta de pão*”. Da *queixa e denúncia*, a coluna enfatizava o jogo de “agradar” seus superiores nas ações de Sr. Machado “*com tão bárbaro e covarde requitamento*”.²¹⁹ Em outra coluna, a seção denuncia os trabalhadores “parasitas e capachos”

de Mamanguape (1930-1932). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²¹⁷Ver *Lei de Cotas* de 1934.

²¹⁸**Burocratas cuidado!** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba*. Mamanguape, 14 de maio de 1932, Ano I, Número 7. P. 1. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932).** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²¹⁹**O Machado revoltado com o nosso Jornal.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba*. Mamanguape, 14 de maio de 1932, Ano I, Número 7. P. 3. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932).** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano –

da fábrica, que obedecem aos ditames do patrão para desarticular as atividades do sindicato. A nota, observa que *“o ofício dele é exatamente baterem de tenda em tenda, irem de viela em viela, escutar o que dizem os indefesos operários e ao ouvirem a menor coisa que não lhes soam aos ouvidos, estalando dedos pressurosos vão levar aos seus superiores, esperando logo as fúrias dos júpiteres baixar sobre suas vítimas.”*

Nas duas colunas internas seguintes, *“Mais dois indecentes boateiros”* e *“Mais uma vez o Araújo em seena”*, o jornal registrava a prática de “boateiros” que cometiam a propagação de inverdades contra a Lei de Sindicalização e, extensivo, contra o Sindicato de Rio Tinto. Gardioso Gomes e Manoel Ferreira – “Nezinho” – eram operários que não militavam na lide político-sindical, eram *“capachos”* da fábrica, como informa a nota. Ao criticarem o Decreto 19.770, o jornal confirma que os dois já haviam recebido suas férias e que este era uma medida implementada pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, e arremata: já que eram críticos dos decretos, seria *“conveniente que, estes dois indivíduos restitua o dinheiro que receberam das férias.”* Na última queixa publicada voltam a registrar que o chefe, Sr. Araújo dava continuidade à sua política de “perseguições injustas” para o que lhe faltava *“compaixão dos pobres inocentes que estão ficando sem pão; quando eles não são demitidos, são rebaixados e tratados como verdadeiros escravos.”* Na última página, além do registro dos Estatutos do Sindicato, em seu capítulo V, publicava-se uma nota de agradecimento enviada do Interventor Gratuliano de Brito ao então vice-presidente do sindicato, Manoel Rocha. O conteúdo dizia respeito a nota de pesar pela morte do Interventor Anthenor Navarro, postada em nome da entidade.

O laço de solidariedade entre a categoria têxtil ficou confirmado na matéria de capa, onde Antônio Sales fez uma comparação entre as tecelagens Rio Tinto e Tibiry, na cidade de Santa Rita,²²⁰ as duas maiores cidades-fábricas da Paraíba. Com efeito, a chamada *“Confronto entre as fábricas R. Tinto e Tibiry”* leva ao leitor a contrapor a visão de “lugar ideal” que a cidade-fábrica e a vila operária de Rio Tinto possuíam e era veiculado pelos Lundgren na imprensa oficial. Estabeleceu um recorte comparativo nos quesitos: econômicos, higiene, salariais, da sindicalização e sociais. A todo momento se percebe a desconstrução da imagem

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Ainda se destaca a notícia de prisão de envolvidos com jogos de azar. Muitos trabalhadores foram vítimas dessas ações da Polícia, fato que é visto em diversos processos cíveis arquivados no Fórum de Mamanguape. Questão discutida no segundo capítulo.

²²⁰ A Companhia de Tecidos Paraibana – Fábrica Tibiry, foi fundada em 1891 na cidade de Santa Rita, distante cerca de 40 km, de Rio Tinto.

construída sobre Rio Tinto e o lugar da Fábrica Tibiry, enquanto espaço fabril “ideal” para o operário:

Salários: Rio Tinto que há tantos anos tinha a supremacia sobre Tibiry, hoje paga mais desgraçadamente que as menores industriais do Estado.

Hygiene; Os operários da F. R. T. moram em casas sem a mínima parcela de hygiene, verificando-se ruas cujos fundos das casas distam menos de dez metros das outras, sem um único aparelho sanitário, pagando até 34\$ mensais. Em Tibiry as casas são dotadas de aparelhos, podendo os operários botarem tantas lâmpadas electricas quantas entenderem, inteiramente grátis e pagam de alugueis somente 16\$000.

Pharmácias: Na F. R. Tinto livrando dos casos de acidentes de trabalho todos os medicamentos são pagos enquanto em Tibiry os operários têm todos os medicamentos grátis, para tratamento de todas as moléstias.

Sociaes: Enquanto a F. R. T. desconhecendo nos operários os seus maiores obreiros nega permissão as sessões para se representarem por meio de pequenas comissões nos enterros de operários, enquanto a Fábrica Tibiry, paralisa todas as seções, emudece todo o movimento, para que seus operários possam acompanhar os restos mortais dos seus companheiros a última morada.²²¹

E ao final, justificava que as condições melhores da fábrica Tibiry deviam-se ao fato de serem propriedade e dirigidos por “*genuinamente brasileiros*” enquanto Rio Tinto por estrangeiros. A campanha contra a presença de estrangeiros na fábrica era uma das pautas presentes nas edições do *Jornal dos Operários*. Na importante seção *Queixas e Denúncias*, registra-se fato em que os trabalhadores alemães são alçados a figuras, “*desumanas e brutais*”. Isto é visto no relato de cena do cotidiano da vila operária: em um domingo, dia de feira livre, dois “galegos” esbarram em dois homens que estavam com compras. Ao momento em que esbarram, os alimentos caem no chão e se perdem. Ao ouvir a reclamação de Manoel Félix e Irene Félix “*receberam dos galegos escarneo e gargalhadas.*” Por fim, destacamos parte da resposta da fábrica, acerca do Memorial enviado ao Interventor paraibano pelo sindicato. Sobre a questão contestada pelo movimento sindical da presença de estrangeiros e não brasileiros nos cargos mais altos da hierarquia fabril, um dos diretores assegurava: “*A Fábrica Rio Tinto tem uma cogerência composta de 3 alemães por que não encontramos brasileiros para ocupar aqueles cargos.*” Ao contraditar este depoimento, o jornal diz que há sim mão-de-obra brasileira para esses cargos: “*Bote um*

²²¹**Confronto entre as Fábricas R. Tinto e Tibiry.** *Jornal dos Operários – Orgam das classes trabalhadoras da Paraíba*. Mamanguape, 21 de maio de 1932, Ano I, Número 8. P. 1. Prontuário Funcional Nº 0032 - **Sindicato dos Operários do município de Mamanguape (1930-1932)**. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Na publicação datada de 21 de maio de 1932, apresentava uma continuidade do projeto da primeira edição, seja no quesito gráfico e no seu conteúdo. Até aqui, contava-se 8 edições publicadas.

aviso em Jaraguá, outro em Rio Vermelho e mais um outro em Gritiuma que aparecerão brasileiros com maior competência para ser co-gerentes do que os alemães que atualmente ocupam os cargos.”

Na publicação anterior, registrou-se a viagem de uma comissão da Federação Parahybana do Trabalho ao Rio de Janeiro na coluna *Dupla Finalidade*, onde os objetivos da viagem eram *“Defender os direitos dos operários injustiçados pela Fábrica Rio Tinto, e procurar colocações nos maiores empórios industriais para os operários sindicalizados que saíram das graças, dos verdugos estrangeiras.”* Do mesmo modo, a estratégia posta pelo Sindicato e Federação era conseguir inserir os operários demitidos pela direção em outras tecelagens:

No fim veremos quem tem maiores prejuízos, se a Fábrica perdendo os seus melhores especialistas, ou se estes aproveitando a oportunidade para trabalhar em Fábricas que reconhecem o homem pelo mérito e não pelo chaleirismo, pelo subterfugio, pela calúnia, pelo enredo, pela valentia e finalmente por todos os meios que demonstram o grau de degenerescência dos mais aviltantes indivíduos d’uma raça. Fiquem os senhores dirigentes da F. R. T sabendo uma vez por todas, que os operários brasileiros não são mercadorias que estejam sujeitos a lei de procura ou oferta, variando de valor consoante as oscilações do câmbio ou o bamburramento dos sotks.

Essa tática da Federação, confirmava a articulação do movimento operário paraibano com as questões macro, em específico com o eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Em seguida, a Federação iria anunciar nos jornais *Estado de São Paulo*, de São Paulo, *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro e *Minas Geraes*, de Belo Horizonte, bem como o envio a *Confederação Brasileira do Trabalho*. A observação das condições de vida e trabalho dos operários de Rio Tinto, eram temas expostas, como a denúncia da presença de menores de 8, 9 e até 7 anos de idade no chão da fábrica. Intitulada *“Justiça!Justiça!”*, uma nota registrava que os menores trabalhavam nos dois turnos, *“10 ½ horas havendo revezamento semanal.”* A direção da tecelagem, portanto, descumpria a legislação de 8 horas de trabalho e sobre a questão da presença de menores. A insalubridade era igualmente posta, já que mulheres e mocinhas, com uma jornada de mais 10 horas, eram muitas com tuberculose. E se porventura essas trabalhadoras chegassem a faltar ao trabalho por conta da fragilidade física, em decorrência da doença? A demissão seria imposta pelos *“senhores feudais da Fábrica Rio Tinto”* e *“vaqueiro inquisidor”*.

Neste sentido, é preciso dimensionar o alcance do papel do sindicato e do jornal operário no processo de identidade, consciência e formação de classe. O *Jornal dos Operários*,

possivelmente, presenciou resistências de alguns trabalhadores em inserir-se na sindicalização, pauta central da agenda da folha. O espectro da retaliação definido em demissões, transferências ou rebaixamentos levaram a esta resistência. Nota-se este fator quando publica uma matéria: “*Levanta-te para viver*” com escopo de orientação informando que “*a mentalidade operária está ainda muito retardada*” devido ao fator de receio de filiar-se as questões de ordem político-sindical. A constante retaliação “*dos senhores feudais*” de Rio Tinto aos operários sindicalizados, reverberava no cotidiano da vila operária e no chão da fábrica. E isto, era um fator decisivo neste processo, porquanto, alertava a folha:

O operário deve envidar todos os esforços no sentido de fazer destruir todas as bastilhas de poder dizer o que sente sem temer uma represália. O boi se bem soubesse a força que tem no pescoço não permitiria que lhes botasse canga. Um pouco de civilização, de consciência e de humanidade fará uma vez por todas desaparecer as injustiças e abusos.²²²

O impacto da ação e reivindicação pela palavra escrita, ou seja, pelo *Jornal dos Operários*, é um momento chave no processo de formação de identidade e consciência da classe operária em Rio Tinto. A seguir, discutiremos a atuação da militância comunista neste contexto histórico.

3.3 “OS PERIGOSOS AGITADORES COMUNISTAS”: A “CÉLULA RIO TINTO”, O PARTIDO COMUNISTA E A REPRESSÃO DO D.O.P.S. NA CIDADE-FÁBRICA.

A presença de discurso anticomunista na Paraíba já se constata desde a conjuntura de desdobramento, do impacto da Revolução Russa a partir de 1917. Será nas páginas do jornal oficial *A União* que estas imagens e discursos ganham eco. No levantamento realizado pela pesquisa do historiador Faustino Cavalcante, ao analisar o discurso anticomunista nas páginas diárias do jornal oficial do Estado, no período entre 1918-1935,²²³ percebe-se uma quantidade considerável de artigos.

²²² Na última página, a edição registra a criação de um Tribunal de Conciliação e Pagamento, que visava arbitrar questões entre operários e patrões. Também, era evidenciado a nomeação de Waldemar Guedes, para o cargo de Promotor Público da Comarca de Mamanguape – do qual Rio Tinto era distrito. Ato, louvado pela folha que afirmava: “*só assim teremos um advogado que saiba distribuir justiça, punindo com altivez as injustiças praticadas pelos srs. Potentados de Rio Tinto contra seus humildes operários.*”

²²³ CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013. P. 214. A inserção do movimento anarquista nas greves de 1917, fundação do Partido Comunista em 1922 e de seu jornal *A Classe Operária*, logo influenciaram o movimento operário paraibano. Em Rio Tinto,

**QUADRO XXII – TÍTULOS DAS MATÉRIAS E EDITORIAIS
ANTICOMUNISTAS DO JORNAL A UNIÃO (1931- 22/11/1935)**

1931
Que é Comunismo? O que tem sido, através dos tempos, a evolução dessa modalidade avançada do socialismo. Do livro "Olho de Moscou", de combate as theories communistas e editado por "Gazeta Policial" (04/02).
A Legião de Outubro através da palavra de seus organizadores. Uma idéia nascida nas trincheiras – Acção educativa e política pela influencia moral junto aos governos – A defesa da Revolução pela conquista dos ideaes que a geraram – Restabelecimento das energias desagregadas – Nem communismo, nem fascismo – Como o sr. Raul Bittencourt synthetizou os objectivos da instituição. Correspondência do Rio (01/03).
O communismo e o sentimento brasileiro. D' "O Jornal" do Rio (17/03).
Campanha ante-communista. Nota do jornal A UNIÃO (19/03).
A questão social e o momento brasileiro. Organização syndicalista. Editorial (29/03).
Presta atenção, trabalhador! Editorial (30/04).
A imprensa dos Sovietes. PARIS, março. Especial para A UNIÃO (12/05).
A Russia e os direitos autoraes. BERLIM, julho. Especial para A UNIÃO. (04/08).
O Communismo em Belém. Matéria paga (17/12).
1932
COMMUNISMO OU ANARQUISMO? Editorial assinado por Samuel Duarte (21/01).
O CINEMA SOVIÉTICO. A PROPAGANDA MONÓTONA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL – UM FEITIÇO QUE VIRA CONTRA O FEITICEIRO – A CINEMATOGRAFIA RUSSA É PUERIL. PARIS, 20. Correspondência aérea (20/02).
CONTRA OS PROCESSOS COMMERCIAES SOVIÉTICOS. A expectativa de intervenção da sociedade das nações. LONDRES, abril. Correspondência epistolar (17/04).
RUSSIA. A VIGOROSA PREPARAÇÃO MILITAR DA MOCIDADE. MOSCOU, 27 (28/04).
OS HORRORES BOLCHEVISTAS DO DNIESTER. A repercussão dos massacres de Dniester – Os intellectuaes ucranianos em guarda – O que diz o seu apello à civilização occidental. PRAGA, maio. Correspondência epistolar (25/05).
1933
Chimera comunista. Matéria do jornal assinada por F. Medeiros (05/07).
1934
CONFLICTO APÓS UM "MEETING" COMMUNISTA. O capitão Felinto Muller, chefe da polícia do Rio, fala ao nosso correspondente. Assinada por A UNIÃO. RIO, 24. Nacional (25/08).
Os mussulmanos da Russia estão fugindo para a Índia. Assinada por A UNIÃO. BOMBAIM, 18 (19/10).
Assassinado pelos communistas? Assinada por A UNIÃO. RIO, 5. Nacional (06/11).
Stalin exige novo juramento de fidelidade dos seus correligionários. MOSCOW, 27 (28/12).
1935
A REPRESSÃO AS ACTIVIDADES ANTI-SOVIÉTICAS. Medidas excepcionalmente rigorosas são adoptadas contra os adversários do governo da Rússia – O protesto dos laboristas ingleses. MOSCOU, 5 (06/01).
A Russia Soviética vista por um jornalista brasileiro. Assinado por A. B. RIO, 21. Nacional (22/03).

Destes, destacamos “*Presta atenção, Trabalhador!*”, em que discorria sobre “os enganos do comunismo”, reproduzindo diversos aspectos em tom depreciativo para com a Rússia e o comunismo. O jornal, portanto, veiculava a apreensão da elite política paraibana desde o impacto da Revolução Russa de 1917 e da criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 e sua inserção no movimento operário.

E esses propagandistas do comunismo não são senão agentes da Rússia, que quer lançando os brasileiros contra os brasileiros, transformar a nossa Pátria num ‘Soviet’ ligado à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), obediente ao governo russo. (...) E, alerta. Trabalhador! Esses ‘propagandistas’, esses ‘comunistas’ que te procuram seduzir são agentes de políticos que querem fazer o mesmo jogo contigo. Às vezes é um teu companheiro de trabalho, um teu amigo que enganado, sem o saber, sem maldade, te procura, pensando fazer teu bem, arrastar para o comunismo. (...) como és um bom amigo de teu companheiro de trabalho, quando o vires transtornado para o comunismo dá-lhe pela tua boca o que aqui te dissemos e mais ainda outras coisas que te vamos ensinar.

O conteúdo do artigo, além de orientar, divulgava dados políticos da Rússia para que os trabalhadores não se filiassem ou entrassem em contato com as ideias comunistas. Citava “*assassinatos, perseguições, perversão e miséria na infância*”, além da oposição à religião:

de acordo com o material documental, não há registro de qualquer influência do pensamento anarquista. Com relação a inserção da militância comunista, isto verifica-se claramente, a partir da fundação do sindicato em 1932.

“Este ódio a religião, aliás, é coisa velha entre os comunistas. Carlos Marx dizia, blasfemando, que Deus é uma invenção da barriga vazia!” Na conjuntura pós-1930 na Paraíba, as Interventorias estabeleceram estratégias que foram definitivas neste cenário até o Levante comunista de 1935, como destacou Faustino Cavalcante:

O Estado passou a atuar em duas frentes: primeiro, operando a repressão sobre os trabalhadores por meio de ameaças àqueles que insurgissem contra a ordem estabelecida e, segundo, empreendendo uma acirrada campanha na imprensa paraibana no sentido de postergar qualquer ideia de mudança e inculcar a imagem exagerada do “perigo vermelho”.²²⁴

Este discurso de “*perigo comunista*” fazia com que a existisse trocas de comunicações entre as Polícias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. O que se verifica no registro da proibição do desembarque em Cabedelo, Paraíba, de José Praxedes, Heitor Menezes e Vicente Santos “*conhecidos agitadores comunistas.*”²²⁵ Estes viajavam a bordo do *Comandante Ripper* quando o Chefe de Polícia da capital fora informado da presença destes militantes pelo Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Nada mais emblemático do que o registro tenha sido feito na coluna *Notas Policiaes*. José Praxedes era sapateiro, residente no vizinho estado potiguar e destacado militante comunista que já tinha sido encarcerado em 1930, como informa o verbete biográfico da FGV-CPDOC.²²⁶ Será protagonista decisivo no Levante Comunista de 1935 em Natal.

3.3.1 A “Célula Rio Tinto”: Da ação à repressão do DOPS.

Parte do projeto de implantação da tecelagem em Rio Tinto em espaço distante da capital possui razões variadas entre elas a tentativa de “isolamento” operário. Mas isto, não surte resultado, pois as articulações de operários com os debates e acontecimentos político-sindicais de João Pessoa, Santa Rita e Recife, eram constantes, o que é confirmado no material documental produzido pela Polícia e pelo. Parte dos trabalhadores, em 1930, eram alfabetizados e realizavam a leitura de boletins, panfletos e jornais paraibanos, a exemplo de *A União, União*

²²⁴CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2013. P. 213-214.

²²⁵**Notas Policiaes – Vedada a entrada no Estado de dois indesejáveis.** *A União - Orgam oficial do Estado*. João Pessoa, 09 de outubro de 1932. Ano XII. Hemeroteca do Arquivo Público do Estado da Paraíba – Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo-FUNESC. João Pessoa, PB.

²²⁶**ANDRADE, José Praxedes de.** Verbetes Biográficos. CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/andrade-jose-praxedes-de>. Acesso em 22/11/2017.

Operária, Voz Operária, A Classe Operária e de *O Fanal* e *Jornal dos Operários*, estes dois últimos editados em Mamanguape e Rio Tinto. Como se dava a circulação destes impressos em Rio Tinto? A comunicação entre Rio Tinto e João Pessoa, sobretudo, nos serviços postais que saíam a tarde da capital, era feito por transporte diário saindo da Praça Álvaro Machado, no bairro do Varadouro.²²⁷

Com a criação do Sindicato em 1932 e articulação com as Associações da capital, os operários dirigentes da entidade, em seguida, iniciaram suas filiações à militância comunista. O ano de 1933 tornou-se marco no movimento operário de Rio Tinto, pois, houve a desarticulação de um processo de lutas e reivindicações. A intensidade da ação operária foi decisiva e o ambiente fabril, por seu turno, já era objeto de investigação a partir da Polícia da capital e de investigadores do DOPS, de Recife.

Juntamente com a distribuição de jornais operários, existia boletins produzidos pelo Partido Comunista na capital e em Rio Tinto. Em maio de 1932, o Chefe de Polícia da capital, Manoel Ribeiro de Moraes, escreve ofício ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, comunicando da apreensão de boletim comunista na capital o que se verificou tinha sido impresso em tipografias de Recife.²²⁸ Assim, a polícia da capital já prenunciava a observação e ação das atividades comunistas. São, notadamente, deste material documental confiscado pelo aparato repressivo na Paraíba que temos acesso a decisivas e amplas informações e dados sobre os militantes comunistas e suas atuações na cidade-fábrica de Rio Tinto. Neste sentido, ao desarticular as ações na capital, a Polícia apreende uma série de documentos na casa de José Pedro de Oliveira, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. Partindo da leitura dessa documentação, a Polícia identifica lista constando 118 filiados ao Partido Comunista, sem data²²⁹, com nomes de operários e operárias, das cidades de Santa Rita, João Pessoa, Mamanguape, Rio Tinto, Campina Grande e Bananeiras e categorias como, militares, domésticas, serralheiros, estivadores, pedreiros, mecânicos, carpinteiro, auxiliar de comércio, tipógrafo, chauffeur, oleiro, agricultor, alfaiate, metalúrgico, empresário de algodão, têxteis e célula participante.

²²⁷ **Comercio, Indústria, Finanças.** *A União - Orgam oficial do Estado.* João Pessoa, sábado, 04 de julho de 1931. Ano XI. Hemeroteca do Arquivo Público do Estado da Paraíba – Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo-FUNESC. João Pessoa, PB. P. 5

²²⁸ **Estado da Parahyba. Secretaria da Segurança e Assistência Pública. Repartição Central da Polícia. João Pessoa, 06 de maio de 1932.** Prontuário Funcional 30.271-C – *Paraíba (1930-1966)*. Correspondências – Ofícios. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²²⁹ Há informações de datas, ao lado dos nomes elencados. Supõe-se que seja a entrada nas atividades das células. A última data precisa que verificamos é a do carpinteiro João Vicente Pereira, de 29 de julho de 1935.

De Rio Tinto, encontramos: *Savariane Fiante* (Mecânico – Secretário da Célula Guerra, 15.11.1932. Nascido em 17.08.1912); *Simplício Bezerra* (Pedreiro, nascido em 1904, no Rio Grande do Norte.); *José Bezerra de Lima* (Contramestre de ferreiro, Célula Guerra – 15.11.1931, nascido em 13.03.1899); *Manoel José* (Célula Guerra – 02.12.1932); *Salvador de Brito* (Pedreiro, salário de 5.000, Secretário Célula Guerra, 06.02.1933); *José Guedes* (Secretário Célula Guerra, salário de 5.000, 09.02.1933) e *Francisco Silva* (Salário de 5.000, Secretário Célula Guerra, 09.02.1933. Nascido em Alagoas 07.04.1904).²³⁰

Para entendermos o processo de organização do Partido Comunista na Paraíba, bem como das suas células, é imprescindível a leitura dos relatórios. Já em 1932, a vigilância em detalhes da ação e cotidiano dos trabalhadores militantes era realizada. Ao tempo da atuação da *União Geral dos Trabalhadores do Norte*, da *Federação Parahybana do Trabalho*, dos impressos operários, dos debates sobre a sindicalização e da criação de uma série de entidades representativas de classe, havia intenso “olhar vigilante” para a infiltração do Partido Comunista. Em setembro, um investigador do DOPS de Recife, viaja a João Pessoa para produzir detalhado relatório sobre as atividades do Partido Comunista. Com o título de *Comunismo*, descreve o cotidiano da ação na capital. De João Pessoa, as atividades ganhavam eco com a criação das células em Rio Tinto, Mamanguape, Santa Rita, Bananeiras e Campina Grande. E no processo de propagação “*com impectuosidade esta falange destruidora*” identificando os espaços de atuação dos militantes e do PC: o bairro de Jaguaribe e rua 13 de Maio, onde distribuíam folhetos, boletins, manifestos e colocavam diversas bandeiras. Outro espaço citado era a Estação Ferroviária de onde se articulavam com os operários da *Great Western*, designadamente, os guarda-freios. Na linha João Pessoa-Cabedelo, percebe-se a entrega de documentos de propaganda ao guarda-freios, em pacote de papel com a inscrição “*Meus Camaradas*” e tecidos vermelhos. Identifica a pouca atividade policial na vigilância: “*Armas: pude verificar que uma grave falta, hora se está passando no vizinho Estado, dado a falta de policiamento existente, não obstante haver 3 investigadores que muito se esforçam sem proveito por não terem dirigentes técnicos.*”²³¹ O investigador chega a anotar o proprietário do

²³⁰ **Relação das pessoas que são filiadas ao Partido Comunista do Brasil, conforme documentos apreendidos na residência do conhecido agitador comunista, José Pedro de Oliveira (Cruz das Armas – João Pessoa).** Prontuário Funcional 30.271-C – *Paraíba* (1930-1966). Listas, N. 14. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²³¹ **Estado da Parahyba – COMUNISMO.** 13 de setembro de 1932. Prontuário Funcional 30.271-C – *Paraíba* (1930-1966). Comunicação - Relatório. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

Hotel Luzo, Sebastião Victal, como “*verdadeiramente adepto do comunismo*” junto com seu irmão, o advogado Samuel Victal. Existe também a citação de alguns militantes, em destaque, Severino Ramos da Silva, Benedito Álvaro dos Passos e Álvaro Gazei, que não foi identificado seu endereço, o que o investigador afirma que o mesmo se encontrava em Rio Tinto. Estes eram responsáveis e recebiam comunicações comunistas junto com duas outras mulheres.

Nos primeiros meses de 1933, constatou-se uma intensa produção de relatórios no mapeamento das atividades em 1932, que serviu de base para o processo de desarticulação do movimento dos militantes comunistas frente às atividades sindicais na cidade-fábrica: de prisões ao encerramento do Sindicato Têxtil, o ano de 1933 tornou-se outro marco decisivo no processo histórico de luta e resistência operária. Em fevereiro de 1933, aprofunda-se o processo de investigações do DOPS, de Recife em torno da atuação comunista na Paraíba. Foram produzidos dois relatórios neste mês, informando as atividades em Campina Grande, para quem era “*grande e mais ou menos sólida a organização comunista*”, e , a partir desta cidade, construiu-se uma teia de militância entre João Pessoa, Natal e Maceió. As reuniões também foram objetos de vigilância, dado a exposição de locais e números de participantes. É neste documento que se registra a existência de 116 filiados em Rio Tinto. Na Paraíba, o Comitê central do Partido Comunista, como relata o investigador, tinha sede na capital: “*expedindo ordens para todo o interior do Estado e o incrível em tudo isso é que a Polícia talvez por desconhecimento de causa não opõe o menor obstáculo.*” Identifica a execução de um plano a ser iniciado no carnaval de 1933, informado pelo militante “Pedro Paciência” “*e que se todos os Estados estivessem arregimentados como o Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas e pudessem contar com a solidariedade do Pará e Ceará, como aliás têm promessa, ele poderia garantir a vitória.*”²³²

O Investigador de n. 50, continuava o trabalho de vigilância e anotações da ação comunista na cidade de Campina Grande. No dia 19 de fevereiro identificou o mecânico Severino de Brito, Aleixo, do ferreiro Manoel Martins – “*conhecido agitador comunista*” - , Francisco Henriques – “*conhecido agitador comunista, que foi preso oito vezes na capital federal e três na Paraíba*” - , e Florentino Candido, pedreiro da *Inspetoria de Obras contra as Secas*, enquanto responsáveis por organizarem na capital um encontro que iria ocorrer em 04 de março. Florentino Candido, por exemplo, é designado com a tarefa de viajar até Rio Tinto

²³² Ilmo. Sr. Chefe, da Seção de Ordem Política e Social. “Relatório” - Investigador N. 50, Recife, 15 de fevereiro de 1933. Prontuário Funcional 30.271 – Paraíba (1930-1966). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). P. 2.

para informar aos outros militantes desta reunião. Interessante é a anotação sobre as datas das reuniões bem como a construção de uma rede de militantes no Estado. Na cidade de Campina Grande, registrou a atuação do secretário do Comitê Regional, o guarda-livros Carlos Passi e do secretário da Juventude Comunista, Pedro Paciência. Este último era responsável pela questão financeira e de propaganda, organizando material e espaços para as reuniões. As táticas do Partido em Campina Grande foram informadas como um plano “terrorista” na cidade: *“Consegui também saber que existe um certo plano entre os comunistas dali no qual incluem o assalto geral aos quartéis da Parahyba e outros golpes de terrorismo.”*²³³

A rede militante ia para além da Paraíba, no que se verifica na atuação do eletricitista José de Brito, responsável pela interligação da capital com as cidades de Mossoró e Natal no Rio Grande do Norte. Já a presença de militantes de Recife foi assinalada pela presença de Luiz Manoel, responsável pela propaganda, boletins e pelos trabalhos na tipografia que o Partido irá adquirir: *“o pretinho que tomou parte na reunião da Praça do Entrocamento, em abril do ano passado que trouxe como consequência após a resistência oferecida a Polícia a prisão dos principais agitadores comunistas da região de Pernambuco.”* O Investigador informa que no dia 22 de fevereiro foram distribuídos na capital paraibana cerca de 2 mil boletins, e Rio Tinto como um dos espaços de divulgação, o que já significa que a “Célula” era estratégica nestas ações militantes. Em abril, dois outros relatórios são produzidos, no dia 22, já anuncia a prisão de parte dos militantes comunistas da capital, investida essa alargada para outras cidades, a exemplo de Rio Tinto, por ação do Chefe de Polícia da capital. Com a desarticulação nesta ação, os militantes retiraram o mimeógrafo e a tipografia que utilizavam para conduzi-los até Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Em 29 de abril, o investigador chega a Rio Tinto para a continuação de suas investigações. Os informantes na cidade-fábrica o auxiliavam no trabalho, como o serralheiro João Bastos. O secretário e organizador da célula do partido em Rio Tinto, o serralheiro Luiz Gomes, era o receptor do material de propaganda, correspondências organização de reuniões em sua casa.²³⁴ Dias depois acontece a ação que resulta na repressão e prisão dos operários

²³³ **Ilmo. Sr. Chefe, da Seção de Ordem Política e Social. Investigador N. 50, Recife, 19 de fevereiro de 1933.** Prontuário Funcional 30.271 – Paraíba (1930-1966). Parte. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). P. 2.

²³⁴ **Ilmo. Sr. Chefe da Seção de Ordem Política e Social. Investigador N. 50, Recife, 29 de abril de 1933.** Prontuário Funcional 30.271 – Paraíba (1930-1966). Parte. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). P. 1.

militantes do Partido Comunista, ao tempo que há a desarticulação das atividades do sindicato têxtil de Rio Tinto.

Em relatório datado de 22 de maio de 1933, o investigador do DOPS anota os detalhes de sua ação dirigida ao Chefe da Seção de Ordem Política e Social. A Paraíba ainda não possuía uma seção de Delegacia de Ordem Política e Social, e todo trabalho era feito pela Polícia da capital. Tanto que para este movimento houve a permissão do Chefe de Polícia da Paraíba, Severino Procópio, que ofereceu segundo o investigador, “*plenos poderes de ação e posto a minha disposição três elementos da guarda cívica trajados a paisana para auxiliarem todas as diligências.*” O plano executado era, deste modo, de ciência da alta cúpula da Polícia do Estado.

Partindo de João Pessoa, cercaram a residência e na sequência efetuaram a prisão de uma militante e de Claudino José da Silva que ocupava o cargo de secretário regional do Partido Comunista no Estado. Ao revistarem a casa, foram encontrados farta documentação, o que incluía: material do arquivo da *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte* (que segundo o investigador havia sido fechada pela polícia) e bandeiras vermelhas que seriam utilizadas no dia Primeiro de Maio. Em seguida, foram levados para a Repartição Central da Polícia. O próximo passo foi a ida à Rio Tinto, que ao lado de cidades como Santa Rita e Campina Grande, constituíam-se enquanto crucial espaço de atuação dos trabalhadores militantes do PC. Os trabalhos anteriores, ajudaram na identificação do mecânico Luiz Gomes da Silva, de Manoel Rocha Filho, do engomador João Soares de Almeida e do vigia Serafim Carneiro da Silva. No relato, informa que estes teriam sido presos no dia 13 de maio e de que os operários foram informados por alguém da sua ida a Rio Tinto, pois, “*só assim se explica que em poder dos elementos ali detidos, com exceção de Luiz Gomes da Silva, não fosse encontrada nenhuma prova documental.*” Dos confiscos, lista-se um exemplar d’*O Manifesto Comunista* e de boletins de propaganda, com Luiz Gomes da Silva e documentos do *Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores de Rio Tinto*, na residência de Manoel da Rocha Filho.²³⁵ No dia seguinte, todos foram levados para Recife. O trajeto não deixa de ser intencional: parada inicial na Delegacia de Paulista e depois a sede da Secretaria de Segurança, em Recife.

Retornando a Campina Grande, a intenção era prender Luiz Manoel dos Santos, tido como “*agitador e propagandista das ideias subversivas e empregado da comissão de*

²³⁵ **Senhor Chefe da Seção de Ordem Política e Social. Investigador N. 50, Relatório. Recife, 22 de maio de 1933.** Prontuário Funcional 30.271 – *Paraíba (1930-1966)*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nesta conjuntura, Antônio Sales não presidia o sindicato e não residia mais em Rio Tinto, havia migrado para a capital pernambucana

imprensa”, porém, deixou a cidade e seguiu para a prisão de outro militante, considerado “*notório agitador comunista*” com ligações efetivas em Rio Tinto: David Falcão. Este operava frente ao movimento operário da Fábrica Tibiry e do seu sindicato têxtil, além da Usina São Gonçalo e dos pescadores da praia de Lucena, todos na cidade de Santa Rita. Preso, foi conduzido junto de farta documentação que estava em seu poder, ao lado de outros dois operários militantes, a saber: Severo Rodrigues da Silva e Luiz Rodrigues dos Santos. No encerramento do relatório, há a identificação dos advogados João Santa Cruz e Frederico Falcão e do médico Nelson Carreira enquanto “*mentores intelectuais de assuntos comunistas na Parahyba do Norte*”. Ao serem levados a capital pernambucana, a Polícia logo produziu prontuários individuais.²³⁶ No de Luiz Gomes, foi elaborado a sua ficha de registro, identificação datiloscópica, registro da capa de um exemplar d’*O Manifesto Comunista* – edição em língua portuguesa de 1931 –, uma fotografia, um boletim do Partido Comunista de Pernambuco, auto de declarações e uma edição do jornal paraibano *Voz Operária* de 08 de novembro de 1931.

Nome Luiz Sobrenome Gomes da Silva Vulgo 2468

Idade 30 anos. Nascido em não declarou de ----- de -----

E. Civil casado Nacionalidade brasileira Natural de Paraíba

Filiação: pai Antonio Gomes da Silva Mãe Joana Batista da Silva Instrução sim

Profissão mecânico Residência Rio Tinto (Paraíba)

Notas Chromaticas: Cór. branca-triga Cabellos cast. lisos Estatura: 1 m. e 66 cts.

Barba feita Bigode raspado Olhos castanhos

Preso em ----- de ----- Identificado em 15 de Maio de 1933.

Signaes particulares

Observações

Mandado apresentar ao Gabinete com officio n. 205, da 1a. Delegacia Auxiliar de Policia, de 15/5/933, afim de ser identificado por motivo de "ORDEM PUBLICA".

O Encarregado Jose Honorato de Lima

Registro Geral N.º 11922

Individual Dactyloscópica Série E-3333 Seção I-2222

REPARTIÇÃO CENTRAL DA POLICIA

Gabinete de Identificação e Estatística Criminal

Sistema de Identificação

REGISTRO GERAL N.º

SÉRIE

SEÇÃO

Polares

Indicadores

Medios

Anulares

Mínimos

Fotografia 17: Ficha de registro policial do operário Luiz Gomes da Silva, com identificação datiloscópica e fotografia de 15 de maio de 1933. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

²³⁶ Os Prontuários Individuais, foram preservados e encontram-se no Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS.

Luiz Gomes nasceu em 1903 na Paraíba, era casado, alfabetizado e mecânico da tecelagem e no registro de anotações, os motivos de sua prisão são: *ordem pública e simpatizante Comunista*. Nos autos de perguntas afirmou que se filiou ao Partido Comunista enquanto única opção de melhoria das suas condições de vida e para o bem coletivo. Fica posto a circulação da leitura dos boletins do Partido Comunista na tecelagem bem como de *O Manifesto Comunista*, quando confirma que “foi emprestado por um empregado da Fábrica”.

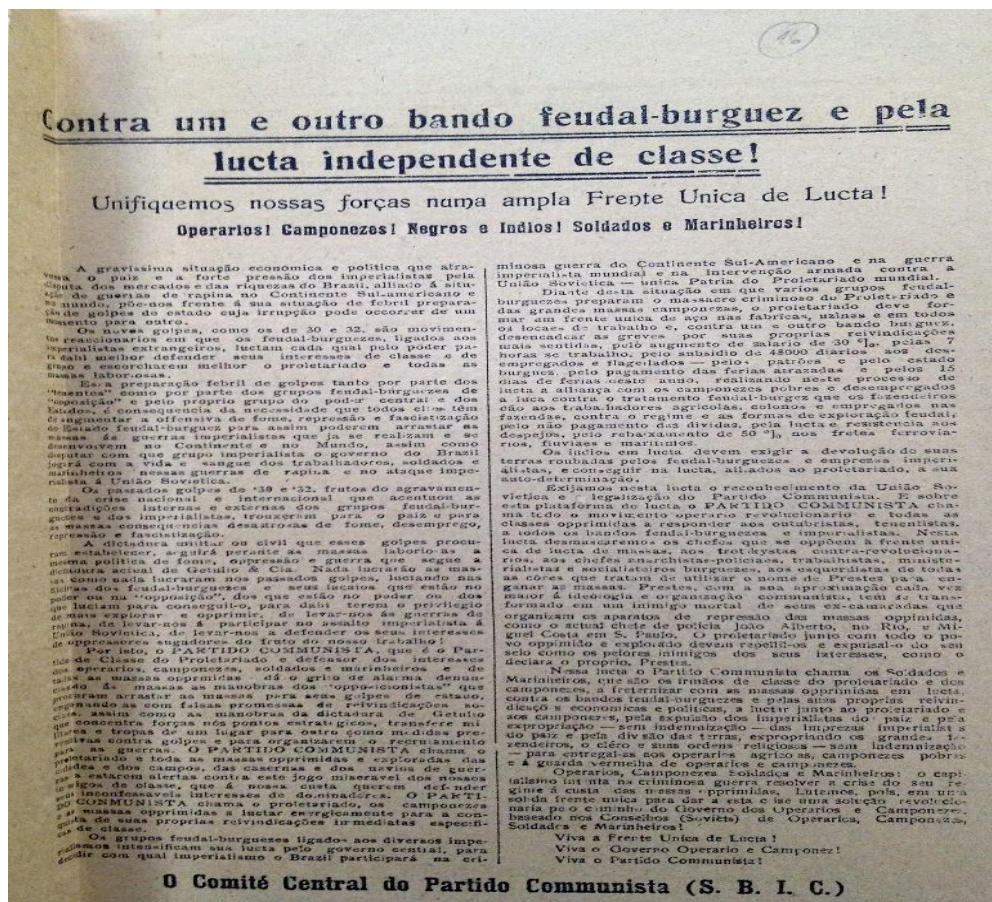
²³⁷ Outros operários foram presos oriundos de Rio Tinto, a saber: Serafim Carneiro, Manoel Rocha, Claudino José da Silva, Antônio Spíndola Pessoa, Paulino Trindade de Medeiros e João Soares de Almeida.

Sobre Serafim Carneiro, nascido no vizinho estado do Rio Grande do Norte, tinha 32 anos, solteiro, analfabeto e exercia a função de vigia. Nas alegações, o motivo costumeiro a todos: “*ordem pública e agitador da classe têxtil*”. Já Antônio Spíndola há apenas uma pequena descrição em seu prontuário afirmando que circulava constantemente entre a Paraíba e Pernambuco. Já Paulino Trindade era estocador e fugiu no início das operações que resultaram nestas séries de prisões, inclusive de sua esposa. Posto em vigilância à residência de Paulino, o investigador do DOPS fica ciente de seu retorno posterior, o que resulta em sua prisão em 06 de junho de 1933, sob alegação de “*ordem pública*” e por ser destacado “*agitador comunista*”. O investigador o conduziu à capital pernambucana, apreendendo em sua residência quantidade considerável de material de propaganda e divulgação do Partido Comunista. Foi identificado como ligado a outro operário militante, Claudino José da Silva. Nos autos de declarações, prestados na Delegacia Auxiliar, em Recife, assegura que em fins de 1932 começou a frequentar as reuniões da “*União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte*” e nestas conheceu Claudino José da Silva – Zé Silva ou Patrício - que já era ciente da sua militância em torno do Partido Comunista. Foi do aprofundamento dos laços de amizade que convidou Claudino José para residir em sua casa, porque, chegado de Pernambuco estava sem moradia fixa.

Entre as documentações apreendidas em sua residência, encontra-se um exemplar do jornal *União de Ferro – órgão do Partido Comunista do Brasil nas Forças Armadas*, de 01 de

²³⁷ **Auto de declarações que presta Luiz Gomes da Silva, 16 de maio de 1933.** In: Luiz Gomes da Silva. Prontuário Individual N. 2768. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Nos prontuários individuais produzidos sobre estas prisões em 1933, verificamos na ficha de anotações, referências a números de outros prontuários. Foi de posse destes dados que levamos a consultar a lista dos prontuários disponibilizada pelo arquivo do DOPS.

março de 1933²³⁸, e um boletim produzido pelo Comitê Central do Partido Comunista, com a chamada: *“Contra um e outro bando feudal-burguez e pela luta independente de classe! Unifiquemos nossas forças numa ampla Frente Única de Luta! Operários! Camponeses! Negros e Índios! Soldados e Marinheiros!”*.



Fotografia 18: Panfleto do Partido Comunista, datado de 1933, inserido no Prontuário de Paulino Trindade. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Adicionado a este panfleto, que ampliava o alcance de organização operária a partir da criação de uma frente única, incluía na agenda reivindicatória, negros, índios e soldados/marinheiros. Existia um importante documento oriundo da sede central do partido, no Rio de Janeiro, e seu teor em um relato de crítica do próprio Partido fazia das atividades realizadas, na região da capital federal. Com vistas a corrigir erros de ação, este documento de cunho pedagógico e de orientação, possivelmente, foi utilizado nas reuniões realizadas na

²³⁸Publicado na capital da República, esta edição encontrada no prontuário de Paulino – apreendido em sua casa – pertencia ao material documental de Claudino José da Silva. Sobre o jornal *A União de Ferro* e sua agenda reivindicatória, ler: BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Em especial, o capítulo I: *Os militantes e o Levante de 1935*.

residência de Paulino, visando evitar o que estava acontecendo no Rio de Janeiro. Em extenso e detalhado relato de 14 páginas, o documento discutia: “1. *As deformações da estrutura orgânica e da linha política do Partido Comunista na região do Rio*; 2. *A criminoso sabotagem na imprensa*; 3. *A deformação da luta ideológica e das campanhas de massa na região*; 4. *O colaboracionismo no trabalho sindical*; 5. *A deformação do trabalho e do caráter do socorro vermelho*; 5. *O reflexo desta situação no J. C. e o abandono e menosprezo do C.C. pelo trabalho juvenil*; 6. *Debilidades do nosso trabalho celular*; 7. *Mais vida política às Células*; 8. *As tarefas dos órgãos celulares*; 9. *As comissões da célula*; 10. *A comissão de organização*; 11. *A comissão de agitação e propaganda*; 12. *A comissão sindical*; 13. *A comissão feminina*.”²³⁹

Outro documento confiscado: o primeiro número do *Boletim Interno – Da secção de agitação e propaganda do comitê central do P.C.B.*, publicado no Rio de Janeiro em dezembro de 1932. Constando de seis artigos, exprimia as atenções do partido face aos acontecimentos internacionais, nacionais e locais: “1. *A Guerra no Extremo Oriente e as tarefas dos comunistas – Resolução do XII Plano do C.E. da I.C.*; 2. *Levantemo-nos todos unidos na luta contra as guerras imperialistas e em defesa da União Soviética*; 3. *Teses para a preparação dos discursos e da agitação contra a guerra*; 4. *Abaixo as guerras anti-imperialistas e em defesa da União Soviética*; 5. *O Partido Comunista em face da Constituinte*; 6. *Carta a região de São Paulo*.” Os trabalhadores e os sindicatos, sejam de Rio Tinto, Santa Rita ou da capital, estavam, deste modo, concatenados com os debates e da agenda de lutas orientadas pelo Partido Comunista na capital federal. Parte dessas atualizações, devia-se à militância de Claudino José da Silva de se colocar a par do que ocorria no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

O contato diário com Claudino José fez com que Paulino Trindade e sua esposa, se filiassem à militância comunista, ganhando inclusive codinomes. Assim, declarou ainda que “*sua residência tornara-se então um núcleo comunista, sendo um centro de confabulações a que denominavam de ‘Célula do Partido Comunista’*”.²⁴⁰ Sua esposa, Antônia era responsável pelas finanças da célula, ocupando a função de Tesoureira. Liberado em 10 de junho, foi conduzido por um investigador do DOPS a Estação Central de Recife, para retornar a João

²³⁹ **Balanco auto-crítico das atividades do Partido Comunista na região do Rio, para ser discutido no C.R., nos C.C de Z.Z e nas células.** In: Paulino Trindade de Medeiros. Prontuário Individual N. 2793. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²⁴⁰ **Auto de declarações que presta Paulino Trindade de Medeiros, 09 de junho de 1933.** In: Paulino Trindade de Medeiros. Prontuário Individual N. 2793. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

Pessoa. O policial permaneceu na estação até o momento em que o trem partiu, vigiando e confirmando a sua partida.

Outro operário preso neste contexto sob alegação comum de “*agitador da classe têxtil*”, foi o jornaleiro (trabalhador que recebia por jornada) João Soares de Almeida. Nos autos de declarações negou sua filiação e participação nas atividades do Partido Comunista e trabalhava na tecelagem Rio Tinto desde dezembro de 1932. Além dos trabalhadores de Rio Tinto, do advogado João Santa Cruz de Oliveira, outros ligados ao movimento operário da tecelagem Tibiry, em Santa Rita, foram alvos do cerco da Polícia e do DOPS: David Falcão e Claudino José da Silva.

Claudino José da Silva, filiado ao Partido Comunista desde 1928 ²⁴¹ possui uma trajetória singular neste processo: saído do Rio de Janeiro, onde era ligado à “*Liga Operária da Construção Civil*” (com sede em Niterói), migrou para Recife, onde trabalhou como ajudante de caminhão e logo associou-se ao *Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Caminhões*. De Recife mudou para João Pessoa onde passou a militar na *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte*, sendo preso nestas ações de 1933. Foi transferido para o Rio de Janeiro, onde chegou com marcas graves de torturas sofridas nos porões da repressão em João Pessoa e Recife. Continua sua militância se tornado o primeiro negro eleito deputado constituinte, na bancada comunista em 1946. Nos autos de declarações reforça os laços com a *União Geral dos Trabalhadores da Parahyba do Norte* e as visitas e diálogos com o militante David Falcão. Confirma também que parte do material de propaganda do Partido Comunista na Paraíba era remetido pelos militantes comunistas da capital federal e chegava por Cabedelo, sendo intermediado por João Tomé, carpinteiro do vapor “Poconé”.

De um extenso e importante material documental, inserido ao prontuário de Claudino José, encontramos boletins, cartas e jornais operários. Destacamos um plano de ação organizado pelo Secretariado Regional do Partido Comunista na Paraíba a ser executado em janeiro e fevereiro de 1933. Um “*Plano Bimensal*” datado de 10 de janeiro de 1933, distribuído em 14 pontos: “1. Recrutamento de 50 jovens, 30 meninos, 9 moças; 2. Criação de 11 células, sendo 6 de empresa e 1 no campo; 3. Organização de 7 células (grupos) de meninos; 4. Preparação da Conferência Sindical Regional. Criação de 1 enc. Em dois grupos de iniciativa nos

²⁴¹ Sobre Claudino José ver: **SILVA, Claudino José da**. Verbete Biográfico CPDOC/FGV e MEDEIROS, Juliano. **Das profundezas da História: Um comunista negro na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**. Monografia de Graduação em História (Departamento de História). Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas. 2013.

flagelados, 1 no de Santa Rita, 1 no Rio Tinto, 1 no de Kroncke, 1 seção juvenil no sindicato de Santa Rita; 5. Preparação da campanha dos 3 em janeiro e na Constituinte; 6. Criação de 7 escolas; 7. Curso pelo qual deverão passar 7 camaradas; 8. Conquista de 7 moças; 9. Ligação semanal com C.C.; 10. Imprensa – 10 assinaturas e 100 vendas avulsas para janeiro, 20 assinaturas e 200 vendas avulsas em fevereiro; 11. Preparação da Conferência Regional e Nacional; 12. Criação de dois jornais de célula; 13. Organização de dois clubes esportivos e 14. Finanças – Organização duma rifa com 2.500 bilhetes a \$200.”²⁴²

A execução, em Rio Tinto, deste plano de ação seria organizada em diversos pontos: o recrutamento de 3 jovens; a criação de um comitê de fábrica sobre trabalho sindical e a divulgação em assinaturas e vendas da imprensa operária na cidade. Percebe-se, de tal modo, a notória ação nas cidades têxteis de Santa Rita e Rio Tinto, o que explica a forte vigilância e repressão da polícia da capital e de investigadores do DOPS de Recife. A organização interna do Partido passava obrigatoriamente por uma tesouraria e uma estrutura de propaganda a partir das células, distribuídas entre Rio Tinto, Santa Rita, Cabedelo, Itabaiana e Campina Grande:

Comissão de Agitação e Propaganda Regional em Maio de 1933-		
Celulas	Agit-Propag	Zonas
B. G. N.	Fupionamba	S. Rita
E. J. N.	Churruio	Itabayanma
D. G. N.	Whituassu	Campina Grande
A. G. N.	Pereira	Rio Tinto
C. G. N.	Bachiner	Cabedello
F. G. N.	Napolitano	Taquariluda
1. G. N.	Trapuri	Juvenirude
		Lucena

Fotografia 19: Panfleto onde registra-se a *Comissão de Agitação e Propaganda Regional*. (Fonte: DOPS-Pernambuco).

Em carta de abril 1933, escrita à Luiz Gomes da Silva - mecânico da fábrica Rio Tinto - Claudino José anuncia sua indicação enquanto um dos representantes dos trabalhadores nas eleições para a *Assembleia Constituinte de 1934*. A eleição realizada em 03 de maio de 1933, teria uma chapa chamada “*Frente Proletária*”, composta além do próprio Claudino José e Luiz

²⁴² **Plano Bimensal (de 8 de janeiro a 28 de fevereiro), Paraíba, 10 de janeiro de 1933. Secretariado Regional.** In: Claudino José da Silva. *Prontuário Individual N. 176*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

Gomes, David Falcão, o advogado João Santa Cruz de Oliveira, José Simeão dos Santos e Waldemar Trigueiro. Requeria a urgente resposta para organizar comícios e reunião de assinaturas a serem remetidas ao Juiz eleitoral de João Pessoa.²⁴³ A estratégia organizativa dos militantes, visando estas eleições foram postas em distribuição de boletins e de informes para a classe trabalhadora paraibana. Em boletim escrito por João Santa Cruz de Oliveira, conclamava-se ao voto no interesse coletivo, onde o povo seria um protagonista das mudanças desejadas, frente aos representantes da chamada *Liga Pró-Estado Leigo*, na Paraíba. João Santa Cruz igualmente registrava a defesa da liberdade religiosa e ressaltava: “*Todo aquele que tiver consciência recta, não converterá o seu voto em assassino da Liberdade de crenças de seus semelhantes, nem fará da religião um instrumento político.*”²⁴⁴

A atuação do PC na Paraíba em 1933, igualmente, passou pela organização do Primeiro de Maio. Em uma circular interna, de 08 de abril de 1933 direcionada às zonas, células e membros na Paraíba, vemos as estratégias na organização do Primeiro de Maio. A atuação dar-se-ia frente a diversas categorias, a saber: operários, camponeses, estudantes pobres, soldados e intelectuais revolucionários. Neste ano, a bandeira de lutas “*Viva o Partido Comunista*”; “*Viva a Liberdade para todos os oprimidos*”; “*Abaixo a Guerra*”; “*Pão, trabalho e abaixo a reação*”; “*Liberdade*”; “*Abaixo o Trotskismo*”; “*Abaixo o Fascismo*”, tornariam um “*1º de Maio vermelho*” e de protestos contra a situação social da classe operária, da campanha de libertação dos militantes presos, da liberdade da imprensa operária e legalidade do PC e da Juventude Comunista. Ressaltava ainda:

Camaradas, como sabeis o 1º de Maio e o dia de protesto do proletariado internacional e para que esta região a realize, torna-se necessária a cada fábrica, empresa, oficina, fazendas, usinas, etc, concorram para um comício misto a realizar-se nesse 1º de Maio em praças públicas sob a direção do P. C. B e J. C. Avante camaradas! Nada de desânimo. P. C. B. da Parahyba do Norte, 08 de abril de 1933.²⁴⁵

Preocupados com cenário internacional e os desdobramentos para a classe operária, o Comitê registrava as Guerras entre China e Japão, crítica a omissão da Liga das Nações

²⁴³ **Carta de José Silva, João Pessoa, 24 de abril de 1933.** In: Claudino José da Silva. Prontuário Individual N. 176. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²⁴⁴ **Às consciências livres e humanas de toda a Parahyba! Aos eleitores de todas as crenças, cultos e religiões! João Pessoa, 28 de abril de 1933. João Santa Cruz de Oliveira.** In: Claudino José da Silva. Prontuário Individual N. 176. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

²⁴⁵ **A todas as zonas, células e membros do Partido Comunista. P. C. B. da Parahyba do Norte, 08 de abril de 1933.** In: Claudino José da Silva. Prontuário Individual N. 176. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

enquanto representantes do imperialismo, defesa da URSS e a Guerra entre Bolívia e Paraguai. A orientação e deveres do proletariado eram enfatizadas ao tempo da importância de uma imprensa operária para fazer contraponto a imprensa burguesa:

É o dever mais elementar que deve cumprir nosso Partido; pois cada membro cada simpatizante deverá compreender a responsabilidade do momento que vivemos, lutando energeticamente contra todas as formas de colaboracionismo, desvios e tendências contra-revolucionárias. Para poder superar o atraso e sair da passividade criminosa de que estamos mergulhados, conservando as massas na mais torpe ignorância de todas as falsas teorias colaboracionistas, Trotskistas, Fascistas e Prestistas, o C. R. leva avante um plano de combate sem trégua e para fazer face a obra de calúnia e difamação da imprensa burguesa, torna-se necessária termos também a nossa imprensa, com base nas fábricas, usinas, fazendas, portos e transportes. (...) ²⁴⁶

A despeito dos relatórios e das prisões denotar relativa desarticulação da atuação do PC, os militantes continuaram a burlar a vigilância e coação, o que se verifica na intensa participação, dois anos mais tarde, no Levante Comunista de 1935. A rearticulação do movimento operário no período do Estado Novo (1937-1945) será objeto da parte a seguir.

²⁴⁶ **Circular do Comitê Regional do Partido Comunista na Parahyba do Norte. 05 de maio de 1933.** In: Claudino José da Silva. Prontuário Individual N. 176. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

4 A (RE)ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NO ESTADO NOVO: RESISTÊNCIAS E (RE)ARTICULAÇÕES POR DIREITOS. (1937-1945).

Com o início do Estado Novo em 1937, os trabalhadores procuraram se articular para a resistência, aprofundada pelo cenário da Segunda Guerra Mundial.

4.1 A CLASSE OPERÁRIA NA JUSTIÇA: ACIDENTES DE TRABALHO NUMA TECELAGEM NADA EXEMPLAR.

A conjuntura histórica correspondente a 1930-1945, constituiu-se momento crucial para a rearticulação da luta por direitos e pela busca de espaços de reivindicação da classe trabalhadora paraibana. Os governos de Anthenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1934), Argemiro de Figueiredo (1935-1940) e Ruy Carneiro (1940-1945), foram marcados por diálogos com a classe trabalhadora, mas também houve um ambiente de intensa repressão. Entre os industriais Lundgren e estes governos, também, implementaram aproximações, como informa o historiador José Octávio de Arruda Mello:

Se é verdade que governantes como Anthenor Navarro (1930/2) e José Américo (outubro/novembro de 1930), buscariam intermediar conflitos entre a CTRT e o operariado, outros se colocariam inquestionavelmente ao lado daquela. Tal o caso do Interventor Argemiro de Figueiredo cujo Secretário-Geral Raul de Góes viu-se convertido em diretor da Companhia de Tecidos, no Rio de Janeiro.²⁴⁷

Já a partir de 1937, importante assinalar, o jornal oficial *A União* veiculava duas colunas: *Coluna Sindical* e *Legislação e Justiça do Trabalho*. A movimentação operária da Paraíba era em parte registrada nestes espaços e, em específico, questões relativas a Leis Trabalhistas. Outro jornal de circulação efêmera, *Folha do Estado*, em fevereiro de 1937, publicava em nota de fim de página uma notícia sobre acidente de trabalho ocorrido na Fábrica Rio Tinto: “O Sub-Delegado de Polícia de Rio Tinto, comunicou ao sr. Secretário da Segurança, a remessa dos inquéritos instaurados acerca dos acidentes no trabalho, sofridos pelos srs. Pedro Luiz, operário da Fábrica e João Firmino, empreiteiro de lenha.”²⁴⁸ O processo de Pedro Luiz, por exemplo, arquivado no Fórum de Mamanguape, será mais adiante analisado.

²⁴⁷ MELLO, José Octávio de A. **Arqueologia industrial e o cotidiano em Rio Tinto**. In: PANET, Amélia; et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002, p 73.

²⁴⁸ **Inquéritos remetidos de acidentes no trabalho**. *Folha do Estado – Jornal de Livre Opinião*. João Pessoa, Paraíba, quinta-feira 25 de fevereiro de 1937.

Na esteira das relações de classe, o operariado paraibano implementou, via Justiça, seus embates com o patronato, utilizando-se das Leis e Decretos promulgados por Getúlio Vargas ao longo dos anos 1930 até a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. O conjunto processual utilizado, referente especificamente aos trabalhadores da tecelagem Rio Tinto, nos fornece um amplo escopo de ações no interior das relações classistas no período em pauta. Além de se levar em consideração o aprofundamento das demandas e aumentos de processos trabalhistas no pós-1945.

São ações e inquéritos carregados de representatividade e singularidade. Há a finalidade de apresentar estes casos porquanto representam um universo maior, tanto que são múltiplas as categorias dos trabalhadores e trabalhadoras pelos quais aparecem nestes processos. Os usos da lei que os trabalhadores e trabalhadoras praticavam ao acionar a Justiça acabavam por aprofundar a cultura de luta por direitos. Em caso similar e ressaltando as particularidades, o pesquisador Eduardo Ferraz, ao analisar os efeitos e importância dos processos de acidentes de trabalho entre 1919 a 1930 para a classe operária em Piracicaba, interior de São Paulo, diz:

É claro que não se pode ver na lei um instrumento de libertação da classe operária piracicabana. Mas é igualmente inegável que, mediante a lei, muitos trabalhadores conseguiram fazer valer na Justiça suas posições. Defender seus interesses e conseguir resultados favoráveis, pelo menos do ponto de vista judicial.²⁴⁹

A(s) Lei(s) do Estado burguês, portanto, eram instrumentalizadas pelos operários para o requerimento de ações contra o patronato, pulverizadas em diversas categorias, o que evidencia a heterogeneidade da classe, dentro e nas seções subsidiárias da tecelagem.²⁵⁰ É do protagonismo destas ações de homens e mulheres que conseguimos reconstruir parte deste processo histórico.

4.1.1 Os usos dos decretos sobre acidentes de trabalho: Embates entre operário e patrão pelo cumprimento da lei

²⁴⁹FERRAZ, Eduardo Luís Leite. **Acidentados e remediados: a lei de acidentes no trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, janeiro - julho de 2010, p. 215.

²⁵⁰ Sobre as primeiras legislações burguesas fabris, de 1833 a 1864 no caso inglês, ver: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Em especial: Secção III: A Produção da mais-valia absoluta; Capítulo 8: A jornada de trabalho – item 6. A luta pelo dia de trabalho normal. Limitação legal coerciva do tempo de trabalho. A legislação fabril inglesa de 1833-1864.

Em fevereiro de 1933, foi instalada na capital da Paraíba a sede da *Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* que dava suporte não só a Paraíba, mas também ao vizinho estado do Rio Grande do Norte. A partir de sua criação, a classe trabalhadora poderia recorrer em episódios e ações contra o patronato. Algumas querelas, envolvendo, por exemplo, acidentes de trabalho seriam espaço fundamental para o requerimento de direito dos operários ²⁵¹ e desde o início dos anos 1930 já se registravam processos de acidentes de trabalho na tecelagem Rio Tinto.

Naquela conjuntura, a Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto, se constituiu enquanto referência na produção têxtil no eixo Paraíba-Pernambuco. A imprensa nacional e local reforçavam constantemente o progresso e sua importância econômica para a Paraíba e Pernambuco, construindo, de tal modo, uma imagem de uma fábrica exemplar. Seria a imprensa operária desta conjuntura que iria fazer o contraponto aos discursos tanto do *Diário de Pernambuco* ou *A União*, que publicavam laudatoriamente sobre a tecelagem Rio Tinto e a família Lundgren.

Diferentes reportagens em tom apologético eram veiculadas nas páginas da folha paraibana *A União*. Em edição de setembro de 1933, nas vésperas da visita do Presidente Getúlio Vargas a Parahyba – tal viagem foi anotada em seu diário²⁵² –, o jornal publicava extensa reportagem sobre o que chamava efusivamente de “*maior cidade industrial do Nordeste*”. Entre uma descrição e outra registra: “*Por parte da empresa há o cuidado de dispensar ao operariado a melhor assistência material e moral. É o que se observa, das oficinas aos clubes e logradouros, construídos no intuito de proporcionar distrações dentro da melhor disciplina.*” ²⁵³ Em 1933, o número de operários que trabalhavam na tecelagem era aproximadamente de 4 mil, distribuídos em variadas seções. Este número ao longo dos anos 1930 e 1940 foi crescendo e exemplo disto, foi que em 1943 já contabilizava cerca de 6 mil operários.

Rompendo esse silenciamento, folhas operárias como *A Frente* ²⁵⁴ denunciavam o que denominava: “*A famigerada Bastilha dos Déspotas Lundgrens*”. Em nota “*A situação do*

²⁵¹ **Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sua instalação nesta capital.** *A União – Órgão Oficial do Estado*. João Pessoa (Parahyba), 10/02/1933.

²⁵² VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 v., 1.257 p. (Volume I - 1930-1936)

²⁵³ **A Fábrica “Rio Tinto” – Maior cidade industrial do Nordeste.** *A União – Órgão oficial do Estado*. quinta-feira, 07 de setembro de 1933.

²⁵⁴ Publicado em Recife, pelo operário demitido da tecelagem em 1932, Antônio Sales.

operariado paraybhano”, a folha entrevistava Joaquim Cassiano, um operário demitido, que afirmava “*pondo-nos a par dos sofrimentos que continuam a ser vítimas os trabalhadores que miserável destino fez jogar no último reduto de escravos brancos.*” E em tom de crítica e contraponto à cobertura que o *Diário de Pernambuco* realizava, com suas “*colunas clichês*”, ao escrever sobre a conjuntura de Rio Tinto, afirma:

O Rio Tinto, que nos referimos é aquele mesmo, que o ‘Diário de Pernambuco’ meses atrás elevava-o aos capítulos da lua (...) Para o cúmulo da ironia o aludido jornal pintou em belas cores o serviço de farmácia e dentista custeados pela Fábrica Rio Tinto para beneficiar o operariado. São futurismos do Diabuco (...) quanto a situação dos demais operários limita-me a dizer que continuam com a cantiga da pirua: pior, pior e pior.²⁵⁵

Os primeiros acidentes de trabalho que geraram processos já datam de 1930. E são documentos cruciais para o contraponto à imagem posta pelo industriais e imprensa: a visão de fábrica “segura”, referencial e símbolo de progresso, capitaneada pelo “dinamismo e visão empreendedora” dos irmãos Lundgren. Ao chão da fábrica, o arriscado manuseio do maquinário para os operários desembocava em inúmeros acidentes.

Os inquéritos de acidentes de trabalho seriam analisados até 1934 pelo Decreto nº 13.498, de 12 de março de 1919. Já os processos transitados a partir 1935, seriam julgados por meio de um novo, o Decreto nº 24.637, de 10 julho de 1934. Esta demarcação é importante, para apreendermos algumas mudanças e readaptações elaboradas e publicados com o Decreto de 1934. Assim sendo, o que cada um orientava e normatizava sobre a tipologia e desdobramento de acidente? Para tanto, deve-se levar em pauta o período de promulgação dos Decretos, entre 1919 e 1934. A conjuntura histórica da Primeira República, notadamente a partir dos desdobramentos das greves de 1917, leva a implementação de algumas ações, como a promulgação de alguns decretos para o mundo do trabalho. Segundo Ângela de Castro Gomes:

Na verdade, o ano de 1919 assinalaria a presença deste outro tipo de fator que começa a interferir no andamento da questão social. Com o fim da guerra, uma das questões que passa a ser mais considerada é exatamente a das condições de vida do operariado. Neste sentido, A Conferência de Paz e o próprio Tratado de Versalhes, do qual o Brasil é signatário, recomendam a instituição de um novo direito representativo da nova sociedade do pós-guerra. Forma-se

²⁵⁵ **A situação do operariado parahybano.** *A Frente - Nem solidariedade incondicional, nem oposição sistemática.* Recife, Pernambuco, terça-feira 21 de março de 1933. Ano I, Número 5. In: **Antônio Sales.** Prontuário Individual N. 2494. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE). Antônio Sales foi Presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, em 1932, onde fundou o *Jornal dos Operários* (Órgão das Classes Trabalhadoras da Paraíba). Demitido, migrou para a capital pernambucana. O jornal *A Frente*, possuía uma rede de representantes distribuídos entre: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará. A sua sede ficava na Rua do Ocidente, no Bairro do Recife.

todo um clima internacional de preocupação com a questão operária formalizado na Conferência do Trabalho de Washington, para a qual o Brasil enviaria delegados.²⁵⁶

Adiante, acerca do contexto da promulgação da *Lei sobre Acidentes de Trabalho* neste mesmo ano de 1919, a autora ressalta os significados deste decreto:

O ano de 1919 inaugurava-se com a decretação da primeira lei brasileira de caráter trabalhista, mas seu processo de aprovação demonstrava, ao mesmo tempo, a limitação deste fato, uma vez que a lei era apenas uma das partes de uma legislação bem mais abrangente. Por isso, na ocasião e que é decretada, sofre imediatamente críticas que a colocam como uma lei “manca”, cuja função restringia-se a acalmar os meios operários.²⁵⁷

Nesta esteira, a lembrar ainda a criação do *Departamento Nacional do Trabalho*²⁵⁸, como observa Rosa Maria de Araújo, “*se a legislação trabalhista implementada pelo Estado a partir de 1919 só terá valor nos lugares e para as classes que têm condições de impô-la, sua validade será bastante limitada*” e, continua a autora, demarcando o papel exercido pelo movimento de 1930, que introduziu “*novos elementos na luta das classes trabalhadoras e o complexo de relações entre o Estado e a sociedade é reformulado*”.²⁵⁹ Em importante pesquisa sobre a construção dos sujeitos com direitos do trabalho, Magda Barros Biavaschi observa a conjuntura sequencial dos anos 1920, especificamente a partir do governo Artur Bernardes:

Em 1923, Artur Bernardes sancionou a chamada Lei Eloy Chaves que previa a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas de estradas de ferro (...) Além dos direitos ligados à seguridade social com aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez, proteção em acidentes de trabalho, auxílio-funeral, escreveu a estabilidade no direito brasileiro, restrita aos ferroviários, desencadeando um movimento de expansão que garantia a outras categorias, o que veio a acontecer em 1935 com a Lei 62 que a ampliou aos empregados da indústria e do comércio, e introduziu outros direitos, como se verá, com grande parte de seus dispositivos incorporados à CLT.

Em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, que, inicialmente inoperante, desempenhou papel relevante na “Era Vargas”. Em 1925, uma lei

²⁵⁶ GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. (Coleção Brasil Republicano), p. 108.

²⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)**. P. 111.

²⁵⁸ SILVA, Cleverson Rodrigues da. **O DNT e a organização sindical na Era Vargas (1931-1945)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Orientadora: Heloisa Jochims Reichel Tese de Doutorado em História. Para uma melhor análise da criação e atuação precursora partir de 1911, do Departamento Estadual do trabalho de São Paulo, ver: CHAVES, Marcelo Antônio. **A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911 - 1937)**. Orientador: Fernando Teixeira da Silva. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

²⁵⁹ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **O Batismo do Trabalho - A Experiência de Lindolfo Collor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Coleção Retratos do Brasil). p. 42-43

assegurou aos empregados em estabelecimentos comerciais, industriais, bancários e jornalísticos um período de férias de 15 dias. Com a Reforma Constitucional de 1926, introduzindo a competência do Congresso Nacional para legislar sobre trabalho, antes atribuída aos Estados Federados – aliás, um dos grandes motivos pelos quais a bancada positivista gaúcha na Câmara dos Deputados resistia a aprovar o Código Nacional do Trabalho, por temer que essa aprovação afetasse a competência legislativa que os Estados haviam conquistado, graças à ação dos positivistas, na Constituição de 1891 –, abrir-se-ia o caminho para a legislação codificada em âmbito federal. Em outubro de 1927, foi aprovado o Código de Menores, que proibia trabalho aos menores de 12 anos e em mineração e trabalho noturno aos menores de 18 anos. Em junho de 1928, seguro-enfermidade passou a cobrir tanto a doença como a morte para o pessoal de empresa de comunicações radiotelegráficas e telegráficas. Por fim, em julho de 1928, um decreto buscou normalizar a organização de empresas de diversões e amparar os que lhes prestavam serviços artísticos e materiais, dispondo sobre a contratação desse pessoal sob modalidade de locação dos serviços teatrais, em numa lógica de domínio dos princípios do Direito Civil.²⁶⁰

O Decreto nº 13.498, de 12 de março de 1919²⁶¹ foi promulgado pelo Vice-Presidente Delfim Moreira Gomes Ribeiro – que assumiu com a morte do Presidente Rodrigues Alves – e assinado pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Importante destacar, o que seria considerado acidente de trabalho e o pagamento de indenização, por meio dos artigos 1º e 2º:

Art. 1º Consideram-se accidentes do trabalho:

- a) o accidente produzido por uma causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporaes ou perturbações funcçionaes que constituam a causa única da morte ou perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;
- b) a moléstia contrahida exclusivamente pelo exercício do trabalho, quando este for de natureza a só por si causal-a e desde que determine a morte do operário ou perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Paragrapho único. Consideram-se molestias profissionaes, entre outras, as seguintes: o envenenamento pelo chumbo, mercurio, cobre, phosphoro, arsenico e seus derivados, a pneumoconiose, a tabacose pulmonar, a ophthalmia ammoniacal, o sulfocarbonismo e o hydrocarburismo.

Art. 2º O accidente, nas condições do artigo anterior, quando occorrido pelo facto do trabalho ou durante este, obriga o patrão a pagar a indemnização ao operário ou à sua família, exceptuados apenas os casos de força maior ou dolo da própria victima ou de estranho.

²⁶⁰ BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direito trabalhistas**. Tese (Doutorado) – UNICAMP – Instituto de Economia, Campinas: São Paulo, 2005, p. 203-204. Para um melhor esclarecimento das diversas leis promulgadas antes – Império e República - e posterior a 1930, ver quadro sinótico anexada a esta tese.

²⁶¹ **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/3/1919, Página 3704.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13498-12-marco-1919-525749-republicacao-93760-pe.html>

Deste modo, sobre o pagamento das indenizações já se estipulava que seria para o operário acidentado ou sua família. Das variadas indústrias que estariam submetidas ao Decreto, incluía-se a indústria têxtil e quaisquer trabalhos em construção, execução, reparação ou demolição – o que abrange os acidentes com pedreiros na tecelagem, por exemplo. Para a indenização ser aceita, o acidentado deveria possuir, de acordo como o que compõe o artigo 7º - *Das consequências do acidente*: a) morte; b) incapacidade total e permanente para o Trabalho; c) incapacidade total e temporária; d) incapacidade parcial e permanente; e) incapacidade parcial e temporária. A isto, incluem-se preceitos e regras sobre o pagamento da Indenização, valores e cálculos até os desdobramentos sobre morte e o recebimento de cônjuges e familiares. Em seguida, “*Da garantia da Indenização*”, dos deveres do patronato e dos procedimentos com as companhias de seguros. No ponto VII que trata “*Da assistência médica, farmacêutica e hospitalar*”, as obrigatoriedades patronais eram postas:

Art. 34. Em todos os casos, o patrão é obrigado à prestação de socorros médicos o pharmaceuticos, ou, sendo cessarios, hospitalares, desde o momento do accidente.

§ 1º Quando, por falta de médico ou pharmacia, o patrão não puder prestar à victima assistência immediata, fará, si o estado da mesma o permittir, trasportá-la para o logar mais próximo em que for possível o tratamento.

§ 2º Quando o estado da victima não permittir o transporte, o patrão providenciará para que à mesma não falte a devida assistência.

Havia o ponto sobre o processo de “Perícia Médica” e do trâmite inicial do acidente, o artigo 41, por exemplo, inflige que deveria ser comunicado automaticamente – caso o acidente impeça a continuidade no trabalho do operário – pelo patrão ou pelo próprio operário a autoridade policial. Isto explica, o que se entende nos processos analisados em Rio Tinto, quando eles se dirigiam a Subdelegacia da cidade, na maioria dos inquéritos. Sobre os significados e a importância desta ordem processual, o pesquisador Eduardo Ferraz afirma:

A lei criou mecanismos para a submissão do evento à tutela pública, permitindo que qualquer pessoa fizesse a comunicação do acidente ao delegado de polícia, responsável pela elaboração do inquérito; estabeleceu a obrigação de comparecimento da autoridade no local do evento e a elaboração de auto circunstanciado; garantiu a remessa do inquérito à instância judiciária independentemente de manifestação do acidentado; garantiu a representação do trabalhador em juízo pelo Ministério Público; estabeleceu um rito sumário, impondo o dever de julgamento do processo em no máximo 12 dias; estabeleceu a responsabilidade do patrão pelo evento e o pagamento de indenização independentemente de demonstração de culpa; conferiu ao crédito decorrente da condenação patronal um caráter privilegiado; ofereceu garantias ao trabalhador contra pressões patronais ao preconizar que acordos eventualmente estabelecidos entre a vítima e o patrão não poderiam contrariar o disposto na lei quanto às indenizações; não excluiu a responsabilização criminal do patrão; obrigou o patrão a publicá-la no local de trabalho, para que

os operários tivessem consciência de seus direitos; sujeitou as seguradoras das empresas às suas regras; permitiu, pela primeira vez na História do Brasil, que patrões fossem efetivamente responsabilizados pelos acidentes.²⁶²

O uso da lei, e em específico deste artigo, é a possibilidade de adicionar um espaço de denúncia e requerimento de direito. Cabia ao Delegado de Rio Tinto, o que informava o Decreto e em específico o artigo 42:

Art. 42. A autoridade policial comparecerá, sem demora, ao lugar do accidente e ao em que se encontrar a victima, tomando as declarações desta, do patrão ou de seu representante e das testemunhas, para lavar o respectivo auto, no qual indicará:

- a) a designação e sede da empresa;
- b) o nome, qualidade e residência do patrão;
- c) o nome, qualidade, residência, salário, idade, sexo, nacionalidade, grão de instrução e estados civil da victima;
- d) o lugar preciso, hora e natureza do accidente;
- e) as circunstâncias em que se deu o accidente e a natureza dos ferimentos;
- f) os nomes e residências das testemunhas;
- g) os nomes e residências dos beneficiários da victima.

A ação judicial é tramitada na sede da tecelagem, neste caso, a Comarca de Mamanguape²⁶³ e o artigo 47 impõe que *o representante do Ministério Público é obrigado a prestar assistência judiciária gratuita à vítima*. O Decreto requeria a obrigatoriedade de o patrão fixar o regulamento em local visível aos trabalhadores, até mesmo com a tabela que define a porcentagem de pagamento para cada incapacidade ocasionado pelo acidente. Em 1927, a presença de menores em tecelagens, eram problematizadas e justificadas pelo *Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo*, especificamente nas referências aos *Código de Menores*. Na escala de produção de uma fábrica têxtil, o Centro reiterava o papel dos menores dentro do processo:

Nas primeiras seções de uma fiação de algodão - abridores, batedores, cardas, bancos grossos, finos e extra-finos – trabalham adultos, uma vez que as operações são relativamente penosas.

Nas operações posteriores, porém, a quase totalidade dos operadores é formada de menores de ambos os sexos, contando de 13 a 18 anos incompletos. Assim, nas penteadeiras, nos “rings” ou fiandeiras, nas bolandeiras, nas retorcedeiras e meadeiras – o trabalho, por muito leve, é feito por menores. Estes menores somam cerca de 60% de todo o operariado de uma fiação.²⁶⁴

²⁶²FERRAZ, Eduardo Luís Leite. **Acidentados e remediados: a lei de acidentes no trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, janeiro - julho de 2010, p. 234.

²⁶³ Cidade do qual Rio Tinto seria distrito até o ano de 1956.

²⁶⁴ CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1977. P. 414

Sobre menores aprendizes, registravam, em tom de justificativa na defesa patronal de que seus trabalhos eram “leves”:

Existem nas fiações pequenas turmas volantes compostas de menores de 13 a 14 anos. Ocupam-se no serviço, levíssimo e extremamente fácil, de retirar dos fusos as espulas cheias de fio, substituindo-as por espulas vazias. Estas pequenas operadoras são de fato aprendizes do ofício; vêm constante as suas companheiras trabalhar e no fim de um ano, em geral antes de haverem atingido os 14 anos, já conhecem o seu ofício e passam à categoria de meias-fiandeiras trabalhando com meia máquina. Como se vê do exposto, nas nossas fiações (e elas são numerosíssimas no país) não há aprendizes a título gratuito: todos os menores, qualquer que seja o seu trabalho, ganham salários mais ou menos vultuosos de acordo com a sua idade e proficiência.

Para concluir, o *Centro* faz especulações que por si só já desvelam a face de resistência patronal ao cumprimento da lei:

Si bruscamente, premidos por uma lei que tem foros de lei social, formos compelidos a licenciar os menores que trabalham em nossas fábricas, que será das indústrias nacionais que nasceram ontem e que têm feito caminho no Brasil à custa dos maiores sacrifícios? E que rumos novos poderá tomar na vida a legião de menores cujo aproveitamento se verifica hoje sem nenhuma espécie de males para a nossa economia, para a nossa raça, para a nossa sociedade? ²⁶⁵

A partir de 1935, com a promulgação do Decreto nº 24.637, em 10 julho de 1934, pelo Presidente e Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas e pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho, os processos de acidentes de trabalho eram analisados *a partir deste que atualiza o de 1919, até então em vigor. Quais os pontos de diferença entre os dois? Ao olhar inicial, o promulgado em 1934 é reorganizado em sua estrutura de artigos e parágrafos. Por exemplo, seria definido claramente o pagamento de indenização a menores ou aprendizes: Art. 11 Si a vítima for aprendiz, ou menor ocupado em trabalho que lhe seja peculiar, a respectiva diária não será inferior, para os efeitos da indenização por morte ou incapacidade permanentes, a 5\$000 (cinco mil réis).* ²⁶⁶ O Decreto de 1919, não estipulava quantia certa, mas definia que a indenização neste caso, seria pago o salário diário igual ao de um operário adulto que exerça a mesma atividade. Ainda dentro do Capítulo III – *Do salário e da indenização* – ratificava-se outro ponto crucial que seria a

²⁶⁵ CARONE, Edgard. **Op. Cit.** P. 416.

²⁶⁶ **Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/7/1934**, Página 14001 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>

incapacidade de retorno ao trabalho, ocasionando “pensão por invalidez” e as regras das Caixas de Aposentadorias e Pensões:

Parágrafo único. A pensão, no caso dêste artigo, será concedida aos herdeiros ou beneficiários independentemente dos prazos de carência em vigor na legislação das caixas de aposentadoria e pensões, ou outros que forem fixados no seguro social.

Art. 24 Em caso de incapacidade permanente e total, a indenização consistirá em soma igual ao salário de três anos, calculando-se o salário de um ano conforme prescreve o art. 10.

Art. 25 Em caso de incapacidade permanente e parcial, a indenização será equivalente à importância de 5 % a 80 % (cinco por cento a oitenta por cento) daquela a que a vítima teria direito se a incapacidade permanente fôsse total, de acordo com a tabela que expedir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a qual fixará percentagem para cada incapacidade, tendo em vista a natureza da lesão, a idade e a profissão da vítima.

Art. 26 Estando a vítima inscrita em instituição de seguro social oficialmente reconhecida, que garanta pensão por invalidez, e sendo a indenização superior a 30 % (trinta por cento) de 900 (novecentos) salários, dois terços desta reverterão a favor da instituição referida, como auxílio ao pagamento daquela pensão.

Sobre esta questão, a partir de 1933 houve a reorganização a partir da criação dos *Institutos de Aposentadoria e Pensão* – IAP’S. Em Rio Tinto, o conjunto dos inquéritos entre 1930 e 1945, em torno dos Acidentes de Trabalho, são significativos para o processo de identidade de classe.

4.1.2 As perigosas máquinas da tecelagem: As histórias de trabalhadores e trabalhadoras a partir dos acidentes de trabalho

Entre 1930 e 1935, alguns acidentes foram objetos de processos tramitados na no Fórum de Mamanguape.²⁶⁷ Luís Pedro (processo iniciado em 1930 e concluído em 1933); Salviano Moreira (processo de 1935); Manoel José de Souza (1935); Vicência Gomes (1935); Trajano Gomes de Leiros (1935); Severina Ferreira (1935); Santino Joaquim do Nascimento (1935); Rosa Francelino (1934); Raimundo de Figueiredo (1935); Plácido dos Santos (1935); Pedro Marcelino da Silva (1935); Olívia Maria (1935); Noemia Maria (1935); Marina Barbosa (1935); Manoel Targino (1935); Manoel Rodrigues (1934); Manoel José (1935); Manoel dos Santos (1935); Luís Soares (1933); Antônio Pedro dos Santos (1935); Maria Augusta (1935); Manoel José de Lima (1934); Júlio dos Santos (1934); Alzira Soares (1934).

²⁶⁷ Importante registrar que até o ano de 1956, Rio Tinto seria distrito da cidade de Mamanguape, assim, todas as ações tramitavam no Fórum desta cidade.

Tivemos acesso a 89 ações de acidentes de trabalho, entre 1930 a 1945 e isto se coloca como amostra deste painel das ocorrências. Serão três períodos e marcos pelos quais estas ações são julgadas: o Decreto 3.724, de 15 de janeiro de 1919; a segunda lei o Decreto-Lei nº 24.637, de 10 de julho de 1934 e a terceira, o Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. Como operários e o patrão - Frederico Lundgren – construíram este espaço para as relações e conflitos de classe? De que forma os operários utilizaram destes processos de indenização, para indiretamente confirmar as seções perigosas, bem como a burla da fábrica, de tentar driblar os pagamentos corretos? O que cada Decreto trouxe de novo para o acidentado? A leitura pormenorizada de cada inquérito comprova o amplo mapa de categorias, seções, do cotidiano do trabalho, das relações classistas e da presença imigrantes alemães, enquanto Chefes de Seções.

À parte, deve-se apontar outras questões subjacentes: as perigosas seções da tecelagem; o desvelamento do trabalho de menores e aprendizes na tecelagem; o trabalho feminino; o percurso da ação e quais seções ocorriam um maior número de acidentes, no período pesquisado. Há diversos pontos de similitude e de diferenças nestes inquéritos. Para tanto, o entendimento do caminho processual deve ser posto: os acidentes de trabalho eram iniciados na Delegacia de Polícia de Rio Tinto e seguia para o Fórum de Mamanguape. Cada caso possui suas peculiaridades.

Começamos em junho de 1930, quando o operário Luís Pedro que exercia a atividade de torneiro nas oficinas mecânicas (seção subsidiária da tecelagem) foi vítima de um acidente que resultou em uma perda parcial e permanente da visão. Neste, foi utilizado o artigo 19/21 do Regulamento do Decreto 13. 498 de 12 de março de 1919. O operário permaneceu 54 dias ausentes para tratamento. Obteve tratamento inicial pelo médico da Companhia Edwaldo Correia, entretanto, foi encaminhado para um Hospital na capital e permaneceu por 3 dias sendo acompanhado pelos médicos Seixas Maia e Edísio Villar. Segundo esclarecimentos feitos pela fábrica, sua versão é de que tal tratamento fora financiado pelo patrão. A homologação da ação deu-se apenas em junho de 1933, quando o valor foi estipulado em 1:235\$000 (Um conto e duzentos e trinta e cinco mil réis). A lembrar que Luiz Pedro recebia 5\$000 (Cinco contos de réis) de salário mensalmente.

As ações eram denominadas de *Inquéritos Policiais*, inicialmente acionados na Subdelegacia de Polícia de Rio Tinto. Fazia parte do processo: Portaria do Subdelegado de Polícia (de onde registrava-se a perícia de Médicos no Consultório da tecelagem); Auto de Corpo de Delito (realizado no Consultório Médico mantido pela fábrica). Outro operário

acidentado foi Severino Zacarias, no Exame de Corpo de Delito, no dia 20 de novembro de 1933, acompanhados por peritos e testemunhas, identificou-se uma lesão perigosa que ocasionaria sequelas e um possível dificuldade no retorno as atividades fabris: *“mão direita faltando os dedos indicadores e médio cortado pelas navalhas da máquina grossa de batedor”*. No Auto de Perguntas do subdelegado, Severino Zacarias respondeu: tinha 21 anos, casado, analfabeto e natural da cidade de Guarabira. Reafirmava que o fato ocorreu no turno de manhã na sessão de batedor *“quando ao limpar a máquina e botar talco, um pó branco na máquina, ouviu um estalo, ao puxar a mão direita, estava ensanguentada e faltava o dedo indicador e médio”* e de pronto foi levado para os primeiros socorros do Consultório Médico.

Foram arrolados três operários como testemunhas, o primeiro, Antônio Percílio Gomes, era natural de Recife, tinha 34 anos, casado e contramestre da Sessão de Batedor. Confirmou o depoimento e as informações prestadas pelo operário acidentado, ao tempo que afirma que alertou o perigo de colocar talco na máquina, ela estando em atividade. Afirma que Severino trabalha nesta sessão há cerca de 6 meses. A segunda, era o operário da sessão de caldas, José Dias, de 33 anos, alfabetizado e natural de Paulista. Foi Dias que levou os restos dos dedos destroçados de Severino para o Consultório, e reiterando que o operário *“foi advertido de não colocar talco na máquina em funcionamento”*. A última, Jeremias Nogueira natural da cidade Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, com 31 anos, casado, alfabetizado e operário da sessão de batedor, foi quem acompanhou o acidentado ao Consultório e *“que ouviu dizer que o Contramestre já tinha avisado a Severino para não botar talco na máquina em funcionamento”*.

As informações sobre origem geográfica, idade e sessão de trabalho/categoria são primordiais para percebermos a heterogeneidade geográfica da classe operária em Rio Tinto e suas diversas seções. Na continuação do tramite processual, o subdelegado José de Souza Carvalho, produziu um Relatório e os autos remetidos ao Juiz de Direito da Comarca de Mamanguape em 03 de dezembro de 1933. A intimação em nome de um dos diretores, o imigrante alemão Ernst Schultz, que *“pagou amigavelmente o acidente”* e de acordo com o os artigos 21, do Decreto 13. 498 de março de 1919, o operário recebeu uma indenização de 1:080\$000 – Um conto e oitenta mil réis. Um ponto deve ser posto: a tecelagem, descontou financeiramente o tempo em que o operário permaneceu fora do trabalho, que de acordo com o Auto de Sanidade *“resultou amputação dos dedos indicadores e médio da mão direita, mas não privando o ofendido para sempre de exercer o seu trabalho”*, assinado pelo subdelegado. Mesmo “mutilado”, o processo define sua capacidade ao retorno às atividades fabris, mesmo

que, existisse: a negativa da fábrica na readmissão ou a impossibilidade de manuseio e trato com qualquer máquina ou trabalho em outras seções. Apesar de pagar a indenização, a fábrica realizou desconto ao tempo que o operário foi tratado na Enfermaria da Companhia. Na conclusão, o Juiz Manoel Simplício assinou o auto, onde há a passagem em “*que o operário se declara plenamente quite e satisfeito com os seus patrões*”.

As trajetórias posteriores destes trabalhadores e trabalhadoras são inscritas no campo das probabilidades: muitos ao saírem da fábrica, não teriam mais direito à moradia na vila operária desdobrando-se em um caminho de dificuldades, que levava a migração para outros Estados, como Pernambuco.

A presença de menores trabalhando na tecelagem era fato comum, é o que revela o processo de Alzira Soares em 1934.²⁶⁸ Aprendiz de fiandeira na seção de fiação, analfabeta, tinha 11 anos de idade e natural da cidade de Montanha, no Rio Grande do Norte. O papel desempenhado pelo aprendiz, pode assim ser definido:

Uma categoria intermediária, usada apenas nas seções em que predominam tarefas que exigem uma certa habilidade técnica, é a de ajudante, as vezes também chamado de aprendiz. Este diferencia-se do profissional por que ainda não domina os conhecimentos específicos e completos da função, os quais vai aprendendo na prática, e nem a empresa o qualifica como profissional, mas exatamente como aprendiz ou ajudante.²⁶⁹

²⁶⁸ Sobre o trabalho de menores, ver: MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999; RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999; PERROT, M. **La juventud obrera. Del taller a la fábrica**. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. (Org.). História de los jóvenes II: la edad contemporánea. Trad. de María Barberán. Madrid: Taurus, 1996; PEREIRA, C. J. **A cidade, a fábrica e a juventude: a mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças “Santo Eugênio” e o contexto industrial de São José dos Campos-SP (1921-1973)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; MOURA, E. B. B. **Por que as crianças?** In: CARVALHO, C. H.; MOURA, E. B. B.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.13-48; MOURA, E. B. B. **Meninas no mundo do trabalho: uma discussão necessária**. In: SAMARA, E. M. (Org.). Trabalho feminino e cidadania. São Paulo: Humanitas, 2000 e MOURA, E. B. B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.

²⁶⁹ PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 71. De diversas pesquisas sobre o trabalho feminino em fábricas têxteis do início do século XX à 1930, podemos destacar: LIMA, Junia de Sousa. **De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 – 1930)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. 2009; PIRES, Isabelle Cristina da Silva. **Gênero e trabalho em fábricas de tecidos: o caso da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança**. Revista Cantareira, edição 24 / Jan-jun., 2016. Dossiê História e Gênero.

Alzira manuseava a máquina de número 29 e o acidente deu-se no momento em que tirava algodão da máquina, errou o local e inseriu a mão na engrenagem o que ocasionou o corte de uma falange do dedo indicador da mão esquerda. O chefe da seção de Fiação, a qual era subordinada, o imigrante alemão Augusto Wisselmann confirmava em depoimento que o acidente ocorreu em 06 de dezembro às 12h45m. Duas testemunhas foram arroladas: Severino Almeida, de 28 anos, natural de Bananeiras, na Paraíba, confirma que a operária colocou a mão na engrenagem; a segunda Amara Pereira, de 16 anos que também trabalhava na mesma seção de Alzira, assim como Severino Almeida era natural de Bananeiras. Na conclusão dos depoimentos, foi remetido notificação ao representante legal da tecelagem, Ernst Schulz. Ao seguimento, realizou-se o *Auto de Exame Médico Legal*, em 08 de dezembro de 1934, no Consultório Médico e entre as diversas observações, ressalta-se a pergunta 4º: Há probabilidade de volta ao trabalho? A negativa da resposta nos leva a pensar os desdobramentos no cotidiano e nas condições de possibilidades em inserções em outros exercícios de trabalho. No *Auto de Exame de Sanidade* é registrado o reestabelecimento e “o pagamento amigável da indenização” em 10 de janeiro de 1935, no valor de 208\$000 – duzentos e oitenta e três mil e duzentos e duzentos réis. Esta Ação Cível – Inquérito sobre Acidente no Trabalho, já foi ordenado pelo Decreto 24.637 de 10 de julho de 1934.

Ao possuir 11 anos, a direção da tecelagem descumpria o que ditava um dos artigos do Decreto Nº 22.042 de 3 de novembro de 1932, sobre o trabalho de menores: “*Art. 1º E' vedado na indústria, em geral, o trabalho de menores que não haviam completado a idade de 14 anos.*” Na sequência destacava outros dois artigos igualmente importantes, especialmente para lermos alguns casos de acidentes com menores, que termina por revelar a burla e resistência da tecelagem no cumprimento do Decreto:

Art. 3º: Não estão compreendidos na proibição estabelecida no art. 1º os menores de 12 a 14 anos que forem ocupados:

a) nos estabelecimentos em que estejam empregadas pessoas de uma só família, sob a autoridade de pais, avós ou irmão mais velho.

Art. 8º: E' proibido o trabalho noturno de menores de 14 a 18 anos de idade, compreendido como tal o exercitado de 22 às 5 horas.²⁷⁰

O Ministro Lindolfo Collor, ao apresentar justificativa de ordenamento deste Decreto, lançava mão de citações e passagens sobre o trabalho de menores de 14 anos: no

²⁷⁰ Decreto Nº 22.042 de 3 de novembro de 1932 – Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/1932, Página 20308 (Publicação Original).

Código de Menores do Brasil, nos escritos do Professor Roth apresentado no *Congresso de Higiene e Demografia* (ocorrido em Budapeste, na Hungria em 1925); na obra *La Belgique Moderne* de Henti Charriot (sobre o trabalho de menores fábricas e usinas) e nas referências postas em 1919 na *I Conferência Internacional do Trabalho*, realizada em Washington, Estados Unidos. Para o Ministro, este seria “*mais um importante capítulo da obra de legislação social*” que submetia ao Presidente Getúlio Vargas.²⁷¹

Três outros casos ocorridos em 1935, são de: Noêmia Maria, menor com 13 anos de idade, analfabeta, trabalhava na seção de fiação, como carregadeira de camada. Era ajudante de fiandeira, quando machucou o dedo indicador da mão direita ao manusear uma máquina de fiar n.68. O chefe de seção Augusto Wasserman, junto com as testemunhas, João Ferreira Amorim, 43 anos, mestre de fiação, estavam na seção de fiação e confirmam o acidente. Já José Antônio, outro menor de 16 anos, ressalta: “*a operária estava brincando, botando e tirando o dedo na engrenagem da máquina de fiar n. 68*”. Percebe-se que não havia cuidados com a presença destes menores ao lado de maquinário perigoso de manuseio. Noêmia recebe uma indenização de 22\$000 mil réis, pois, seu salário de 1\$100Réis e o ganhava por dia. Outro acidente envolvendo menor aprendiz, ocorreu na Seção de Preparação com Olivia Maria que tinha 13 anos de idade. Trabalhava na máquina de enrolador e ao inserir um carreto na máquina, feriu o dedo. O chefe da seção, Guilherme Klostermann informa que a menor recebia por dia 1 mil 600 Réis, como enroladeira de fios e que o contramestre confirmou o acidente. Assim como a indenização de Noêmia, recebe um valor total de 220 mil e 300 réis. Já o caso de Marina Barboza menor de 15 anos de idade, natural de Natal no Rio Grande do Norte, analfabeta, tecelã na Seção de Tecelagem recebia salário de 2 mil Réis, trabalhava em uma máquina “gaiola” quando saltou uma “lançadeira” da máquina vizinha, atingindo seu olho direito. Levada, como de costume, ao consultório médico onde diante da gravidade e urgência foi conduzida a um Hospital em João Pessoa. O chefe de seção, o imigrante alemão Hans Fastenrath, confirmou o acidente e ao contrário dos casos anteriores, a operária recebe a indenização de 882 mil Réis, pois, sua córnea foi perfurada ocasionando a diminuição severa de sua visão.

O processo de Júlio Santos, do mesmo modo, desvela as denúncias imbricadas por trás destas ações. Operário da seção de tinturaria, natural da cidade de Pilar, Alagoas, 26 anos, alfabetizado e casado, em 27 de setembro de 1934 trabalhava na seção de tinturaria, como

²⁷¹ COLLOR, Lindolfo. **Exposição que justificou o Decreto Nº 22.042, de 03 de novembro de 1932**. In: *Origens da legislação trabalhista. Organização e introdução de Mário de Almeida Lima*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991. P. 163-168.

maquinista de tingimento. Quando ao tempo em que preparava o tingimento, um carro de bobina caiu do guindaste ocasionando uma fratura no braço direito e ferimentos na face. Ernik Zalm²⁷², foi acionado enquanto representante da tecelagem na ação, era mais um dos imigrantes alemães presentes nos quadros da tecelagem. Confirmava o relato do acidente e que logo depois, foi conduzido para os primeiros socorros no Consultório Médico, para em seguida ser transferido para um hospital da capital. Duas testemunhas foram alistadas: Severino Gomes, 20 anos, analfabeto, de Mamanguape, igualmente, confirma o ocorrido e Joaquim – com 22 anos, solteiro, natural de Baía Formosa – RN -analfabeto, confirma o acidente e relata que o operário acidentado recebe 4 mil e 500 réis. Na sequência, a conclusão dos depoimentos é notificado Ernst Schulz, um dos diretores da fábrica. Aos autos do processo foram adicionados o laudo do Hospital de Pronto Socorro em João Pessoa, onde há o registro de perda total do braço do operário Júlio dos Santos. O Promotor Público, representante legal do operário pede pagamento de indenização. Importante demarcar que neste processo, o Decreto 24.637 de 10/07/1934, ainda não havia sido regulamentado o que o Juiz de Direito, Manoel Simplício Paiva, seguiu a lei em vigor, ou seja, o Decreto 13. 498 de 12/03/1919. A indenização ganha pelo operário foi de 2 contos e vinte cinco mil réis (2:025 \$ 00) foi paga pela fábrica em 28 de janeiro de 1935.

Para cada caso de Ação Civil de Acidente, os trabalhadores e trabalhadoras mostravam a periculosidade do manuseio diário com determinadas máquinas. Também, por meio do uso da lei, derrotavam o patrão que recorrentemente nas ações indenizava-os. A leitura que deve ser feita é que os processos indenizatórios significavam mais um ponto no processo de que a lei deveria ser usada contra os mandatários da tecelagem. Por detrás disto estava o processo de luta por direitos da classe.

Existiam diversos graus de sequelas para o operariado acidentado: de pequenos machucões até a amputação de membros culminando com a total indisponibilidade de retorno ao trabalho. Isto, desembocava em um problema que já pontuado anteriormente: a questão da moradia na Vila Operária, pois, só poderia permanecer nas casas o operário que estivesse contratado pela tecelagem. Logo, os acidentes faziam parte de um mosaico de questões e de desdobramentos prejudiciais ao trabalhador.

As seções eram diversas onde ocorriam os acidentes, seja dentro ou fora da fábrica. É o que revela o caso de Manoel José de Lima, que trabalhava no transporte de lenhas em uma sessão. Em 27 de março de 1934, o operário que era natural de Bananeiras, brejo paraibano,

²⁷² Tinha 41 anos, casado, natural de Langenbrettach, Estado de Baden- Württemberg – capital Stuttgart.

com 22 anos de idade, solteiro e alfabetizado, disse no *Auto de Perguntas* realizados no Consultório Médico, após o acidente: que estava trabalhando no serviço de transporte de lenhas quando o carro – com bastante velocidade – colidiu com ele e acabou esmagando o dedo grande do pé direito. Manoel ganhava 2 mil e 500 Réis por dia, portanto, era operário que recebia por ganho, por dia trabalhado.

O Chefe da seção 9 A, onde trabalhava era Frederico Conrado - imigrante alemão, como todo corpo técnico e dirigente da tecelagem. Na Subdelegacia de Polícia de Rio Tinto, logo, aos tramites iniciais processuais, foram arroladas três testemunhas: Mário Remígio, com 19 anos e que trabalhava na mesma seção e confirma que o acidentado tinha a função de empurrar carros carregados de lenha, quando as rodas passaram por cima do seu dedo. As outras duas testemunhas confirmam o ocorrido: Justino Francisco, 21 anos, solteiro, analfabeto, natural de Duas Estradas, Paraíba e operário do serviço de transporte de lenha; Antônio José do Nascimento, 21 anos, solteiro natural de Pilar, Paraíba, igualmente transporta lenha em troles. No Relatório produzido pelo subdelegado em 10 de abril de 1934, conclui-se “*das investigações que procedi ficou provado ter sido um acidente no trabalho o referido desastre*”.

O Promotor Público da Comarca de Mamanguape era o representante legal do operário. Este, foi procurado pela Companhia para liquidar “amigavelmente” com o valor de Trezentos e sete mil e quinhentos réis (3017 \$ 500). Arquivado em 15 de maio, o processo reitera que houve plena satisfação ao pagamento, por parte do operário. Este processo foi julgado sob a Lei de 1919 e interpretado também pelo artigo 927 do Código de Processo Civil da Paraíba.

O processo e a distribuição por categorias das mulheres operárias da tecelagem, eram múltiplos. De acordo com o estudo de Jessita Martins sobre tecelãs em São Paulo entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, identificamos as categorias pelos quais as mulheres operárias eram postas em fábrica de tecidos. Isto, verifica-se em ponto de similitude, a partir da leitura dos processos, aqui analisados. Assim sendo, o trabalho feminino inicia-se como aprendiz desempenhando as funções de: fiandeira, tecelã, maquinista, espuladeira, cerzideira, limpeza, serviços diversos, maçarqueira, controladora, passadeira, urdideira, encarregada, trameira, liço e roleira.²⁷³

²⁷³ RODRIGUES, Jessita. M. **A Mulher Operária - Um Estudo sobre Tecelãs**. São Paulo, Hucitec, 1980. P.107. Para um melhor entendimento de termos próprios do mundo têxtil, ver: Casa Aruta, Francisco. **Diccionario de la Industria Textil**. Barcelona – España: Labor 1969. Edición: 1a. ed. Descripción: 796 páginas e COSTA, Manuel Pinto da. **Glossário de termos têxteis e afins**. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Patrimônio.

É importante elucidar sobre o processo produtivo em uma fábrica têxtil, e em específico, como a de Rio Tinto, a saber, respectivamente, Fiação, Tecelagem, Beneficiamento:

A Fiação subdivide-se em Preparação à Fiação – abridores, batedores, cardas (limpeza e paralelização), passadores e maçarqueira (paralelização e estiramento) para fios cardados, e penteadeiras, para fios penteados (eliminação das fibras mais curtas, homogeneização) e Fiação propriamente dita, em que as fibras são transformadas, nos filatórios, em fios contínuos de diâmetro (titulagem) determinado. A Tecelagem subdivide-se em Preparação à Tecelagem – conicaleiras (enrolamento dos fios em bobinas maiores e de maior capacidade), urdimento (preparação do rolo de entrada no tear), engomamento, espuladeira (preparação da espula, rolinho de fios que entra na lançadeira do tear convencional), remetação (montagem dos fios do urdimento no quadro de liços do tear) e Tecelagem propriamente dita. O Acabamento subdivide-se, por sua vez, em operações de beneficiamento – mercerização, alvejamento do tecido cru, tinturaria, secagem, estamparia, vaporização e Acabamento propriamente dito, onde são aplicados tratamentos especiais com o objetivo de, por exemplo, fixar a largura definitiva do tecido, dar-lhe características de impermeabilização, pré-encolhimento etc.²⁷⁴

Adicionadas a estas seções, somam-se as seções subsidiárias que realizavam suporte ao funcionamento do maquinário, a exemplo da Oficina Mecânica e Usina Elétrica. Igualmente, os escriturários, os trabalhadores da administração, da seção de serraria, olaria e dos trabalhadores que gravitavam em torno do Porto de Salema com os batelões. Nestas seções, da oficina, usina, serraria, olaria, não há registros de presença feminina.

Trabalhando como fiandeira da seção de fiação, natural de Guarabira, na Paraíba, alfabetizada e com 29 anos de idade, Maria da Luz recebia um salário de 2\$500 (Dois mil e quinhentos réis) e foi mais uma vítima das máquinas da tecelagem. Em 28 de junho de 1934, ao realizar a limpeza da máquina de fiar, que estava funcionando ocasionou que sua mão direita fosse alcançada por mecanismo interno e esmagando o dedo anular e mínimo. De pronto, foi levada ao Consultório Médico e Augusto Wasserman, chefe da seção de fiação, destacou que o acidente aconteceu, pois, a tecelã *“limpou a máquina em funcionamento”*. Desta fala, interpretamos a tentativa da fábrica se isentar do “erro” cometido pela operária. No *Exame de Sanidade* em 13 de agosto de 1934, algumas questões: *A paciente estar apta para o serviço ativo? Encontra-se curada das lesões que sofreu?* Praticamente um mês depois não havia cicatrizado e solicitava-se a prorrogação de mais 30 dias para o pronto restabelecimento. Também, informava-se que a operária não estava apta para o retorno ao trabalho e afetada com

Porto, 2004. I Série vol. III, pp. 137-161. Dos processos lidos, não há a presença de mulheres, mestres e/ou contramestres em Rio Tinto e menos ainda em Chefes de Seção.

²⁷⁴ PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 50.

incapacidade parcial, a fábrica paga a indenização no dia 28 de junho com o valor de 637\$500 (seiscentos e trinta e sete mil réis).

Ainda em 1934, dois outros processos são registrados de Rosa Francelino e Manuel Maria do Nascimento. Rosa Francelino, tinha 34 anos de idade, natural da capital paraibana, solteira, analfabeta, trabalhava na seção de preparação. Seu acidente é similar ao de Maria da Luz, porquanto, ao limpar a máquina cruzadeira em funcionamento, acabou esmagando a ponta do dedo da mão direita. O procedimento comum era o encaminhamento urgentemente para o Consultório Médico pelo chefe da seção preparação de tecidos do acidentado Hans Fastenrath,²⁷⁵ com vistas aos primeiros socorros. Duas testemunhas foram arroladas: Luiz Campina com 47 anos, natural de Guarabira, Paraíba, solteiro, analfabeto, trabalhava por produção e Sabino Batista, 35 anos, natural de Mamanguape, Paraíba e alfabetizado. Ambas confirmam o relato do acidente e o *Auto de Exame Médico Legal*, realizado no Consultório Médico, reitera-se a possibilidade de retorno a profissão ou inserção em outra categoria dentro da tecelagem. Reestabelecida, recebe indenização de 145\$000 (Cento e quarenta e cinco mil e duzentos réis), por meio do representante legal da fábrica, Ernst Schultz.

A ação de Manuel Maria do Nascimento revela uma seção subsidiária e de apoio na manutenção da fábrica e da vila operária: olaria e serralha. E ao lado desta possuía a seção de mecânica para o conserto do maquinário fabril. Muitos trabalhadores estavam inseridos nestas seções, revelando a heterogeneidade de categorias da tecelagem. Manuel, era pedreiro na seção de construção, tinha 36 anos de idade, casado, analfabeto, natural de Mamanguape e recebia 5 mil réis de salário. O acidente ocorreu 16 de setembro de 1934, quando trabalhava na seção 6 e a escada onde estava deslizou ocasionando uma queda que levou a uma fratura no braço, deslocamento da mão direita e ferimento perto dos olhos. O chefe da seção Guilherme Jacob²⁷⁶ presenciou o acidente levando-o ao consultório e logo em seguida ao Hospital da capital. Mais uma vez a fábrica cumpria e pagava a indenização requerida. O Decreto de 1934, em seu capítulo IV, artigo 32, parágrafo 2º – *Da assistência médica, farmacêutica e hospitalar*:

Art. 32 A vítima, salvo impossibilidade absoluta, é obrigada a comunicar o acidente, no mesmo dia, ao empregador, e a submeter-se ao tratamento que lhe fôr proporcionado, constituindo culpa a inobservância do disposto neste artigo, para os efeitos do seu § 1.

§ 1º Não será considerada como consequência do acidente a agravação da lesão ou enfermidade, ou a morte, se provocada por culpa exclusiva ou dolo da vítima.

²⁷⁵ Com 41 anos era natural da cidade de Herford – distrito de Detmold, Estado da Renânia do Norte-Vestfália.

²⁷⁶ Com 37 anos de idade, casado, era natural de Berlim, Alemanha.

§ 2º Quando por falta de médico ou farmacêutico ou de enfermeiro devidamente habilitado, não puder prestar à vítima assistência imediata, o empregador fará, se o estado dela permitir, transportá-la para o local mais próximo e onde seja possível o tratamento.

§ 3º Si o estado da vítima não permitir o seu transporte, providenciará o empregador no sentido de não lhe faltar a necessária assistência.

Existia recorrentemente a presença de menores e ou aprendizes no chão da fábrica. Casos anteriores somam-se ao de Maria Augusta que com 15 anos trabalhava na Seção de Preparação, quando foi vítima de acidente em 21 de maio de 1935. *No Auto de Acidente*, realizado no Consultório Médico, assegura que desempenhava a função de aprendiz de enrolador de fios, enroladeira e que as 8hs da manhã trabalhava numa máquina de enrolador e ao tirar uma bombina, sua mão esquerda e os dois dedos foram feridos. O chefe da seção, Guilherme Klosterman acrescenta que ela estava baixando uma corrente na dita máquina, quando se acidentou. Maria Augusta recebia salário de 1 mil Réis e no processo, teve como testemunhas Severino Casimiro e Severino de Paulo Araújo que presenciaram o acidente. Da série de processos pesquisados, este seria o primeiro a ser julgado a partir do Decreto 24.637 de 01 de julho de 1934. Na audiência conduzida pelo Juiz Manoel Simplício Paiva, foi estabelecido a um dos diretores da tecelagem e representante legal Eduardo Alencar Ferreira o pagamento de indenização. Para tanto, citava-se o art. 27 em referência a incapacidade temporária e total, para o pagamento de indenização de dois terços do salário recebido, de 19:950 dezenove mil e novecentos e oitenta réis. No recibo, com data de 17 de julho de 1935, registrava-se que a operária ganhava por dia de produção, como aprendiz, ajudante, portanto, uma diária de 1 \$ 000.

De 1935 a 1945, diferentes acidentes foram registrados. Caso acontecido com Manoel dos Santos em 24 de agosto de 1935, na Seção de Fiação. Manoel tinha 14 anos de idade, logo, era menor, analfabeto e ganhava 1 mil réis por dia como carregador na seção de fiação. O acidente deu-se na máquina fiadeira n. 68, ao colocar o dedo na roda machucando o dedo indicador da mão esquerda. O aprendiz ressaltava nos autos que não trabalhava na máquina e sim na mesma sala como ajuntador de camada, declarando que “*ninguém foi culpado pelo acidente*”. O chefe Augusto Wassermann estava no escritório quando foi informado do acidente, e viu o dedo esmagado do menor. Para Wassermann, o menor informou que “*brincava na máquina*”. No *Auto de Acidente de Trabalho* as testemunhas, Manoel Ramos - contramestre da seção - confirma o ocorrido e João Ferreira Amorim “*que tendo este operário por brincadeira colocado o dedo na máquina fiadeira n. 68*”; O Oficial de Justiça notifica para a

audiência, a mãe do menor Virtuosa Francisca, que trabalhava na seção de fiação. É ela que leva o menor na sala do chefe da seção. Ao fim, é pago a Indenização: 25% sobre o salário diário de três anos, de 1mil réis diários, citação ao artigo 25 da Lei com um valor total de 225 mil réis. No recibo, constava: valor do salário como carreador de camadas, indenização calculada com base no art. 27 da Lei de 1934, porém, com uso da tabela da Lei de 1919 e amputação da falange da mão esquerda do dedo indicador.

Em 1935, já existia a *Inspetoria Regional* do Ministério do Trabalho em João Pessoa, exercido por Dustan Miranda. Manoel José, outro acidentado, tinha 37 anos, casado e alfabetizado, trabalhava transportando rolos de ferro/fio e pau da seção de engomadeira para a seção de tecelagem geral. O operário reafirma um ponto singular e que não aparece em outros inquéritos:

Que não chegou a levar ao conhecimento do Subdelegado local, fato em apreço, tendo ido direto no Ministério do Trabalho, na capital, deste Estado, que perante ao Ministro ou Inspetor Regional daquela repartição, confessou que não levou ao conhecimento da autoridade, porque reconhecia que por aquela autoridade não era atendido.

Assim, verificamos que em determinados momentos, as autoridades policiais eram favoráveis à tecelagem. Em seguida, confirmava que a fábrica não havia pago devidamente suas férias, revelando que sua busca na *Inspetoria* seria para a deliberação desta questão. Denota consciência de luta por direito ao não buscar a autoridade policial de Rio Tinto é o que em seguida, reafirma:

Que tendo se desempregado da referida fábrica, foi pedir ao ex-cogerente, seu “Lorenz”, as suas férias e contas, tendo sido atendido nas contas atrasadas e não nas férias, que as “férias” a que se refere e que tem direito todos os operários a receber de ano em ano, numa porcentagem pelo ordenado, a qual não sabe de quantos por cento e essas férias do ano passado, todos os demais operários receberam, menos ele respondente. Que as pessoas que assistiram ou viram quando ele respondente sofreu o acidente em apreço foi os srs. José Guedes, Lisboa, Francisco de tal (...). Que muitas outras pessoas sofrem também do referido acidente.²⁷⁷

O teor denunciativo do operário ia além do fator acidente, desembocando e aproveitando para expor as burlas da fábrica nos respectivos direitos operários. Na *Assentada*

²⁷⁷ **Auto de perguntas feitas ao operário Manoel José.** 03 de junho de 1935. Ação por acidente no trabalho. Juízo de Direito da Comarca de Mamanguape. Operário acidentado: Manoel José. Patrão: Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto. 1935, Nº 6. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba.

do processo, na Delegacia de Rio Tinto, foram ouvidas as testemunhas: José Lopes, 32 anos, trabalhava com o operário acidentado carregando rolos de fio da seção engomadeira para a tecelagem em um carro. Este, registra que o operário lhe mostrou uma “glândula” que foi ocasionado pelo rolo que o pegou e que passou dias trabalhando com isso. A segunda testemunha, Francisco Silva, 36 anos, confirma que Manoel José expôs que havia sofrido um acidente. A terceira, José Domingos do Nascimento diz que Manoel José “*foi expulso de onde trabalhava.*”. Na sequência foi ouvido, do mesmo modo, o imigrante alemão e chefe da seção Heinrich Lorenz. Lorenz, logo, era portador da defesa do patrão, admite os relatos das testemunhas, contudo, assegura que o operário “desobedeceu” a uma ordem sua e foi suspenso por oito dias. Após o prazo estabelecido pela fábrica, Manoel José não se apresentou e foi substituído por outro trabalhador. Segundo Lorenz, posteriormente oferecido outro “espaço de trabalho”, o que não foi aceito. Ao tempo que Manoel José pede demissão e requer pagamento de férias, o que é lhe é negado. Lorenz, diz que não era permitido pela “lei” e não lembrava que se tinha sido pago as férias anteriores ao operário. Na *Audiência Especial*, ocorrida em 12 de junho, com a presença do Juiz Manoel Simplicio Paiva²⁷⁸ o Promotor Antônio Barboza da Cunha e Eduardo de Alencar Ferreira (representante e um dos Diretores da Tecelagem), registra-se a ausência do operário, pois, “*não foi encontrado para ser citado*”. Deste modo, o Promotor, seu representante legal, requer adiamento da audiência, já que o operário se encontra ausente o que fere a lei, ao que é acolhido de pronto pelo Juiz. Desta feita, o Oficial de Justiça consegue intimar o operário e em nova audiência, no dia 17 de junho com a presença de Manoel José, foi liquidado o acordo, a partir do art. 54 do Decreto de 1934, com a quantia de 200 mil Réis.

Das seções dentro da fábrica de tecidos, seguimos para as seções subsidiárias, de onde registraram-se muitos acidentes. Foi o caso de Manoel Targino, 23 anos, natural de Rio Grande do Norte, residente em Jaraguá (região fora do perímetro urbano de Rio Tinto) que exercia o cargo de batelãoeiro, no transporte de madeira e recebia um salário diário de 5 mil Réis. Ocorrido em 22 de novembro de 1935, o acidente deu-se no porto da fábrica, no momento em que tirava de dentro da água o ferro do batelão²⁷⁹ este alcançou um dos seus dedos. Para o historiador José Octávio, tendo por base, Raul de Góes, Celso Mariz, João Batista Barbosa e

²⁷⁸ Segundo estudo do Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, sobre a história da justiça em Mamanguape, o juiz Manoel Simplicio exercia desde 1927 este cargo. ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape**. João Pessoa: Edições do TJPB, 2011. 183 p. 93-94.

²⁷⁹ Barçaça de madeira, de fundo chato, usada pela fábrica para diversos fins, desde transporte de cargas até passeios de lazer com os trabalhadores.

Adailton Costa, o transporte fluvial era de fato, caminho preferencial para a chegada de variados produtos:

Articulado com outro do mesmo tipo, existente em Paulista, o ancoradouro rio-tintense regorgitou de movimento nos “áureos tempos” da vila. Os tecidos não eram estocados aí, mas, em compensação galões de óleo, gasolina e lubrificantes, esparramavam-se pelo molhe, já que as barcas da Companhia, incumbidas do transporte de máquinas, equipamentos e tecidos, chegaram a revestir-se de tipo moderno, assemelhado a lanchões. Ao lado desses, subsistiam embarcações de menor porte. Mas foi graças aqueles e não a essas que, para enfrentar os azares da Guerra, a CTRT estocaria enormes quantidades de óleo diesel para os motores, gasolina para os caminhões e tintas para os tingimentos.²⁸⁰

Conduzido ao consultório médico foi procedido à amputação de uma falange de seu dedo. Na sequência o chefe da seção 7, Ernest Graff ao lado das testemunhas Manoel do Nascimento e Alfredo Batista confirmam o relato do operário. Na Audiência foi acordado a indenização ao barqueiro, de acordo com a tabela do Decreto de 1934, a quantia de 225 mil Réis e levava-se em conta, a idade, a lesão e a categoria no cálculo da indenização.

Outros processos similares existem, tais como o de Pedro Marcelino da Silva que com 18 anos, residente em Marcação, analfabeto, recebia por dia um salário de três mil réis, era cortador de lenha na seção 7. O acidente deu-se quando estava cortando lenha e o machado atingiu seu pé. Na sequência, temos o de Santino Joaquim do Nascimento, com 30 anos, casado, exercia a função de batelãoseiro, que o acidente se deu quando tirava o mastro do batelão. A testemunha foi Manoel Targino – que já havia tido acidente de trabalho exercendo esta mesma função. Outro caso foi o de Raimundo de Figueiredo, com 47 anos quando conduzia um carro para a seção de serraria e feriu a mão. Apolônio Gomes de Arruda, 58 anos era o representante e chefe da seção 4. O operário ganhava por dia e sua indenização foi no valor de 35 mil e 800 réis. Outro, desta vez da seção de fundição, como ajudante de modelador foi o operário de 45 anos, Trajano Gomes de Leiros. Notar a idade elevada dos trabalhadores destas seções.

Operários como Pedro Marcelino, Santino Joaquim, Raimundo de Figueiredo e Trajano Gomes, faziam parte do que a Companhia em Paulista chamava de “*folha amarela*”. Ou seja, trabalhadores contratados para seções subsidiárias, como o corte e transporte de lenha, como evidencia a pesquisa de José Sérgio Leite Lopes:

²⁸⁰ MELLO, José Octávio de A. **Arqueologia industrial e o cotidiano em Rio Tinto**. In: PANET, Amélia; et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002, p 80-81.

A *folha amarela*, categoria corrente utilizada pelos trabalhadores, era assim um operador importante na diferenciação interna dos operários de Paulista, persistindo até nos anos 60. A própria *companhia*, nos seus relatórios anuais aos acionistas, indica a importância destes trabalhos extra-fabris em que vigorava a organização do trabalho mediada por empreiteiros – embora ela não mencione por escrito, como na carta pré-citada ao CIFTA, e ainda mais publicamente -, que utiliza o trabalho pelo expediente da *folha amarela*. São muito mencionados os trabalhos de corte de lenha para as caldeiras, nas plantações de eucaliptos, nas obras de dragagem e saneamento de terrenos alagadiços.²⁸¹

Do ano de 1935 ainda podemos elencar os seguintes inquéritos: Severina Ferreira (18 anos, analfabeta, acidente na seção de fiação); Vicência Gomes (20 anos, seção de fiação); Manoel José de Sousa (operário do almoxarifado geral, cujo chefe da seção almoxarifado seria Josef Waceter) e Plácido dos Santos. Este último, era contramestre da seção de tecelagem e recebia um salário de 6 mil e 500 réis. No *Auto de Acidente*, João Krugt - natural de Berlim - o Mestre de Tecelagem, registra que o operário consertava uma correia de tear de uma máquina, quando ocorreu uma fratura na perna, sendo levado ao consultório médico e depois ao Hospital da capital. Dos casos analisados, verifica-se a particularidade: o operário faleceu no dia 19 de novembro passando 7 dias no Hospital de Pronto Socorro de João pessoa. Foi admitido na Companhia em 1931, era casado há cerca de 6 meses com Maria das Neves Dias, não havendo filhos, porém, sua esposa estava grávida de 6 meses. Na indenização, ficou estabelecido que metade deveria ser entregue a esposa e outra depositada na Caixa Econômica Federal em nome do nascituro. Em *memorandum* da Chefatura de Polícia em 19 de novembro de 1935, o delegado da capital remete ao proprietário da funerária, para que orce em 200 mil réis e que seria de responsabilidade da Fábrica Rio Tinto.

Do ano de 1936²⁸² registra-se os acidentes dos seguintes trabalhadores: Sebastião Trajano (operário da seção de fiação, menor com 14 anos de idade, fiandeiro); Ricardo Francisco (foguista, acidente quando colocava lenha em uma fornalha na Seção de Usina, cujo Chefe era Heinrich Dieckmann, 38 anos, mecânico, imigrante alemão natural de Hamburgo); Maria Francisco (seção de fiação, máquina penteadeira n. 18) e Sarah Ferreira (seção de fiação, máquina de enrolador n. 8). No ano seguinte, 1937: Pedro Luiz (operário da Seção 6 de Construção, Chefe da seção Guilherme Jacob, 38 anos natural de Berlim); Pedro Lisboa (seção

²⁸¹ LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. São Paulo: Marco Zero: Editora Universidade de Brasília em coedição com MCT/CNPq, 1988. P. 64.

²⁸² Importante registrar que de acordo com a leitura atenta dos processos, verifica-se que em 1936, Apolônio Gomes de Arruda, exercia o cargo de 1º suplente de subdelegado de Polícia em Rio Tinto. Apolônio era funcionário de extrema confiança da família Lundgren, tendo iniciado nos anos 1910 na Companhia de Tecidos Paulista. Foi o responsável pela organização da instalação da tecelagem Rio Tinto, em 1917.

Usina elétrica central); Joaquim Alves (seção de tecelagem, sala progresso); Manoel Fernandes (cortador de lenha); Manoel Paulino (acidente na seção usina elétrica, quando transportava lenha do campo para a caldeira); Manoel Soares (operário na seção de oficina, ganho por dia, cujo Chefe da 5 seção era Enrico Jahú, 40 anos, imigrante alemão); Maria das Neves (menor na seção de tecelagem, com 13 anos de idade, ganho semanal, Rudolf Jourdair, representante da fábrica); Samuel Cajé do Nascimento (45 anos, trabalhava na seção 2 Tijoleira, nos serviços carregando barro para fazer tijolo e telha, ganho diário de 4 mil e 200 réis); Severino de Melo (seção de fiação, acidente com o dedo quando trabalhava no banco n.4, salário por produção, diário); Manoel Ribeiro (menor com 17 anos de idade, alfabetizado, acidente com esmagamento de polegar direito ao limpar máquina - chefe da seção, Augusto Wassermann, natural de Salzdetfurth cidade distrito de Hildesheim, estado de Baixa Saxônia); Maria Medeiros (fiandeira, menor na seção de fiação, com 16 anos de idade, acidente deu-se ao limpar a máquina de fiar n. 64, o que levou à perda de três falanges da mão direita. Nos autos da audiência de pagamento da indenização, o Promotor Público reiterou que a acidentada foi afastada do trabalho ao que *“tendo-se em vista que, pobre como é a mesma, precisa necessariamente, efetuar algumas compras de fazendas e calçados para si e sua genitora, além da manutenção, achando-se como se acha privada do trabalho em virtude do acidente”* e o depósito seria feito em Caderneta de Poupança); Regino Vieira (seção de tecelagem, ferido no nariz, contra mestre de tecelagem, 44 anos - geralmente a idade dos contramestres eram a partir de 35 anos - uma laçadeira saltou e atingiu o nariz) e Manoel Batista Marinho (35 anos, seção de preparação, máquina engomadeira, Joao Machado de Oliveira chefe da seção de preparação, ferimento nas partes íntimas).

Já em 1938, somam-se mais ações ocorridas em variadas categorias e seções, a saber: José Luiz (38 anos analfabeto, Seção B pedreiro, acidente quando enchia uma caixa de cimento, trabalhando por diária); Manoel Luiz (Machadeiro da Seção 7 de Corte de lenha do mangue, analfabeto, 22 anos, o machado atingiu seu pé, trabalhava por produção, cortando 4 a 5 metros de lenha por dia. Guilherme Jacob representante e chefe da Seção); Manoel Vicente (trabalhava na Martinica enchendo um carro com lenha, trabalhador no corte de lenha natural, analfabeto); Maria José (seção de fiação, penteadeira, trabalhava na máquina laminadeira 2, Chefe da Seção Augusto Wassermann); Olímpio Gomes (20 anos, analfabeto, trabalhava no corte de lenha, seção de corte de lenha da Martinica); Paulo Bandeira da Silva (trabalhava no batelãozeiro, ganho de salário por dia, trabalhando por produção, acidente quando transportava lenha do Porto do Brejinho. Brejinho é uma aldeia pertencente as terras dos potiguaras, inserido na época

do distrito de Marcação, pertencente a Mamanguape.²⁸³ Guilherme Jacob, Chefe da Seção de corte de Lenha, seção 7, natural de Berlim com 40 anos); Pedro Damião da Silva (Seção de Fiação, penteador); Pedro Francisco (machadeiro, analfabeto, com 29 anos, serviço de corte de lenha, no lugar Tramataia, Aldeia Potiguara, o que confirma que muitos índios e agricultores eram convertidos em trabalhadores de seções subsidiárias da fábrica, o machado escorregou da mão e atingiu o pé. Guilherme Jacob era chefe da seção); Pedro Guedes (caiador na seção de construção, 56 anos “sabendo assinar o nome”, Chefe da seção seria Guilherme Jacob); Severino José do Nascimento (“jornaleiro” trabalhava por produção, salário por dia, no corte de lenha em Martinica, alfabetizado, trabalhava como machadeiro); Severino Ursulino (acidente em Martinica, machadeiro, 42 anos, analfabeto, salário por diária, machado escapa e pega no pé); Antônio Malaquias (acidente na Usina de Luz – usina elétrica, trabalhava no carro de transporte de lenha, fratura do antebraço esquerdo, Seção 9 A, Chefe da Seção Henrique Dieckmann); Manoel Nogueira (lenhador, na lavoura, machadeiro em Martinica); Maria Costa (menor com 14 anos de idade, Seção de Tecelagem, quando trabalhava na máquina Lisa, saltou uma laçadeira e atingiu o rosto, em 03 de março de 1938, recebia salário semanal, trabalhando por produção, Kurt Michel, chefe da seção de tecelagem, imigrante alemão, 30 anos); Miguel Alexandre (batedor da Seção de Fiação I, 20 anos, alfabetizado, Augusto Wassermann Chefe da Seção de Fiação, acidente deu-se quando estava espalhando algodão na máquina); Ana Paulino de Sousa; Paulo Bandeira da Silva (carregador de batelão) e Antônio Félix (seção de fiação, 18 anos, limpava uma máquina, tirando pelo de algodão da máquina quando ela atinge seu dedo. Augusto Wasserman era o chefe da seção de fiação).

Destas leituras, identificamos a elevada quantidade de acidente ocorrido todos os anos em seções fora dos muros da fábrica. São os casos de: Sérgio Barbosa (acidente que resultou em morte do operário, ação impetrada pela viúva Severina Barboza e seus 4 filhos menores,

²⁸³ Para uma melhor leitura sobre os territórios potiguaras, ver entre outras produções: MARQUES, Amanda Christine Nascimento. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009; PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Mont-Mor: história, etnicidade e cultura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005; ARAÚJO, Marianna de Queiroz. **A Família Lundgren e a fundação da cidade de Rio Tinto: Do medo ao acirramento dos conflitos fundiários**. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v.1, n.3, p. 124-135, novembro de 2017. ISSN 2526-4702 e CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriela Casimiro. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, (Série Experiências Indígenas, n.2)2012.

trabalhador da turma da linha de ferro na Martinica, fratura de craniana com morte imediata); Antônio Pedro dos Santos (machadeiro, acidente no corte de lenha na Martinica, seção corte de lenha. Severino João dos Santos, chefe da seção corte de lenha. O acidente não foi homologado o pagamento, pois, ao cumprimento de mandato de citação, o operário não se encontrava em seu endereço e havia se ausentando. Isto é registrado em Certidão assinado pelo Oficial de Justiça. O Acidente deu-se em 1938 e prescreveu em 1940, dois anos depois. De acordo com o art. 60 do Decreto de 1934, há a prescrição da ação, e arquivamento da ação pelo Juiz Manoel Simplício Paiva); José Pereira da Silva (26 anos, analfabeto carregador de lenha na Usina Elétrica - transporte de lenha, mora em Jaraguá, região indígena, ganho diário, Chefe da Usina era Henrique Dieckmann, imigrante alemão de 39 anos. Há de acordo com a identificação nos processos, da enorme concentração de analfabetos postos para seções com estas) e Manoel Bernardino de Freitas (44 anos, analfabeto, seção de corte de lenha em Martinica, carregador de lenha).

Destaca-se que Martinica era uma região distrital de Rio Tinto, onde foi construída uma pequena estrada de ferro para transportes variados, como lenha, cal e pedra:

Inicialmente essa lenha era trazida em lombo de burro, pela falta de estradas para caminhões. Como essa fórmula era aleatória, os Lundgren partiram para montagem de ferrovia de cinco quilômetros. Também destinada ao transporte de cal, e ligando a vila ao pequeno distrito de Martinica, através, inclusive, da ultrapassagem de uma ponte e volteamento da Regina, essa pequena via férrea assegurou a circulação de vagões de carga comboiados pela locomotiva.²⁸⁴

A presença do trabalho feminino na tecelagem, se constituía enquanto imperioso. Emília Januária da Silva era uma tecelã de 19 anos, quando se acidentou. Devido a uma máquina que saltou em sua direção a Lançadeira. Este tipo de ocorrência era comum e que continuava a se repetir ao longo da década, dado a ausência de interferência da fábrica a evitar esse problema com a lançadeira. A tecelã trabalhava por produção. Nesta ação o representante lega da fábrica José Mário Porto, advogado constituído, em agravo ao Egrégio Tribunal de Apelação em Joao Pessoa, o advogado da Companhia registra críticas aos Inquéritos Policiais, instalados como passo inicial do processo de acidente de trabalho, ao tempo que critica trechos do Decreto de 1934:

De fato, não é justo que dispositivos claros e taxativos do Decreto 24.637, de 10 de julho de 1934, fiquem esquecidos e assim, prepondere a vontade de

²⁸⁴ MELLO, José Octávio de A. Op. Cit. p 86.

autoridades policiais que teimam em contrariar a lei, abrindo incríveis “inquéritos policiais”, verdadeiras aberrações. (...)

Infelizmente, essa desobediência a legislação vigente te, data-venia, encontrado amparo na Justiça, em vez de ser repelida. (...)

Não é com extemporâneos inquéritos policiais que – diga-se de logo – somente em Rio Tinto são realizados, nem com audiências judiciais que se liquidam os acidentes de que resulte lesão temporária. (...)

O Inquérito Policial somente é aberto as formalidades legais ou quando parte da vítima ou de terceiros. Não havendo queixas da vítima e, recebendo está o tratamento e os dois terços do salário, o inquérito não é autorizado e tornar-se absurdo, uma violação da lei.²⁸⁵

No entanto, requerendo disposição de rever a ação, a Companhia por meio deste agravo. Na contradita, o Juiz da Comarca, Sérgio Simplício contrapõe o argumento posto pelo representante legal da Fábrica. O Juiz reitera sua decisão inicial, antes do agravo:

A (...) dos autos se resume em contrariar a marcha que vem seguindo há longo tempo neste juízo os processos por acidentes de trabalho. Essa marcha entretanto se apoia em dispositivos legais expressos. O art. 51, § 3º Do Decreto 24.637 de 10 de julho de 1934, que não havendo seguro (é o caso dos autos) o termo de acordo será lavrado em juízo, com a assistência do competente órgão do Ministério Público e comparecimento das partes. É de ver que o legislador não com isto evitar prováveis prejuízos para o acidentado, desde que a liquidação se faça sem a necessária fiscalização das autoridades, sabido, como é, que os empregados são em geral pessoas ignorantes, submissos e dependentes do empregador.

Verificando o acidente e chegado ao conhecimento da Polícia, esta (...) o competente inquérito independente da reclamação e o remete a juízo. Em juízo se processa o acidente, iniciando-se no prazo de cinco dias como manda a lei. Com esta praxe, aliás, sempre se (...) a Agravante, entrando um acordo com os seus operários e sendo este regularmente homologados.

Convencido de que assim procedendo estou de conformidade com os preceitos legais, pois prejuízo não há para as partes, mantenho a decisão agravada.

Subam os autos.²⁸⁶

Na conclusão, verifica-se que a Fábrica não havia pago devidamente a operária acidentada, como ratifica parecer final do Procurador Geral do Estado, em 12 de agosto de 1938: *Meu parecer é pelo não provimento do recurso, visto não ter a agravante feito a prova de que pagou a vítima, durante o tempo em que esta esteve afastada do serviço, em consequência do acidente, as diárias a que a mesma tinha direito.* O caso da operária Emília,

²⁸⁵ **Minuta de Agravo – Pela agravante: Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto.** Mamanguape, 18 de julho de 1938. In: Ação por acidente no trabalho. Juízo de Direito da Comarca de Mamanguape. Vítima: Emília Januária da Silva. Patrão: Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto. 1938, Nº 72. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba. P. 17.

²⁸⁶ **Manoel Simplício Paiva – Juiz de Direito, Mamanguape, 22 de julho de 1938.** In: Ação por acidente no trabalho. Juízo de Direito da Comarca de Mamanguape. Vítima: Emília Januária da Silva. Patrão: Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto. 1938, Nº 72. Arquivo do Fórum de Mamanguape, Paraíba. P. 19-20.

destaca-se, pois, o trabalho e a presença feminina eram regidos pelo Decreto Nº 21.417, que foi regulamentado e promulgado em 17 de maio de 1932. De destaque:

Art. 1º: Sem distinção do sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.

Art. 2º: O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.

Art. 4º: As mulheres empregadas em estabelecimentos industriais e comerciais é vedado remover materiais de peso superior ao estabelecido nos regulamentos elaborados pela autoridade pública.²⁸⁷

Sobre esta questão, Lindolfo Collor expôs ao Chefe do Governo Provisório, o Presidente Getúlio Vargas, os motivos e justificativas para a regulação do decreto. Citando diversas nuances e características do trabalho feminino, o Ministro ressalta a defesa da regulamentação do trabalho feminino. É o que registra em 28 de outubro de 1931:

O trabalho feminino na indústria brasileira, sendo assunto já estudado e debatido, oferece aspectos interessantes; por isso que muitas das reivindicações que a lei receia instituir já são livre e espontaneamente postas em prática pelos patrões, pelo simples fato de necessitarem eles da mão-de-obra feminina e de sentirem, por isso mesmo, na necessidade de oferecer-lhe garantias e atrativos.

Nas indústrias em que, como na de tecidos, o trabalho feminino já está totalmente radicado, onde as moças se casam e continuam a trabalhar, o auxílio às mães já é fato comum. O licenciamento anterior e posterior ao parto é norma invariável e o auxílio pecuniário se generaliza.

Na sequência, o Ministro faz defesa do patronato, posto que, para ele, estes estariam costumeiramente atentos aos diversos cuidados que envolviam o labor feminino:

Na grande indústria, o trabalho feminino, no Brasil, é espontaneamente amparado pelos industriais, que procuram dar as operárias segurança e comodidade, assim como relativa liberdade, zelando, em regra, pela moralidade, cujo nível é geralmente satisfatório, apesar da promiscuidade do trabalho masculino e feminino em muitos estabelecimentos.²⁸⁸

A imediata implicação da regulação do trabalho feminino, a partir do Decreto de 1932, pode lido como o faz a pesquisadora Gisele Martins Venâncio:

A legislação para regulamentar o trabalho feminino teve duas consequências importantes: por um lado, criou mecanismos para que as mulheres se defendessem da superexploração a que estavam submetidas ao regulamentar

²⁸⁷ Decreto Nº 21.417, de 17 de maio de 1932 - Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/5/1932, Página 9666 (Publicação Original).

²⁸⁸ COLLOR, Lindolfo. *Exposição que justificou o Decreto Nº 21.417, de 17 de maio de 1932*. In: *Origens da legislação trabalhista. Organização e introdução de Mário de Almeida Lima*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991. P. 172.

os parâmetros em que os contratos de trabalho deveriam se basear, o que atendia a reivindicação do movimento dos trabalhadores. Por outro, a legislação encareceu a mão-de-obra feminina limitando, de certa forma, a sua utilização, o que estava mais de acordo com a estratégia de defesa de um tipo de família dependente dos salários masculinos e dos serviços domésticos femininos.²⁸⁹

De 1939 a 1945 os processos já apresentam diferenciações de tramites diferentes do início da década. Em 1939, vemos isso na ação de José Bezerra. O Promotor Público enviou em 02 de maio de 1939, ofício a Subdelegacia para ser instaurado o acidente. Já aparece o ofício do Inspetor Regional do Trabalho, que tem sede em João Pessoa. Testemunhas confirmam que o acidente se deu quando o operário colocava rolo de tecidos na máquina de engomar, como Firmino Bispo, que informa que o operário retornou ao trabalho depois de “curado” ao que o Chefe da Seção decidiu transferi-lo para uma seção “menos pesada” coincidindo com seu rebaixamento salarial. Manoel Brasileiro de Araújo que trabalha na seção engomadeira, confirma que ao ser transferido para outra seção, o operário acidentado recusou realizar uma tarefa solicitada pelo chefe, pois, o mesmo “*alegando que era pesado*” levou ao seu rebaixamento. Ainda de 1939, existem ações de Cassiano Soares e Manoel Mendes. Em 1940, Cassiano Soares, José Novais e Francisco Serafim. No ano de 1941, ações de Izaura Ferreira, José Ferreira da Silva, Maria de Lourdes Campos, Severina Victorino, Severino Alves de Souza. De 1942, Francisco Pereira, Laudelino Felizardo, Olívia Maria da Conceição, Antônio Gorgonho, Augusto Baptista, Benedito Pereira da Silva, Izaias Inácio, Severino Alves Lins. Nos anos sequencias, 1943, 1944 e 1945, não foram encontrados no arquivo do Fórum de Mamanguape nenhum processo de acidente de trabalho.

Em análise final, os desdobramentos destas ações para a tecelagem e para os operários, possuíam diferentes conclusões. Uma é que a tecelagem procurava de qualquer maneira, a depender do tipo e da recuperação e sequela do acidente, a inserção do operário e operária. Mesmo, que isto significasse rebaixamento e /ou transferência de seção. Mas, em consequência para os trabalhadores, havia mortes e demissões. Neste ponto de análise, cita-se a pesquisa da historiadora Ana Beatriz Ribeiro sobre os acidentes de trabalho, durante a Ditadura Militar e em específico durante a economia do chamado “milagre econômico”. Onde enfatiza o processo de “*recuperação dos corpos para o capital*”²⁹⁰ que nos leva a refletir: como se dava o processo

²⁸⁹ VENÂNCIO, Giselle Martins. *Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934)*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR, p. 196.

²⁹⁰ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, PPGH, Recife, 2016. P.379. Outra publicação, que caminha nesta mesma discussão, da mesma autora é: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Acidentes, adoecimento*

em que os trabalhadores acidentados em Rio Tinto, estariam aptos ao retorno de suas atividades na tecelagem? Parte desta resposta pode-se verificar nos processos estudados.

4.2 “EU SOU O SINDICATO!”: A LUTA OPERÁRIA NA “BASTILHA DOS LUNDGREN” POR UM SINDICATO TÊXTIL COMBATIVO

4.2.1 Entre Argemiro de Figueirêdo e Ruy Carneiro: Trabalhadores, Sindicatos e Interventorias na Paraíba

O movimento operário paraibano, percorreu o contexto pós-1936, notadamente a partir dos desdobramentos à repressão ao Levante antifascista até 1945, rearticulando seus laços de lutas, imprimidas em um processo histórico desde fins dos anos 1910 até início de 1930. Deste modo, o golpe do Estado Novo e o projeto político na guinada autoritária varguista em 1937, têm implicações imediatas para os trabalhadores e os sindicatos. Na Paraíba, o governador e posteriormente Interventor Argemiro de Figueiredo (1935-1940) pôs em execução, tentativas de afastamento na classe trabalhadora da atuação dos comunistas. Neste período, ressalta a historiadora Eliete de Queiróz, uma redução da influência política paraibana de José Américo de Almeida²⁹¹. Aquilo que se via entre 1930 e 1932, quando os trabalhadores paraibanos e do mesmo modo de Rio Tinto solicitarem auxílio a José Américo para a sua influência política, no requerimento por direitos, isto não seria mais visto na conjuntura pós-1934. Deste modo, ao assumir o governo paraibano, Argemiro de Figueiredo tratou de conter e vigiar, pautado no ideário anticomunista, a movimentação da classe operária:

O governo Argemiro de Figueiredo que não exercera nenhuma intermediação junto aos patrões no sentido do cumprimento da legislação trabalhista em vigor, no entanto, levou a efeito severa fiscalização e violenta repressão sobre os trabalhadores desde os movimentos grevistas de 1935. Nos sindicatos e nos locais de trabalho, agentes do governo exerciam constante fiscalização para identificar os operários mais politizados.²⁹²

Destacado militantes comunistas foram presos, fichados e consequentemente torturados e excluídos da política do estado. Destes, temos como principal referência o advogado João Santa Cruz, um dos comunistas mais atuantes dos anos 1930 e 1940 na Paraíba, na luta antifascista e na defesa da pauta da classe operária e de suas organizações. Contudo,

e morte no trabalho como tema de estudo da história. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 215-240.

²⁹¹ José Américo de Almeida, a este tempo exercia o cargo de *Ministro da Viação e Obras Públicas* do governo Getúlio Vargas.

²⁹² GURJÃO, Eliete de Queiroz Gurjão. **Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1945).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. P. 163.

mesmo posto em liberdade, sofreu represálias em sua atividade advocatícia, como registra o historiador José Octávio de Arruda Mello:

Libertado após o cumprimento da sentença, em 1938, João Santa Cruz de Oliveira retomou a advocacia em difíceis condições. Comprometido com o clericalismo, o bonapartismo e o anticomunismo, o interventor Argemiro de Figueiredo proibiu-lhe o exercício da profissão em João Pessoa. Até a revogação da absurda resolução, Santa Cruz recorreu ao Fórum de Santa Rita, a 12 km da capital, para manter-se como advogado.²⁹³

Esta prática política exercida por Argemiro de Figueiredo difere da Interventoria seguinte, a de Ruy Carneiro (1940-1945), porquanto, *nesta nova conjuntura, o quadro político da Paraíba também foi progressivamente se alterando. Os presos políticos de 1935, por força da lei de anistia de Vargas foram soltos. As relações entre a Interventoria e a classe trabalhadora são relativamente amistosas*, como registra Eliete Gurjão.²⁹⁴ Na Paraíba, durante o Estado Novo o movimento operário e sindical, encontrava-se atuante nas diversas entidades reunindo suas respectivas categorias. Neste período, a presença da 7ª Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, serviria enquanto órgão de controle e por onde passavam os processos de reconhecimento dos sindicatos. Importante realçar que muitos de experiência efêmera e de orientações políticas diversas. Nisto, podemos citar os casos dos Sindicatos de Cabedelo e de Santa Rita, onde a atuação de militantes comunistas seria uma constante, tais como David Falcão e Anacleto Vitorino, respectivamente. Contudo, havia em uma outra ponta, aquelas Associações que participavam ativamente da campanha anticomunista, promovida pela Interventoria de Argemiro de Figueiredo, como o caso da *Aliança Proletária Beneficente “Elísio José de Souza”* e do *Centro Beneficente Paraibano*. Em novembro de 1937, realizaram em suas sedes, debates e “alertas” acerca dos chamados “*perigos que representava, para o mundo, a exótica doutrina de Lenin bolchevista*” e do pedido de “*empenho numa luta constante contra a absorvente doutrina de Moscou*”²⁹⁵

Outras associações, ainda foram atuantes durante o Estado Novo, a saber: Centro Beneficente Paraibano – João Pessoa; Centro Beneficente de Artistas e Operários – Guarabira; Centro Beneficente Guarabirense – Guarabira; Centro de Artistas e Operários e Beneficente de Pirpirituba – Pirpirituba; Sindicato dos Operários em Construção Civil de João Pessoa – João

²⁹³ MELLO, José Octávio de Arruda. **João Santa Cruz: O Patriarca do Comunismo na Paraíba**. In: História e debate na Assembleia da Paraíba. Volume I (Coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa da Paraíba). João Pessoa – Paraíba: A União, 1996, p. 505.

²⁹⁴ GURJÃO, Eliete de Queiroz. Op. Cit. P. 1

²⁹⁵ **Para uma intensa propaganda contra o Comunismo**. *A União – Organismo Oficial do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 14 de novembro de 1937. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

Pessoa; Sociedade União Operária Elísio de Sousa – João Pessoa; Sociedade União de Operários e Trabalhadores – João Pessoa; União Gráfica Beneficente – João Pessoa; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santa Rita – Santa Rita; Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape – Mamanguape; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de João Pessoa; Centro Proletário Alberto de Brito – João Pessoa; Sociedade Beneficente dos Artistas de Campina Grande; Centro Estudantil da Paraíba – João Pessoa; Círculo Operário Católico – João Pessoa; Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos Liberais – João Pessoa; Sindicato dos Operários Estivadores de Cabedelo – Cabedelo; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de João Pessoa; Sociedade Beneficente 2 de Setembro – João Pessoa; Sociedade União Operária Beneficente – João Pessoa; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria – João Pessoa e o Sindicato dos Trabalhadores em Docas, Trapiches e Armazéns – Cabedelo.²⁹⁶

Durante, portanto, a vigência do Estado Novo, tanto o Interventor Argemiro de Figueiredo e a seguir, Ruy Carneiro, fizeram usos políticos do Primeiro de Maio, transformando-o em festa, silenciando enquanto espaço de luta da classe operária. A exemplo, em 1938 *A União* anunciava o apoio de Argemiro de Figueiredo: *Da parte do Governo do Estado verifica-se, outrotanto, o patriótico propósito de apoiar francamente as festividades projetadas.*²⁹⁷ Para a montagem do programa a comissão operária apresentou primeiramente a proposta ao Interventor e ao Comandante da Guarnição Federal Magalhães Barata. Portanto, apresentação e cronograma, precisaria obrigatoriamente passar pelo crivo e controle estatal.

Na tarde do dia Primeiro de Maio, a classe operária paraibana estava reunida no Teatro Plaza, para a fala do Interventor. Na lista de oradores o Cônego Mathias Freire, diretor do Liceu Paraibano com o tema “*As classes trabalhadoras, a Revolução de 30 e o Ministério da Revolução*”, depois o representante dos trabalhadores, Severino Tomás de Aquino, do Sindicato dos Bancários de João Pessoa. Ainda foi apresentado uma sessão de cinema ao final do ato, com amplo apoio da rádio oficial do governo, a Rádio Tabajara.²⁹⁸

²⁹⁶ A partir da pesquisa em jornais paraibanos da época, tais como, *A União*, *Liberdade*, *O Clarim*, *Jornal da Parahyba* e o *Estado da Parahyba*, conseguimos mapear estas entidades atuantes.

²⁹⁷ **As comemorações do Dia do Trabalho.** *A União – Órgão Oficial do Estado.* João Pessoa, Paraíba, 28 de abril de 1938. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

²⁹⁸ **As comemorações do Dia do Trabalho.** *A União – Órgão Oficial do Estado.* João Pessoa, Paraíba, Domingo, 01 de maio de 1938. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

Na mesma edição em que registrava o Primeiro de Maio, a folha fez extensa divulgação da gestão de Argemiro de Figueiredo, com o título de capa e subtítulos: *Porque a Paraíba é próspera e feliz – O plano de realizações administrativas do Governo Argemiro de Figueiredo está em função do plano de desenvolvimento econômico – Mentalidade nova e decidida a tudo pelo bem coletivo, é o que quer o Estado Novo*. O Interventor utilizava-se da data para benfeitoria de seu projeto político. Enquanto isso, Getúlio Vargas, na capital federal assinaria o Decreto de promulgação do Salário Mínimo, e o jornal saudava o ato como momento em que Vargas “*sagra-se o mais lúcido defensor dos interesses coletivos do proletariado brasileiro*”.²⁹⁹

Já sobre o período Ruy Carneiro, diferentes episódios confirmam relativamente a aproximação da Interventoria com o movimento operário. Isto passava pelo apoio de algumas ações e eventos, que iam do patrocínio ao Primeiro de Maio, do diálogo com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT até ao suporte dado para a construção de um restaurante direcionado aos trabalhadores, pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS. Em 1942, ao visitar a capital federal, o Interventor visitou uma unidade de restaurante do SAPS, ao que confirmou a doação de terrenos para a implantação de uma unidade em João Pessoa. A *União*, registra o plano, observando sua costumeira defesa nos interesses da classe operária paraibana:

O Sr. Ruy Carneiro almoçou no restaurante popular daquele serviço, em companhia de jornalistas e operários, tendo assegurado o apoio do seu governo a obra de franco patriotismo da referida instituição. Solidário com as iniciativas em favor do operário brasileiro, S. Excia. ofereceu ao Serviço de Alimentação da Previdência Social um terreno para a construção, nesta capital, de uma grande restaurante popular para os trabalhadores, nos moldes do existente no Rio de Janeiro.³⁰⁰

Já na cobertura de *A União*, no 1º de Maio de 1942, constatamos que tanto a conjuntura do cenário social, quanto do projeto político de relacionamento com os trabalhadores, altera com Ruy Carneiro. Isto é visto, quando recebe uma delegação de sindicatos e representantes operários na sede do governo, de onde fez discurso defendendo o legado de Getúlio Vargas frente aos direitos da classe trabalhadora brasileira. Sobre a conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, o interventor alerta que os trabalhadores desempenhariam:

²⁹⁹ **Será assinada hoje, a Lei do Salário Mínimo.** *A União – Órgão Oficial do Estado*. João Pessoa, Paraíba, Domingo, 01 de maio de 1938. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

³⁰⁰ **Em favor das classes trabalhistas da Paraíba.** *A União - Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 24 de julho de 1942. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

Prosseguindo, advertiu o operariado paraibano para esta dramática hora de sacrifício que está vivendo a humanidade. Referiu-se ao exemplo do operariado americano que está empregando a sua vontade e a sua energia no maior esforço industrial para suprir os Estados Unidos dos meios necessários de defesa e destinados a esmagar a tirania nazista.(...) Concitou o Chefe do Governo o operário paraibano a manter atitude resoluta que sempre norteou as suas atividades no seio do proletariado brasileiro, na defesa das instituições e da soberania nacional.³⁰¹

Com a concentração na sede da Delegacia Regional do Trabalho, destacando da programação a presença dos sindicatos da capital e outras cidades, em destaque o da Fábrica de Tecidos de Santa Rita e dos Estivadores de Cabedelo.³⁰² Acrescentados a estes, houveram outros, a saber: Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de João Pessoa; Sociedade União Operária Beneficente “Elísio de Souza”, Sociedade Beneficente dos Artistas de Campina Grande, Centro Estudantil da Paraíba, Círculo Operário Católico, Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos Liberais, União Gráfica Beneficente e Centro Proletário Alberto de Brito. Não somente acontecimentos obrigatórios na agenda da classe trabalhadora, como o Primeiro de Maio, evidenciava as relações do Interventor. A publicação de duas colunas importantes para acompanharmos o movimento operário paraibano, *Justiça do Trabalho - Junta de Conciliação e Julgamento* e a *Coluna Trabalhista*, acompanhava o debate nacional.

Os debates em torno das legislações no mundo do trabalho no Estado Novo eram repercutidos na Paraíba pela imprensa. Por exemplo, em 1941, o jornal *Liberdade* publicava comunicação do Departamento Nacional do Trabalho, que enviara a Delegacia Regional, acerca do Decreto-Lei 3.035 de 10 de fevereiro de 1945. Visando prorrogação a adaptação e reconhecimento das entidades sindicais, a nota significa o quanto a imprensa ressoava os debates da legislação social varguista.³⁰³

Em 1943 as celebrações relativas ao 1º de Maio/ Dia do Trabalho continuavam com a feição de festa e coincidindo com a promulgação no Rio de Janeiro da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por Getúlio Vargas. Na edição do dia 29 de abril, o jornal ressaltava, pela sua visão, do que significaria o 1º de Maio:

³⁰¹ **As comemorações do “Dia do Trabalho”.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, Domingo, 03 de maio de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

³⁰² **Comemora-se, hoje, em todo o país, o “Dia do Trabalho”.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, sexta-feira, 01 de maio de 1942. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Neste ano, ainda não havia representação sindical em Rio Tinto.

³⁰³ **Prorrogado até 31 de março o prazo para adaptação de sindicatos.** *Jornal Liberdade – Jornal do povo e para o povo*. João Pessoa (Paraíba), segunda-feira, 17 de fevereiro de 1941, Ano XI. Hemeroteca Fundação Casa de José Américo. João Pessoa, Paraíba.

Dedicados aos trabalhadores da nação, a data tem um especial significado na história do nosso desenvolvimento político, especialmente depois que o Estado Nacional, pelas grandes conquistas sociais de sua legislação, assegurou aos operários brasileiros os seus inalienáveis direitos e prerrogativas.

Evitando as consequências sangrentas das lutas de classe, a solução dada à questão social no Brasil pelo Presidente Getúlio Vargas constitui uma das maiores vitórias de seu programa de governo, cuja compreensão das realidades nacionais impediu que as forças produtivas da nação se destruíssem nas discórdias ideológicas que vitimaram tantos outros povos.³⁰⁴

Realizado na Praça da Independência - região central da capital - o plano de organização estava a cargo da estrutura governamental do Estado: João Medeiros (Diretor do DEIP), Cel. Aristóteles de Souza Dantas (Chefe do E. M. do 14º D.I), Clóvis Lima (Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho) e Artur Bandeira (Delegado Regional do Ministério do Trabalho). Os trabalhadores estariam a margem deste planejamento. O jornal *A União*, exaltou costumeiramente o Interventor Ruy Carneiro, o Ministro do Trabalho Marcondes Filho e o Presidente Getúlio Vargas. Em realce a mensagem que se constitui enquanto face da utilização desta data, no regime do Estado Novo:

Ao Povo e aos Trabalhadores paraibanos! – As comemorações de hoje, 1º de maio, constituirão a mais empolgante demonstração cívico-trabalhista já realizada na Paraíba. Todos os operários e o povo em geral devem contribuir para o máximo brilhantismo das grandes festas do Dia do Trabalho. Neste momento decisivo da história política do Brasil, precisamos dar integral e decisivo apoio ao Governo do Presidente Vargas e manter bem viva a fé nos supremos destinos da pátria.³⁰⁵

Repercutido na *Revista da Semana* que na seção “Dos Estados” registrou a passagem desta data na Paraíba, com destaque para as trabalhadoras da tecelagem Rio Tinto:

³⁰⁴ **Milhares de operários e guerrilheiros desfilarão no Dia do Trabalho.** *A União – Patrimônio do Estado.* João Pessoa, Paraíba, quinta-feira, 29 de abril de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

³⁰⁵ **Exaltação ao dever e a dignidade do trabalho.** *A União – Patrimônio do Estado.* João Pessoa, Paraíba, 01 de maio de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Verificamos que esta folha já anunciava em quatro edições anteriores, nos dias 25, 28, 29 e 30 de abril, a programação do dia 01 de maio.



Fotografia 20: Trabalhadoras da tecelagem Rio Tinto participando do 01 de maio de 1943, em João Pessoa. (Fonte: *Revista da Semana*, Ano XLIV, N. 2703 de julho de 1943. Arquivo digital da Biblioteca Nacional).

Do roteiro, a passagem em frente à sede do governo do estado, para a “*saudação ao sr. Interventor Federal e demais autoridades civis e militares*” e o coro para o Hino do Trabalho, cantado por cerca de 200 operárias de Rio Tinto. Outros sindicatos estiveram presentes, como o da Companhia de Cimentos Portland, Indústrias Reunidas F. Matarazzo, ambas da capital, da Usina São João e da Companhia de Tecidos Tibiry, ambas de Santa Rita. Todos sob supervisão do Cap. Alípio Velasco Brandão, do 15º R. I. Ainda na programação, foi colocado o retrato de Getúlio Vargas na sede da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho e atividades paralelas realizadas na “Sociedade União de Operários e Trabalhadores” e na “Sociedade União Operária ‘Elísio de Sousa’”.

4.2.2 A conjuntura pré-1943: Resistência e rearticulação da militância comunista em Rio Tinto

Como vimos no capítulo anterior, a conjuntura pós-1933 levou a perseguição, prisão, demissões e transferências de operários militantes sindicais e comunistas em Rio Tinto. Isto ocasionou na história do movimento operário uma lacuna na atuação de um sindicato têxtil, que viu encerrado suas atividades, sendo recriado em 1943. Contudo, importante destacar que isto não desmobiliza o processo de organização operária, pois, dois fatores foram fundamentais

neste intervalo histórico: a procura de luta por direitos na Justiça e o auxílio fundamental do sindicato congênere de Santa Rita. O contexto da promulgação da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT) em 1943, configura-se enquanto outro marco importante, pois, em Rio Tinto, o momento de atuação da Justiça do Trabalho, proporcionou um espaço fundante para a rearticulação de luta por direitos.

Com relação aos laços de solidariedade entre os têxteis de Santa Rita e Rio Tinto, é verificado quando na ausência de sindicato, recebiam auxílio do de Santa Rita. Há também de se pontuar a circulação de trabalhadores e militantes como é o caso de Luiz Gomes da Silva, que em 1933 atuava em Rio Tinto, porém, na repressão realizada pelo DOPS de Pernambuco, nas ações do Partido Comunista foi preso e demitido. Neste sentido, na trajetória destes militantes iremos encontrá-lo atuando em 1943 no Sindicato Têxtil de Santa Rita. Em nota publicada em *A União*, Luiz Gomes presidia a Junta Governativa da entidade e estavam convocando os associados do Sindicato, para uma assembleia geral. Na pauta: a aprovação para filiação do sindicato à *Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Norte*.³⁰⁶ A experiência na lide sindical e política em Rio Tinto para Luiz Gomes., continuou em outra conjuntura e espaço.

Diante da atuação repressiva da DOPS em 1933, o sindicato têxtil foi encerrado e seus militantes presos, demitidos ou transferidos. A maioria migrou para outros Estados, como foi o caso de Manoel Rocha e Antônio Sales que procuraram se inserir em tecelagens de Pernambuco. A pretensão do mandatário Frederico Lundgren de barrar quaisquer tentativas de organização operária, especificamente de um sindicato, terminou em parte com relativo êxito. Ocasinou que entre 1933 e 1943 os trabalhadores não possuíam sindicato. Quando registro em parte, reitero a importância e auxílio oferecido pela direção Sindicato dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Tibiry, da vizinha cidade de Santa Rita, aos operários de Rio Tinto.

A ação operária na busca por direitos e na solidariedade de classe, permaneceu circunscrita nestes anos em ações trabalhistas. Nestas, de fato vemos a classe operária se movimentando em diversos processos, para tanto é preciso entender que nestes os operários e operárias se transformam em cruciais testemunhas. Porquanto, ao acionar contra a fábrica, os trabalhadores contavam com uma rede de solidariedade, que foi precisamente vista nas falas

³⁰⁶ **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santa Rita – Assembleia Geral Ordinária.** *A União - Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 06 de janeiro de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

de defesa destas testemunhas, muitas vezes, companheiros de seções e categorias, ou vizinhos da vila operária.

Com a desarticulação da “Célula Rio Tinto” em 1933, a presença dos comunistas foi silenciada. De mãos dadas à repressão e vigilância, encontrava-se a Interventoria e a direção da tecelagem, personificado no seu aparato de vigias que tentavam “barrar” a presença de militantes. Esta tática não é bem-sucedida, a exemplo disto, podemos ver nas rearticulações implementadas por alguns trabalhadores da tecelagem durante esta conjuntura.

Paulatinamente a militância comunista principiou sua reinserção entre os trabalhadores da tecelagem, nestes anos. O operário Antônio Pereira da Silva seriam um destes.³⁰⁷ Sua trajetória se confunde, deste modo, com as experiências de militância política de alguns trabalhadores neste período e da ação do Partido Comunista em Rio Tinto.

Nascido na cidade de Guarabira em 1919, filho de pais agricultores, Pereira migrou e chegou em 1934, com toda sua família e logo foi trabalhar na tecelagem com 15 anos de idade. Passou por diversas seções e categorias: trabalhou no escritório, foi chapista, apontador, aprendiz de tecelão e contramestre. Em biografia escrita e inserida no seu prontuário, registra que permaneceu até 1944 em Rio Tinto quando migrou para Recife e foi trabalhar na Fábrica de Tecidos da Torre. A partir daí, aprofundou sua militância política juntamente com operários ligados ao Partido Comunista no estado. Com a legalidade do partido em 1945, tornou-se membro e eleito na sequência, *Secretário Sindical* da célula da tecelagem da Torre e depois *Secretário de Agitação e Propaganda*. Foi preso em diversas ocasiões.

A partir de um manuscrito deixado por ele, em poder de sua família, apreendemos outros detalhes de sua trajetória, que coincidem com as estratégias e ações do Partido Comunista em Rio Tinto entre 1940 e 1944.³⁰⁸ Por volta de 1940 e 1941 começam os primeiros contatos com operários militantes do PC, Chico Miranda, José Soares, João Vicente, João Luís e o eletricitista Figueiroa. Estes, convidaram Pereira para um “bate-papo” nas matas do Rio Vermelho³⁰⁹ - região de concentração agrícola e de extensa mata. O que na verdade consistia

³⁰⁷ Para recompor esse mosaico de lutas entre 1937 a 1945, dispomos de seus dois extensos prontuários produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, da capital pernambucana, Recife.

³⁰⁸ Este manuscrito, serviu para a descrição biográfica de Antônio Pereira da Silva, anexado ao *Processo de Indenização* aos anistiados políticos da Paraíba. João Pessoa, 20 de dezembro de 2001. A *Comissão de Anistia na Paraíba*, foi presidida pelo então Deputado Estadual Zenóbio Toscano. Em 2013, foi entregue a *Comissão Estadual da Verdade da Paraíba*, os mais de 250 processos de anistia, abertos em 2001 por meio do gabinete do referido deputado.

³⁰⁹ Hoje o Rio Vermelho é considerado uma área de proteção e conservação. Para um melhor aprofundamento sobre esta região, ver: FRANÇA, Patrícia Tavares de. **Identificação de vulnerabilidades ambientais no Rio Vermelho**,

em uma reunião na surdina para ficar a par da conjuntura nacional e internacional e mais especificamente, da agenda de defesa da melhoria da classe operária de Rio Tinto:

Convidaram Pereira para colher mangabas dentro da mata do Rio Vermelho, em Rio Tinto, num final de semana. Cumprindo o combinado, Antônio Pereira foi até o local acertado. Chegando lá, ele ficou cismado. Viu que o convite não era para colher mangabas, e sim para participar de uma reunião, à noite, à luz de velas, onde debatiam um meio de melhorar os salários dos operários e a participação do Brasil na guerra da Alemanha contra o resto do mundo. Pereira ouviu tudo e ficou surpreso, principalmente quando lhe pediram sigilo, por ser Figueiroa um comunista e dirigente máximo do movimento.³¹⁰

Depreende-se, assim, que após o período de prisão, repressão e demissões de trabalhadores militantes em 1933, os comunistas aos poucos retornavam às articulações na tecelagem, ao formarem novamente uma “célula”. A escolha do local e o aparato de discrição, seria uma estratégia, devido ao histórico de vigilância posta pelo patronato, desde o início de 1930. As experiências sindicais de 1932, a ação do Partido Comunista entre os trabalhadores em 1933, fizeram com que a direção da tecelagem estabelecesse seu costumeiro padrão de coação: demissão, transferência e violências executadas pelo corpo de vigias. Segundo seus relatos, a partir destas reuniões, a “célula” iniciou fortemente uma atuação de contestação frente aos diversos descumprimentos trabalhistas da fábrica:

Os membros da Célula Operária iniciaram uma campanha de conscientização, junto aos trabalhadores da empresa, para que eles se rebelassem contra a determinação da direção da Fábrica de Tecidos em não assinar as carteiras de trabalho dos operários e contra a punição de descontos nos salários - às vezes eram retirados valores correspondentes a até uma semana de salário - quando os mesmos faltavam a apenas um dia de trabalho.³¹¹

Desta movimentação põe-se em evidência estes militantes. E em seguida, a direção da tecelagem desarticula a ação desta “célula” expondo suas velhas estratégias de amedrontamento e de exemplaridade. Primeiro, Pereira foi transferido de seção e passaria a lidar com um número menor de subordinados, não seriam mais 800 e sim cerca de 30 operários. Depois disto, ele mesmo revela que decidiu “*sair da fábrica sem pedir contas*”, pois é avisado que Figueiroa tinha sido “*sequestrado e com 30 dias foi encontrado em Natal, Rio Grande do*

Rio Tinto/PB. 2016. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

³¹⁰ SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003. p.180. Esta citação do autor foi baseada nos manuscritos deixados por Antônio Pereira da Silva.

³¹¹ SILVA, Waldir Porfírio. Op. Cit. P. 181.

Norte”. Deste modo, “*deixou seu trabalho temendo represálias*”.³¹² De Rio Tinto, Pereira fez um percurso militante de Recife ao Rio de Janeiro.

Em Recife, foi trabalhar na Fábrica de Estopas do Zumbi, no Cordeiro, onde logo foi demitido; depois conseguiu inserção na Fábrica de Tecidos da Torre; tornou-se membro efetivo e filiado ao Partido Comunista; foi preso em 1947 e demitido desta tecelagem em 1948. A partir daí, confirma a prática entre as direções das tecelagens: a recusa a operários militantes. É o que diz, ao decidir por deixar Recife e seguir para o Rio de Janeiro: “*Não encontrando colocação em Recife, comuniquei ao Partido. Pedi uma credencial ao companheiro Etelvino Pinto que mandou que eu viajasse e depois enviaria a credencial.*”³¹³ No Rio de Janeiro, trabalhou na Fábrica de Tecidos Moinho Inglês, onde organizou um movimento grevista resultando em sua demissão; seguiu para trabalhar na Fábrica de Tecidos Bangu, onde dirigiu a célula sendo posteriormente preso e torturado por 18 dias seguidos no Presídio Frei Caneca. Ao ser posto em liberdade, retornou a tecelagem, onde foi demitido por “abandono do trabalho”.³¹⁴ De 1952 até 1964, passou ainda por outras Fábricas do Rio de Janeiro, mudou-se para Campina Grande, na Paraíba, de onde militou ao lado das Ligas Camponesas. Com o Golpe civil-militar de 1964, foi preso, levado ao Quartel do 15º RI, em João Pessoa, e demitido do serviço público. O que foi anotado em sua ficha do DOPS: “*Demitido conforme boletim de Serviço nº 193, de 9-10-1964, por conduta comprovadamente atentatória ao Regime Democrático.*”³¹⁵ Com a anistia, retornou às atividades de funcionário público federal.

Uma peculiaridade deve ser posta: a recriação do sindicato têxtil em 1943 não tornou este, um espaço agregador na defesa das causas e da agenda dos trabalhadores. Para entendermos este processo é preciso que retornemos ao ano de 1932, ocasião de organização do sindicato, em que Frederico João Lundgren em tom coação, dirige-se ao operário Antônio Sales e afirma: “*Eu sou o sindicato! Eu sou o timoneiro dos meus operários! Eu sei das*

³¹² Antônio Pereira da Silva. **Processo de Indenização aos Anistiados Políticos da Paraíba**. Comissão de Anistia na Paraíba. João Pessoa, 20 de dezembro de 2001.

³¹³ Antônio Pereira da Silva. **Biografia 26**. Prontuário Individual N. 9650. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

³¹⁴ Segundo o relato do *Processo de Anistia* de Antônio Pereira, havia uma estratégia nestas circulações de operários demitidos em tecelagens: “*Os militantes quando perdiam emprego procuravam novamente emprego nas empresas de sua categoria profissional, onde iam reorganizar o partido. Antônio foi para Fábrica Bangú, substituir o companheiro Manoel Raimaque que foi demitido e preso a mando de Silveirinha. As normas do Partido seriam ser solteiro, capaz de dirigir as bases, obedecer às determinações do Partido e fazer cursos de capacitação política, com isso o companheiro podia até morrer, mas não delatava outro colega a Polícia.*”

³¹⁵ Antônio Pereira da Silva. **Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Informações. Processo de Indenização aos Anistiados Políticos da Paraíba**. Comissão de Anistia na Paraíba. João Pessoa, 20 de dezembro de 2001.

*necessidades dos meus operários!”*³¹⁶ Apesar disto, a entidade atuou em tempo efêmero e tornou-se marco histórico fundante na luta contra o patronato e no processo de consciência de classe.

4.2.3 Entre Apolônio Sales e Jovino Nascimento: Lundgren e trabalhadores na disputa pelo controle do sindicato têxtil

Rastreando, a partir da rara documentação o registro sobre a recriação em 1943 do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, identificamos a primeira citação ao folhear o ano de 1942 de *A União*. Neste ano, foi iniciada a construção pela fábrica de um hospital visando atender a vila operária. Era o “Hospital Operário Laura de Souza Leão Lundgren” patrocinado pela tecelagem, porém orientado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado sendo saudado pela Interventoria Ruy Carneiro e na edição de 10 de outubro o jornal publicava ampla cobertura. Ao registrar dados sobre Rio Tinto, ancorados no Censo da Paraíba de 1940 que possuía 10.301 habitantes, sendo que 3.236 moradores da zona urbana, 1.231 na suburbana e 5.834 na área rural, a folha menciona uma informação importante e que nos auxilia a preencher uma lacuna documental neste tema: “*Grande fábrica de tecidos, em que estão empregados milhares de operários, todos filiados à Associação Profissional, há pouco ali instalada e que, em breve, vai ser adaptada a Sindicato.*”³¹⁷ Logo, este seria a primeira vez desde 1933 que havia uma entidade representativa de classe, com o nome de *Associação Profissional*.

Nesta esteira, no início do ano de 1943 o *Diário Oficial da União, Diário de Pernambuco*³¹⁸ e *A União* também registrara a existência desta associação. Neste último, nos dias 19, 20 e 21 de janeiro, foram publicados editais de chamada para convocar os associados da *Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape* para reunião em que seria votada o seu reconhecimento. Assinada pelo presidente Apolônio Gomes de Arruda, verifica-se até aqui uma singularidade: a existência desta Associação. Das leituras bibliográficas e das fontes pesquisadas, estas são as únicas citações e referências a esta entidade. O que se verifica, é que sob controle da fábrica e, por conseguinte, do Estado, foi criada inicialmente esta Associação para posteriormente, ser

³¹⁶ FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Paraíba, 1971, p. 120.

³¹⁷ **Um moderno hospital em construção na Vila de Rio Tinto**. *A União - Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, sábado, 10 de outubro de 1942. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

³¹⁸ **Reconhecidos Sindicatos**. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco – Recife – Brasil, terça-feira, 29 de junho de 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 1.

efetivado enquanto Sindicato classista. Segundo dados publicados pelo jornal paraibano *Liberdade*, a fábrica possuía cerca de 6 mil trabalhadores e trabalhadoras, neste ano.

Nos três editais publicados em *A União*, condição obrigatória do rito processual, a Associação realizava sua convocação de assembleia para que os associados, estivessem presentes em 15 de fevereiro. Tal reunião aconteceria na sede da entidade, na rua Barão do Triunfo, em Rio Tinto. A indicação da pauta era: “*deliberar e pleitear o reconhecimento desta Associação profissional em Sindicato*” e “*discutir e aprovar o projeto de estatutos*”³¹⁹. Assinava a nota, o presidente Apolônio Sales e com visto do Delegado Regional do Trabalho Artur Bandeira.

Na edição de 18 de fevereiro, a folha divulgava: “*Constituído o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape*”. Reproduzia o telegrama enviado ao Interventor Ruy Carneiro, pelo presidente, Apolônio Gomes por onde confirmava a modificação da *Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape* em Sindicato. Modificação esta, aprovada em assembleia realizada no dia 17, com base no uso do Decreto-Lei 1.402, de 5 de julho de 1939. Ao final da comunicação, o presidente ressaltava: “*Aproveito a oportunidade para enviar a v. excia, em nome do novo sindicato de classe que congrega milhares de associados, os melhores aplausos pela sabia orientação que vem empreendendo no governo do Estado.*”³²⁰ O processo ainda circularia cerca de seis meses depois e é o que revela a publicação do *Diário Oficial da União* sobre o caso, em 30 de agosto de 1943, ao tempo em que o *Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio*, Alexandre Marcondes Filho oficializava a entidade:

Reconheço a Associação Profissional requerente sob a denominação de "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape", como representativo, da, correspondente categoria profissional, na base territorial do município de Mamanguape, no Estado da Paraíba, aprovados os respectivos estatutos com as emendas propostas pelo Departamento Nacional do Trabalho, tudo de acordo com os arts. 5.º a 10 do já mencionado decreto-lei n. 1.402, e na conformidade das instruções baixadas, pela portaria ministerial n.- Wm-337, de 31 de julho de 1940,

³¹⁹ **Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape. Assembléia Geral – 1ª Convocação (Autorizada pela 7ª D.R.T)** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, quinta-feira, 19, 20 e 21 de janeiro de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

³²⁰ **Constituído o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1943. Hemeroteca do Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

devendo ser submetida à minha assinatura a competente carta de reconhecimento, depois de pago o devido selo.³²¹

Neste despacho do Ministro do Trabalho existe a orientação de como o sindicato deve desempenhar e registrar suas atividades, desde convocação até a aprovação de suas assembleias e respectivos balanços. Há a indicação de inserção de novas emendas, como o caso da produção de relatórios anuais, contendo:

Organizar um relatório das ocorrências do ano anterior, apresentá-lo à assembleia geral ordinária a realizar-se primeiro trimestre, para a devida aprovação, e submetê-lo, até 31 de março ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio por intermédio da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, devendo do mesmo constar: a) resumo dos principais acontecimentos verificados no curso do ano anterior; b) relação dos associados admitidos durante o ano com as especificações exigidas nesses estatutos e menção dos respectivos números de matrícula; c) relação dos associados que durante o ano deixaram de pertencer ao quadro social, com as especificações a que se refere a alínea anterior, e a declaração da motivo de tal ocorrência; d) balanço do exercício financeiro; e) balanço patrimonial comparado; f) demonstração da aplicação do Imposto Sindical.³²²

O aparato de controle estatal era aparente e os Lundgren, ao colocar um funcionário de sua extrema confiança no comando da entidade, faziam silenciar quaisquer tentativas de controle operário sobre o sindicato. Rememorando acerca do processo de refundação, o serralheiro Júlio Justino destaca precisamente esta apropriação feita pela fábrica da entidade sindical:

O sindicato começou em 1945. Espera aí, deixe me ver, em 1943 parece. Quando aqui em Rio Tinto passou a ter sindicato, por que Frederico que era amigo de Getúlio Vargas e aquilo era uma criação de Getúlio, e ele botou. Não era um sindicato muito operário. O primeiro presidente foi Apolônio, esse homem veio de Paulista para aqui quando o terreno tava comprado e ele veio administrar pra fazer escavação abrir as levadas, que era um terreno todo alagado do mangue, abrir as levadas pra água sair. E ele ficou aqui e a fábrica começou rodando e ele aqui.³²³

³²¹ **Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Serviço de Comunicações.** *Estados Unidos do Brasil - Diário Oficial.* Ano LXXXII — N. 202 Capital Federal segunda-feira, 30 de agosto de 1943. p. 28. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2434968/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-08-1943/pdfView>

³²² **Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Serviço de Comunicações.** *Estados Unidos do Brasil - Diário Oficial.* Ano LXXXII — N. 202 Capital Federal segunda-feira, 30 de agosto de 1943. p. 28. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2434968/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-08-1943/pdfView>

³²³ **Júlio Justino da Silva** – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto, julho de 2005.

Ao entrar no salão principal da atual sede do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, espaço de memória do movimento operário, o visitante logo se depara com uma exposição de quadros de ex-presidentes da entidade. Na linha do tempo organizada na parede, o primeiro presidente, é o operário que trabalhou como pedreiro, Juvino do Nascimento.³²⁴ Este é colocado como o primeiro presidente por haver sido indicado contra os interesses da fábrica. Interessante notar que não há nenhum registro na aposição das fotos, ao primeiro sindicato de 1932 e tampouco a foto de Apolônio Gomes, primeiro presidente na recriação em 1943.



Fotografia 21 - Foto de Jovino Nascimento, presidente do Sindicato Têxtil, exposto na atual sede sindical, em Rio Tinto - Paraíba. (Fonte: Acervo do autor).

A ausência da foto de Apolônio Gomes revela a feição patronal do sindicato, em sua gestão, posto que, seria um funcionário de longa relação de confiança da família Lundgren. Outro ex-presidente que exerceu a direção da entidade entre 1951 e 1960, João Batista Fernandes, descreve que o sindicato entre 1943 e 1951 converteu-se a um espaço subsidiário e subordinado aos interesses da fábrica:

Com o surgimento do Decreto-Lei n. 5.452 datado de 1-5-43, foi que se fez apresentar em Rio Tinto o sindicato em questão. Mas, essa criação do sindicato local era mais um departamento da Fábrica de Tecidos Rio Tinto do que mesmo um órgão de proteção aos trabalhadores. Os dirigentes não eram eleitos pelos operários e, sim, nomeados pela fábrica com homologação da

³²⁴ As disputas de memórias em torno da história do sindicato são notadas ainda em tempos presentes. Cada dirigente ao seu modo, se coloca como “importante” na fase em que presidiu a entidade.

própria Delegacia do Trabalho, sediada em João Pessoa. O primeiro “interventor”, em 1943, foi Apolônio Gomes de Arruda; o segundo, Manoel Simplício de Paiva; o terceiro, Ananias Gomes da Silva; o quarto, Juvino do Nascimento, sendo este último nomeado diretamente pela Delegacia do Trabalho à revelia da Cia. De Tecidos Rio Tinto. Em 1949 (maio), por influência direta da fábrica, o Sr. Juvino do Nascimento foi deposto do cargo de interventor, sendo substituído por uma junta governativa, tendo à frente da citada junta o Sr. Severino de Souza Leão. Finalmente, em maio de 1951, por determinação do Ministro do Trabalho, na época, Danton Coelho, decidiu-se que houvesse eleição direta para escolha da Diretoria do sindicato de Rio Tinto. Do resultado daquelas eleições, saiu vitoriosa, a chapa encabeçada pelo Sr. João Batista Fernandes, que foi reeleito, consecutivamente, por cinco períodos de 2 anos.³²⁵

Porém, quem foi Apolônio Gomes de Arruda? Suas funções em Rio Tinto datam do início da construção da cidade-fábrica em 1917. Pernambucano, era considerado funcionário de confiança da família Lundgren, tanto que foi responsável e indicado por Frederico Lundgren, na organização da construção de Rio Tinto em 1917. Exerceu durante os anos 1930, o cargo de subdelegado da cidade e chefe de vigias (cujo policiamento foi posto para cargo da fábrica, dentro da isenção dado pelo presidente do estado em 1917, Camilo de Holanda). Nas (re) memórias de João Batista Fernandes, este chega a registrar em tom de defesa, o papel desempenhado por Apolônio ao tempo em que exerceu o cargo de chefe dos vigias da cidade-fábrica. Assim, registra uma conversa informal:

- Seu Apolônio, é verdade que os vigias, de ordens da fábrica, matavam e queimavam gente nas bocas das caldeiras da Usina?
 - Seu Apolônio, é verdade que também matavam gente e enterravam na mata do burro?
 - Seu Apolônio é verdade que os vigias obrigavam o povo dormir cedo, a força?
- E as respostas vinham dele, do Apolônio, espontâneas e com naturalidade.
- Meu amigo, enquanto houver mundo a mentira prevalecerá por muitas e muitas vezes. Rio Tinto jamais deixará de ter os mentirosos e invejosos contra ele. Isto aqui foi um lugar mal edificado: foi edificado sobre lama!³²⁶

Embora se coloque na defesa a Apolônio Gomes para quem ele “*já* *mandou bater em ninguém*”, o relato de João Batista Fernandes em confronto com outros caminha na contramão. Nesta esteira registramos o papel que os vigias realizavam no cotidiano da cidade-fábrica, confirmado pela memória de trabalhadores e militantes sindicais: sua coação violenta,

³²⁵ **Alguns informes, referentes à criação – ou melhor, a oficialização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Rio Tinto.** João Batista Fernandes, 01 de junho de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. p.174-175.

³²⁶ FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto.** Paraíba, 1971, p. 94.

que desde 1924, se constituíam enquanto policiamento da cidade. Como confirma o ex-presidente da entidade:

Um irmão meu que já morreu, só porque ele entrou na vida sindical, os vigias foram bater nele. E outros já apanharam por aí, no meio da rua. A repressão existia, eu digo a você que existia, porque primeiro, esse vigia que deu eu conheço, o que apanhou eu conheço, era Dantas, era um contramestre de tecelagem, apanhou ali de lado da igreja na praça. Outro apanhou lá na descida para o cinema, outro apanhou dentro de eucalipto [refere-se à plantação de eucaliptos nos terrenos anexos a fábrica], e aí quem não apanhou correu. Por que quem mandava no policiamento era vigia, e vigia a mando da fábrica fazia o que ela mandava.³²⁷

Na conjuntura final do Estado Novo, o primeiro movimento reivindicatório promovido pelos trabalhadores em Rio Tinto, deu-se em julho de 1946. Será um investigador do DOPS, de Recife que informa ao Delegado na capital pernambucana, da paralisação de grande parte das seções da tecelagem. Alertava, ao mesmo tempo, para a influência deste movimento nos trabalhadores de Paulista, a presença dos comunistas e os laços de solidariedade, no combate contra o patrão comum. O registro do investigador, revela aos detalhes a constante vigilância:

Esse fato deu margem ao núcleo comunista de Paulista, incentivar o proletariado daquela cidade, alegando que os operários de Rio Tinto, haviam quebrado os grilhões da resistência dos Lundgren, cabendo a vês ao operariado de Paulista, seguir o exemplo dos seus irmãos.

Existe em Paulista o grande movimento, preparado à surdina, no sentido de convencer a massa proletária de que deverá entrar em greve.³²⁸

Como precaução e visando repressão, o encarregado solicita ao Delegado, reforço do destacamento policial em Paulista, para neutralizar qualquer ensaio de movimento grevista.³²⁹ Três meses depois deste movimento, registrou-se uma convenção coletiva do trabalho, visando um abono de 20% em cima dos salários dos trabalhadores. A frente das negociações, estava o Sindicato cujo presidente não mais seria Apolônio Gomes e sim Antônio Pereira da Cruz.³³⁰

Como ressaltamos, de 1943 a 1948, as direções sindicais estiverem sob órbita e tutela da fábrica. Nesta altura, com o falecimento em 1946 de Frederico João Lundgren, os negócios

³²⁷ **José Antônio da Silva – 78 anos.** Entrevista realizada em Rio Tinto, novembro de 2006.

³²⁸ **Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Ordem Política.** Prontuário Funcional: FÁBRICA PAULISTA (RIO TINTO). N. do Documento: 108-A. Data do Documento: 01 de julho de 1946. Quantidade de Documentos: 25. Fundo Secretaria de Segurança Pública n.: 29.251. Arquivo Público estadual Jordão Emerenciano. Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - Recife, PE).

³²⁹ Importante ressaltar que em janeiro deste ano, os bancários realizaram um movimento grevista de forte impacto e que seguia orientação de greve nacional da categoria. Para isto, ver: **Crescente movimento grevista na Paraíba.** *O Estado da Paraíba*, João Pessoa, Paraíba, 20 de janeiro de 1946. Hemeroteca Fundação Casa de José Américo.

³³⁰ **Convenção Coletiva do Trabalho.** *Jornal Pequeno*. Recife, Pernambuco, 06 de outubro de 1946. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

da família, a partir daí, ficaram sob comando de seu irmão Arthur Lundgren. Apesar disso, acontece um revés nesta ação costumeira de influência no sindicato, em 1948: segundo João Batista Fernandes³³¹ a Delegacia Regional do Trabalho nomeia sem a “conivência” da fábrica, o operário Jovino do Nascimento para a presidência. O ato da DRT se desdobra em reação imediata dos Lundgren: o afastamento de Jovino do cargo. De acordo com o ex-operário, José Galberto a pressão fez com que o operário deixasse a cidade-fábrica, afastando-o da função de presidente do sindicato: *e quando a Companhia ganhou dele, fez o enterro simbólico dele, e ele nunca mais voltou para Rio Tinto.*

Para a pesquisadora Maria Bernadete de Macedo, o “enterro simbólico” era ação costumeira para com dirigentes sindicais. A fábrica organizava este ato ao que ele chama de “teatro do medo”:

Essa prática de violência concretiza-se com a organização pela fábrica do *'teatro do medo'*: ou seja, o enterro fictício do dirigente sindical. Os operários são obrigados a participar do enterro que circula por todas as ruas da cidade. Nessa marcha fúnebre, as mulheres vão participar inclusive aquelas que resistiram a se associar ao movimento reivindicativo. Homens e mulheres choram de humilhação, com medo que, se não acompanharem o enterro, sejam punidos com o desemprego. As lágrimas dos operários e operárias davam a impressão de que o sindicalista estava verdadeiramente morto. Para os operários e operárias, este *'teatro do medo'* representa sua própria morte. Essa demonstração de poder estabelece um silêncio de morte na cidade-fábrica. Os vigias da própria fábrica e a polícia do Estado participam da marcha fúnebre a fim de assegurarem a eficiência.³³²

Dos raros documentos encontrados sobre a atuação de Jovino do Nascimento, encontramos referência *SAPS – Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social*, em edição de 1949. Na seção “*Dos trabalhadores à direção do SAPS*” publica-se uma comunicação do então presidente do sindicato, que agradece a atenção dispensada, reiterando que a entidade recebe regularmente o Boletim enviado do SAPS, ao tempo em que reforça a solicitação de “*prosseguir a remessa não só desse como também de qualquer outro material concernente à propaganda. Expressando a nossa admiração pelo modo com que V. Excia. vem*

³³¹ **Alguns informes, referentes à criação – ou melhor, a oficialização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Rio Tinto.** João Batista Fernandes, 01 de junho de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. Op. Cit. P.175.

³³² MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Trabalho, saúde e resistência: o caso das operárias e operários de Rio Tinto, na Paraíba. Nordeste do Brasil- 1924-1991.** Pro-Posições - Vol. 1 NQ5 (32) julho 2000, p. 13. Versão em língua inglesa deste artigo, ver: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Gender relations, the gendered division of labour and health: the case of the women factory workers of Rio Tinto, northeast Brazil, 1924-1991.** Feminism & Psychology. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), 1996;6(3):381-99.

dirigindo essa instituição”.³³³ Desta feita, denota Jovino sua agenda de defesa das condições de vida e de trabalho dos operários, o que de todo modo “desperta” relativa preocupação da direção da tecelagem. Afinal, o SAPS³³⁴, entre outros, consistia em um boletim de informações acerca da alimentação do trabalhador brasileiro. Jovino, portanto, deveria estar par destes debates e no campo do possível, poderia até mesmo a exercer certo tipo de vigilância em torno do cumprimento da tecelagem nesta questão. Só para termos uma noção das matérias de capa, do ano de 1949 – que seguramente Jovino do Nascimento recebia na sede do Sindicato: *Vegetais frescos como fontes de vitaminas* (Ano 03, N. 26, 16 de janeiro); *Alimentação e rendimento do trabalho* (Ano 03, N.29, 16 de março); *A preparação da carne* (Ano 03, N. 30, 1º de abril).

O papel de um sindicato de “feição operária” foi a característica da curta gestão de Jovino Nascimento. Em caso singular, soube utilizar da força do Sindicato e seus associados, para acionar uma reclamação na Junta de Conciliação e Julgamento contra a Fábrica. A ação coletiva movida pelo Sindicato em favor de 6.349 trabalhadores³³⁵, consistia em requerimento de pagamento de dias parados que a fábrica não havia ressarcido.

O sindicato por meio de seu procurador e advogado, Edigardo Soares, expunha que tal reclamação e requerimento contra a diretoria da tecelagem era devido ao seguinte fato: no período de 24 de dezembro de 1948 a 02 de janeiro de 1949, a fábrica decidiu paralisar as atividades das seções de tinturaria, acabamento, beneficiamento e olarias. Isto ocasionou o não pagamento de dias parados aos trabalhadores, assim, pedia-se a condenação à tecelagem com total de Cr\$ 761.880.00. Os trabalhadores prejudicados nesta ação, estava assim distribuído: Fiação (2.255 operários); Preparação (911); Tecelagem Rio Tinto (1.235); Tecelagem Vila Regina (1.286); Tinturaria (64); Acabamento (177); Beneficiamento (151) e Olarias (270). Para uma análise comparativa dos salários, Jovino do Nascimento por meio de seu representante legal, solicita que o Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento que envie cópia da folha de pagamento das respectivas seções, com data anterior a 24 de dezembro. Logo, a solicitação é aceita e a Junta envia notificação em 11 de setembro de 1948. Para a audiência em 17 de

³³³ **Boletim do SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social.** Ano 3, 31 de agosto de 1949, n, 38, p. 3. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

³³⁴ Sobre o SAPS, ver: FOGAGNOLI, Marcela. **O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011; EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Arroz e feijão, discos e livros: história e memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967).** Tese de Doutorado defendida pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

³³⁵ **Reclamação apresentada por Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape.** Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Justiça do Trabalho. Junta de Conciliação e Julgamento. João Pessoa, Paraíba, 18 de agosto de 1948. Arquivo das Varas do Trabalho – Memorial da Justiça do Trabalho (1944-1950).

setembro, foram notificados o presidente do Sindicato e a direção da tecelagem, representando por um dos diretores Gabriel Felipe do Rêgo Barros.

No relato de contestação à ação a Fábrica – via advogado Giácomo Porto - apontava a improcedência do pedido a partir de algumas questões: não se trata de Dissídio Coletivo e sim de Dissídio Individual; que o Sindicato não poderia instaurar um dissídio e assumir a defesa do empregado; que a fábrica parou para reparo e limpeza de máquinas e os trabalhadores atingidos recebiam por produção e por hora. Neste último item, a palavra da fábrica reitera seu costumeiro descompromisso com as condições de vida e trabalho dos seus operários, ao registrar que: *“Tiveram inteira liberdade de buscar outras fontes de renda e prestar serviços a terceiros”*.³³⁶ Ora, a contradição desta fala reside no fato de que nada em Rio Tinto seja possível trabalhar a não ser na fábrica e em suas seções subsidiárias e dada a distância da capital, estes trabalhadores ficaram submetidos a condições penosas no período, como o não recebimento de salário. É isto que Jovino do Nascimento exerce presidindo o sindicato: a defesa da classe trabalhadora permitindo que este processo exponha a insensibilidade da direção da tecelagem.

Na audiência, foi inicialmente proposta a conciliação de pagamento ao que foi de pronto recusada. Os trabalhadores que representaram suas respectivas seções, foram: Preparação – Eudócio Pedro Silva, Manoel Brasiliano de Araújo, Pedro Caitano Costa e Aurino Gudes Alcoforado; Tecelagem Regina – Antônio Simões de Melo, Manoel Lins, Cícero Tavares e Pedro Henrique Costa; Tecelagem Rio Tinto – Angelina Luiza da Silva, Emília Irinéia, Irinéia Costa dos Santos e Joana Ramos da Silva; Tinturaria – Cleudo Lopes de Souza, Sebastião Francisco e Otávio de Sousa Marinho; Acabamento e Beneficiamento – Júlio Gomes da Silva, Severino Miguel da Costa, José Medeiros da Silva, Manoel Cazuza de Sousa e Francisco Xavier da Costa; Olarias – João Inácio Ferreira, Antônio Alexandre Cabral e Manoel Oliveira Cavalcanti.

O primeiro a ser interrogado no processo foi Manoel Carlos de Lima – representante da seção de fiação - juntamente com 4 operários desta seção, José Pereira da Silva, Sebastião Piedade de Matos, Antônio Barbosa, João Francisco e Silvino Pereira Diniz. Confirma que a tecelagem paralisou suas atividades, não enviou aviso-prévio aos trabalhadores e que o *“motivo*

³³⁶ **Contestação – Pela Reclamada – Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto.** Giácomo Porto, João Pessoa, 17 de setembro de 1948. In: **Reclamação apresentada por Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape.** Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Justiça do Trabalho. Junta de Conciliação e Julgamento. João Pessoa, Paraíba, 18 de agosto de 1948. Arquivo das Varas do Trabalho – Memorial da Justiça do Trabalho (1944-1950). P. 6.

da paralização foi exclusivo da política interna da Companhia.” Um ponto de destaque: o operário ressalta que no dia anterior em que a tecelagem deliberou pela paralização, as máquinas estavam funcionando normalmente, sem nenhuma apresentar quaisquer possibilidades de defeito. Seu salário era pago por produção e o pagamento era feito semanalmente. A tese da fábrica de que possuía 220 trabalhadores para exclusivamente realizarem a limpeza das máquinas somente aos domingos é desmontada.

Gabriel Felipe do Rêgo Barros informa em seu depoimento, que a paralização se deu para reparos de máquinas e motores e um dado é de se destacar: cerca de 1/3 de todos os trabalhadores foram atingidos e entre estes encontrava-se os contratados como horistas ou por produção. Também por meio deste depoimento, sabe-se que a fábrica não havia informado e nem solicitado as devidas permissões ao órgão do Ministério do Trabalho na Paraíba. Sua fala, obviamente, reiterava a defesa do patrão. Em seguida do depoimento do representante patronal, falou Jovino Nascimento, presidente do Sindicato que capitaneava a ação. Reiterou que não foi comunicado pela direção da fábrica da paralização e que ao procurar Gabriel Felipe, este informou que desconhecia o que estava circulando do “boato” em Rio Tinto, de que haveria uma paralização. A fala de Jovino foi concisa e o representante da fábrica, não requereu nenhum questionamento a ele. Em seguida, o advogado do Sindicato reforça que a fábrica tinha a obrigação de informar a Delegacia Regional do Trabalho e com base e uso da CLT, diz:

A reclamação ora ajuizada tem inteira procedência, de acordo com os dispositivos legais. O art. 492 § único da Consolidação, considera como tempo de serviço o tempo em que o operário fica a disposição da empregadora. Os operários constantes da reclamação sem nenhum aviso ou comunicação, foram surpreendidos com a medida além de tudo desumana do empregador com a paralisação dos seus trabalhos.³³⁷

A defesa contundente feita por Edigardo Soares, revela o quanto a ação movida pelo Sindicato é representativa para seu percurso de embate com a direção da fábrica. O advogado ainda alertava em tom de denúncia que os trabalhadores foram punidos duplamente, pois, sem salários deixaram desamparados suas famílias:

Os castelos e as negações da Cia. em efetuar o pagamento que lhe é devido não obsta a que a Justiça o faça cumprir. O pagamento semanal dos salários é adotado pela empregadora e se a Cia. deixou de efetuar esse pagamento por

³³⁷ **Ata de audiência no processo de reclamação – Junta de Conciliação e Julgamento N°533/48.** In: **Reclamação apresentada por Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape.** Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Justiça do Trabalho. Junta de Conciliação e Julgamento. João Pessoa, Paraíba, 18 de agosto de 1948. Arquivo das Varas do Trabalho – Memorial da Justiça do Trabalho (1944-1950). P. 10-11.

uma circunstância independente da vontade dos operários e de única responsabilidade da empregadora, cabe a Junta de Conciliação e Julgamento, o dever de mandar determinando que se efetue esse pagamento, fazendo não só justiça como também praticando um ato de humanidade aquele número avultado de trabalhadores que no período das festas da natividade deixaram de perceber o seu salário destinado ao sustento de suas famílias. Assim, por todas as razões aduzidas, espera o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape e a classe laboriosa de Rio Tinto se julgue procedente a reclamação.³³⁸

Isto posto, o Presidente da Junta iniciou seu voto baseado amplamente na CLT e em jurisprudências similares, faz no mérito ressalvas que já anunciam sua sentença final: *“A reclamada confessa à meridiana luz a interrupção dos trabalhos. Foge, porém, a responsabilidade do pagamento dos salários com argumentos falhos, contrários ao espírito protecionista da legislação social e ao próprio bom senso.”* Assegura que o não pagamento a trabalhadores horistas e tarefeiros não se justificava, pois, como a empregadora dispensava estes operários, teria que pagar indenização, o que não foi feito. Estes operários, estavam sim sob responsabilidade contratual da tecelagem. Alega, a partir da Legislação, que poderia a fábrica ter reduzido o salário, mas que nem isto se realizou, *“a Companhia não se apercebe do risco a que está exposta com alegações tão comprometedoras”*, continua a argumentar o Presidente. Ao fim, julga a favor da reclamação do Sindicato e ordena a tecelagem ao pagamento dos salários, que deixaram de receber ao tempo da paralização, no prazo de dez dias.

Desta feita, a advogado Giácomo Porto recorre em 25 de setembro, à instância superior, ou seja, ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região discordando da sentença proferida, solicitando improcedência da reclamação. Notificado o Sindicato de Rio Tinto, por meio de seu advogado, a Junta de Conciliação e Julgamento estabeleceu um prazo de 10 dias para a resposta ao recurso, ao que foi apresentado por Edigardo Soares. Este reforça que os contra-argumentos apresentados pela fábrica não correspondem aos fatos ocorridos, assegurando que a paralisação foi *“ilegal, injusta e desumana”*. Encaminhado o processo ao TRT-6ª Região em Recife, em 12 de outubro de 1948, inicialmente, o Procurador Regional do Trabalho emite parecer favorável ao recurso interposto pela Fábrica. A Certidão de Julgamento registrava em 14 de janeiro de 1949, a anulação do processo, o que na prática é seguido o parecer do Procurador Regional. Em 10 de fevereiro foi enviado ao presidente do Sindicato de Rio Tinto e a gerência da tecelagem, do acórdão. Ao fim do caminho processual, a fábrica requer ao sindicato o pagamento das custas processuais e caso, o Sindicato não efetue

³³⁸ Ata de audiência no processo de reclamação – Junta de Conciliação e Julgamento Nº533/48. P.11

pagamento que ocorra penhora. Deste modo, o Juiz Presidente da Junta de Conciliação notifica que o Sindicato efetue o pagamento em 48hs o que não ocorre. A penhora é procedida pelo Oficial de Justiça, na sede sindical: uma máquina de escrever Remington e um cofre. O tramite final se arrastou até julho de 1949, quando a direção da fábrica, desiste do procedimento de penhora, que em requerimento ao Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, “*tendo entrado em composição amigável com o executado.*”

Este processo só auxilia na confirmação de um efêmero sindicato combativo e de constante defesa dos direitos da classe operária. Por isto, seu presidente Jovino Nascimento, constituiu-se na memória coletiva, enquanto marco fundante no embate com o patrão. A trajetória final de sua gestão, coincide com uma sindicância. A repercussão do fato, teve ampla cobertura dos jornais pernambucanos *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Comércio* e *Jornal Pequeno*. Em 30 de março, o *Diário de Pernambuco* publicou uma nota do *Delegado Regional do Trabalho* na Paraíba, Washington de Campos, que anunciava por meios de duas portarias, uma investigação em “supostas” irregularidades ocorridas no sindicato têxtil. A primeira portaria afastava a Junta Governativa do Sindicato, composta pelo presidente Jovino Nascimento, secretário José Carvalho e o tesoureiro Joaquim Alves Sobrinho, nomeando o fiscal do trabalho, Márcio Xavier para averiguações. O que o Delegado Regional apontava, era a denúncia de que a entidade estava promovendo reuniões políticas e que estava sendo frequentado pelo que chamava de “*pessoas estranhas*”:

Considerando que a atual Junta tem permitido o ingresso de pessoas estranhas nas reuniões realizadas na sede do referido sindicato desvirtuando assim, as suas verdadeiras finalidades; Considerando que tais elementos estranhos têm procurado, nas reuniões que tomam parte, insuflar a massa operária, impondo a anarquia e desordem na Vila de Rio Tinto; Considerando que a Junta Governativa do referido Sindicato não vem colaborando com esta DR, pelo contrário vive isolada, não atendendo as solicitações que lhe tem sido enviadas; Considerando que além dos fatos acima expostos, na última Assembléia Ordinária autorizada por esta DR, para fim único e exclusivo da leitura e aprovação do Relatório das atividades daquele órgão, no exercício de 1948, foi permitido o ingresso de elementos estranhos a classe, com o intuito de ali fazerem um comércio político, no firme propósito de desprestigiar essa DR, em desobediência as instruções baixadas pelo Exmo. Snr. Ministro do Trabalho; Considerando que essa atitude estranhável da Junta Governativa é passível de penalidade, pois que o Sindicato é para atender as necessidades dos operários, dando-lhes assistência e não para ser convertido em centro político, o que é expressamente proibido conforme disposto na letra d do art. 521 da CLT.³³⁹

³³⁹ **O Delegado Regional do Trabalho, na Paraíba, determinou rigorosa sindicância no Sindicato da Fábrica Rio Tinto.** *Diário de Pernambuco*. Pernambuco – Recife – Brasil, quarta-feira, 30 de março de 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 1.

O que se definia como a participação de “pessoas estranhas” nas assembleias e reuniões na sede sindical, pode ser interpretada como a presença de militantes comunistas atuando em conjunto com a entidade. Em 14 de abril o *Diário de Pernambuco* reproduzia declarações do Delegado Regional do Trabalho da Paraíba, que havia sido publicada no *Jornal do Comércio*, sobre o andamento do processo. Antes da reprodução, o *Diário* ressalta o trabalho do Delegado em afastar “os desagregadores da ordem” nos sindicatos paraibanos, de onde Rio Tinto seria um dos maiores focos. Washington Luiz Campos afirma que após apreender documentos e instaurar a sindicância resolve que a Junta Governativa composta por Jovino Nascimento, reassuma a direção sindical, até o processo ser finalizado. Designa a nomeação pelo Departamento Nacional do Trabalho de um funcionário para acompanhar a investigação e conclui “*pelas provas que tive oportunidade de examinar, acredito ser difícil a permanência da atual Junta Governativa a frente do citado órgão de classe.*”³⁴⁰

Não obstante, em todas as matérias publicadas não se encontra nenhuma citação direta sobre o conteúdo do processo, permanecendo extremosamente vaga a acusação. Isto nos leva a probabilidade de interferência dos Lundgren, aliado ao discurso e sentimento anticomunista presente na linha ideológica desta imprensa. Rio Tinto, assim como sua matriz, Paulista, além de se constituir como dois importantes parques industriais do norte e nordeste do Brasil, residia destacados movimentos operários. Como já vimos, desde 1932 que a cidade-fábrica era um espaço que estava nos projetos de atuação política-sindical dos comunistas na Paraíba.

Tanto que, Gregório Bezerra em suas memórias, ressalta ao fato de os Lundgren realizar todo tipo de perseguição a quaisquer tentativas de presença comunista entre os trabalhadores. Referindo-se a cidade-fábrica de Paulista na conjuntura eleitoral de 1945 e na reorganização de uma célula comunista na fábrica, diz:

Organizamos o trabalho clandestino. Organizamos uma base no dia, outras duas semanas depois, assim, criamos um comitê de fábrica com bases do partido em todas as seções, com mais de cinquenta elementos. E resolvemos fazer o comício de encerramento da campanha na bastilha dos Lundgren. (...) Até então, a direção da fábrica ignorava completamente a existência de militantes comunistas dentro da empresa, pois todo o trabalho de agitação e propaganda era feito clandestinamente. Assim, minamos o feudo dos Lundgren. No dia do comício, demos posse publicamente a direção do Comitê Municipal do PCB em Paulista. A direção da fábrica foi surpreendida com o nosso empreendimento e o comício transformou-se numa verdadeira festa popular, das mais animadas.³⁴¹

³⁴⁰ **A situação do Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica Rio Tinto.** *Diário de Pernambuco*. Pernambuco – Recife – Brasil, quinta-feira, 14 de abril de 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 1.

³⁴¹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011 (Edição ampliada e atualizada). P. 332.

Neste sentido, o historiador José Octávio de Arruda Melo nos fornece alguns dados eleitorais de 1945 e 1947, que auxiliam a apreender melhor esta questão. Na Paraíba, em específico na capital, Campina Grande e Rio Tinto, houveram comícios em prol das candidaturas do PCB.³⁴² Este historiador registra que Gregório Bezerra esteve presente nestas cidades “e em Rio Tinto, onde lembrou as discriminações existentes contra os filhos dos operários”.³⁴³ Na eleição para Deputado Estadual de 1947, foi eleito o destacado e histórico militante comunista João Santa Cruz, onde exerceu um mandato pautado pela agenda de defesa das classes trabalhadoras. Em parte de seus discursos denunciou em 1947, da tribuna os desmandos patronais da Fábrica Rio Tinto, registrada na pesquisa do jornalista Waldir Porfírio:

Demissão dos operários de Rio Tinto – Santa Cruz denunciou que a Fábrica de Tecidos Rio Tinto estava demitindo operários, “servindo-se de uma tática prejudicial e lesiva à legislação trabalhista” (17/7/1947). Ainda sobre aquela fábrica, denunciou, em outra oportunidade, que a Companhia de Rio Tinto desrespeitava as leis trabalhistas, quando não atende a um operário que foi vítima de um acidente de trabalho, enquanto cortava lenha. Disse que prestou queixa ao promotor de Mamanguape e as testemunhas que arrolou no processo estavam sendo perseguidas e expulsas da fábrica, “pelo único crime de haverem sido chamadas pela polícia para depor num processo de acidente de trabalho”. Cobrou ainda das autoridades estaduais as providências quanto ao pedido de telefone público que fez, e também, a conclusão do Hospital de Rio Tinto que estava sendo construído pela Companhia (14/8/1947).³⁴⁴

Ora, já vimos o quanto de diferenciações estão inscritas na gestão de Jovino Nascimento - quando este não se transformou em um preposto dos Lundgren na direção sindical - e na de Apolônio Gomes. O curto e efêmero tempo da presidência de Jovino, aproximou o sindicato da agenda de lutas dos trabalhadores no combate ao patrão. Como também, no campo do possível, reforçou os laços com a militância do Partido Comunista na cidade-fábrica.

Não basta encerrarmos nossas discussões neste item no marco final desta tese, 1945. Foi preciso ir a até o ano de 1949, porque, dentro da história do sindicato desde 1943, constitui-

³⁴² A visita a Paraíba, dos candidatos Yedo Fiúza e Luiz Carlos Prestes deu-se em 26 de novembro de 1945. Ocorreu na Lagoa do Parque Sólon de Lucena, região central da capital. Da Paraíba, os discursos de destaque seriam de João Santa Cruz e Félix Araújo, ambos militantes do PC local. O jornal *O Estado da Paraíba*, registrava em edição de 25 de novembro, que haveria grande presença de operários da capital, especificamente, dos bairros operários, de Ilha do Bispo, Torre, Oitizeiro e Cruz das Armas.

³⁴³ MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e poder político no Nordeste – O caso da Paraíba 1945-1964**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. P. 183.

³⁴⁴ SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003, p. 135-136.

se enquanto espaço temporal importante. Para entendermos as lutas sindicais de 1932, é preciso, como nos ensina Edward Palmer Thompson, ler que estas tradições de lutas são herdadas e partilhadas. Deste modo, Jovino do Nascimento, Manoel Rocha e Antônio Sales e tantos outros, fazem parte deste processo construtivo de consciência e cultura de classe, na luta contra o patrão. Será nesta esteira que se consegue apreendermos a próxima conjuntura de um sindicato assistencialista, entre 1950 a 1960 e do combativo, entre 1960 e 1964.

4.3 “É POR ISSO QUE DIZEM QUE RIO TINTO É UM PEDAÇO DA ALEMANHA”: RELAÇÕES E CONFLITOS ENTRE OPERÁRIOS BRASILEIROS E TÉCNICOS ALEMÃES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

O estranho chega a Barra de Mamanguape, a bordo do submarino nazista U-510, no sábado morno de sete de abril de 1945. Está acompanhado de um homem quase gordo e de outro quase magro. (...) O submarino abre-se igual a uma tampa de piano. Aí ele desponta, cabelo caído na testa. Traz uma pistola Walther de 7,65 mm nos quartos e a cruz gamada no peito. (...) Ele chega e homens o olham, reconhecendo-o, ou pensando que o reconhecem. Não é aquele de quem tratam jornais, revistas, emissoras de rádio, movietones e pessoas aflitas?³⁴⁵

Este é um trecho de um romance ficcional que narra a fuga de Berlim e a chegada de Adolf Hitler a Rio Tinto. Não somente esta seria uma narrativa partida do imaginário construído a partir do curso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ela compõe uma série de especulações, de modo óbvio sem prova documental: a de que o ditador alemão ter-se-ia se refugiar na cidade-fábrica. Ainda quando estava na Graduação em História, no início das minhas pesquisas sobre Rio Tinto, visitei pela primeira vez a cidade-fábrica em 2001. Em busca de narradores que pudessem me auxiliar a construir uma teia de ex-operários, fui abordado por um estudante que, ao perguntar sobre meu objetivo, logo assegurou: *“Você sabe que Hitler ia morar aqui no Palacete?”*. Impressiona que mesmo passadas décadas da capitulação alemã e japonesa em 1945, esta imagem cristalizada na memória coletiva da cidade-fábrica, das supostas ligações da família Lundgren com o nazismo, permaneciam quase que inalteradas.

Ao lado deste fato, importante notar, do mesmo modo, as diferentes matérias divulgadas em jornais diários da Paraíba e de Pernambuco, que veiculando informações não

³⁴⁵ CRAVEIRO, Paulo Fernando. **Os olhos azuis da sombra**. Recife: Nossa Livraria, 2004. P. 11-13.

comprovadas e equivocadas, auxiliam nas permanências destas imagens/discursos que de todo modo, persistem ainda em Rio Tinto. Ao ler parte destes artigos, com os títulos a seguir, *Paraíba já abrigou Campo de Concentração*³⁴⁶; *Tempos sombrios - Lembranças do Nazismo na Paraíba*³⁴⁷; *Nazismo deixou lembranças pela Paraíba*³⁴⁸, *Nazismo em Rio Tinto*³⁴⁹, constatamos teor que beira a desinformação, quando em um destes o jornalista se pergunta: *Seria o casarão em estilo europeu um ninho de espiões nazistas? Ela teria um ninho de metralhadoras antiaéreas e um serviço de rádio para se comunicar com III Reich?* Portanto, é caminho obrigatório, para o entendimento de como estas imagens/discursos foram produzidos historicamente é preciso analisar a conjuntura da Segunda Guerra Mundial e a produção do tensionamento entre operários brasileiros e técnicos imigrantes alemães. Será, deste modo, partindo dos diversos marcos históricos significativos deste processo entre 1939 e 1945.

4.3.1 Os Lundgren e os imigrantes alemães em Rio Tinto: Da indiferença a suspeição

A contratação de alemães para ocuparem cargos técnicos e chefias de seções da tecelagem em Rio Tinto, já data seu período de sua construção, entre 1918 e 1924. O primeiro registro que identificamos, foi uma nota informativa do pernambucano *Jornal Pequeno* de 18 de março de 1921. Registra que o navio *Poconé* chegara as 5hs da tarde, no Armazém 5 das docas, com 1.140 passageiros alemães e teria saído de Hamburgo, na Alemanha. Eram, em parte, famílias alemãs que vinham para o Rio de Janeiro para núcleos coloniais e fazendas. Destes, foi informado à Polícia Marítima que havia cerca de 18 passageiros clandestinos, que foram entrando nos seguintes portos: Hamburgo, Antuérpia e Lisboa.

Para trabalharem em Paulista e Rio Tinto (que neste momento estava em construção, sendo inaugurada em dezembro 1924), o jornal informa que desembarcaram 10 imigrantes alemães, todos ex-oficiais condecorados do Exército imperial que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Registrava-se que eram “*homens moços, de trato fino e maneiras cavalheirescas*”: Frederick Peter; Otto Wagner; Hulsembaum Egon; Glasencapo Von Gerog; Edward Andersen; Karl Rüger; Kurt Nizer; Theodoro Fuhrken; Gerard Huth e Walter Schlag.³⁵⁰

³⁴⁶ **Correio da Paraíba.** João Pessoa, Paraíba, domingo, 23 de agosto de 1992. P.9-10.

³⁴⁷ **Jornal do Comércio.** Recife, Pernambuco, segunda-feira, 20 de novembro de 2000.

³⁴⁸ **Jornal da Paraíba.** Paraíba, domingo, 13 de agosto de 2006.p. 17-19.

³⁴⁹ **A União.** João Pessoa, Paraíba. Domingo, 21 de julho de 2013.

³⁵⁰ **O “Poconé”.** *Jornal Pequeno.* Recife, sexta-feira, 18 de março de 1921. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Outros jornais pernambucanos, igualmente, registraram a chegada no Porto, do *Poconé: Diário de Pernambuco e Jornal de Recife.*

Portanto, foram uma das primeiras levadas de imigrantes a serem contratados por Frederico Lundgren, para Rio Tinto. Dois anos mais tarde em 1923, o navio *General Belgrano* em junho e o *Curvello* em dezembro de 1923, procedentes de Hamburgo trouxeram para Recife novos alemães que em seguida foram para Rio Tinto.³⁵¹ Nesta conjuntura, a Alemanha já vivia, desde 1919, sob a República de Weimar. A constante instabilidade econômica, política e social dos primeiros anos da década de 1920, levaram a inflação, taxas altíssimas de desemprego:

A 1º de novembro de 1923 (1 dólar) valia 1 bilhão de marcos. Com essa cifra inimaginável, a moeda alemã recebia o golpe fatal. A Alemanha estava a beira da catástrofe. Mas ainda o desemprego crescera num prazo muito curto. No final de 1918, como consequência do retorno dos soldados da frente, o número dos desempregados aumentara, para estabilizar-se nos primeiros meses de 1919 e, depois, diminuir progressivamente. (...) Mas em 1923, subiu vertiginosamente. No fim do ano, estava avaliado em 25%. Em janeiro de 1924, atingia 27% da população ativa, enquanto 52% dos alemães empregados não dispunham de um trabalho em tempo integral.³⁵²

Houve esta conjunção de fatores, porém, é necessário demarcar que entre 1920 e 1924, o Brasil recebeu levadas de imigrantes alemães, como ressaltou o historiador alemão Stefan Rinke: *Depois da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma onda de emigração alemã para a América Latina que, numericamente, ultrapassou muito àquela ocorrida no século XIX*. E o Brasil, por conseguinte, se constituiu enquanto foco de imigração para os alemães:

Logo depois de terminada a Conferência pela Paz de Paris, o governo brasileiro também mostrou interesse em incentivar a emigração alemã. Continuaram a ser ainda a base da política brasileira de imigração determinações que fixavam, entre outras, a idade máxima e média dos imigrantes, definia grupos indesejados, como criminosos, doentes e pobres, e limitava a colonização grupal de estrangeiros. Estas restrições foram reforçadas e complementadas por decreto em 1921 e em 1924 (...) A partir de 1919, estabeleceu-se uma nova onda de emigração, incentivada, em parte, pelo governo brasileiro.³⁵³

Já estabelecidos na Paraíba, durante os anos 1930, os jornais pernambucanos publicavam as constantes viagens dos alemães de Rio Tinto, entre eles Karl Rüger³⁵⁴ a seja ao

³⁵¹ “O Curvello”. *Jornal Pequeno*. Recife, Pernambuco, 13 de dezembro de 1923. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. P.3. Na edição que registra a chegada do navio *General Belgrano*, cita-se que cerca de 8 alemães iriam trabalhar em Rio Tinto.

³⁵² RICHARD, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Cia. das Letras/Círculo do Livro, 1988. P. 92.

³⁵³ RINKE, Stefan. *Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades*. Espaço Plural, Ano IX, Nº 19, 2º Semestre 2008. P. 40-43. Outros alemães também imigraram para o Brasil em 1923, por exemplo, o caso de Friedrich Kempster que logo a desembarcar em Recife conseguiu, segundo informa, Stanley Hilton, ser contratado pela Companhia de Tecidos Paulista. HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil – A história da espionagem alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977, P.77.

³⁵⁴ Na Paraíba, por exemplo, havia um cônsul da Alemanha no Estado em 1935: Wilhelm Kroncke.

sul do Brasil como à Europa em 1931, 1932, 1937. Registrado pelo *Jornal Pequeno*, Rüger foi um dos 10 imigrantes que chegaram no Brasil em 1921, contratado para trabalharem na tecelagem. Logo, tornou-se acionista da Companhia de Tecidos Paulista, como vimos em relatório publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1943 e 1945.³⁵⁵ Na conjuntura de ascensão crescente do Partido Nazista na Alemanha, logo entendemos as ligações de alguns destes imigrantes na organização e fundação do Partido Nazista em Paulista, no ano de 1933. De acordo com dados de Ana Maria Dietrich, entre os estados onde possuíram atuação do partido, a Paraíba seria um destes, contando com *115 alemães residentes e 21 filiados*.³⁵⁶



Fotografia 22: Reunião do Partido Nazista de Pernambuco, com presença de técnicos alemães de Paulista. (Fonte: Acervo DOPS, Recife, Pernambuco).

A seção do Partido Nazista de Pernambuco, foi fechado em 1938 pelo DOPS, numa ação que, a partir de um articulado e planejado plano, apreendeu rádios, máquinas fotográficas, material de propaganda e diversos documentos cruciais. Para Taís Campelo Lucas:

Com a implantação do Estado Novo, foi dissolvida toda espécie de agremiação política – desde partidos registrados nos Tribunais Eleitorais às milícias cívicas e organizações partidárias auxiliares – através do Decreto-Lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937. A eliminação das oposições era um dos objetivos do projeto político para o Brasil e, mesmo que o ideário varguista não

³⁵⁵ **Companhia de Tecidos Paulista – 55º relatório da diretoria.** *Diário de Pernambuco*, Recife, Pernambuco, 21 de setembro de 1945. P.9 Neste último ano, outros foi registrado também como acionista, o alemão Walter Burr.

³⁵⁶ DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil.** São Paulo: FFLCH-Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2007. P. 159.

configure uma doutrina compacta e homogênea, a necessidade de destruir as diferenças culturais do país foi uma bandeira forte nesse novo cenário.³⁵⁷

Na edição da Revista *Diretrizes*, em julho de 1942, já se denunciava a presença destes imigrantes simpatizantes nazistas em Pernambuco e Paraíba. Na ampla matéria, registra o processo em que levaram em 1932, a organizarem uma seção do *Partido Nazista* no Estado, e alguns pontos de relação dos operários de Paulista e os técnicos e chefes de seção: *Os operários da Fábrica Paulista chamavam Walter Burr – e chamavam muito bem – seu “Burro”*. E continuava demarcando um certo afastamento nas relações entre alemães e brasileiros em Paulista:

Pelo seu grande número e desde muito tempo, jamais contou com a simpatia do elemento nacional que constitui a massa operária das Fábricas de Paulista. A arrogância e brutalidade características do alemão sempre mereceram, na cidade de Paulista e no Recife, as críticas mais acerbas.³⁵⁸

O repórter Antônio Freire, nesta ampla reportagem, registra que em 1936 era redator do *Jornal Pequeno*, quando foi convidado para entrevistar o imigrante alemão Karl Bender, engenheiro que trabalhava em Paulista e em Rio Tinto. Freire registra que Bender não falava alemão e Frederico Lundgren serviria de tradutor. Interpelou com algumas críticas a política hitlerista, ao que foi confrontado por Bender que defendeu veementemente. Bender chegou em Recife em 10 de abril 1935 pelo *Graf Zeppelin* contratado pela Companhia de Tecidos Paulista e sua chegada foi registrada efusivamente em ampla nota na capa do *Jornal Pequeno*. Aqui, o alemão é “bem-visto” e “bem-vindo” enquanto indivíduo necessário para a indústria têxtil do Estado: *O dr. Bender é um técnico de reconhecida notoriedade na Alemanha salientando-se nos maiores círculos industriais daquela grande nação, como orientador e consultor de importantes empresas mecânicas, no que diz respeito a sua especialidade*.³⁵⁹

Ao pesquisar o *Jornal Pequeno*, encontramos a edição de 12 de setembro de 1936 com manchete ressaltando o “*notável técnico alemão fala ao Jornal Pequeno, sobre Hitler, a grande obra realizada pelo Nazismo*.” Bender já havia visitado o Brasil, especificamente Recife e era proprietário de um referencial escritório de consultas técnicas em Hamburgo: *Bender & Wiperu*. Das diversas consultorias oferecidas, constava orientações relacionadas a indústria têxtil. Sua

³⁵⁷ LUCAS, Taís Campelo. **Cortando as asas do nazismo: A DOPS-RS contra os “súditos do eixo”**. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira. Presos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. P. 182.

³⁵⁸ **Esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco**. *Diretrizes*. Revista Semanal, Ano V, N. 108, julho, 23, 1942 – Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵⁹ **Engenheiro Karl Bender**. *Jornal Pequeno – Órgão independente e noticioso*. Recife, quarta-feira, 10 de abril de 1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

chegada ao Recife, deu-se pelo contrato firmado com Frederico Lundgren, para visita técnica a Paulista e Rio Tinto. O repórter, faz preleção sobre diferentes assuntos da Alemanha, entre eles a questão judaica. Daí, extraímos o antissemitismo tanto do repórter bem como do engenheiro:

- Vou lhe fazer uma pergunta horrível, Dr. Bender. Mas o Dr. Bender não se espanta. Toma o seu gole de Old Parre ri, alto. Os judeus, Dr. Bender. E os asquerosos judas?
 - Ah! Sim. Vamos calmamente, apesar do assunto. Ri, novamente e explica:
 - (...) De fato, agora é difícil a situação do judeu na Alemanha. Mas quem tiver sentimentalismos vá viver no meio de judeus ou tenha negócios com judeus.
 - Será esfolado vivo Dr. Bender, aqui mesmo conheço Shylocks que arrancam pedaços vivos de carne. Eu mesmo já quase sofro a desgraça de me contagiar com um judeu. O que vale é que são passivos demais.
 - Sim. E na Alemanha ou se conformam ou emigram.
- A Nova Alemanha respira também, quanta a esta parte, ares oxigenados.³⁶⁰

E continua descrevendo a situação econômica, enaltecendo o projeto político e econômico de Hitler posto em prática na Alemanha e uma guerra que provavelmente estaria para eclodir. Retornando a reportagem da Revista *Diretrizes*, Antônio Freire relembra uma pergunta direcionada à Frederico Lundgren sobre sua justificativa da sua admiração à Alemanha: “- *O espírito da organização alemã*” respondeu. A partir disto, o repórter reitera que a fábrica de Paulista, se constituiu enquanto espaço propício para a organização dos alemães nazistas em Pernambuco, pois, “*foi aberta a porta da casa*” e conclui “*falta o sr. Frederico Lundgren emendar a mão: botar fora de Paulista muitos que ali estão e que não podem merecer confiança.*”³⁶¹ Havia cerca de 50 alemães em Paulista e que estavam filiados ao Partido Nazista de Pernambuco, a saber: Erwin Kalk, Erns Jenner, Frederico Koenig, Walter Fritz Burr, Wilhelm Liesen, Hermann Franz Kempkens, Wilhelm Oskar Ernst Hoffman e Walter Heinrich Koenig. A reportagem extensa, relata o trabalho implementado pelo DOPS de Recife e seus investigadores, que no caso de Paulista, já vinha sendo realizado desde início das primeiras atividades políticas desses imigrantes, aprofundadas com a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Já em agosto de 1942 esta mesma revista publicava que muitos frades alemães haviam deixado a vida religiosa, o que despertou vigilância da polícia. Assim, o *Guardião do Convento*

³⁶⁰ **A nova Alemanha em face da inquietação contemporânea.** *Jornal Pequeno – Órgão independente e noticioso.* Recife, sábado, 12 de setembro de 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 1. Para um melhor entendimento da questão antissemita nos anos 1930, ver clássico estudo: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945).** São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁶¹ **Esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco.** *Diretrizes.* Revista Semanal, Ano V, N. 108, julho, 23, 1942 – Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 6.

de São Francisco em Olinda, lista uma série de religiosos alemães, onde registra Henrique Koenig, morador de Rio Tinto que havia chegado ao Brasil em 19 de março de 1937.³⁶²

4.3.2 Vigilância, espionagem alemã e desdobramentos da guerra na Paraíba e em Rio Tinto.

Na edição de 01 de abril de 1938, o jornal *Deutscher Morgen - Aurora Allemã* - impresso em São Paulo, enquanto publicação do Partido Nazista no Brasil – anunciava a campanha: *Winterhilfswerk des deutschen volkes 1937/1938 – Landesgruppe Brasillien – São Paulo*, auxílios de inverno ao povo alemão e o grupo brasileiro – arrecadação e doações para a população pobre da Alemanha. Na lista publicada, havia algumas casas de comércio que seriam locais de distribuições e coletas. Em primeiro lugar, estava o que o jornal dizia serem, funcionários alemães da Arthur Lundgren & Cia. LTDA, com doações que somavam a 2:800\$000 réis.³⁶³ Para Ricardo Seitenfuss, “a criação de uma imprensa pró-nazista é uma das principais preocupações da Embaixada e dos Consulados Alemães.”³⁶⁴ O *Deutscher Morgen*, foi publicado de 1932 - inicialmente editado todo em língua alemã - até 1941, ano em que foi proibido de circulação. Segundo a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro:

Com artigos redigidos em alemão, o jornal não disfarçava seu ideário político. As reportagens versavam sobre a situação política e econômica da Alemanha, ressaltando sua luta contra o comunismo e divulgando elementos teóricos do nacional-socialismo. Reproduzia com comentários, os discursos de Adolf Hitler. Curiosamente, são raras as matérias que se referem à situação dos alemães no Brasil e das ações do Partido Nazista em São Paulo. Avaliando o conteúdo publicado do jornal, verifica-se que seus editores procuravam manter os leitores alemães informados sobre a situação de seu país de origem.³⁶⁵

A partir de uma relação organizada pelo DOPS em Recife, identificamos que os alemães em Paulista e em Rio Tinto, assinavam que recebiam exemplares deste jornal. Os assinantes de Rio Tinto que receberiam entre 1940 e 1941, seriam: E. Fahrenholtz, Bernard

³⁶² **Frades que deixaram o hábito.** *Diretrizes.* Revista Semanal, Ano V, N. 118, outubro, 1, 1942 – Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. P. 4. O *Diário de Pernambuco*, em edição de 16 de junho de 1942: “Denúncia sobre supostas atividades de religiosos estrangeiros em Pernambuco”.

³⁶³ **Winterhilfswerk des deutschen volkes 1937/1938 – Landesgruppe Brasillien – São Paulo.** *Deutscher Morgen - Aurora Allemã*, São Paulo, 01 de abril de 1938. P.2. Biblioteca digital UNESP – Hemeroteca – Jornais em língua estrangeira.

³⁶⁴ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942 - O processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. P. 94.

³⁶⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954.** São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado; 2003; p.126. (Série Labirintos da Memória).

Burkle, A. Krekeler, A. Wassermann, W. Zeittler e P. Müller. Esta não seria a única menção e registro dos Lundgren nas páginas desta folha. Em 1941, pouco tempo antes de seu encerramento, vemos em seu interior a propaganda das “*Casas Pernambucanas*”. Desde seu início nos anos 1910 na expansão dos negócios da família Lundgren, que ao lado das tecelagens, foram elaboradas uma teia de lojas que vendiam os tecidos produzidos em Paulista e Rio Tinto. Para o norte do Brasil foi instituída a criação das *Lojas Paulista* e para o sul, as *Casas Pernambucanas*. Logo, a propaganda em variados jornais nacionais, era parte integrante do projeto comercial da família Lundgren. Não obstante, a inserção nas páginas do *Deutscher Morgen* de anúncio das *Casas Pernambucanas*, visava patrocínio da folha para sua manutenção.

Entre 1939 e 1945, os Lundgren praticaram algumas ações para “afastarem” quaisquer suspeitas ante ao que costumeiramente se colocava nas suas relações com a Alemanha. É certo que Arthur, Frederico e Anita Lundgren tiveram uma formação educacional na Inglaterra e Alemanha nos anos 1900. As viagens a Berlim, por exemplo, seria roteiro obrigatório para período de descansos.³⁶⁶ Com a deflagração do conflito mundial em 01 de setembro de 1939 e da declaração de Estado de Guerra do Brasil para com a Alemanha, estas viagens cessaram. A vigilância aos Lundgren ocorrera em parte a: 1. pela queda do avião da FAB na região praieira de Rio Tinto; 2. do imaginário em torno da construção do Palacete; 3. da presença de imigrantes alemães na tecelagem. Tudo isto aprofundou o olhar cuidadoso e vigilante, desdobrando-se em sua primeira ação: a instalação de uma Guarnição Federal em Rio Tinto. Em outro caminho, os Lundgren intensificaram a estratégia de patrocinar propagandas nos jornais oficiais que servia como anteparo para afastar suspeitas.

Não só o Exército e o DOPS, permaneciam cuidadosos em relação à situação em Rio Tinto. Na pesquisa do historiador Alexandre Fortes encontramos registros sobre a vigilância aos alemães contratados pelos Lundgren e identificados enquanto simpatizantes do nazismo, já antes da declaração de guerra, em 1942. Fortes cita o papel desempenhado pela *British Security Coordination-Special Operations Executive* (BSC-SOE) – por meio de Willian Stephenson - com uma seção na capital pernambucana e a ação de seus agentes:

Stephenson reivindica papel de destaque para agentes britânicos em diversos eventos que antecederam à declaração de guerra ao Eixo pelo Brasil, tais como a interceptação de correspondência enviada pelos organizadores do núcleo nazista da companhia têxtil Lundgren, em Pernambuco, a Joseph Goebbels

³⁶⁶ Frederico Lundgren e Anita Lundgren seriam os que mais viajavam e suas idas eram registradas nas páginas dos jornais pernambucanos e paraibanos.

solicitando mais dinheiro e material, que desencadeou uma devassa nas atividades pró-Eixo no estado. Após os suspeitos presos terem sido libertados, relata o canadense, “os agentes do BSC-SOE produziam novas evidências”, que tornavam a levá-los para a cadeia, grampeando os seus telefones e violando sua correspondência. Por fim, quando os navios brasileiros foram afundados, os agentes do BSC-SOE teriam participado ativamente das “violentas demonstrações antigermânicas” que se espalharam pelo país “jogando lenha na fogueira”. O criador do BSC-SOE relata com satisfação que “em Recife todas as lojas e fábricas alemãs e italianas foram depredadas”, noventa e cinco alemães e italianos foram presos e as fábricas dos Lundgren colocadas sob intervenção militar: “em um curto tempo, entre janeiro e agosto de 1942, a organização alemã no Nordeste do Brasil foi quebrada e destruída”.³⁶⁷

Já o jornal *Correio do Paraná*, do mesmo modo, lança suspeitas sobre as supostas ligações dos industriais com seus funcionários alemães. Cita o caso das *Casas Pernambucanas* em Fortaleza, Ceará, cujos jornais “*O Povo*” e “*Gazeta de Notícias*” denunciavam uma ordem para que seus gerentes (todas as filiais de capitais e cidades do nordeste): *Enviassem informações detalhadas sobre a localização de quartéis, bases navais, arsenais, estaleiros, repartições federais, estações de luz e força, enfim de todos os pontos estratégicos dos Estados. O caso está causando grande sensação na imprensa.* ³⁶⁸ Dias depois, 31 de março, o mesmo jornal publicava a prisão de um representante da “*Frente de Trabalho Alemã*”, em Florianópolis, organização ligada ao Partido Nazista, com forte infiltração não apenas no Sul, Sudeste do Brasil, mas também no Nordeste. No chamado “círculo do norte” existia o grupo local em Recife e Paulista e ponto de apoio em Rio Tinto e Aracaju.³⁶⁹

Os Lundgren, diante deste espectro de vigilância, já estavam informados de que era preciso pôr em prática ações para afastarem supostas denúncias infundadas. De tal modo, nada mais emblemático, do que a utilização da visita do Ministro da Aeronáutica, Marcondes Filho a Paulista, quando de sua passagem por Recife. A convite dos próprios industriais, o Ministro, além de visitar a fábrica, almoçou na residência ao que foi doado um cheque para a campanha de aquisição de um avião para a defesa da costa brasileira.³⁷⁰

³⁶⁷ FORTES, Alexandre. **A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016. p6. A obra utilizada pelo autor para estas informações, é: STEPHENSON, W. S. **British security coordination: the secret history of British intelligence in the Americas, 1940-1945.** New York, Fromm International, 1999.

³⁶⁸ **As Casas Pernambucanas como loco de espionagem no Norte do país.** *Correio do Paraná – Um jornal para pobres e ricos.* Curitiba, 19 de março de 1942. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. P.1

³⁶⁹ Para Priscila Perazzo, a *Frente de Trabalho*, seria uma espécie de “*associações de auxílio identificadas como células do Partido Nazista*”.

³⁷⁰ **Visitou a Fábrica Paulista o Ministro da Aeronáutica.** *A União – Patrimônio do Estado.* João Pessoa, Paraíba, 24 de maio de 1942.

Mesmo assim, continuaram a serem vistos agora como aqueles industriais que “levaram” progresso à Paraíba, mas sim enquanto “simpatizantes” do nazi-fascismo. De acordo com Leite Lopes:

Acusada de ser um núcleo germanófilo pró- nazista, suspeitas e acusações que aumentam durante a guerra (acusações não provadas, porém generalizadas de fornecimentos de informações a submarinos alemães em águas territoriais brasileiros, utilização do Porto Arthur para o intercâmbio clandestino de bens em direção à Alemanha(..) e que tem por frágil sustentação empírica a simples presença concentrada de Alemães nos cargos de chefia da empresa.³⁷¹

Tanto que para se colocarem como indústrias nacionais, no contexto de declaração de guerra aos países do Eixo por Getúlio Vargas, em agosto de 1942, alguns funcionários dos Lundgren no Rio de Janeiro publicaram nota incisiva no jornal carioca *Diário de Notícias*. A nota, registra a trajetória dos patrões, desde a chegada do sueco Herman até a construção da Fábrica Rio Tinto e os mais de 18 mil trabalhadores contratados por todas as empresas no Brasil – somados *As Casas Pernambucanas, A Pernambucana, Lojas Paulistas e Fábrica de Tecidos Paulista*. A atuação política em Pernambuco de Arthur e Frederico Lundgren, são destacadas enquanto “*provas de nacionalismo e de lealdade e devotamento as causas do Brasil*” e concluem a nota com a chamada “*Pelo Brasil e para a vitória.*”³⁷²

Toda esta estratégia articulada significaria um anteparo para os chamados “rumores” de suas “simpatias” pelo regime alemão. Todavia, retornemos ao ano de 1932, quando em passagem por Recife, tendo desembarcado pelo *Graf Zeppelin*, visitou Rio Tinto, o Ministro Plenipotenciário alemão, Hubert Knipping. Exercia a chefia da delegação alemã no Rio de Janeiro desde 1925.³⁷³ Isto demonstra a importância das fábricas têxteis de Rio Tinto e Paulista para a economia do eixo Pernambuco-Paraíba e a presença de considerado números de imigrante alemães contratados, fazem com que este Diplomata alemão, confirme a visita.³⁷⁴ Outro registro, desta vez de 1936, parece constatar que quaisquer visita e ou passagem de alemães por Recife, a ida ao *Club Alemão*, a Paulista e Rio Tinto, era um trajeto obrigatório.

³⁷¹ LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. p.379.

³⁷² “**Empresas Lundgren**”. *Diário de Notícias - O matutino de maior tiragem do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 28 de agosto de 1942. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. P.3. Esta nota foi amplamente reproduzida em diversos jornais da época, a exemplo, do *A Manhã* (Rio de Janeiro), da revista *Eu Sei Tudo – Magazine Mensal Ilustrado* (Rio de Janeiro).

³⁷³ Sobre a trajetória de Hubert Knipping e seu perfil biográfico, ver: KNIPPING, Hubert. Verbete biográfico. CPDOC – Acervo – Dicionários. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/knipping-hubert>

³⁷⁴ **Ministro Hupert Knipping**. *Diário da Manhã*. Recife, quarta-feira, 19 de outubro de 1932. Acervo digital CEPE – Pernambuco.

Exemplo disto, foi a chegada ao porto de Recife, do cruzador de instrução do Reich alemão *Schleswig-Holstein*. Mais uma vez, objeto de reunião da comunidade alemã da capital, sendo efusivamente recebido pelo representante do Governo do Estado, pelo Prefeito da capital e do Cônsul Alemão. Da permanência na capital, os Oficiais seguiram para a visita a tecelagem Rio Tinto.³⁷⁵

Apesar de instalados no Brasil havia alguns anos os imigrantes alemães de Rio Tinto, estavam permanentemente ligados ao Consulado Alemão. Tanto que foram convocados pelo Consulado no plebiscito que tiveram que se submeter em 10 de abril de 1938, sobre a questão da anexação da Áustria à Alemanha - *Anschluss*. É fato, que tanto Rio Tinto como Paulista, havia a presença de austríacos, mas em menor quantidade numérica se comparado com os alemães. A anexação, deu-se um mês antes, em 12 de março, quando Adolf Hitler invade a Áustria. Assim, a consulta seria apenas para confirmar a aceitação da *Anschluss*. Dirigido pelo Cônsul alemão no Recife, Carl Von Den Steinen e autorizado pelo Ministério da Justiça, contou com 249 alemães e 12 austríacos, que residiam entre Recife, João Pessoa e Rio Tinto. A votação aconteceu no navio-avião da Lufthansa "*Friesenland*" fora da costa brasileira.³⁷⁶ O resultado, em maior parte favorável a anexação foi o seguinte: dos alemães, 246 votaram sim e 3 votaram não; da parte dos austríacos, foram 11 sim e 1 voto anulado. Depois de contabilizada, "*os três alemães que votaram contra, procuraram o 'comitê', declarando que tinha procedido daquela maneira por engano. Entre os votantes encontrava-se a senhora Amelie Roth, viúva com 90 anos e a senhorita Grete Weltzien, com 20 anos*".³⁷⁷

Entre 1939 e 1945, como foi mencionado, a Paraíba foi governada por dois Interventores: Argemiro de Figueirêdo e Ruy Carneiro - como já foi dito nos itens anteriores deste capítulo. Cidades como Rio Tinto, João Pessoa e Campina Grande, estavam entre as que residiam a maior parte dos imigrantes alemães e italianos. Com a eclosão da guerra e a intensidade com que os impactos do cenário europeu vinham sendo recepcionados no Brasil, houve um aprofundamento do sentimento do "*perigo alemão*". Segundo a historiadora Priscila Ferreira Perazzo:

Durante a Segunda Guerra Mundial, quando a ideia de "perigo alemão" foi exacerbada as últimas consequências, o alemão foi identificado como nazista,

³⁷⁵ **Está no Recife, desde hontem, o "Schleswig-Holstein".** *Diário da Manhã*. Recife, quarta-feira, 26 de novembro de 1936.

³⁷⁶ **Os Estados pelo Telegrapho – Pernambuco – Votarão nas águas extraterritoriais.** *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, Domingo, 10 de abril de 1938. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, p. 7.

³⁷⁷ **O plebiscito austro-alemão na Bahia e em Pernambuco.** *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, Domingo, 12 de abril de 1938. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, p. 7.

enquanto que nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade. O “perigo alemão” se apresentou de forma mais ameaçadora do que fora visto até então. Foi possível veicular essas imagens a medida que já existiam no imaginário nacional brasileiro – pelo menos – elementos receptivos a ideia da real existência de um “perigo alemão”.³⁷⁸

Efetivamente a partir do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em 1942, evidenciou um crescimento, tanto de vigilância em torno de imigrantes alemães, italianos e japoneses, quanto o debate e circulação de notícias, desde atuação de “quinta-colunas” até as ações do Estado para enfrentar esta questão – seja em nível Estadual ou Federal. Para Ana Maria Dietrich: *A partir deste momento, os estrangeiros – em especial aqueles que pudessem vir a ser apontados como “Súditos do Eixo” (alemães, japoneses e italianos) - tornaram-se alvo central da repressão política nacional.*³⁷⁹

Na Paraíba, os jornais anunciavam constantemente as estratégias e controle estatal para manter os “súditos do Eixo” sob vigilância. A guerra, com isso chegava de fato ao cotidiano paraibano, quando os técnicos e chefes de seção da tecelagem Rio Tinto, viram seus passos vigiados pelo aparato repressivo, a partir do DOPS. Importante destacar, que o rádio era um espaço importante para a atualização de informações e notícias sobre a conjuntura alemã. Nas residências destinadas a moradia dos alemães, na vila operária, os chalés, o rádio era um equipamento presente. Em 1939 era veiculado no Brasil e cuja transmissão sintonizada na Paraíba, a rádio alemã *Reichs – Rundfunk*, cuja programação publicada pelo jornal *A União* era organizada com a seguinte programação:

Reichs – Rundfunk – Geslis – Chaft

19,30 – Notícias e serviço econômico (alemão)
 19,45 - Notícias e serviço econômico (brasileiro)
 20,00 – Eco da Alemanha
 21,00 – Programa de Música
 22,00 – Notícias e serviço econômico em alemão e brasileiro
 22,30 – Música alemã para dança.³⁸⁰

³⁷⁸ PERAZZO, Priscila. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. São Paulo, Arquivo do Estado. 1999, p. 51.

³⁷⁹ DIETRICH, Ana Maria. **O Partido Nazista em São Paulo**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (organizadora). **Inventário DEOPS: Alemanha, Módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. P. 24.

³⁸⁰ **Vida Radiofônica**. *A União – Órgão oficial do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 07 de junho de 1939. Nesta mesma edição o jornal celebrava a chegada “triumfal” em Berlim, dos soldados alemães que haviam combatido ao lado das tropas do General Francisco Franco, na Guerra Civil Espanhola. O tom elogioso do jornal, demonstrava que *A União*, realizava uma cobertura pró-Franco, sobre a Guerra.

Na conjuntura a seguir, em setembro de 1942, a Rádio Tabajara (rádio oficial do Governo paraibano) registrava constantemente a transmissão sob patrocínio da fábrica de tecidos Rio Tinto, do programa “*Hora do ‘Eixo’*”.³⁸¹ O programa, segundo registro de *A União*, era ouvido por toda a capital e outras cidades paraibanas. Isto mais uma vez comprovava a estratégia dos Lundgren em se distanciar de que eram “simpatizantes” do nazismo. Num momento de suspeição generalizada aos estrangeiros, patrocinar um programa contra o “Eixo” seria uma reação imperiosa. Em outubro deste ano, a Rádio Tabajara continuava a veicular o programa, duas vezes por semana, às 18:35 min. O programa contava com uma pauta variada, que iam desde notícias até uma novela, “Os fugitivos” que narrava a história de dois holandeses frente a invasão da Alemanha nazista ao seu país até teatro. Tanto que no momento em que o Governo Vargas decreta Estado de Guerra contra a Alemanha, Japão e Itália, *A União* publica uma nota de alerta:

As autoridades policiais do Estado apelam para o povo e confiam que boatos contra o Brasil jamais terão repercussão em seu meio. Quem ouve as emissoras de Berlim e divulga o seu mentiroso e ofensivo noticiário está realizando obra de quinta-coluna.³⁸²

Em 1941, visitou Rio Tinto o 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército Gal. Ary Pires.³⁸³ Uma Guarnição do Exército, fixou-se na cidade, logo depois do rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo. Constatamos isto da leitura de um Relatório produzido pelo DOPS, em João Pessoa, que averiguava um estoque clandestino de óleo diesel utilizado pela fábrica e sem autorização do Exército “*estacionados*” na cidade. Nos autos de perguntas feitas ao 1º Tenente do Exército Arthur Castro Freire Costa, informa que comandava um destacamento em Rio Tinto desde abril de 1942 e que tinha como objetivo: *1. Ocupar o Porto de Rio Tinto, impedindo o seu movimento; 2. Manter vigilância em toda a vila; 3. Garantir a continuidade do trabalho da fábrica.*³⁸⁴ Nesse sentido, a partir de 1942 vários destacamentos do Exército, se alternavam na vigilância aos “alemães suspeitos”. A fábrica acabou “cedendo” as dependências do Rio Tinto Tênis Clube, para que o Exército permanecesse lá instalado. Entre 1942 e 1945 a 2º e a 7º Companhia do 15º Regimento de Infantaria foram assim designadas para fixarem-se na cidade.

³⁸¹ **Hora do ‘Eixo’.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 19 de setembro de 1942.

³⁸² *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, terça-feira, 01 de setembro de 1943.

³⁸³ **Da Parahyba.** *Diário de Pernambuco*, Recife, Pernambuco, sexta-feira, 30 de maio de 1941.

³⁸⁴ **Auto de Perguntas feitas ao 1º Tenente do Exército, Artur Castro de Freitas Costa.** Delegacia de Ordem Política e Social. João Pessoa, Paraíba. Arquivo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba

A eficácia dos investigadores do DOPS em rastrear a movimentação dos alemães em Rio Tinto, percebemos a partir da leitura de uma série documental ampla, de Prontuários Funcionais e Individuais. É precisamente do exame pormenorizado e do cruzamento deste mosaico documental, que é possível (re)compor e (re)reescrever parte desta história. Muito do imaginário construído sobre os Lundgren, os alemães e suas associações à rede de espionagem nazista, até a ideia de que o Palacete em Rio Tinto seria para “refugiar Hitler” foi construído pela imprensa e reforçado por alguns autores paraibanos, como o escritor Celso Mariz. Decerto, esta documentação estudada traz a luz novos e variados fatos sobre a imigração alemã em Rio Tinto.

Em documento de caráter reservado de junho de 1941, expedido ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco Etelvino Lins, um investigador descrevia as atuações de estrangeiros em favor dos Serviços Secretos dos EUA, Inglaterra e da Alemanha, entre Pernambuco e a Paraíba. Deste documento, nos interessam as anotações e relato da ação da espionagem alemã em Rio Tinto. Partindo, costumeiramente do “escutou dizer” sem quaisquer bases de comprovação documental, o investigador registra em tom de denúncia visando urgentes providências: 1. Que por meio de um *chauffeur* da Fábrica de Paulista, foi informado da construção de uma ligação entre os alemães de Paulista e Rio Tinto, com a conivência de Frederico Lundgren, “*ao ponto de haver de já haver preparado uma boa casa de residência em Rio Tinto para onde deve mudar-se por estes dias*”; 2. De que na região da praia de “Baía da Traição”, os alemães de Rio Tinto estariam a construir um plano de execução que constava de uma base submarina e que “*segundo o informante escutou dizer em Rio Tinto, já forma feitas por engenheiros alemães daquelas fábricas*”. Ao encerrar a minuta sobre Rio Tinto, finaliza:

Os irmãos Lundgren, adquiriram a poucos meses passados um grande terreno entre Mamanguape e Rio Tinto, pelo preço de 90 contos de réis, sem nenhuma pretensão de ali fazerem construções, mesmo por ser um terreno afastado de meios de comunicação e sem nenhuma justificativa gastaram segundo a informação quase 20 contos na preparação do dito terreno deixando-o em condições de em caso preciso servir para um campo de pouso aéreo.³⁸⁵

³⁸⁵ **Serviço Reservado. Recife, 13 de junho de 1941.** Prontuário Funcional 27.524 - Espionagem (1940-1967). Arquivo do DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. P. 3 e 4. Nestes prontuários, encontram-se também, um conjunto documental em torno dos alemães da firma Herm Stolz & Cia. Em documentos apreendidos do então chefe da Herm Stolz & Cia, Hans Sievert em 29 de março de 1942, conta uma série de citações ao seu relacionamento com outros alemães, inclusive alguns residentes na Paraíba, a saber: Ernst August Heildelmann (ex-funcionário da Consulado Alemão em Recife; possuía uma firma comercial de nome *E. A. Heildemann & Cia*), Ernst Jenner (sócio de Ernst Heildelmann). Há também citação a amizade do alemão Hans Sievert, com a sra. Anita Lundgren e igualmente, o registro de que “*a firma Lundgren esteve na Lista Negra inglesa*”. Sievert é citado na pesquisa de Stanley Hilton, como ligado a Herbert Von Heyer. Este, ao chegar na capital pernambucana em julho de 1942, foi auxiliado por Sievert na elaboração de um plano de espionagem

Já outro relatório, que descreve a repressão às atividades nazistas em Pernambuco, confirma que ao assumir o comando da administração policial em 1937, Etelvino Lins exerceu vigilância às estas movimentações. Identifica-se cerca de 50 alemães que trabalham na Fábrica de Paulista e Rio Tinto, ligados ao Partido Nazista no Estado, em destaque a ação de Erwin Kalk, dirigente máximo do partido no Nordeste. O serviço secreto da polícia em 1938, chegou a conclusão de haver um intenso e movimentado núcleo do Partido, em torno destas duas tecelagens. Importante esclarecer que desde 1935, alemães comerciantes como Ernst Jenner e o funcionário do Banco do Povo, operavam enquanto representantes do serviço secreto alemão na Paraíba:

Em João Pessoa, o contador Karl, do Banco do Povo, mantém ligação direta com seu patrício ali comerciante, de nome Ernst Jenner, que, segundo informações é membro especial do Serviço Secreto Alemão. Jenner, dos fins dos anos de 1935 a esta data, já viajou oito vezes para a Alemanha, não se justificando as suas viagens verdadeiramente dispendiosas em contraste com os lucros comerciais, pois, por duas vezes, viajou de Zepelim, achando-se, presentemente, na Alemanha, donde voltará pelo Vapor “Conte Grande”.³⁸⁶

A lembrar que Ernst Jenner foi preso em 1940 quando tentava embarcar para a Alemanha, onde foi na ocasião apreendida um farto material em língua alemã. Outro citado neste documento seria Walter Burr, alemão, ligado ao Partido Nazista de Pernambuco e ex-técnico da Fábrica de Tecidos Paulista. Preso em 26 de março de 1942 no “*Clube Europeu*” em Paulista, por proferir expressões atentatórias ao Brasil e em defesa do Reich alemão. Outros imigrantes que estavam acompanhados de Burr e que segundo o relatório “*limitaram-se a rir, a medida que tais insultos eram proferidos, numa demonstração de franco aplauso*”, foram: Wilhelm Johannes Liesen, Herman Franz Kempkens, Wilhelm Oskar Ernst Hoffmann e Walter Heinrich Koenig.

O Consulado Alemão em Recife, foi objeto constante de atenção originando a produção de relatórios investigativos, mencionando invariavelmente alemães contratados dos Lundgren. Em uma lista, encontrado dentro do prontuário do Consulado, denominada “*Elementos a favor do Eixo*” há a associação com alguns de Rio Tinto: Ernst Schultz, Henrique Koenig e Klein. Em 06 de agosto de 1941, na observância de envio de material de propaganda pelo Consulado a diversos endereços que serviriam de centros distributivos, entre eles encontra-

em Recife. HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 56.

³⁸⁶ **Prontuário 29.359 - Relatório do D.O.P.S (1942)**. Arquivo do DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. P.2

se listado o escritório dos Lundgren, *Alberto Lundgren & Cia*, na Rua do Imperador.³⁸⁷ Um ano depois, ocorre uma série de prisões no Estado, resultado de amplas averiguações em torno das atividades destes alemães, em especial, Hans Sievert e Walter Grapentin.³⁸⁸

Diferentes listas minudenciadas sobre o rastreamento destes estrangeiros foram produzidas pelo DOPS e entre estas, os que trabalhavam em Rio Tinto³⁸⁹: Alois Josef Skaetta (Rua do Patrício, n. 40); Anton Krekeles (Rua do Patrício, n. 341); Carlos Stodt (Rua João Pessoa, n.11); Ernst Schulz; August Karl Heinrich Wassermann; Friedrich Richard Ernst Fahernholtz; Georg Kohler (rua da Horta, 314); Horst Von Stryk Baron; Heinz Pelterohn; Herbert Klein; Henrich Koning; Josef Ruesckenpoehler (rua João Pessoa, n. 24); Josef Anton Engelbert Hermann Karl Waechter (rua do Bonfim, n.45); Karl Heinrich Fritz Lorenz (rua João Pessoa, n. 21); Max Zagel; Otto Gleilich; Paul Feldhnes (rua do Patrício, n. 350); Richard Erich Heinrich Müeler; Siegfried Markus; Walter Kleinau (rua do Patrício, n. 36) e Wilhelm Zeitter.³⁹⁰ Todos estes alemães eram constantemente vigiados a exemplo de suas viagens (embarques e desembarques) que seriam registradas pela *Polícia Marítima* do estado.

É preciso retomarmos o ano de 1940, quando um investigador do DOPS de Pernambuco viajou para a Paraíba em setembro e mapeou as circulações suspeitas no Estado. Há a verificação de que a propaganda em torno do Nazismo era intensa e por meio da distribuição de boletins, manifestos e reuniões. E isto aconteceu devido a “*incompetência*” de parte da força pública do Estado e sua “simpatia” ao nazismo. Em seguida, uma das primeiras denúncias em torno do Lundgren:

Fatos outros bem interessantes sem nenhuma providência, até agora tomada pela administração paraibana é o que se prende ao grande contrabando de armas e munições feito pelos Lundgren no porto de Mamanguape, em Rio Tinto, cujo transporte é feito pela barcaça denominada “Santa Tereza” pertencente a mesma companhia. O transporte destas armas (que se ignora o destino) é feito também por caminhões daquela companhia, sabe-se, porém, que viajam os mesmo por João Pessoa, Campina Grande, Patos de Espinharas,

³⁸⁷ **Prontuário 29.444 - Documentos do Consulado Alemão.** Arquivo do DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. P. 485.

³⁸⁸ **Desarticulação da espionagem nazista em Pernambuco.** *Folha da Manhã* - Recife, domingo, 28 de junho de 1942. **Prontuário 30.311 – Alemanha (1942).** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. A ação ganhou repercussão e cobertura do jornal *Diário da Manhã*, também editado na capital pernambucana.

³⁸⁹ A Fábrica Paulista fornece uma lista de empregados alemães e italianos que trabalhavam em Paulista e Rio Tinto, a pedido desta Delegacia.

³⁹⁰ **Relação dos súditos do eixo residentes em Pernambuco.** Prontuário Funcional 1044 – Alemanha (Eixo Alemanha, Itália, Japão). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. Destas séries de listas inseridas neste prontuário, há a identificação em outubro de 1942 de um trabalhador do escritório da Fábrica de Tecidos Paulista, como sendo judeu, a saber: Ernest Israel Friedman.

Paulista e Recife. Ignora-se no entanto, a procedência dos tais armamentos como sejam: metralhadoras, fuzis, rifles, etc.

Ao ressaltar a consonância dos Lundgren com supostos espões alemães, o investigador escreve em detalhes o que era executado em Rio Tinto pela “*quinta-coluna*”:

Espiões alemães, elementos de responsabilidades internacionais tem franca passagem naquele local, uns como empregados da firma, outros como sacerdotes e assim se encontra em franca liberdade de ação os emissários do governo alemão que sorrateiramente espionam e conspiram o nordeste brasileiro. Em Rio Tinto, de acordo com as informações obtidas existe um campo de aviação onde é sabido a aterrizagem de aviões desconhecidos. Em Salema, povoado pertencente também a Rio Tinto existe poderosa estação de rádio transmissora e receptora que, naturalmente, tem prestado grandes e relevantes serviços a “*Quinta Coluna Alemã*”.³⁹¹

O ano de 1942 tornou-se, deste modo, decisivo para a atenção em torno da família Lundgren. Diferentes acusações induziram a um cerco e olhar cuidadoso para as movimentações em torno das fábricas de Paulista e Rio Tinto. Entre fevereiro e março, deste ano, foram realizadas ações do DOPS em diversos espaços da cidade e fábrica de Paulista. A primeira e ampla atuação, foi desempenhada por 6 investigadores, um comissário, o encarregado do Serviço de Ordem Política e de um Tenente. De posse do conteúdo denunciativo, os policiais revistaram moradias de alguns operários, foram encontrados depósitos de inflamáveis (parte da denúncia informa a existência destes produtos clandestinamente). Na residência de um técnico alemão – que dizia-se passar “*o dia entregue a atividades misteriosas e em cuja casa existiriam subterrâneos*” nada foi constatado do que foi acusado. Ao mesmo tempo, de um açude de que seria depósito de armamento e de partes internas da fábrica, as seções Aurora e Fábrica Velha (especialmente, fundição e oficinas de onde “supostamente” produziam-se estes armamentos) depois de análises nada ficou constatado que viesse a comprovar o conteúdo denunciativo.

As acusações em torno dos Lundgren, eram antecedidas comumente por exageros como a existência de “*grandes túneis com capacidade para milhões de litros de combustíveis*”³⁹², arsenal de explosivos e de rádios-transmissoras criados pelos alemães. Já em março de 1942, investigadores adentraram mais uma vez nas instalações da fábrica em Paulista

³⁹¹ **Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Ordem Social. Relatório. Recife, 1º de outubro de 1940.** Prontuário Funcional 30.271 - Paraíba - Documentos variados - 1930-1966. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. Importante destacar que em 18 de julho de 1940, outra denúncia de presença de armamentos em Rio Tinto, fora feito por um investigador.

³⁹² **Relatório - Delegacia de Ordem Política e Social, Recife, 28 de fevereiro de 1942.** Prontuário Funcional 27536 - Offícios (1942). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

para confirmarem estas hipotéticas “denúncias”. Contando com o suporte de 9 investigadores, que vasculharam os espaços da tecelagem, entretanto, “*o resultado da mesma não trouxe elementos que positivem as denúncias de que a Polícia tem conhecimento*”³⁹³. Neste ofício endereçado ao Delegado do DOPS na capital Fábio Corrêa, significa a constante vigilância e prática destes planos.

Neste contexto, a direção da Fábrica Paulista enviou ofício ao Secretário de Segurança de Pernambuco Etelvino Lins, se comprometendo no cumprimento de um rol de instruções estabelecidas pela polícia, em torno dos estrangeiros alemães (parte destas normas/orientações poderiam serem vistas para os de Rio Tinto, especialmente na questão dos salvo-condutos):

1. Devem residir todos em Paulista;
2. Não podem se ausentar de Paulista sem licença prévia da Secretaria da Segurança Pública, salvo as viagens a Recife para compras, tratamento médico, etc.
3. Não é permitido frequentarem as praias e suas adjacências.
4. Não podem fazer excursões a cavalo.
5. É proibido fazerem reuniões.
6. Não podem fazer manifestações ou atos semelhantes que possam irritar os ouvintes ou despertar animosidade.
7. Devem entregar a esta Companhia todas máquinas fotográficas e câmeras que possuam, para serem guardadas na Diretoria em caixa lacrada.
8. Os súditos dos países ocupados pelas nações do Eixo ficam sujeitos as mesmas restrições.³⁹⁴

Interessante notar que, na lista de entidades em que estariam exercendo e dando suporte a espionagem nazista em Pernambuco, estaria o *Clube Alemão* que desde o final dos anos 1930, recebia olhar vigilante do DOPS. Algumas destas ações: as festividades que ocorriam em torno da passagem do aniversário de Adolf Hitler. Realizado nas dependências do Clube, contou com a presença de diversos alemães de Recife e Paulista, e no programa foi ouvido um discurso do ditador alemão pela rádio existente no interior da entidade.³⁹⁵

De fato, a presença destes técnicos e chefes de seções alemã em Rio Tinto e Paulista, foi fator preponderante para a produção de no pós-1942 objetos de intensas averiguações. Tanto que em 1944 uma carta foi endereçada à delegacia para que estes técnicos continuassem em seus postos na fábrica. O documento sem assinatura destaca: “*Industrial suspeito pleiteia, empenhadamente, a permanência de técnicos alemães e sua indústria de tecidos sediada em*

³⁹³ **Delegacia de Ordem Política e Social, Recife, 2 de março de 1942.** Prontuário Funcional 27536 - Ofícios (1942). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

³⁹⁴ **Delegacia de Ordem Política e Social, Paulista, 23 de março de 1942.** Prontuário Funcional 27536 - Ofícios (1942). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

³⁹⁵ **Relatório de 30.1.1941.** Prontuário Funcional 29094 - Clube Alemão de Pernambuco. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

Recife, Brasil”. Identificamos se tratar ou de Frederico ou de Arthur Lundgren, pois, na relação dos alemães fazem parte nomes já conhecidos e citados em outras documentações. O referido industrial, justificava que suas fábricas seriam umas das maiores da América do Sul e que empregou desde sempre, estrangeiros como alemães, italianos, ingleses, portugueses e suecos. Dois destes, vigiados e controlados pelo Exército, obtiveram permissão para continuarem suas atividades, porquanto, “*não diminuiria a produção da fábrica, em prol do esforço de guerra*”. A negativa de ligação com a Alemanha nazista e em específico, com seus “súditos” e empregados de suas fábricas é enfatizado a seguir, pelo industrial:

Alega o missivista no 8º parágrafo, que é de origem sueca, não tendo nenhuma ligação com alemães, e que, a iniciativa que tomou de dirigir-se ao destinatário, para tratar de assunto tão delicado, foi para solicitar os bons ofícios do seu correspondente, no sentido de encaminhar ou aconselhar uma providência, a fim de que os citados técnicos, que se chamam Walter Schumacher e Franz Cornils, este casado com brasileira, e pai de diversos filhos brasileiros, possam continuar a prestar seus serviços na referida fábrica.

396

Este pedido de readmissão teve como origem o processo de demissões dos alemães em 1942, sendo substituídos por operários brasileiros. Isto era a orientação do documento de uma sindicância do Exército, de setembro de 1942. Em Rio Tinto, os demitidos seriam: Fritz Beuk, Wilhelm Ehmig, Friederich Fahrenholz, Paul Feldhues, Ernst Gerstner, Herbert Klein, Heinrich Koenig, Anton Krekeler, Julius, Henkert, Horst Von Strik e Heinrich Lorenz. No entanto, alguns precisariam conservar-se nas atividades fabris, pois, não haviam brasileiros que soubessem o funcionamento do trabalho de cada categoria, como são os casos de: Bernard Buerkle, Heinrich Friess, Otto Greilich, Walter Kelnau, Wilhelm Jakob, Pauls Kische, Georg Koehler, Richard Moeller, Alois Josef Skaetta, Carlos Stodt, August Wasserman, Josef Waechter, Max Zagel, Wilhelm Zeitler, Siegfried Markus (importante destacar os estrangeiros de outras nacionalidades: austríacos – Ernst Schultz; italiano – Dante Gori, e de outros países – Rheinhold Hass, Svend Olsen, Max Steger, Leo Bargetzi). Em Rio Tinto, permaneceram em seus postos, 21 alemães, mas, com uma mudança:

4. Os estrangeiros técnicos que forem conservados nas fábricas serão considerados ‘Conselheiros Técnicos’ e não ‘Chefes de Empregados Brasileiros’. Os técnicos estrangeiros trabalharão em escritório fora do interior

³⁹⁶ **Político, 09 de maio de 1944.** Prontuário Funcional 31.771 A e B - Fábrica Paulista - 1936-1973. Pasta A. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco. Importante destacar que Walter Schumacher, de acordo com a pesquisa da historiadora Susan Lewis, negou ser nazista em depoimento prestado ao Delegado do DOPS, em Recife. LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos: o antissemitismo e a questão alemã em Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945).** Recife: Ed. UFPE, 2014. P.182-183.

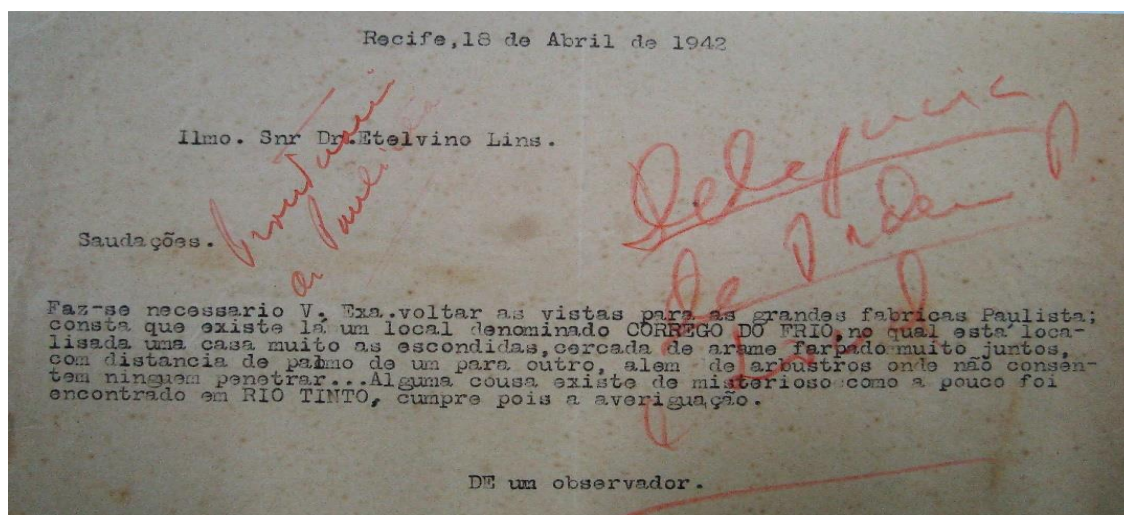
da fábrica, a exceção dos que operam na Usina e na Fiação onde pessoalmente tem de dirigir os trabalhos (caso de Rio Tinto).³⁹⁷

Este extenso documento, ditava à fábrica Rio Tinto o que deveria fazer com trabalhadores estrangeiros. Na sequência, estabelece-se que as famílias de alemães demitidos poderiam optarem por continuar em Rio Tinto, sendo a fábrica mantenedora e responsável por alocarem em casas específicas e sendo terminantemente proibitivo a saída a noite, bem como o uso de rádio. Os casos de tensionamento entre brasileiros e alemães, são evidenciados no alerta do sexto ponto: *“Os brasileiros agitadores, que os há em Rio Tinto, deverão ser fichados pela autoridade militar que tiver parada nas Empresas, e ficarão considerados responsáveis pelas perturbações da ordem.”* Estes são identificados, como: João Machado, Álvaro Lourenço, Sebastião Soares, Estácio de Tal e Mário Campelo (advogado). São exatamente 14 diretrizes, que ainda orientam: a criação de um Sindicato em Rio Tinto e a recriação do de Paulista em vista que *“mantenham a harmonia que deve reinar entre patrões e empregados”*; cafés e bares deveriam fechar as 21hs; manter em Rio Tinto uma guarnição do Exército brasileiro e ao fim, há o pedido de aumento salarial para os trabalhadores, tendo em vista a observância do alto custo de vida, pois, são operários *“mal pagos e subalimentados”*.

Alguns Ofícios de caráter Secreto foram remetidos aos irmãos Lundgren, logo após estas sindicâncias, como foi o caso de um assinado pelo Gal. Mascarenhas de Moraes, em que reiterava os cuidados com os “súditos do eixo” e a renomeação dos Comandantes do Exército em Rio Tinto, para a função de “observadores militares”.³⁹⁸ O costumeiro e crescente olhar atento para Rio Tinto e Paulista, vinham em maior parte de denúncias, como essas encontradas em um Prontuário da Fábrica Paulista, endereçadas anonimamente ao Secretário Etelvino Lins:

³⁹⁷ **Proposição para a manutenção da eficiência de suas empresas apresentada pelo Cel. João Carlos Alberto – Chefe do E. M. R.** Prontuário Funcional 31.771 A e B - Fábrica Paulista - 1936-1973. Pasta A. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

³⁹⁸ **Ofício N. 377 – C – SECRETO.** Recife, 2 de outubro de 1942. Prontuário Funcional 31.771 A e B - Fábrica Paulista - 1936-1973. Pasta A. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.



Fotografia 23: Denúncia anônima sobre os Lundgren. (Fonte: Acervo do DOPS-Pernambuco).

A partir destes informativos anônimos muitas sindicâncias foram feitas nas duas fábricas pelo Exército entre 1942 e 1944 e diante das constantes acusações, sempre foram reiteradas de que não haviam nada de comprometimento dos Lundgrens com a Alemanha hitlerista, como se revela do trecho a seguir: *“As sindicâncias suprarreferidas nada conseguiram apurar ou comprovar de graves acusações que se imputavam as Empresas, no tocante as ações contra Segurança Nacional”*.³⁹⁹

De fato, os investigadores da polícia pernambucana estavam, desde 1939, a par das movimentações tanto dos alemães bem como dos próprios Lundgren em Rio Tinto. A produção de extensos relatórios, foram pautados por falsas denúncias e observações nos locais. Em um destes, sem data (pela leitura provavelmente é de 1942) e sem assinatura, apenas constando a inscrição da *Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea de Pernambuco* – S.S.P anota que Paulista era a sede do Partido Nazista no Estado. Desde 1939, junto com Rio Tinto, seriam dois espaços fundamentais para os projetos de infiltração nazista via imigrantes alemães simpatizantes. Rio Tinto, estaria em uma região crucial de defesa e suscetível a ataques que ia de Natal a Recife, chamado na linguagem militar de “cabeça de ponte”. Mapeando um possível ataque do Eixo, este descreve em detalhes uma possível ação inimiga na região:

Reduzido aos termos mais simples, é provável que esse ataque, se levado a efeito, será principalmente aéreo, e, possivelmente apoiado por um desembarque naval de homens e material pesado. Esse ataque poderia ser lançado sem preaviso algum, os aviões partindo de algum ponto da Europa ocupada (Creta?), abastecendo em Dakar, e daí voando a 1.800 milhas até o Brasil, durante a noite.

³⁹⁹ **Proposição para a manutenção da eficiência de suas empresas apresentada pelo Cel. João Carlos Alberto – Chefe do E. M. R.** Prontuário Funcional 31.771 A e B - Fábrica Paulista - 1936-1973. Pasta A. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

Essa operação, entretanto, sem ter base de operação já preparada, para servir de “cabeça de ponte”, ponto de concentração e de partida para as operações de ocupação e consolidação, traria consigo um elemento muito grande de risco, tudo dependendo, então, para o seu êxito, da tomada de, pelo menos, uma base aérea. Igualmente, dada a presença das patrulhas navais, o desembarque naval terá que ser efetuado à surdina e por meio de lanchas de desembarque. E para isto seria também necessário algum ponto já de antemão preparado para a sua recepção.⁴⁰⁰

Do exposto, esclarece-se a urgente investigação que esbarra nas dificuldades de que Rio Tinto seria uma cidade “fechada”, uma propriedade quase particular a serviço das “conspirações subversivas”. No entanto, há passagens em que não possui elementos de comprovação alguma: como na de que em Rio Tinto foram construídas “*vilas para a acomodação*” de alemães. Na verdade, existe na configuração da vila operária, os chalés, as melhores casas eram destinadas aos técnicos estrangeiros e a direção da tecelagem, que já havia sido edificada nos anos 1920. Ao finalizar, cita as ligações de Anita Lundgren - irmã de Frederico e Arthur - com alemães destacados simpatizantes pró-nazismo:

Enquanto os irmãos Lundgren não deixam transparecer abertamente as suas simpatias, a sua irmã, Anita Lundgren Groschke é abertamente com os “líderes nazistas”, é vista frequentando todas as suas reuniões mais importantes, coloca o seu carro a disposição deles, segundo dizem, fornece ajuda financeira. Reside a rua Padre Roma, 302, vizinhas de Hans Sievert, um dos dirigentes principais da organização nazista no local, tendo recentemente aberto uma porta de comunicação entre as duas casas.

Grande parte destas informações que chegavam até os investigadores eram fornecidas por motoristas - “*chauffeur*” – das duas cidades e pescadores da região das praias de Rio Tinto, como Baía da Traição. Estes últimos, informavam sobre o vai e vem de barcas entre Paulista e Rio Tinto, se constituindo principais elos informativos para a composição destes relatórios.

Vários salvos-condutos foram emitidos para que os alemães que residiam em Rio Tinto se deslocassem para suas viagens, entre eles, funcionários e religiosos, respectivamente, como Ernst Schultz (diretor) e Walter Kleinau (mecânico). Havia também pedidos da *Secretaria de Segurança de Pernambuco*, esclarecimentos sobre a presença de outros imigrantes, a exemplo de dinamarqueses. Em ofício remetido a Etelvino Lins, em 25 de agosto de 1942, a diretoria da Fábrica esclarecia que em Rio Tinto haviam 2 dinamarqueses contratados, a saber: Reinholdt Wilhelm Rudolph Hass e Svend Aage Olsen.

⁴⁰⁰ **Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea de Pernambuco – S.S.P. Paulista – Rio Tinto.** Prontuário Funcional 29.240 - Fábrica Paulista - Sindicâncias - 1939-1945. P. 1-4. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

A sinonímia alemão-nazista, portanto, era o eixo que orientava a Polícia da Paraíba e Pernambuco a executarem planos de vigilância. Em Rio Tinto, Heinrich Lorenz, Herbert Klein, Ernst Schultz, seriam suspeitos de acordo com os relatórios produzidos pelo DOPS da Paraíba. Em vários outros em que se listaram todos os alemães de Paulista e Rio Tinto, uma identificação nos chama a atenção: em Paulista haviam 6 judeus “*sem nacionalidade desde 26-11-1941*” – Heinz Albu, Heinz Dieter, Ernst Bach, Kurt Lachmann, Erwin Friedhein e Ernst Julius Bleistein - e 1 em Rio Tinto – Siegfried Markus. Foram admitidos nos anos de 1936, 1938, 1939 e 1940.

As diversas categorias/funções em que estes estrangeiros, adicionados a ingleses, portugueses, italianos, suíço, russo, húngaro, lituano, norte-americanos, desempenhavam, eram: fiscal de compras, mecânico, contabilista, mestre de fiação, encarregado de armazém de algodão, encarregados de embarques de tecidos, mestre de serraria, encarregados de acabamento de panos, tintureiro, correspondente de línguas estrangeiras, eletricitas, calculador, construtor, mecânico ferramenteiro, cilindreiro, encarregado de vendas no grosso, disponente da produção, mestre eletricista, auditor, propagandista, técnico de tecelagem, técnico tintureiro, administrador de combustível, caldeireiro, diretor presidente, diretor técnico, diretor tesoureiro, estoquista, especialista em panos crus, chefe geral das máquinas, chefe gravador, técnico gravador, encarregado de importação, ferramenteiro, especialista em estatística, chefe de almoxarifado, especialista em tijolos refratários, especialista em locomotivas, montador, fiscal de caixas e outros. Os Lundgren e seus representantes, enviaram detalhadamente esta lista para os governos de Pernambuco e da Paraíba, em 1942. Seriam 39 estrangeiros em Rio Tinto⁴⁰¹, como mostra o mapa a seguir:

⁴⁰¹ **Companhia de Tecidos Paulista – Relação dos estrangeiros em serviço no Rio Tinto – CTP – Em 20 de janeiro de 1942.** Prontuário Funcional 29.405 - Fábrica Paulista (1941-1952). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

COMPANHIA DE FIBRA DE RIO TINTO - C.T.P.
RELATÓRIO DOS ESTRANGEIROS EM SERVIÇO NO RIO TINTO - C.T.P. - EM 20 DE JANEIRO DE 1942.

Nº. ORDEM	NOME	NACIONALIDADE	FUNÇÃO	DATA DA ADMISSÃO
1	Leo Bargetti	Suíça	Fisco de Compras	13 de Fevereiro de 1939
2	Walter Schlaepfer	"	Encargado de Stock e Despachos de Panos	10 " " 1941
3	Max Steger	Boliviana	Mecânico	14 " Outubro " 1937
4	Dante Gori	Italiana	"	27 " Dezembro " 1940
5	Arthur Correia Almeida Roinho	Portuguesa	Contabilista	2 " Agosto " 1929
6	Antonio Augusto Marques Pereira	"	Mestr. Fiação	29 " " 1933
7	Joaquim Maria Santos	"	Encargado Armazen Algodão	1 " Setembro " 1923
8	João Silva Andrade	"	Embarques Tecidos	1 " Agosto " 1939
9	Jose Gonçalves Teixeira Filho	"	Mestr. Serraria	14 " Outubro " 1927
10	Mario Frederico Aragão Magalhães	"	Encargado Acabamento Panos	20 " Janeiro " 1942
11	Wilhelm Rnig	Alemão	Tintureiro	29 " Junho " 1939
12	Friedrich Richard Fehrenholz	"	Correspondente Línguas Estrangeiras	16 " Outubro " 1938
13	Heinrich Fries	"	Eletricista	1 " Março " 1933
14	Otto Grailich	"	Caldeiro	16 " Janeiro " 1916
15	Wilhelm Jacob	"	Consulor	9 " Dezembro " 1926
16	Berbert Klein	"	Mecânico	12 " Outubro " 1924
17	Walter Klein	"	" Ferramenteiro	5 " Novembro " 1929
18	Georg Koehler	"	Cilindreiro	14 " Janeiro " 1924
19	Heinrich Koenig	"	Encargado Vendas Grosso	12 " Dezembro " 1939
20	Anton Krokeler	"	Disputante da Produção	10 " Novembro " 1937
21	Heinrich Lorenz	"	Encargado Técnico	29 " Maio " 1942
22	Siegfried Markus	"	Distribuição do Pessoal	6 " Setembro " 1936
23	Richard Moeller	"	Tecnia Cardas	9 " Outubro " 1932
24	Julius Rankert	"	Encargado de Seguros e Providencias	14 " Outubro " 1937
25	Aluis Skaetta	"	Mestr. Eletricista	17 " Setembro " "
26	Carl Stodt	"	Contabilista	20 " Junho " 1939
27	Horst Baron van Stryck	"	Auditor	1 " Abril " 1929
28	Anton Engelbert Josef Hermann Karl Wachter	"	Propagandista	23 " Dezembro " 1938
29	August Wassermann	"	Tecnia Fiação	27 " Novembro " 1923
30	Max Vogel	"	Contabilista	12 " Março " 1936
31	Wilhelm Zeitler	"	Tecnia Tecelagem	9 " Agosto " 1932
32	Dr. Bernhard Buerkle	"	" tintureiro	11 " Setembro " 1940
33	Paul Feldhues	"	Contabilista	19 " Outubro " 1939
34	Fritz Beuk	"	Administrador de Combustível	9 " Junho " 1941
35	Walter Glaucho	"	Chief Mecânico	15 " Novembro " "
36	Paul Wilhelm Kischker	"	Caldeiro	8 " Dezembro " "
37	Ernst Edgar Gerstner	"	Preparador Tecidos	6 " Setembro " "
38	Ernst Scholz	"	Administrador	21 " " " 1927
39	Pedro Leonardo (Petrus van de Cromsenacker)	Holandesa	Cura	15 " Janeiro " 1940

(Uma copia desta lista foi entregue às autoridades no Estado da Paraíba do Norte).

Fotografia 24: Lista entregue a Interventoria da Paraíba, pelos industriais Lundgren, em 1942, dos estrangeiros que trabalhavam na tecelagem Rio Tinto. (Fonte: Acervo do DOPS-Pernambuco).

De fato, esta foi uma conjuntura de extrema atenção, tanto para os “súditos do Eixo”, bem como para a família Lundgren e suas duas tecelagens, como reitera Susan Lewis:

Nesse sentido, a vigilância que a DOPS afirmava estar exercendo em torno dos alemães, italianos e germanófilos “perigosos” – assim como o controle sobre todos os membros dos países do Eixo alardeado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado – fazia parte dessa visão totalizante da ótica policial, que terminava, ainda, considerando suspeita qualquer ação cometida por tais estrangeiros. Por outro lado, é importante perceber que, a despeito de tal ótica, foram efetuadas inúmeras ações pela polícia em Pernambuco, especificamente em Paulista, onde a vigilância e repressão atingiram não apenas os técnicos da CTP como também a própria empresa, que passaria a ter que prestar esclarecimentos constantes sobre as suas atividades.⁴⁰²

Em outubro de 1942, foram presos e recolhidos ao presídio em Recife, 20 destes funcionários, especialmente de Paulista. O DOPS até 1945, produziu diversos prontuários individuais, onde alguns nos fornecem dados para conhecermos a trajetória de migração e de trabalho destes alemães que trabalhavam em Rio Tinto. Podemos citar o caso de Alois Josef Skaetta, austríaco que teria chegado para trabalhar na tecelagem em janeiro de 1924 para exercer o cargo de eletricista. Em 1945, ressaltou em depoimento para o DOPS, que se dedicava

⁴⁰² LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos: o antissemitismo e a questão alemã em Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945)**. Recife: Ed. UFPE, 2014. P.193.

apenas ao trabalho, distanciava-se de debates políticos e que possuía “*geral estima entre o operariado brasileiro de Rio Tinto*”⁴⁰³. Outros somam-se a lista: Hans Jenner e Herbert Klein. Este último, era Engenheiro mecânico e foi preso em 1942. Em 1918, lutou na Primeira Guerra Mundial, na Marinha alemã. Fugiu para a Holanda em novembro de 1918, ao tempo da implantação da *República de Weimar*. Estudou mecânica na Escola de Engenharia de Altenburg e na Academia de Engenharia de Weimar, concluindo o curso de Engenheiro Mecânico em 1923. Chegou ao Brasil em 1924, pois, ficou desempregado na Alemanha, vindo trabalhar inicialmente em casas comerciais em Recife, cujo alemães eram conhecidos de sua esposa, até ser contratado pela Fábrica ‘Lubeca’ em Recife. Em 1925, pediu demissão e foi contratado por Arthur Lundgren, para a tecelagem Paulista e em 1929 fixou-se em Rio Tinto. Em declarações prestados ao DOPS, reitera não estar envolvido em movimento político, mas, destacou que:

Não sendo, entretanto, antinazista; que sendo de nacionalidade alemã tem como dever estar com o Chefe do seu país, pronto a defendê-lo a qualquer momento, que lamenta que o Brasil haja rompido as suas relações diplomáticas com a Alemanha, porque estima o Brasil e Alemanha.


Outros imigrantes que trabalhavam em Rio Tinto, foram vigiados, pois, a sinonímia alemã-nazista era constante. Como Anton Krekeler, era alemão nascido em Essen-Ruhr e foi registrado pelo *Serviço de Estrangeiros* de Pernambuco em outubro de 1939, chegando ao Brasil em 1932. Em 1945, ainda trabalhava na tecelagem Rio Tinto. Outro seria Horst Baron Von Strick, que chega ao Brasil em abril de 1929, para trabalhar em Rio Tinto, inicialmente como ajudante de contador, depois como auditor. Foi preso em 1942. Já Josef Arendt, era carpinteiro e chega ao Brasil em 1929 iniciando seus trabalhos em Rio Tinto no ano de 1945. Embora, existisse alemães como Hildegard e Siegfried Markus, que eram alguns dos judeus desta relação, não escaparam de serem fichados pelo DOPS.

⁴⁰³ **Alois Josef Skaetta**. Prontuário individual 16120 (1945). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

DATA

Registrada no Serviço de Estrangeiros deste Estado, sob o n. 89 - 05.120
Chegou ao Brasil a 6.9.1936 pelo "General Osorio" no porto do Recife
Registo Geral Número

Casada com SIEGFRIED MARKUS



Fotografia tirada no mês de... de 19...

Nome: HILDEGARD MARKUS Vulgo: _____

QUALIFICAÇÃO	CARACTERES CROMÁTICOS, ETC.
Filho de <u>Benjamin Lippstaedt</u>	Cúis: <u>branca</u>
e de <u>Gertrude Lippstaedt</u>	Cabelos: <u>cast. escura</u>
Nacionalidade: <u>alemã</u>	Barba: _____
Naturalidade: <u>Berlin</u>	Bigodes: _____
Localidade: _____	Sobroncelhas: <u>castanhas</u>
Idade: <u>nascida a 10.2.1916</u> anos	Olhos: <u>esverdeados</u>
Estado civil: <u>casada</u>	Estatura: _____
Profissão atual: <u>doméstica</u>	Corpo: _____
Sabe ler e escrever? <u>sim</u>	Local onde trabalha: _____
Residência atual: <u>Hotel Avenida</u>	
Residências anteriores: <u>Rua do Patrião n. 31, Rio Tinto</u>	
Nomes das pessoas que o conhecem e as respectivas residências: _____	

Fotografia 25: Ficha de Identificação da judia alemã, Hildegard Markus. (Fonte: Acervo DOPS-Pernambuco).

O casal que chegara ao Brasil em 1936, natural de Berlim. Siegfried é contratado para trabalhar em Paulista e depois fixa-se como contador da fábrica em Rio Tinto. Em 24 de abril de 1942, diante dos inúmeros relatos de que haviam submarinos rodando a costa nordestina, depoimento de um barqueiro da fábrica impressiona pelo que observa na costa paraibana, na altura da praia de Cabo Branco, na capital: ao sair em uma barcaça de Rio Tinto para o porto de Recife, por volta da meia noite identificou uma luz e algo pouco convencional para aquele local. José Bernardo do Espírito Santo, relata a Polícia Marítima, ao chegar ao porto do Recife as 8hs da manhã:

Que a luz se aproximou tanto da Giezela, que pode ele, mestre, ver perfeitamente, a superfície, a silhueta de um submarino, de pequeno tamanho, que receoso, ainda mais se aproximou da terra; que o vulto, que afirma com convicção ter sido um submarino, ficou parado, com a luz do mastro (periscópio) acesa, enquanto ele se distanciava, rumo ao sul; que o vulto continuou parado por cerca de uns 15 minutos, sem mais acompanhar a Graziela, até que, depois aprofundando o mar, navegou com velocidade para fora, desaparecendo.⁴⁰⁴

Este relato fez com que o Capitão dos Portos, Harold Cox, remetesse um ofício ao Gal. Mascarenhas de Moraes informando a ocorrência. Esta movimentação, foi ampliada na

⁴⁰⁴ **Delegacia de Ordem Política e Social, Recife, 24 de abril de 1942.** Prontuário Funcional 5991 – Submarinos. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife, Pernambuco.

conjuntura de torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em de agosto de 1942. É o que diz o estudo clássico de Stanley Stein:

O grupo de submarinos que deixara suas bases na costa francesa no início de julho chegou a suas posições ao largo da costa brasileira em meados de agosto. No dia 15, lançaram o ataque, pondo a pique cinco navios em três dias e matando mais de seiscentas pessoas. Uma onda de ultraje passou rapidamente pelo país inteiro e multidões exaltadas manifestavam-se nas ruas dos principais centros urbanos a favor de represálias. Em 22 de agosto, em resposta a tremenda pressão popular, Vargas anunciou que um estado de guerra existia entre Brasil e o Eixo europeu.⁴⁰⁵

O processo de vigilância em Rio Tinto, estaria permanentemente dentro do projeto político da Interventoria Ruy Carneiro em consonância com o Exército brasileiro. Em fevereiro de 1943 é inaugurado uma linha telegráfica entre a cidade-fábrica e a Baía da Traição. Efusivamente inaugurada como ponto essencial para a estratégia de vigilância do litoral, esteve presente ao ato o General Boanerges Lopes de Souza, o Interventor Ruy Carneiro, o prefeito de Mamanguape, José Fernandes Lima e diversos militares. O General Boanerges era o Comandante do 14º D.I (com sede em João Pessoa), que exercia a atividade de segurança da região, em telegrama assegura ao prefeito, que a linha telegráfica veio para auxiliar na “*vigilância do litoral em que estamos emprenhados*”.⁴⁰⁶ Durante todo o período da guerra, Rio Tinto continuou com a presença de uma guarnição federal do Exército.

Segundo relato do Ministro da Aeronáutica, Marcondes Filho, ao falar a imprensa, o avião foi alvo de 38 tiros de metralhadora o que levou a sua derrubada “*em circunstâncias estranhas, provocando desconfianças das autoridades brasileiras*”⁴⁰⁷ e os três aviadores da FAB não sobreviveram, Tenentes José França Paula, Aspirante Gabriel Mena Barreto e o Sargento Walter Correia. Um ponto é destacado na sua fala: que o Brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea do Nordeste, iria viajar neste avião. Em matéria de *A União*, repercutida em várias edições replicando matérias ligadas aos *Diários Associados*, anunciava a ligação do atentado com nazistas que haviam desembarcado de um submarino na costa de Rio Tinto. As declarações do Ministro Salgado Filho, reiterava elogios ao jornalista Assis Chateaubriand e a “*vibração patriótica*” da Base de Natal. Ao ser perguntado se de fato, a queda do avião poderia ter sido feita por um submarino, disse:

⁴⁰⁵ STEIN, Stanley. O. Cit. P. 345.

⁴⁰⁶ **De Mamanguape – Linha Telegráfica Rio Tinto-Baía da Traição.** A União – Patrimônio do Estado. João Pessoa, Paraíba, 17 de fevereiro de 1943. Hemeroteca da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo.

⁴⁰⁷ **O Brigadeiro Eduardo Gomes quase era vítima do sinistro da Baía da Traição.** A União – Patrimônio do Estado. João Pessoa, Paraíba, quinta-feira, 21 de janeiro de 1943.

Talvez. Pode ser que a tripulação tivesse desembarcado. O que se sabe é que as perfurações não são de armas de uso entre nós. (...) O que é curioso acrescentar é que nessa viagem deveria ser passageiro do aparelho atacado, o Brigadeiro Eduardo Gomes.⁴⁰⁸

Após a queda, a história oficial renomeia a região indígena de Baía da Traição, para o nome de Tenente França – em homenagem ao oficial morto no acidente do avião da FAB e o próprio Interventor comunica ao Ministro da Aeronáutica a mudança.⁴⁰⁹ Outro tributo foi organizado pela Prefeitura de Mamanguape, que informa a construção de monumento no local da queda.⁴¹⁰ Em maio, a prefeitura de Mamanguape, em conjunto com a direção da tecelagem, homenageia três ruas da vila operária de Rio Tinto com o nome dos oficiais mortos. Tal ato revestiu-se de celebração que representava “*um justo preito a memória daqueles patrícios vítimas de traiçoeiro ataque, quando trabalhavam pela causa aliada*”⁴¹¹ onde a aposição das placas contaria com a presença do Prefeito de Mamanguape José Fernandes, do Tenente José Demétrio, Comandante da Companhia do Exército – que se encontrava instalado em Rio Tinto – e da diretoria da tecelagem.⁴¹²

Voltando aos estrangeiros de Rio Tinto a partir de agosto de 1942 esta questão se arrefece. Parte disto, pode ser notado a partir dos chamados salvo-condutos e a obrigação de condução de carteira de identidade em quaisquer tipos de viagens para outros Estados, era protocolo obrigatório.⁴¹³ Em 1943, o delegado do DOPS da Paraíba, Ivaldo Falcone de Melo, publicava em *A União* todas ações da delegacia em torno dos imigrantes, especificamente, alemães, italianos e japoneses. Uma das políticas de estratégia para a vigilância seria a atualização de dados de identificação, como envio de fotos recentes.⁴¹⁴ Quaisquer atos de

⁴⁰⁸ **Possível desembarque da tripulação do submarino nazi na costa da Paraíba.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, sexta-feira, 22 de janeiro de 1943.

⁴⁰⁹ **Um ato patriótico do Interventor Rui Carneiro.** *Jornal Pequeno* – Recife, 20 de fevereiro de 1943. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹⁰ **De Mamanguape- Homenagem a memória dos bravos aviadores da FAB.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 28 de janeiro de 1943. Importante destacar que em 11 de outubro de 1945, *O Estado da Paraíba*, jornal de oposição ao Interventor Ruy Carneiro, publica uma nota não assinada “Criminoso de Guerra”, onde apontava o Interventor como sem ação e pró-Eixo. Acusava Ruy Carneiro de não ter identificado a causa da queda do avião da FAB.

⁴¹¹ **De Mamanguape- Homenagem a memória dos bravos aviadores da FAB perecidos no cumprimento do dever.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 23 de maio de 1943.

⁴¹² A visita do General Boanerges Lopes de Souza, em julho de 1943 as instalações da fábrica Rio Tinto, conhecendo grande parte das seções, oficina mecânica, usina elétrica, fiação e tecelagem, a vila operária foi saudada pelo gerente Mário Vianna, administradores Gabriel Felipe do Rego Barros e Edson Vasconcelos. **O General Boanerges Lopes de Souza visitou anteontem, o centro industrial de Rio Tinto.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, quarta-feira, 21 de julho de 1943.

⁴¹³ **Delegacia de Ordem Política e Social.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 24 de fevereiro de 1943.

⁴¹⁴ **Aviso aos estrangeiros residentes no Estado.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 19 de maio de 1943.

saudar, defender os “países do Eixo”, seria caso de repressão e consequente prisão. É o que ocorre na capital, quando três paraibanos, como registra na seção *Na Polícia* de *A União*, são presos e levados a sede delegacia ao “*dar vivas a Hitler e as vitórias das forças do ‘Eixo’*”.⁴¹⁵ Na nota, são apresentados como “quinta-colunas” significando que a vigilância no cotidiano implementado pela polícia, era constante.

Em março de 1942, um dos marcos de aprofundamento desta vigilância foi a prisão de imigrantes alemães residentes em João Pessoa. O chamado “perigo alemão”, como pontuou a historiadora Priscila Perazzo, foi exposto a partir da ação do DOPS reverberado em ampla cobertura do jornal *A União*. Atuando na capital, Otto Bruntzek, Gottlob Zollman e Werner Günther, eram membros da *Sociedade Nacional Socialista dos Guerreiros Alemães*. Estas prisões, ganharam eco na edição de um jornal paranaense, que registrou uma informação importante a partir do envio de um correspondente a capital paraibana: Otto Bruntzek era Oficial do Exército Alemão enviado do Rio de Janeiro para a Paraíba – atuando em Campina Grande e em João Pessoa.⁴¹⁶

Na prisão foram apreendidos pela polícia paraibana vasto material, a incluir material de propaganda (medalhas, símbolos nazistas, bandeiras), mapas, fotografias da região, relatórios comerciais e políticos e outros planos de espionagem a serem executados. A ampla descrição da ação associa os alemães a um plano de dominação nazista na América do Sul, pelos quais, estes aproveitaram e se infiltram-se gradativamente no cotidiano brasileiro. O alemão, agora em 1942 seria o oposto da visão que se tinha nos anos 1930: seriam vistos com enorme carga negativa, como perigosos e associado ao nazismo. Houve, a saber, uma construção e associação que todo alemão seria partidário do regime alemão. Sobre Otto Bruntzek, é descrito como o “Comandante” paraibano da Sociedade e o mais “perigoso” e que transmitia ares de pretensa superioridade e desprezo pelo povo brasileiro:

Otto chefiava as reuniões dos seus asseclas e superentendia os movimentos do grupo. Tinha em seu poder um grande mapa da Paraíba com detalhes sobre os principais pontos estratégicos do estado e sobre a localização das forças do Exército e da polícia. Interrogado pelas autoridades confessou, sem nenhum descontrolado nervoso, a responsabilidade que lhe cabia.⁴¹⁷

⁴¹⁵ **Na Polícia.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, domingo, 05 de abril de 1942.

⁴¹⁶ **Última Hora! Surpreendida uma célula quinta-colunista.** *Correio do Paraná – Um jornal para pobres e ricos*. Curitiba, 19 de março de 1942. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹⁷ **As atividades da quinta-coluna na Paraíba.** *A União – Patrimônio do Estado*. quarta-feira, 18 de março de 1942. Esta ação, teve repercussão nas páginas do *Diário de Pernambuco*.

Foi apreendida também uma carta do líder nacional da Sociedade, Hans Albrecht em que nomeava Otto para o comando das atividades e operações na Paraíba ao tempo que o orientava a proceder este objetivo. A carta é utilizada tanto pela polícia como pelo jornal, como prova da espionagem alemã no estado e suas redes de infiltração. Outro alemão preso, Gottlob Zollman é descrito como o principal propagandista e que recebia diretamente do Cônsul Alemão no Recife material a ser distribuído entre os seus e em seu poder, quando foi preso em Campina Grande, a polícia apreendeu: publicações do Ministério do Exterior Alemão; fotografias da cidade e mapas geográficos do Brasil, indicando matérias-primas que serviriam à indústria alemã. Sobre Günther, ensinava alemão gratuitamente e é apontado como o *“mais instruído que os outros dois, preferia agir entre as classes cultas. Gostava de discutir política e economia e mostrar as vantagens do regime alemão sobre os demais.”*. Isto é verificado em nota publicada no jornal *A União*, de junho de 1939, ou seja, três anos antes desta ação, em que Werner Günther anunciava Curso de Alemão, para grupos ou particulares. Ou seja, Günther já estava inserido no cotidiano da capital paraibana. No dia 20, os três presos seguiram para o Rio de Janeiro, sob escolta de um investigador do DOPS e um soldado.

O DOPS seguiu em 1942, em diversas ações de investigação e denúncias que resultaram em prisões de “quinta-colunas”. De João Pessoa a Campina Grande e diversas cidades da Paraíba, o delegado Ivaldo Falcone e sua rede de investigadores, estabeleceram um ambiente em que quaisquer denúncias era motivo para a prisão e o carimbo de “simpatizante do Eixo”. Muitos destes eram flagrados, sobretudo brasileiros, saudando os feitos “do glorioso Exército do Reich” ou “o valor dos soldados nazistas”.⁴¹⁸

Em 23 de agosto de 1942, *A União* anunciava que o governo Vargas, declarava Estado de Guerra com a Alemanha e a Itália. Registrava também a ampla repercussão no meio diplomático, telegramas de Franklin Roosevelt, presidente dos EUA à Getúlio Vargas e notas do Governo brasileiro entregues a Alemanha e Itália. Na capital, logo a população reuniu-se no centro da cidade em apoio ao posicionamento de Estado de Guerra com o “Eixo”.

⁴¹⁸ **Na Polícia.** *A União – Patrimônio do Estado.* João Pessoa, Paraíba, 21 de maio de 1942.



Fotografia 26: Foto da concentração na capital paraibana, na matéria de *A União*, em favor da decretação do Estado de Guerra. Notar, em destaque central a tomada do momento em que José Mousinho fala aos presentes. Mousinho, será um dos que em agosto de 1945, discursará para que os operários de Rio Tinto, "expulsem" os alemães da cidade-fábrica. Mousinho era diretor da *Caixa Central de Crédito Agrícola do Estado*. (Fonte: Jornal A União).

Nesta mesma edição, o jornal anunciava que devido à declaração de guerra, foram presos preventivamente os imigrantes alemães e italianos, de diversas regiões, além dos religiosos nos Conventos.⁴¹⁹ Ao todo cerca de 78 alemães e italianos, de destaque alguns que trabalhavam entre a tecelagem Paulista e Rio Tinto e outras firmas da capital, a exemplo da Herm Stoltz & Cia, tais como: Ernest Leowenbach, Ernst Schulz, Karl Heinrich Fritz Lorenz, Hildegard Markus, Anton Krekeler, Paul Feldhues, Max Zagel, Walter Kleinau, Heinrich Koning, Horst Baron Von Strik e Hans Jenner. A maioria destes alemães foram também fichados pelo DOPS de Pernambuco, de onde foram produzidos extensos prontuários individuais de suas atividades no Brasil.

Importante destacar, que desde janeiro de 1942 o DOPS, já havia publicado nota em que requeria que os estrangeiros alemães, italianos e japoneses deveriam informar seus endereços residenciais em toda a Paraíba e a proibição de viajar para outros Estados, sem a devida permissão – salvo-condutos – concedidos e autorizados pelo Delgado Ivaldo Falcone.

⁴¹⁹ **Na Polícia – Prisões de Súditos do "Eixo".** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, domingo, 23 de agosto de 1942.

Assim, o Interventor Ruy Carneiro, inseria em suas ações de governo a política de vigilância e prisões dos “súditos do Eixo”. Em visita a capital federal, entrevistado por um jornal do Rio de Janeiro, logo assinalou: “*No meu Estado não há quinta-coluna*”. Destacando que o seu governo estava totalmente alinhado com o que ele chama de “espírito americanista” informa que no cotidiano paraibano, a população se atualizava sobre a guerra por meio da audição da rádio inglesa BBC ou estações norte-americanas. E registra que ao viajar para o sertão paraibano, na cidade de Cajazeiras, presenciou este fato ao manter diálogo com um motorista da cidade:

- O senhor ouviu a BBC e os comentários sobre o discurso do Presidente Roosevelt? Segundo a crítica, os nazistas estão liquidados. Ao lado do chauffeur observei um livro de Churchill. E assim, em toda a Paraíba, o espírito americanista domina e empolga o meu povo.⁴²⁰

João Santa Cruz, assinava esporadicamente nas páginas de *A União*, colunas sobre o panorama da guerra, sobre o nazismo e suas avaliações em torno do devir. Nesta mesma edição registrava-se a campanha civil para a Paraíba adquirir uma lancha-torpedeira a ser oferecida a Marinha Brasileira⁴²¹. Ladeado desta informação, Santa Cruz ressaltava ao abrir seu artigo: “*O Nazismo não se derruba de um golpe, mas com dotes de organização e tiros de artilharia*”.⁴²²

Ao longo de 1942, e em específico, na conjuntura pós-declaração de guerra, os trabalhadores paraibanos realizaram manifestação na capital em favor de Vargas e contra a “*tiranía nazi-nipo-fascista*” como foi o caso de enorme comício realizado no Parque Sólon de Lucena, centro da capital.⁴²³ Outra importante manifestação, se deu em agosto deste ano, no contexto do torpedeamento dos navios brasileiros – com muitos tripulantes paraibanos – no litoral. De passeatas pelo centro da capital, passagem pela sede do governo, no Palácio da Redenção a comícios, a manifestação suscitou nota contundente de apoio da Rádio Tabajara:

A Paraíba está de pé pela honra do Brasil. Toda a cidade de João Pessoa apresenta um grandioso aspecto comparável aos grandes dias de 1930. O povo está nas ruas da cidade a protestar em altos prados cívicos contra os bárbaros atentados da víbora nipo-nazi-fascista a dignidade nacional. Os comícios se sucedem desde ontem a noite. Os oradores frisam as nossas tradições e a nossa coragem. Todos proclamam que o Brasil uniu-se pelo sangue a causa da

⁴²⁰ “**No meu Estado não há quinta-coluna**”. *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, Sábado, 25 de julho de 1942. Nesta conjuntura, a Polícia do Estado organizou uma série de palestras referentes a um *Curso de Combate ao Nazismo*.

⁴²¹ **A Paraíba unida contra os agressores nazistas**. *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 04 de setembro de 1942.

⁴²² **Ideal de luta. João Santa Cruz**. *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 04 de setembro de 1942.

⁴²³ **Grande comício operário contra o “Eixo”**. *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, terça-feira, 14 de julho de 1942.

humanidade livre. E, a Paraíba como parte integrante da comunidade nacional, fez coro com esse grandioso movimento de repulsa aos selvagens processos utilizados pelos bandidos internacionais. A multidão que não sai de nossas ruas, desde ontem a noite, erguendo vivas aos próceres democráticos, ao Presidente Vargas e ao Brasil, será sempre a multidão corajosa indormida que através do tempo há demonstrado nunca recuar quando se acha em jogo os destinos da nação. (...)

Por isso é que, o Brasil caminha para grandes destinos. Porque nas ruas de João Pessoa não são apenas paraibanos que oferecem os seus peitos as baionetas nazistas. (...) Nas ruas de João Pessoa está o Brasil.⁴²⁴

4.3.3 O *quebra-quebra* de agosto de 1945: As tensões entre técnicos alemães e operários brasileiros

Para entender as tensões que culminaram com o “Quebra-Quebra” em 1945, é preciso apreender a conjuntura e conjunto de fatores que levaram a associação dos Lundgren e dos técnicos e chefes de seções alemães com o nazismo. Desde os anos 1930, que o DOPS de Pernambuco e Paraíba, já implementava ações de vigilância em Rio Tinto. Com a declaração de guerra do Brasil em 1942, a família Lundgren procurou estabelecer algumas estratégias para se afastar de supostas ligações com o nazismo e de que compactuavam com ação de espionagem alemã, a partir de seus funcionários estrangeiros. Uma destas reações viria a ser noticiada em 11 de julho de 1943, no jornal *A União*, em uma notícia que ocupou toda uma página: um discurso do Interventor do Pará, quando da inauguração de mais um empreendimento dos Lundgren, “*A Pernambucana*” em Belém. A fala do Interventor, transmitida pela Rádio Tabajara, é um verdadeiro libelo em defesa dos industriais, cuja pretensão não era só exaltar o caráter industrial, mas sobretudo, desassociá-los de qualquer relação com os nazistas que “ameaçavam a ordem nacional.” Esse contradiscurso é o mais contundente indício que naquele momento, estava posto a fabricação de que os Lundgren eram associados ao nazismo. Vejamos alguns trechos da fala do Interventor do Pará, o Coronel Magalhães Barata:

Os irmãos Lundgren são de origem sueca e dinamarquesa e como os nomes da Península Escandinava quase que se confundem com os da região alemã, eles se viram como que ameaçados naquelas horas de exaltação popular e tiveram suas propriedades em que mantêm mais de oito mil operários, quase destruídos pela multidão. Graças ao Exército em Recife, pôde ser evitado tão irreparável prejuízo. Não se podia consentir de forma alguma na destruição de uma indústria que dava o pão de cada dia a milhares e milhares de brasileiros espalhados por este Brasil inteiro. Não era possível que nós do Exército consentíssemos que as exaltações populares pudessem atingir ao ponto de

⁴²⁴ **A Paraíba de pé contra os agressores nazistas.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, quarta-feira, 19 de agosto de 1942.

prejudicar ou destruir um trabalho dessa natureza. Entretanto, os proprietários dessa grande indústria nada tem de relação de sangue com os alemães. No seu parque, somente brasileiros empregam suas atividades, havendo uma diferença, entretanto, no que se refere ao corpo de técnicos. Estes últimos São de várias nacionalidades: São americanos, ingleses, austríacos, alemães, etc. pois como grandes industriais que São, tinham que buscar elementos de qualquer nacionalidade, desde que fossem competentes. Mesmo os descendentes das nações do eixo foram mantidos nos seus lugares, de acordo com determinações superiores, pois o seu afastamento no momento, somente prejuízos viriam acarretar aquela indústria.⁴²⁵

Parte desta ofensiva dos Lundgren talvez reside no receio de ocorrerem episódios que viessem, entre outros, a produção de um conflito na cidade-fábrica entre brasileiros e alemães. Tanto que na Paraíba, na conjuntura da decretação de Estado de Guerra em 1942 e no torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, ocorreram o primeiro “quebra-quebra” na capital. Segundo registra o historiador José Octávio de Arruda Mello, os estabelecimentos comerciais de estrangeiros, italianos e alemães, foram os primeiros alvos pelos quais a população se voltou: a *Perfumaria D’Andrea*, a *Sapataria de Nicola Porto* e a *Alfaiataria Griza*. Estas, foram alvos de saques e depredações sendo acusados por todos, enquanto espaço de difusão da “quinta-coluna” o que “*mais grave ainda não ocorreria aí, mas com chefes de família italianos, que o Interventor Ruy Carneiro, a título de resguardar-lhes a integridade, mandou recolher ao Mosteiro de São Bento.*”⁴²⁶

Em Rio Tinto, os conflitos entre brasileiros e alemães com o episódio do “quebra-quebra” revelando o ápice do descontentamento com a presença alemã em Rio Tinto. Ocorrido em agosto de 1945, pelas ruas da vila operária os trabalhadores brasileiros depredaram os chalés/casas onde residiam os técnicos e chefes de seções alemães e o Palacete dos Lundgren, para quem a memória da cidade construiu a imagem de que “*Hitler ia morar lá.*” Essa associação dos Lundgren e dos alemães enquanto nazistas, seria objeto propulsor destes desentendimentos. Parte da explicação, de não terem havido episódios anteriores de (pelo menos na leitura das fontes pesquisadas) tensões entre brasileiros e alemães, deve-se em parte pelo fato destes técnicos e chefes de seções estarem em categorias que não demandavam “concorrência” entre os operários brasileiros. Nas memórias do operário e ex-presidente do

⁴²⁵ **As Empresas Lundgren prestam expressiva homenagem ao Interventor no Estado do Pará.** A União. – Patrimônio do Estado. João Pessoa, 11 de julho de 1943.

⁴²⁶ MELLO, José Octávio de Arruda. Os italianos na Paraíba: da capital ao interior. João Pessoa: Editora A União, 2006. P. 135. O jornal *A União*, nas edições de fevereiro e março de 1942, registra diversos outros episódios como estes ocorridos em João Pessoa, em várias regiões do Brasil.

sindicato têxtil, João Batista Fernandes – que a este tempo, exercia a chefia da “seção de férias” – reproduz possíveis conversas entre operários em dias anteriores ao acontecimento:

- Será que a guerra terminou, companheiros?
- Terminou, sim!
- Terminou como, se esses galegos ainda continuam por aqui dando ordens e humilhando a gente?
- Pois que a guerra terminou, terminou. Agora o chato do negócio é porque essas pestes não saem daqui!
- E até aonde vai isso?
- Quem sabe? Talvez até quando eles quiserem.
- Mas isso não pode ficar assim. É por isso que dizem que é um pedaço da Alemanha.⁴²⁷

Ao ser ocupado em 1942, por um comando do Exército, Rio Tinto viu-se vigiada e grande parte de querelas internas, passavam pelas decisões do Comandante aquartelado no Rio Tinto Tênis Clube – o Clube Alemão. João Batista Fernandes, rememora esta questão e o papel decisivo no cotidiano da cidade-fábrica, a exemplo que a partir de 1942, *os alemães continuaram trabalhando, porém sendo escoltados individualmente*. É certo que muitos trabalhadores possuíam uma visão crítica com relação aos seus chefes alemães, que para Fernandes E. Klein e Lorenz, seriam *os recipientes dos ódios dos operários*. Já Josef Arendt e um alemão chamado por todos de “Paulo pobre” seriam os que tinham o melhor relacionamento possível com os trabalhadores brasileiros. Ainda podemos ler nas memórias de Fernandes o registro de alguns episódios de desavenças entre os chefes de seções alemães, como o caso entre Klostermann (chefe da seção de preparação de fios) e Max Zagel (chefe do Armazém de algodão). O primeiro acusava Zagel de enviar para “*sua seção de preparação de fios somente o que nada mais prestava em matéria de algodão*”. Intermediado por outro alemão, Ernest Schultz – diretor tesoureiro – o conflito foi prontamente resolvido, devido ao seu perfil de “*homem justo e caridoso*” ao lado de Guilherme Jacob – chefe de manutenção dos edifícios da fábrica e cidade – tido como “*o bom alemão*”.⁴²⁸

Em 18 de agosto de 1945 já haviam se passado dois meses que a Alemanha de Hitler havia capitulado e a guerra encerrava-se no Oriente vide à derrota japonesa, quando a sirene da fábrica anunciava o final de mais um turno de trabalho. Na saída, os operários presenciaram, liderado pelo advogado José Mousinho⁴²⁹ e o fazendeiro da região Frederico Baltar,

⁴²⁷ FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto – O extinto**. Rio Tinto: 1973. P. 70.

⁴²⁸ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 87.

⁴²⁹ Segundo registros de *A União*, Mousinho liderava passeatas e comícios em João Pessoa, em favor dos EUA e da entrada do Brasil na guerra. A Força Expedicionária Brasileira – FEB, chegaram em setembro de 1944, para lutar contra o nazi-fascismo na Itália.

xingamentos e ofensas o que instigados pelo fim da guerra e pelo sentimento antigermânico, foram responsáveis para que houvesse o início do “quebra-quebra”. Com uma série de discursos, gritavam: *Vencemos a guerra! Vamos expulsar esses alemães! Rio Tinto parece um pedaço da Alemanha! Tudo o que está aqui pertence aos brasileiros. Esses nazistas assassinaram nossos irmãos em guerra com eles! Abaixo os nazistas!*⁴³⁰ Já para João Batista Fernandes, estas falas eram eivadas de *ódios e vinganças*, e reafirmavam um tom de orientação:

Os oradores diziam não poder compreender o porquê de tanta covardia em um povo, como o de Rio Tinto, em deixar-se massacrar por um punhado de nazistas que há bem pouco tempo dizimaram nossos irmãos nos campos de batalha na Itália e alhures. Que puseram a pique nossos navios, em águas brasileiras, ceifando mulheres e criancinhas indefesas! Que para o operário rio-tintense provar seu patriotismo deveria, em caráter de urgência, expulsar já e já todo e qualquer alemão aqui residente! Seria por demais enfadonho dizer-se aqui o restante da arenga dos caravaneiros. (...) Um dos caravaneiros gritou: A ELES, AOS NAZISTAS! Acabem com todos os seus pertences, porque eles nada tem aqui; tudo pertence ao Brasil e aos brasileiros!⁴³¹

Daí parte dos trabalhadores e trabalhadoras, iniciavam o saque e depredaram as residências dos alemães de lá partiram para depredar o Palacete, residência dos Lundgren em Rio Tinto. Este, pertence ao imaginário construído durante e depois da guerra, de que seria para “hospedar Hitler”. Em edição de janeiro de 1942, o *Diário de Pernambuco* registrava as impressões de um repórter dos Diários Associados que viajou por várias regiões do Nordeste. A passagem deste por Rio Tinto, registrou o que se chamava de “*misterioso castelo que parcialmente pode ser visitado*”. É este jornalista que faz suposições sobre o destino daquele espaço, pelo qual foi gasto cerca de mil contos de réis: “*que se afirma destinar-se ao acolhimento dos comandantes das forças nazistas, quando estas quisessem assaltar o Brasil*”.⁴³² Crítica ao fato de os Lundgren não destinarem a mesma quantia para a construção de uma creche para os filhos dos operários e que os Lundgren estariam descumprindo a Legislação Trabalhista. Deste modo, seja possível que já circulava informações em Rio Tinto sobre este fato.

⁴³⁰ Amélia de Farias PANET. **Rio Tinto – História, Arquitetura e Configuração Espacial**. In: PANET, Amélia (et al.) Rio Tinto: estrutura urbana e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. p.37

⁴³¹ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 71.

⁴³² **Mais de mil contos pelo castelo de Rio Tinto**. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, Recife, Brasil - domingo, 11 de janeiro de 1942. P5.



Fotografia 27: Registro interno do Palacete com tomada do episódio do “Quebra-Quebra”. (Fonte: Acervo Antônio Luiz, Rio Tinto, Paraíba)

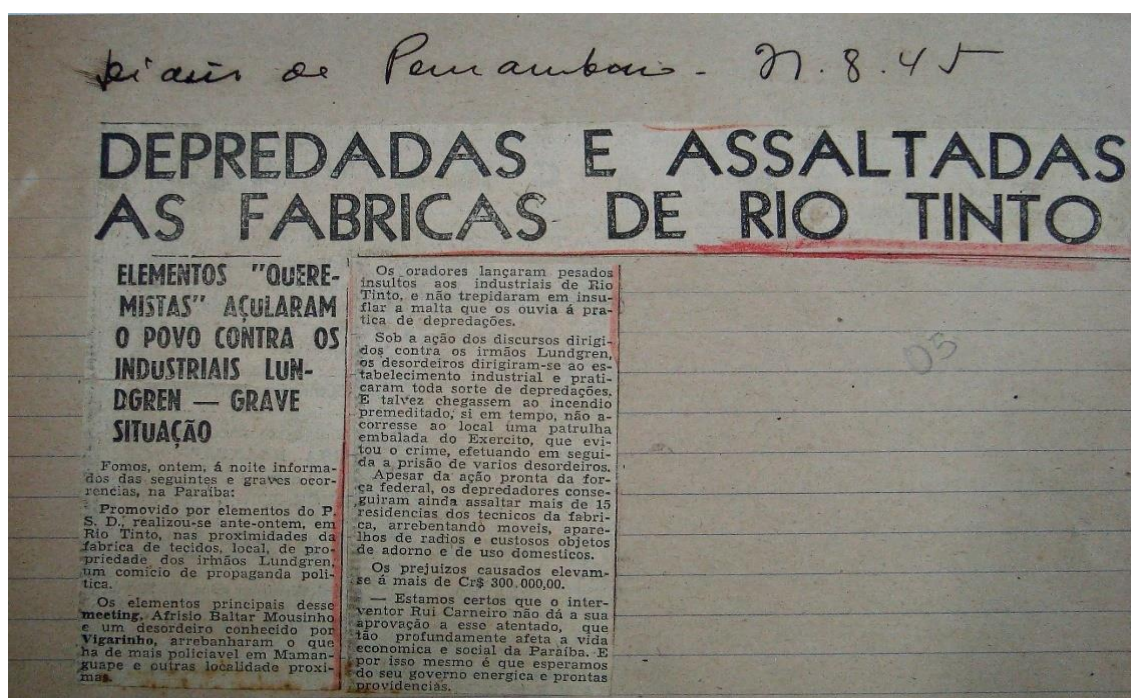
As depredações ganharam amplo espaço na imprensa, seja da Paraíba, Pernambuco ou de outros jornais de outras regiões do Brasil. O *Jornal do Commercio*, *Jornal Pequeno* e o *Diário de Pernambuco* foram onde este episódio teve mais destaque. Das notícias, somente a nota do *Jornal do Commercio*, enfatizava que este episódio se deu por conta da troca de um brasileiro por um alemão, em uma das gerencias da fábrica. Porém, as outras duas folhas não confirmam isto. O *Jornal Pequeno* noticia em 22 de agosto publica nota sobre o fato e diz que a residência de Frederico Lundgren em Rio Tinto foi depredada por “*elementos queremistas*”.⁴³³ Do mesmo modo, o *Diário de Pernambuco* informou sobre este episódio, que para a folha foi capitaneado por “queremistas”⁴³⁴ que “incentivaram” a população da vila operária contra os Lundgren. A partir de um comício, realizado em frente a saída da tecelagem de um turno dos operários, a folha identificou um fazendeiro da região Afrísio Baltar e do político José de Oliveira Ramos, o Vigarinho,⁴³⁵ que criticaram veemente a postura dos industriais donos da tecelagem, os Lundgren. Outro participante do evento foi José Mousinho,

⁴³³ **O saque e as depredações queremistas em Rio Tinto.** *Jornal Pequeno* – Órgão independente e noticioso. Recife, quarta-feira, 22 de agosto de 1945, N. 183, p1.

⁴³⁴ O *Diário de Pernambuco* se colocava a favor da candidatura de Eduardo Gomes, da UDN na eleição de 1945.

⁴³⁵ **Rebatendo calúnias. A verdade sobre as recentes ocorrências de Rio Tinto.** *Folha da Manhã*, Recife, 04 de setembro de 1945. Prontuário Funcional 29.251 - Fábrica Paulista - Rio Tinto (1940-1945). Em carta endereçada ao jornal, de Recife, *Folha da Manhã*, Vigarinho, escreve e apresenta sua ampla defesa. Reafirmando que a matéria caluniosa do *Diário de Pernambuco*, na edição de 21 de agosto, que o acusou de promover o início do episódio. Para tanta, denunciava a fábrica de não afastar alemães de sua direção, e apontando a causa do movimento a permanência de nazistas em seu quadro.

que participava ativamente das manifestações contra o nazi-fascismo, desde 1942 na capital, ao tempo do torpedeamento de navios brasileiros com a morte de tripulantes paraibanos.⁴³⁶ O jornal não faz menção aos detalhes dos discursos, apenas ressaltando que foi desembocada em depredações nas casas dos técnicos alemães e na fábrica. A reprimenda das tropas do Exército que se encontravam em Rio Tinto, fez encerrar a manifestação: *“os depredadores conseguiram ainda assaltar mais de 15 residências dos técnicos da fábrica, arrebatando móveis, aparelhos de rádios.”*⁴³⁷ Com o episódio, o Exército decidiu concentrar todos os alemães da cidade na sede do Tiro de Guerra e depois na residência de Eduardo Ferreira, ex-dirigente da tecelagem.⁴³⁸



Fotografia 28: Registro do *Diário de Pernambuco*, sobre os acontecimentos em Rio Tinto, na edição de 21 de agosto de 1945. (Fonte: Acervo do DOPS-Pernambuco).

E concluindo, como disse o ex-operário e ex-presidente do sindicato João Batista Fernandes, todas essas questões fizeram com que houvesse a constituição da imagem, resumida por ele: *“é por isso que Rio Tinto é um pedaço da Alemanha.”*

⁴³⁶ **Grande comício contra o ‘Eixo’.** *A União – Patrimônio do Estado*. João Pessoa, Paraíba, 07 de junho de 1942.

⁴³⁷ **Depredadas e assaltadas as fábricas de Rio Tinto.** *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, Recife, Brasil - terça-feira, 21 de agosto de 1945. P1.

⁴³⁸ FERNANDES, João Batista. Op. Cit. P. 135.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, nossa intenção de mostrar o processo de formação de classe evidenciou a singularidade desta tese. Diversas pesquisas sobre o movimento operário em Rio Tinto se debruçaram no recorte temporal dos pós-1950, em parte, pelo fácil acesso a fontes deste período. Esta geração de trabalhadores militantes do final dos anos 1950 a 1964, em suas memórias costumeiramente realizam referências às primeiras ações operárias dos anos 1930. Portanto, ao se deparar com estas alusões, este trabalho mostrou esta geração predecessora forjada dentro da conjuntura a partir de 1932, de organização e consciência por direitos na luta contra o patrão.

Isto foi possível, porquanto, grande parte do material documental não havia sido utilizada nos estudos da classe operária, especificamente, no período entre 1930 a 1945. A retirada do silenciamento da experiência de diversos trabalhadores e trabalhadoras nestes anos, revelou um amplo painel de lutas e ações. Para tanto, mostramos o processo de constituição da fábrica Rio Tinto, enquanto projeto de ampliação dos negócios têxteis da família Lundgren. Evidenciamos a composição dos trabalhadores entre 1918 a 1930, enquanto migrantes de diversas regiões da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Grande parte agricultores e suas famílias transformadas em homens e mulheres regidos pela disciplina e tempo fabril. Ao lado, constatamos a chegada dos primeiros imigrantes alemães, contratados pelos Lundgren para trabalharem enquanto técnicos e chefes de seções, já a partir de 1921.

As fontes, nos forneceram a construção de um caminho pautado em diversos marcos no processo de formação e consciência de classe. Assim, 1932 com a criação do primeiro sindicato têxtil, ao lado da edição e publicação de jornal operário e em outra ponta a atuação do Partido Comunista, estabeleceu a consolidação de um forte movimento organizativo. Os trabalhadores de Rio Tinto, em destaque, Manoel Rocha, Antônio Sales, Luiz Gomes e Raymundo Ferraz, fortaleceram os laços de solidariedade no diálogo com outros sindicatos e organizações paraibanas, aspecto fundante no fortalecimento de sua agenda reivindicatória. Entre 1933 e 1937, a partir da repressão tanto do DOPS, quanto da fábrica, foram demitidos, transferidos ou presos. Na costumeira acusação de serem “*comunistas e perturbadores da ordem*”, migraram para Pernambuco, onde procuram reiniciar suas lutas na lides sindicais e comunistas.

A conjuntura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, os trabalhadores se organizaram em momento singular. Não havia sindicato têxtil, pois, este havia sido fechado nas ações repressivas de 1933. Procuraram, portanto, o apoio de sindicato têxtil, da vizinha cidade de Santa Rita; aos poucos reorganizaram uma célula comunista em 1940 e procuraram denunciar na justiça, por exemplo, os acidentes de trabalho na tecelagem. Em 1943 ao ser recriado o Sindicato em Rio Tinto, os trabalhadores permaneceram afastados de sua direção e ação. A fábrica, visando controle, colocou como presidente da entidade um funcionário de sua total e inteira confiança.

A repressão do corpo dos vigias de policiamento, mantidos pela direção da fábrica, auxiliou na perseguição e violência a operários militantes. Apenas a partir de 1949, na curta gestão do operário Jovino Nascimento, a fábrica não conseguiu impor sua manutenção de poder frente ao sindicato. Mostramos também, que as relações e tensões entre operários brasileiros e técnicos alemães, se tornaram parte importante nesta conjuntura. O episódio do “quebra-quebra” de agosto de 1945, quando os trabalhadores depredaram as casas dos alemães em represália ao fim da guerra, demonstrou outro ponto nas relações classistas. Ao marco final de 1945, esta tese salienta que a reconstrução desta experiência operária é fundamental para entendermos a organização e lutas que serão drasticamente interrompidas pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

Ao finalizarmos esta tese, ressaltamos que foi escrita num cenário social de extrema redução nos direitos dos trabalhadores brasileiros, a partir da Reforma Trabalhista. Com o desmonte da CLT, numa flexibilização com capa “modernizante” em seu discurso, esta reforma, possui desdobramentos, quiçá comparáveis ao Brasil pré-1930: a precarização do mundo do trabalho. Importante demarcar o ano de 2016 como fundamental neste processo, quando ocorre o golpe parlamentar-jurídico-midiático que interrompeu o mandato de uma Presidenta legitimamente eleita no pleito de 2014. Em 2018, foi celebrada os 101 anos da Revolução Russa e dos 170 anos de publicação de livro-guia do movimento operário em Rio Tinto: *O Manifesto Comunista*. Além, do centenário do início da construção da fábrica, que culmina com a reativação de uma linha de produção, capitaneado pelo filho de Arthur Lundgren, Nilson Lundgren. Este, logo renomeou a tecelagem de “*Rio Tinto Têxtil S/A*”. Ainda proprietária de grande parte do patrimônio imobiliário da cidade, verifica-se constantemente conflitos entre ex-trabalhadores e trabalhadoras, para posse das casas da antiga vila operária. Estes, ainda pagam aluguel de casas que não conseguiram adquirir, alguns residindo há mais de 60 anos. Em depoimento no documentário *Tecido Memória* um ex-operário da matriz em Paulista, reafirma

que ainda hoje se carrega certo “medo” da Companhia. Este, é um sentimento similar com o ambiente e cotidiano atualmente de Rio Tinto. Em março de 2018, visitei mais uma vez a cidade para realizar um série fotográfica. Ao caminhar pelas ruas da antiga vila operária, em certo momento, fotografei uma casa e fui indagado pela moradora que estava inquieta e apreensiva: *“Você é da Companhia? Você estar tirando foto para vender esta casa?”* Na resposta, tranquilizei e disse que era apenas um pesquisador que estava escrevendo sobre a história da cidade e dos seus trabalhadores. Logo, ela informou que seu marido tinha sido operário e que até hoje pagava aluguel ao chamado *“Patrimônio da Fábrica”* – escritório onde atualmente administra as propriedades dos Lundgren na região. Portanto, esse aparente “medo” permanece tanto na memória de ex-trabalhadores como no tempo presente. Ao lado, temos a constante *“saudades do tempo do trabalho”* e como diz um ex-operário de Paulista a *“saude de convivência dos companheiros”* onde os laços de solidariedade marcaram decisivamente os dois núcleos fabris. Nesta esteira, termino citando Walter Benjamin: *O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.*

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de; MOMESSO, Luiz Anastácio. **A trajetória de um líder comunista: Edvaldo Ratis e o Sindicato dos Gráficos**. *Mundos do Trabalho*; v. 8, n. 15 (2016): Biografia e História do Trabalho (I).
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: Poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Doutorado em História, UFPE – CFCH, Recife, 2012.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Poder Judiciário: História da Comarca de Mamanguape**. João Pessoa: Edições do TJPB, 2011.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade autoritária**. Doutorado em História, UFPE-CFCH, Recife, 1995.
- ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sergio. **Famílias operárias, famílias de operárias**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, ano 5, p. 7-17, out. 1990.
- ALVIM, Rosilene. **Notas sobre a família num grupo de operários têxteis**. IN: LOPES, José Sérgio Leite e outros. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____. **Trabalho infantil e reprodução social: o trabalho das crianças numa fábrica com vila operária**. IN: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **O Comércio Paraibano no Processo de Formação do Comercio Nacional 1930-1939**. Recife, 1987, Mestrado em História - UFPE-CFCH.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O rio Mamanguape**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997. 71p. (fac-similar da publicação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife – 1957).
- ANDRADE, José Cristovão de. **Reestruturação produtiva e condições de trabalho — um estudo dos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de algodão de Campina Grande — Paraíba**. João Pessoa, Dissertação de Mestrado em Sociologia - UFPB, 2001.

ARAGÃO, Araújo D. ET alii. **Condições de trabalho e de vida do operariado em Rio Tinto - PB: 1924-1940.** João Pessoa: UFPB – Mestrado em Ciências Sociais. 1982.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da história social brasileira.** São Paulo: Scritta, 1997.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba.** João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **O batismo do trabalho: A experiência de Lindolfo Collor.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1990.

BARBOSA, Orris. **Secca de 32: impressões sobre a crise nordestina.** 2ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba.** João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

BATALHA, Cláudio H. M.; FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da. **Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado.** Campinas, Editora Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. **Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República.** Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1990.

BAUER, Caroline Silveira, GERTZ, René E. **Fontes sensíveis da história recente. Arquivo de Regimes Repressivos.** in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BERTONHA, João Fábio. **Trabalhadores imigrantes entre identidade étnica e de classe: o caso dos italianos de São Paulo (1890-1945).** Comunicação apresentada à XVI Jornadas de História Económica. Quilmes, Argentina. Setembro de 1998.

BEZERRA, Gregório. **Memórias.** São Paulo: Boitempo, 2011 (Edição ampliada e atualizada).

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas.** 2005. 658 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

BLAY, Eva. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985.

BORGES, Vavy Pacheco. **Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940).** In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.) *Memória e*

(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2004. 2.ed.

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla B. (org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto. 2008.

BREPOHL, Marionilde Dias. **Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil**. Campinas, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 1993.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa, PB. Editora Universitária/ Ideia, 1998.

CITTADINO, Monique & SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Estado Novo na Paraíba: Aspectos iniciais da interventoria Ruy Carneiro (1940-1945)**. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. *Historiografia em Diversidade: Ensaios de História e Ensino de História*. Campina Grande: Ed. Universitária. UFCG, 2008.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora da UnB, 1993.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/DGETNO/DGAM, Série Experiências Indígenas, n. 2, 2012. CARNEIRO, Ruy (**Depoimento**). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado; 2003; p.126. (Série Labirintos da Memória).

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CAVALVANTE NETO, Faustino Teatino. **“A Ameaça Vermelha”: O imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Doutorado em História, UFPE – CFCH, Recife, 2013.

COLLOR, Lindolfo. **Exposição que justificou o Decreto Nº 22.042, de 03 de novembro de 1932.** In: Origens da legislação trabalhista. Organização e introdução de Mário de Almeida Lima. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991.

CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **Ascensão das Idéias Nazistas em Pernambuco: a quinta coluna em ação (1937-1945).** Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2005.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a fênix paraibana.** João Pessoa: GAFSET, 1986.

COSTA, Francisco de Barros. **Os Lundgren e o fenômeno da industrialização em Rio Tinto.** João Pessoa: UFPB, 1996. (Monografia de Bacharelado em Geografia).

CRAVEIRO, Paulo Fernando. **Os olhos azuis da sombra.** Recife: Nossa Livraria, 2004.

CARONE, Edgard. CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945.** São Paulo: Difel, 1977.

CORD, Marcelo Mac. **E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores.** In: Trabalho Necessário. a.12. n.18. 2014.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e Cotidiano Operário no Sertão.** Campinas: Papirus, 1998.

_____. **De vila operária à cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais 4: 83-96, 2001.

_____. **Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940.** Anais do Museu Paulista 16 (2): 47-104, 2008.

_____. **Ornato e despojamento no mundo fabril.** Anais do Museu Paulista 19 (1): 11-79, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. **Trabalho e Lazer: a organização do tempo livre da família operária pela fábrica.** Congress of Latin American Studies Association Toronto, Canada October 6-9, 2010.

CORREIA, Telma de Barros, Khaled Ghoubar, and Yvonne Mautner. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias.** Pós Revista Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo FAUUSP 20: 10-32, 2006.

CORREIA, Telma de Barros; PANET, Amélia. **Arquitetura e etnologia na gestão de uma memória coletiva.** João Pessoa: Revista do UNIPÊ, Ano XIV, nº 1, 2010.

COSTA, Emília Viotti. **Estrutura Versus Experiência Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha.** BIB. Rio de Janeiro, n. 29 pp. 3-16, 1º semestre de 1990.

DABAT, Christine Rufino. **Os arquivos do TRT da 6ª Região enquanto fonte para a história social de Pernambuco.** In ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. DABAT, Christine. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. (Orgs.) III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Recife: Nossa Livraria, 2009.

DABAT, Christine Rufino; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de (orgs). **O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

DABAT, Christine Rufino. **A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa.** In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (org.). Trabalho e Trabalhadores no Nordeste: Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

DOMINGUES, Luís Manoel. **O processo de industrialização em Pernambuco (1890-1920).** Revista Symposium. Ano 4, nº 1, janeiro -Junho de 2000.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837 - c.1871): a trajetória do negociante João Pinto Lemos.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

DANTAS, Anna Aline Roque Santana. **Rio Tinto, impacto do declínio econômico na organização espacial.** João Pessoa: UFPB/PPGEU/CT, 2009.

DUARTE, Thamara. **Em algum lugar do passado potiguará – Remanescentes de Rio Tinto querem preservar sua história.** João Pessoa: A União, 2001.

DIAS, Cléris Oliveira. **A política das secas na Paraíba (1900/1934).** Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1988. (mimeo).

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local.** João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho: homens, pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850/1930).** João Pessoa: UFPB, 1988.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça as suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política.** São Paulo. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP, 2001.

DIETRICH, Ana Maria. **O Partido Nazista em São Paulo**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (organizadora). **Inventário DEOPS: Alemanha, Módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

_____. **A serviço do Reich: Deutscher Morgen, o jornal oficial do partido nazista no Brasil**. Revista Histórica, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, n. 8, set/out/nov 2002.

_____. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

DIETRICH, Ana Maria; BISAN, Eliane; PERAZZO, Priscila. **Inventário Deops – Alemanha**. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. **Moradia e Trabalho em Rio Tinto**. In: Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. Mestrado de Sociologia – UFC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS). Fortaleza – CE, 1986.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano - A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, João Batista. **O pai do vento**. Santa Rita, s.ed., 2000.

_____. **Rio Tinto – O extinto**. São Paulo: São Paulo Editora, 1973.

_____. **Rio Tinto – O falso município**. Sapé: Parque Gráfico Seis, 1978.

_____. **O extinto Rio Tinto**. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930)**. João Pessoa: UFPE, 1999.

FERRAZ, Eduardo Luís Leite. **Acidentados e remediados: a lei de acidentes no trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930)**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, janeiro - julho de 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).

FIGUEIREDO, Márcio Tiago Aprígio de. **Solidários nos demos as mãos: as associações mutualistas de trabalhadores na Parahyba do Norte (1881-1910)**. Dissertação (Mestrado), PPGH-CCHLA, UFPB, João Pessoa, 2016.

FORTES, Alexandre. **Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 197-215, 2006.

_____ **O direito na obra de E. P. Thompson.** História Social. N. 2, 1995.

_____ **Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas.** Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado), UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História. 2001.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando T; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo. **Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho.** Campinas: Edunicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. **A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016.

FONTES, Paulo Ribeiro. **Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966).** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Fevereiro de 2002.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Campinas, UNICAMP, 2000 (Tese de Doutorado em História).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 313p.

FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.** Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001.

_____ **O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.** São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

FUCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930.** João Pessoa: Idéia, 1993.

GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

_____ **Herman Lundgren: Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste.** Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____ **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história. Os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

GONÇALVES, Adelaide. **Trabalhador lê?** Revista de Ciências Sociais, v. 34, n.1. Fortaleza-CE, 2003.

_____ **A imprensa dos trabalhadores no Ceará: 1862-1920**. Tese de Doutorado em História Social. Florianópolis. UFSC, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia e BEHAR, Regina Maria Rodrigues. **Atividades pré-industriais na Paraíba: o mundo do artesanato têxtil**. Programas e Resumos. XVII Simpósio Nacional de História/ ANPUH. São Paulo, 18 a 23 de julho de 1993.

GRAMSCI, Antônio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1985-1945**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

_____ **A Paraíba Republicana (1889 – 1945)**. IN: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). Estrutura de poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. **O habitat operário no Nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto**. In: PANET, Amélia et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

HILTON, Stanley E. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

_____ **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4ª edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especial referência a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, v. 1 e 2. 1973.

INÁCIO, Joaquim. **Notícias de uma viagem à Parahyba, em 1924**. Coleção Mossoroense, V. CLII, 1987.

KAUFMAN, Tânia Neumann. **A Presença Judaica em Pernambuco. Passos Perdidos, História Recuperada**. Recife, 1998, DOUTORADO, em História UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientadora: Prof. Dr. Anne-Marie Pessis.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Mapeamento dos movimentos sociais na Paraíba: 1900- 1980**. Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb, João Pessoa(1-4) abril 1985.

LACERDA, Maria Lana Monteiro de. **Súditos do mal: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)**. Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2006. Orientadora: Profª Drª Isabel Cristina Martins Guillen.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

LEAL, José. **Itinerário Histórico da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2ª Ed, 1989.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do tempo: memórias**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000. 424p.

LENIN, Vladimir I. **Que Fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o Anti-semitismo e a Questão Alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Doutorado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2005.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e abusos da história Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LOBO, Eulália Maria Lameyer (Coord.). **Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe.** Rio de Janeiro: Access, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MCT/CNPq, 1988.

_____. **Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais.** MANA 17(3): 583-606, 2011.

_____. **Cultura e Identidade Operária.** Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

_____. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Uma teatralização tradicional da dominação industrial.** In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.) Trabalho, Cultura e Cidadania: Um balanço da História Social Brasileira. São Paulo: Escrita, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene. **Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial.** Cultura Material e Patrimônio de C&T.

LIMA, Jacob Carlos. **Industrialização restrita e condição operária: os têxteis da Paraíba.** Política e Trabalho, Revista de Sociologia da UFPb, João Pessoa (8-10), jul. 1994.

_____. **Trabalho, mercado e formação de classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco.** João Pessoa, Editora Universitária/ UFPb, 1996. 213. p.

LIMA, Maria Auxiliadora Barros Lima. **A Revolução de 1930 e o Movimento Operário em Pernambuco: Cooptação e Resistência.** Recife, 1987, Mestrado em História – UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

LUCAS, Taís Campelo. **Cortando as asas do nazismo: A DOPS-RS contra os “súditos do eixo”.** In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira. Presos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970.** Dissertação (Mestrado). Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986.

Trabalho, saúde e resistência: o caso das operárias e operários de Rio Tinto, na Paraíba, Nordeste do Brasil (1924-1991). PRO-POSIÇÕES. Vol. 1, N. 5 (32) Julho, 2000.

En tissant voiles et linceuls : le rapport travail/santé des ouvrières de Rio Tinto (Nordeste-Brésil). une analyse en termes de rapports sociaux de classes et de sexes, 1924-1991. Tese de Doutorado em Sociologia do Trabalho. Paris : Universidade de Paris, 7, 2003.

Gender Relations, the Gendered Division of Labour and Health: The Case of the Women Factory Workers of Rio Tinto, Northeast Brazil, 1924-91. Feminism & Psychology, Inglaterra, v. 6, n.3, p. 381-399, 1996.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil.** Vol. 3. São Paulo: Edusp: 2007.

MARIANO, E. G. C. e MARIANO NETO, B. **Território em retalhos e sobreposições de área no tecido rural e urbano de Rio Tinto – PB.** (Artigo). São Paulo, 2009.

MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **História da História da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX.** In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes (organizadoras). Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 2003.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios.** (Dissertação de Mestrado em Geografia), PPGG/UFPB - João Pessoa, 2009. 141.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1978.

O Passado e o Presente de Mamanguape. In: Cidades e Homens. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira.** Tradução de Nélcio Schneider, Boitempo, São Paulo, 2017.

O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Eduardo. **A União – Jornal e história da Paraíba: sua evolução gráfica e editorial.** João Pessoa: A União editora, 1977.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MEDEIROS, Maria do Céu & SÁ, Ariane de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessoa (PB): Editora Universitária da UFPB, 1999. 126p.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência.** 2.ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1995. 280p.

_____ **O sueco de Raul de Góes e a História de Rio Tinto.** In: Correio das Artes, A União, número 58 de 27-11-1977.

_____ **Arqueologia Industrial e cotidiano em Rio Tinto.** PANET, Amélia et al. Rio Tinto, Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano. João Pessoa: Unipê, 2002.

_____ **História e Historiografia de Rio Tinto.** Mimeo. S.D.

_____ **Os italianos na transição da Paraíba – uma experiência urbana.** In: BONI, Luis A. de (org.) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre/Torino: Escola Superior de Teologia/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____ **Sociedade, Cultura e Poder na Paraíba: 1939/1945.** Conceito, Julho-Dezembro de 2002.

_____ **A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30.** 2.ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1992. 436p.

_____ **João Santa Cruz: o patriarca do comunismo na Paraíba.** IN: HISTÓRIA e Debate na Assembléia da Paraíba. João Pessoa: A União, 1996. v. 1.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889.** 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOONEN, Frans. **Os índios Potiguara da Paraíba.** 2ª ed. Recife: UFPE, 2002.

MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. **História dos Índios Potiguaras.** 2ª ed, PR-PB, SEC-PB: João Pessoa, 2008.

_____ **Etnohistória dos Índios Potiguaras: ensaios, relatórios e documentos.** PR-PB, SEC-PB: João Pessoa, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MORAES, Luís Edmundo de Souza Moraes. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MÜLLER, Ricardo Gaspar e DUARTE, Adriano Luiz (Orgs.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó : Argos, 2012. 358 p. (Grandes Temas; 16).

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco (1821 - 1954)**. Recife: Imprensa Universitária - UFPE, 1967.

NEGRO, Antonio Luigi. **Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa**. In: Revista Brasileira de História (Revista da Anpuh, Associação Nacional de História), vol. 16, n o 31/32, 1996.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. Dissertação de Mestrado, PPGS-UFPB/UFCG, João Pessoa, PB, Brasil, 2005.

A multidão potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. Raízes, v.31, n.1, jan-jun / 2011.

PALMER, Bryan. **Edward Palmer Thompson. Objeções e oposições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1996.

PANET, Amélia (ET al). **Rio Tinto: estrutura, trabalho e cotidiano**. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2002.

Proposta de apoio turístico com desenvolvimento sustentável – O caso da APA da Barra do rio Mamanguape. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1998.

PANET, Miriam & SERPA, Adriano. **Rio Tinto, cenário da arquitetura Industrial: análise e registro**. UFPB, 1994. João Pessoa: UFPB, 1994 (Monografia de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo).

PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERAZZO, P. F. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1999.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIRÓZ, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia (Orgs.). *Cultura operária: Trabalho e resistências*. Brasília-DF: Ex Libris, 2010.

Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In: Anos 90, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922 1935**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar, 1919-1933**. São Paulo: Cia. das Letras/Círculo do Livro, 1988.

RINKE, Stefan. **Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades**. Espaço Plural, Ano IX, Nº 19, 2º Semestre 2008.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município**. Recife: COMUNIGRAF, 2008.

RODRIGUES, Jessita. M. **A Mulher Operária - Um Estudo sobre Tecelãs**. São Paulo, Hucitec, 1980.

ROSA, Carolina. **History and heritage of company towns in the northeast of Brazil**. Università degli Studi di Padova, Italy; Université Paris 1 Panthéon Sorbonne - Doctorat HTPS. Padova, Italy. 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba 1917 - 1921**. Textos UFPB - NDIHR, nº 03. João Pessoa: mimeo, 1983.

SANTANA, Martha M. Falcão. **Poder e intervenção estatal. Paraíba – 1930-1940.** João Pessoa: Editora Universitária /UEPB, 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: A interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932).** Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2007.

Nos domínios da política estatal: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). Doutorado em História, UFPE – CFCH, Recife, 2014.

SARMENTO, Antônio Natanael Martins. **Urna & Baionetas. Os Comunistas na História Política de Pernambuco-PE 1930-1935.** Doutorado em História UFPE-CFCH, Recife, 1998

SAVAGE, Mike. **Espaço, redes e formação de classe.** In: Revista Mundos do Trabalho. v.3. n.5. jan-jun/2011.

SECRETO, Veronica. **História e Direito.** In: MARTINS, Mário, RIBARD, Frank, SECRETO, Veronica, TOLEDO, Edilene. A História em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Cleverson Rodrigues da. **O DNT e a organização sindical na Era Vargas (1931-1945).** São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Orientadora: Heloisa Jochims Reichel Tese de Doutorado em História.

SILVA, Fernanda Sérgio de Santana. **Uma nova realidade econômica na cidade de Rio Tinto.** (Trabalho de conclusão de curso) Graduação em Geografia: UEPB, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Marta Gomes da; Edvaldo Carlos de. **Conflitos territoriais no município de Rio Tinto/PB: O caso da retomada das terras da Aldeia de Monte Mor.** Anais – XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS, 25 a 31 de julho de 2010.

SILVA, Maria Santana Souza da. **A Questão Agrária no Nordeste um Estudo de caso-Mamanguape 1955-1964.** Recife, 1988, Mestrado em História UFPE-CFCH, 02 exemplares. Orientador: Prof. José Bonifácio Xavier de Andrade.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003.

SILVA, Marcília Gama da. **D.O.P.S. e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Mestrado em História UFPE-CFCH, Recife, 1996.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, PPGH, Recife, 2016.

SILVA, Eduardo Ramires Pinheiro da. **Industrialização no Nordeste do Brasil: A Indústria Têxtil em Pernambuco-1940-1990**. Doutorado em História, UFPE-CFCH, Recife, 1999.

SILVA, André Freitas da. **A indústria têxtil e o processo de desenvolvimento em Pernambuco**. Recife: UNICAP, 1999.

SILVA, Alcir Veras da. **Algodão e Indústria Têxtil do Nordeste: uma atividade econômica regional: da cidade-fábrica de Paulista, Pernambuco, a periferia industrial do Grande Recife: um estudo de caso**. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1980.

STEIN, Stanley J. **Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

TARGINO, Itapuã Bôtto. **Ademar Vidal e Raul de Góes – Personagens da História da Paraíba**. João Pessoa: Micrográfica, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.a. v. 1, 2 e 3.

_____. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. **Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989 (3ª ed.).

_____. **Miséria da Teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 286 p.

Agenda para una história radical. Trad. Elena Grau. Ed. Crítica. Barcelona, 2000.

WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto(Paraíba,1959-1964).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE)2008. Orientação: Prof^{ra}. Dr^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira, 225 f. .

VARGAS, Getúlio. **Diário**, 2 vols. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte – os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889).** Santa Maria: Ed. UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VENÂNCIO. Giselle Martins. **Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934).** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR.

VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 35 – Sonho e Realidade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

APÊNDICE A – FONTES

ARQUIVOS

Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC (Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo) – João Pessoa-PB

Biblioteca de obras raras Átila Almeida (UEPB) – Campina Grande-PB

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGB – João Pessoa-PB

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – Prédio Anexo (DOPS) – Recife-PE

Arquivo do Fórum Miguel Levino de Oliveira Ramos - Mamanguape-PB

Arquivo das Varas do Trabalho em João Pessoa - Memorial da Justiça do Trabalho - João Pessoa-PB.

Arquivo da Fundação Casa de José Américo – João Pessoa-PB

Núcleo de Documentação e Informação em História Regional (NDIHR-UEPB) – João Pessoa-PB.

Acervo CEPE – Companhia Editora de Pernambuco – Recife-PE

Biblioteca digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital – Rio de Janeiro-RJ

Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS) – João Pessoa-PB

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH (UFPE) – Recife-PE

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UEPB) – João Pessoa-PB

1. Jornais, Revistas e Almanques.

A Noite Ilustrada – Suplemento - RJ (1943)

Almanak de Pernambuco – PE (1881)

Diário Oficial da União (1925-1932-1933)

A Classe Operária - (1925)

A Época – PE (1889)

A Esquerda – RJ (1930)

A Manhã – RJ (1929-1935-1941-1942-1943)

A Noite – RJ (1931-1933-1934)

A Notícia – PB (1933)

A Ordem – CE (1928)

A Província – PE (1872-1925)

A Rua – RJ (1923-1930)
A Rua – PB (1933)
A União – PB (1918-1945)
A União Operária – PB (1932)
A Voz Operária – PB (1931)
Ação – PB (1930)
Correio da Manhã – PB (1923-1925)
Correio da Manhã – RJ (1920-1931-1933)
Correio do Paraná – PR (1940-1942)
Diário Carioca – RJ (1933)
Diário da Manhã – PE (1930-1942)
Diário da Noite – RJ (1931-1932-1933-1944)
Diário de Pernambuco – PE (1920-1945)
Diário do Rio de Janeiro – RJ (1877)
Diário Nacional – SP (1928-1929-1930-1931)
Jornal da Parahyba – PB (1938)
Jornal do Commercio – RJ (1868)
Jornal do Norte – PB (1930)
Jornal do Povo – PE (1889)
Jornal do Recife – PE (1872-1937)
Jornal Pequeno – PE (1920-1945)
Liberdade – PB (1931-1944)
Notícias – MA (1934)
O Clarim – PB (1943-1946)
O Combate – MA (1926)
O Dia – PB (1935-1936)
O Estado – PR (1937)
O Estado da Paraíba (1945-1946)
O Jornal – MA (1918)
O Jornal – RJ (1926-1929-1934)
O Jornal – PB (1924)
O Labor – PB (1936)
O Paiz – RJ (1922-1923-1930)
O Povo – PB (1935)

O Radical – RJ (1942-1938)

República – SC (1931)

Revista - O Observador Econômico e Financeiro – RJ (1937)

Revista – Ilustração – PB (1937)

Revista – O Cruzeiro (1938)

Revista – Revista da Semana – RJ (1943)

Revista – Revista Diretrizes – RJ (1942)

Revista – Revista O Malho – RJ (1929-1932)

Revista Era Nova (Bi-Mensário de propaganda da Parahyba) (1924).

2. Coleção Eduardo Martins – Arquivo da Fundação Casa de José Américo

Recortes de Jornais

Caixa 01

Jornal – A Hora – PE (1919)

Jornal – A União – PB (1919)

Jornal – Correio da Manhã – PB (1917-1919)

Jornal – O Norte – PB (1921-1919)

Caixa 02

Jornal – Folha do Estado – PB (1937)

3. Contrato celebrado entre Frederico João Lundgren e o Governo do Estado da Paraíba

- Arquivo Histórico do Espaço Cultural – Fundação Espaço Cultural José Lins Do Rêgo (FUNESC) - João Pessoa. Seção dos Governadores da Paraíba. Lote do Interventor Federal Argemiro de Figueiredo. Caixa 027; Vol. 548 Documentos; Ano – 1936/1937.

4. Prontuários Funcionais & Individuais da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE)

Prontuários Funcionais

Prontuário 29.188 – Fábrica de Tecidos Paulista – Porto Arthur (1933-1944)

Prontuário 29.238 – Fábrica Paulista – Partido Nazista em Pernambuco (1933-1944)

Prontuário 29.240 – Fábrica Paulista – Sindicâncias (1939-1945)

Prontuário 29.251 – Fábrica Paulista – Rio Tinto (1940-1945)

Prontuário 29.366 – Fábrica Paulista (1942)

Prontuário 29.405 – Fábrica Paulista (1941-1952)

Prontuário 30.271 – Paraíba (1930-1966)

Prontuário 31.771 A e B – Fábrica Paulista (1936-1973)

Prontuário 0032 – Sindicato dos Operários de Mamanguape (1932)
 Prontuário 0038 – Sindicato dos Operários da Fábrica Tibiry – Santa Rita (1932-1933)
 Prontuário 0039- Sindicato dos Trabalhadores de Santa Rita (1932)
 Prontuário 311 – União Geral dos Trabalhadores da Paraíba do Norte (1932-1934)
 Prontuário 439 – Núcleo Syndical de Operários de Paulista (1932)
 Prontuário 441 – Legião Paraibana do Trabalho (1932)
 Prontuário 6.052 – Jornal O Têxtil – RJ (1939)
 Prontuário 11 – Jornal A Classe Operária – RJ (1937)
 Prontuário 14 – Jornal A União – PB (1936)
 Prontuário 14 – Jornal Liberdade – PB (1939)
 Prontuário 27.524 – Espionagem (1940-1967)
 Prontuário 27.560 – Casa de Detenção de Recife (1945)
 Prontuário 27. 897 – Ofícios recebidos (1934)
 Prontuário 28.647 – Funcionamento do DOPS – Estrutura (1943-1964)
 Prontuário 29.226 – Fábrica de Paulista – Recortes de jornais (1942-1959)
 Prontuário 29.359 – Relatório do DOPS (1942)
 Prontuário 29.444 – Documentos do Consulado Alemão
 Prontuário 29.528 – Biografia de José Pereira dos Santos (1954)
 Prontuário 29.653 – Alemanha
 Prontuário 30.311 – Alemanha (1942)
 Prontuário 31.201 – P.C.B (1942-1958)
 Prontuários: 31.207 e 31.979 – Boletins Comunistas (1935)
 Prontuário 31.208 – P.C.B (1934-1938-1947)
 Prontuário 31.247 – P.C.B (1936)
 Prontuários: 31.251 e 31.979 – Norte Proletário – Recife (1931-1932)
 Prontuários: 31.927 e 31.935 – A Classe Operária – RJ (1929-1962)
 Prontuário 51 – Jornal do Recife (1917)
 Prontuário 91-31.377 – O Estado da Paraíba (1945)
 Prontuário 0113 – União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (1923-1932)
 Prontuário 280. 31.415 – A Voz do Gráfico – RJ (1932)
 Prontuário 283 – Sindicato dos Operários em transporte de carvão do porto do Recife (1935)
 Prontuário 287 – Aliança dos Trabalhadores Gráficos de Pernambuco
 Prontuário 1044 – Alemanha
 Prontuário 1717 – Aliança Nacional Libertadora

Prontuário 5762 – Pernambuco Powder Factory

Prontuário 5970 – Ministério do Trabalho (1937-1944)

Prontuário 5975 – Recortes de jornais sobre o Ministério do Trabalho (1942-1950)

Prontuário 5991 – Submarinos

Prontuário 27536 – Ofícios (1942)

Prontuário 29094 – Clube Alemão de Pernambuco

Prontuário – Relatório – Nazismo no Rio Grande do Sul, Cap. Py.

Prontuários Individuais:

Alois Josef Skaetta; Anton Krekeler; Antônio Pereira da Silva; Antônio Sales; Arnold Smith; Carlhans Von Den Steiner; Claudino José da Silva; David Falcão; Eliad José Gomes de Araújo; Ernst Julius Bleistein; Ernest A. de Aguiar Bombast; Ernesto Augusto Heidelmann; Ernesto Correia de Melo; Ernst Albert Bach; Ernst Jenner; Ernst Shultz; Etério Ferreira Filho; Franz Cornils; Friedrich Horn; Fritz Leowenthal; Gottlob Zallmann; Hans Fartenhart; Hans Heinrich Sievert; Hanz Jenner; Heinrich Wilhelm Dirckmann; Heinz Dieter; Henrique Arcoverde; Henrique Carlos Kreuzig; Herbert Klein; Herman Engelhardt; Hermes Stoltz; Hildegard Markus; Horst Baron Von Strick; Jacob Feldmann; João Santa Cruz de Oliveira; João Soares da Nóbrega; João Soares de Almeida; Joaquim de Souza Villas Boas; Joaquim Enno Brandt; José Candido do Nascimento; José de Lima; José Mayrink; José Pereira dos Santos; Josef Arendt; Karl Adolf Hugo Wolfertz; Karl Rüger; Kurt Lachmann; Leobaldo da Costa Leão; Leon Clerot; Luiz Gomes da Silva; Manoel Alves de Oliveira; Manoel da Rocha Filho; Manuel Pereira Ramos; Marin Peter Fridrich Petzold; Minervino Fiúza Lima; Otto Albert Josef Gugel; Otto Bruntzek; Otto Hoffman; Otto Kaiser; Otto Mieg; Pauls Feldhues; Paulino Trindade de Medeiros; Pedro Marques Carneiro; Peter Trauten; Serafim Carneiro da Silva; Siegfried Markus; Walter Fritz Burr; Walter Grapetin; Walter Koenig; Walter Schumacher; Werner Gunther; Wilma Sievert; Wilson Pereira da Silva.

Prontuário Funcional & Individual: Alemanha

Prontuário 7.709 - Adolf Werner Kautz (1942-1943)

Prontuário 13.628 - Guenther George Heinzl ou Guenther Heizel (1941-43)

Prontuário 14.146 - Wilhelm Johannes Liesen

Prontuário 14.272 - Wilhelm Hemmlepp

Prontuário 14.276 - Hauptmann Heinz Junge ou Heinz Junge

Prontuário 14.551 - Friedrich Arthur Mansch (1942)

Prontuário 29.239 - Companhia de Tecidos Paulista - Reclamações

Prontuário 29.653 - Alemanha (1940-1944)

Prontuário 2301 - Edgard August Paul Schuett (1941-1944)

Prontuário 2936 - Rudolf Hans Ernst Piper (1940-62)

Prontuário 4080 - Philip Schaefer (1930-1950)

Prontuário 7893 - Heinz Angurman (1942-52)

Prontuário 7918 - Karl Muss (1930-44)

Prontuário 8186 - Fritz Wilhelm Ernst Otto Dobbert (1942-1978)

Prontuário 14418 - Walter Andreas Bruhn

4. Prontuários Funcionais da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS-PB)

Prontuário 6185 – Gabriel Felipe do Rêgo Barros (1943)

5. Documentos oficiais

PARAÍBA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 1º de março de 1908. Por ocasião da instalação da 1ª sessão da 5ª legislatura pelo Presidente do Estado Dr. Monsenhor Walfredo Leal.

PARAÍBA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª Legislatura, 1º setembro de 1917, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado.

PARAÍBA. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba Dr. João Suassuna à Assembleia Legislativa na legislatura 1926-1927-1928.

PARAÍBA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Presidente do Estado Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. 1929

PARAÍBA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Álvaro Pereira de Carvalho e elaborada pelo malogrado Presidente Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. 1930

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO e sua função na economia brasileira. Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro Agamenon Magalhães. 1936

O MINISTÉRIO DO TRABALHO NO ESTADO NOVO. Ministro Waldemar Falcão. Relatório das atividades dos Departamentos, Serviços e Institutos, nos anos de 1938, 1939 e 1940.

6. Documentos da Justiça

a) Processos - Arquivo das Varas do Trabalho em João Pessoa - Memorial da Justiça do Trabalho PB (1944-1946)

Reclamação - Reintegração de cargo - Antônio Nunes Padilha (1944)

Reclamação - Reintegração de cargo - Manuel Barbosa [1944]

Reclamação – Diferença salarial, Despedida injusta e aviso prévio - José Andrade e Neuza Andrade (1944)

Reclamação - Diferença salarial, Despedida injusta e aviso prévio - José Domingos e Creuza Andrade (1944)

Reclamação - Diferença salarial, Despedida injusta e aviso prévio - Pedro João dos Santos (1944)

Reclamação – Suspensão injusta - Severino Carneiro (1944)

b) Processos – Arquivo do Fórum de Mamanguape – PB (1924-1945)

Inquérito por acidente de trabalho; Ação de indenização; Acordo de acidente e indenização; Homologação e revisão de processo - (1933 a 1945): José Bezerra; Julio dos Santos; Alzira Soares; Manoel José de Lima; Antônio Félix; Maria Augusta; Cassiano Soares; Maria da Luz; Cassiano Soares; Pedro Luiz; Izaura Ferreira; Sebastião Trajano; José Novais; Manoel Miguel do Nascimento; Luiz Soares; José Pereira da Silva; Manoel dos Santos; Manoel Bernardino do Freitas; Manoel Fernandes; Manoel Mendes; Manoel José; Pedro Lisbôa; Manoel Luiz; Antônio Pedro dos Santos; Manoel Paulino; Emília Januária da Silva; Manoel Rodrigues; Francisco Pereira; Manoel Soares; Joaquim Alves; Manoel Targino; José Luiz; Manoel Vicente; Josué Pereira da Silva; Maria das Neves; Laudelino Felizardo; Maria José; Marina Barboza; Rosa Francelino; Noemia Maria; Samuel Cajé do Nascimento; Olimpio Gomes; Santino Joaquim do Nascimento; Olívia Maria da Conceição; Sarah Ferreira; Olívia Maria; Severina Ferreira; Paulo Bandeira da Silva; Severino de Melo; Pedro Damião da Silva; Severino José do Nascimento; Pedro Francisco; Severino Ursulino; Pedro Guedes; Trajano Gomes de Leiros; Pedro Marcelino da Silva; Vicencia Gomes; Plácido dos Santos; Maria Santana Conceição; Ricardo Francisco; Severino Zacarias; Antônio Malaquias; Augusto Baptista; Manoel Nogueira; Benedito Pereira da Silva; Manoel Ribeiro; Francisco Serafim; Maria Costa; Izaias Inácio; Maria Medeiros; José Ferreira da Silva; Miguel Alexandre; Maria de Lourdes Campos; Miguel Alexandre; Severina Victorino; Luís Pedro; Severino Alves de

Souza; Manoel José de Souza; Severino Alves Lins; Regino Vieira; Manuel Maria do Nascimento; Salviano Moreira; Sergio Barboza; Ana Paulino de Souza; Manoel Batista Marinho; Antônio Gorgonho; Paulo Bandeira da Silva.

Ação de manutenção-reintegração de posse, Ação cível ordinária e possessória, Ação de esbulho; Ação de imissão de posse; Ação possessória - (1939 a 1945): Pedro Lourenço e sua mulher; Irmãos Fernandes; Manoel Alves de Andrade e sua mulher; Frederico Lundgren; Manoel Alves de Andrade e sua mulher.

Processos criminais: Ação criminal; Penal; Inquérito criminal e policial; Processo-criminal e Sumário de culpa - (1920 a 1950): Antônio Barbosa Pereira; Antônio Firmino Cavalcante; Severino Cavalcante de Mello e outros; Antônia Maria da Conceição; Investigações Policiais 1928; Antônio Manoel da Silva; Joaquim José dos Santos; Antônio Paulino da Silva; Júlio Miguel; Francisco Justino Gomes; Hercílio Alves Ferreira; Antônio Felipe Neri & outros; Luiz Soares de Lima; João Barbosa do Nascimento; Elídio Xavier de A. & Bianor Assis da S.; João Machado de Oliveira & João Paulino da Silva; João Luiz Vieira; João Machado de Oliveira & João Paulino da Silva; João Noberto dos Santos & Joaquim Antonio Ferreira; José Antônio Carvalho; José Antônio de Carvalho & outros; Leovigildo dos Santos; José Pedro dos Santos; Raimundo Candido & Luis Pereira; José Pontes Lourenço; Luiz Basílio; Severino S. da Silva & Antônio A. Alves & João de Melo; Alfredo Brito da Silva; Cícero Alves dos Santos; Francisco Alves Rodrigues e José Araújo Lima; Francisco Vieira da Silva; Jeremias de tal; João e Joaquim Fernandes; João Pedro Pereira; Ornillo da Costa & outros; Augusto Aragão e Manoel José; Severina Euflauzina da Silva; Cecília Carlos; Vicente Barrozo.

Reclamação por dispensa do trabalho - (1932 a 1942): Raimundo de S. Ferraz; Antônia Maria da Conceição; Francisco Severino da Silva; Manoel da Rocha Filho; Eduardo Henrique de Lucena.

Reclamações trabalhistas (1944): José Andrade e Neuza Andrade; José Domingos e Creuza Andrade; Pedro João dos Santos; Severino Carneiro; Manuel Barbosa;

7. Catálogos

Catálogo do acervo em microfilme da Fundação Joaquim Nabuco. Organizado por Tereza Cristina A. Carneiro Leão com a colaboração de Maria Falcão S. da Cunha. Recife: 2008.

8. Dicionários

Diccionario de la industria têxtil. Francisco Casa Aruta, Labor, 1969. 796 páginas.

Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. CPDOC, 2010.

9. Filmes e documentários

Daens - Um Grito de Justiça (1992); *Os Companheiros* (1963); *Tecido Memória* (2009).

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS DA CIDADE-FÁBRICA RIO TINTO: 2018

Fotografia 1: Entrada de Rio Tinto, já com vista dos chalés, moradias direcionadas aos técnicos alemães e diretores da tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 2: Muro dos chalés, com detalhes para os tijolos aparentes produzidos pelos oleiros na olaria da fábrica.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 3: Outros tipos de chalés, em destaque característico da cidade na arquitetura de tijolo aparente.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 4: Placa com número do chalé.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 5: Casas da vila operária geminadas



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 6: Casas da vila operária, com características mais comuns, com porta/janela e geminadas. Ao fundo as chaminés da tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 7: Casas operárias da Praça João Pessoa, uma das primeiras ruas a serem construídas na vila.



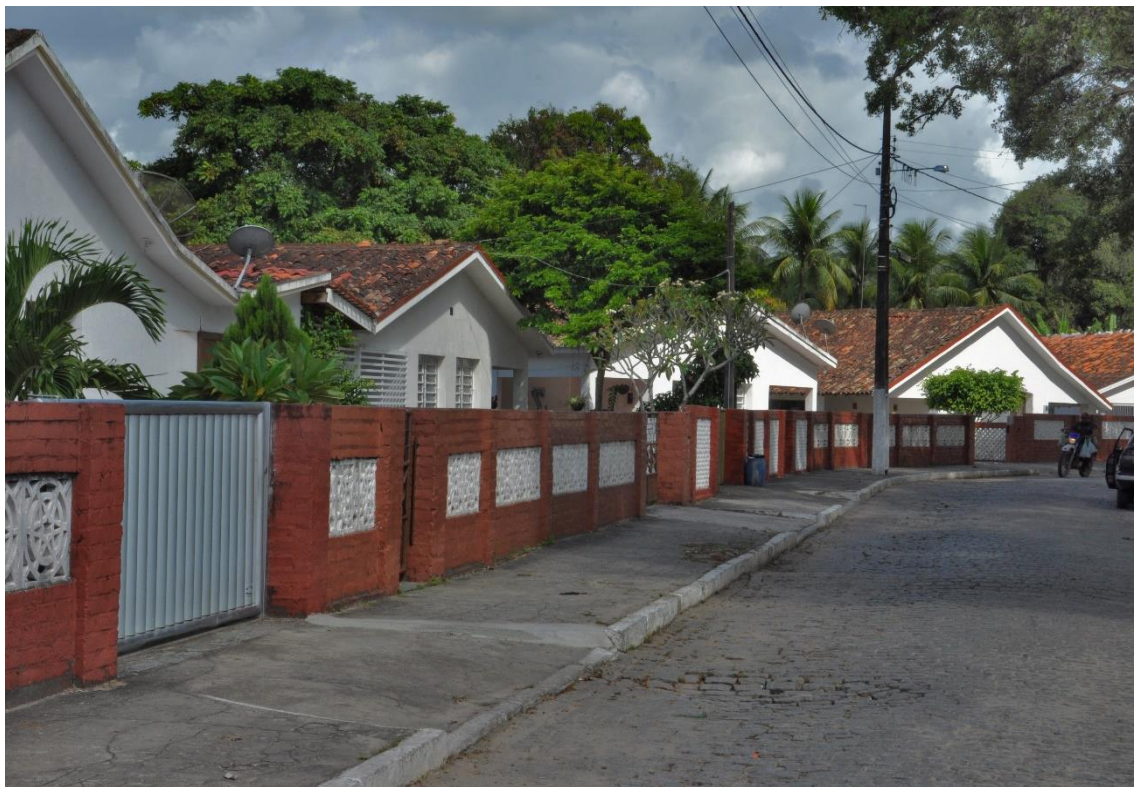
Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 8: Casa da vila operária com porta e janela geminada.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 9: Chalés da Praça João Pessoa, centro da vila operária.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 10: Detalhe de *cobogó* – com desenho de referência judaica – presente nos muros dos chalés alemães.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 12: Estátua de Frederico Lundgren na praça central da vila.



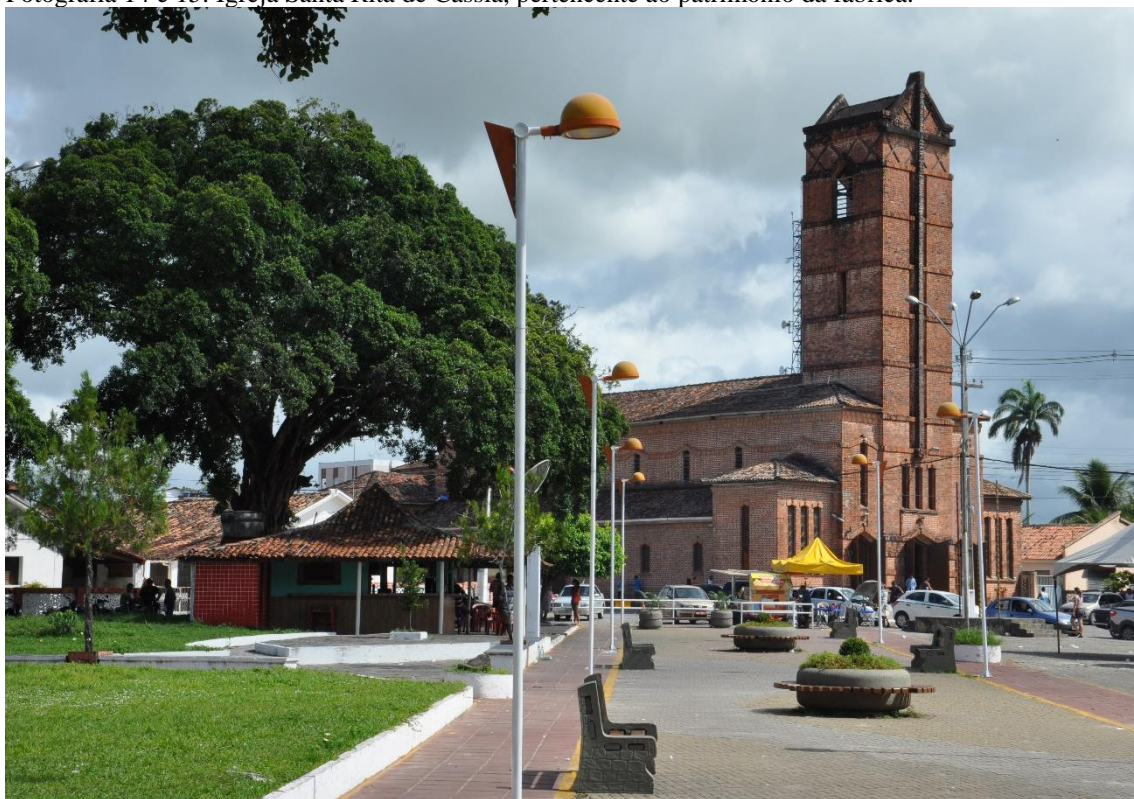
Fonte: Acervo do autor

Fotografia 13: Placa sob a estátua de Frederico Lundgren



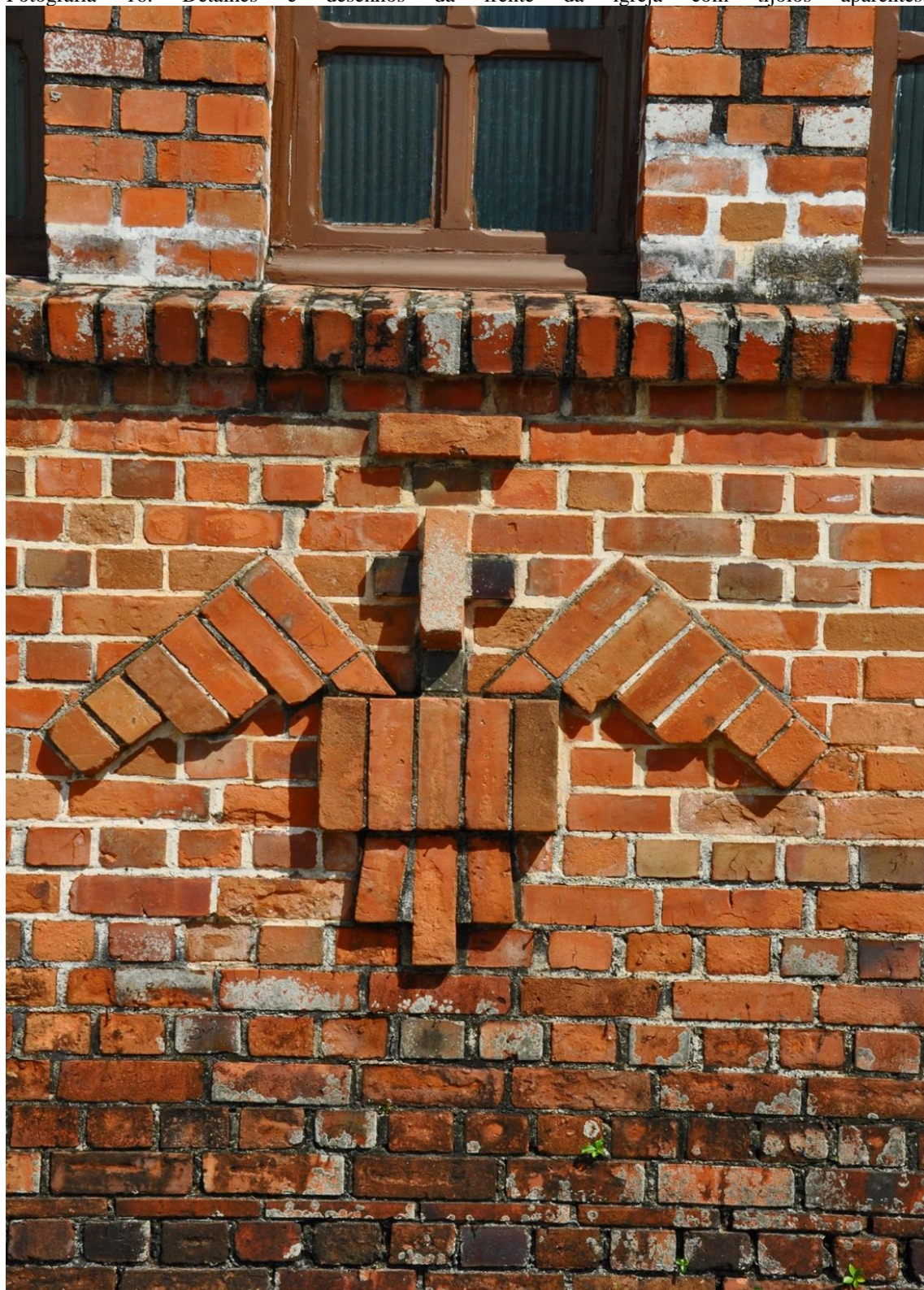
Fonte: Acervo do autor

Fotografia 14 e 15: Igreja Santa Rita de Cássia, pertencente ao patrimônio da fábrica.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 16: Detalhes e desenhos da frente da igreja com tijolos aparentes.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 17: Muro que contorna a tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 18: Tijolo com marca da olaria da fábrica.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 19: Entrada e saída da fábrica pela rua da mangueira



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 20: Parte interna da tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 21: Caminho por onde trabalhadores e trabalhadoras se dirigiam as seções da tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 22: Resquício de seção da fábrica, com janelas e vista das chaminés.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 23: Locomotiva que transportava material entre as diversas seções subsidiárias da fábrica



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 24: Acesso a uma das seções da tecelagem



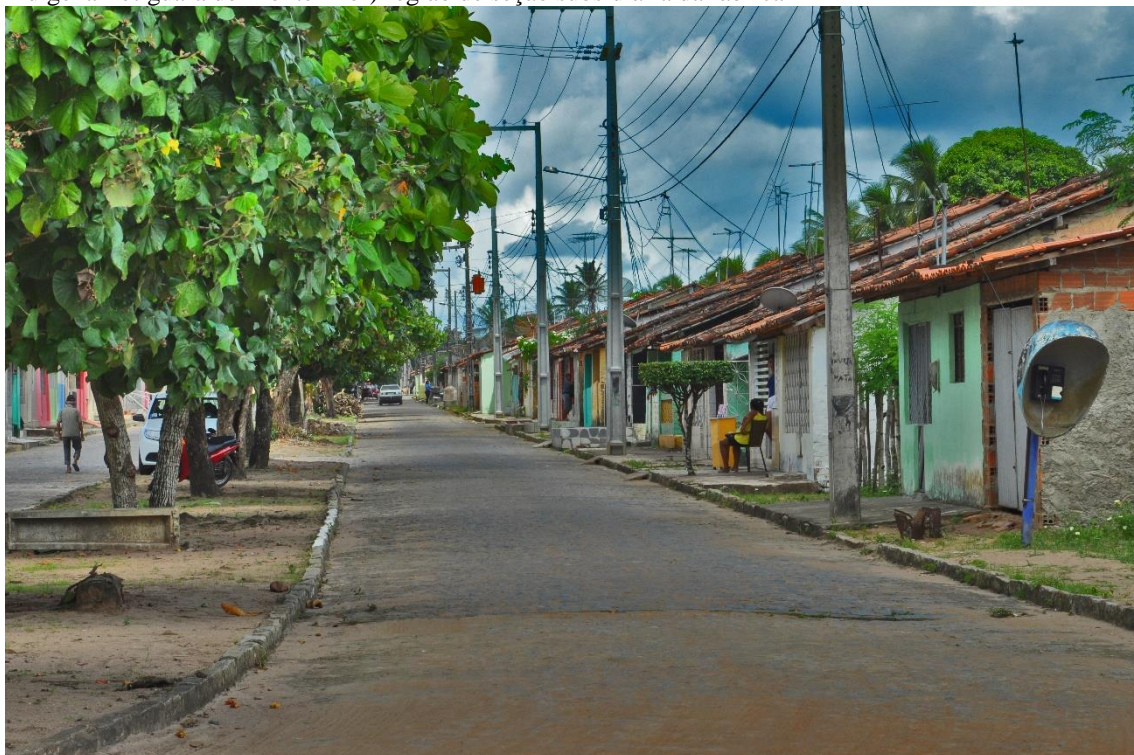
Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 25 e 26: Escritório, diretoria e gerência da fábrica.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 27: Casas operárias da Vila Operária Regina, distante 2 km do centro de Rio Tinto (Aldeia indígena Potiguara de Monte-Mór) região de seção subsidiária da fábrica



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 28: Capela Nossa Senhora dos Prazeres, Século XVIII, com entrada para a Seção Tecelagem Regina, Vila Operária Regina (Aldeia indígena Potiguara de Monte-Mór).



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 29: Tecelagem Regina, distante 2 km do centro de Rio Tinto.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 30: Tecelagem Regina com vista dos chalés dos técnicos e chefe de seção.



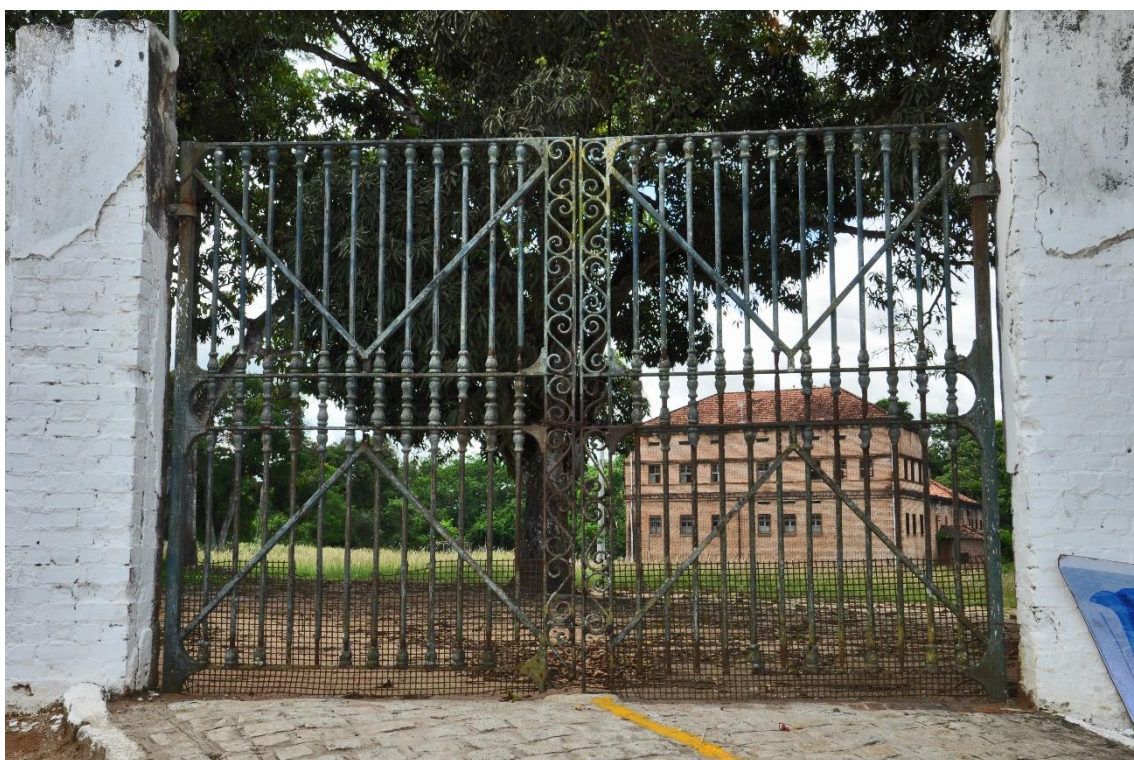
Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 31: O Palacete, residência dos Lundgren em Rio Tinto.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 32: Entrada do Palacete com o original portão de ferro. Detalhe para a informação de que atualmente pertence aos índios Potiguaras.



Fonte: acervo do autor, 2018

Fotografias 33 e 34: Barracão da fábrica, onde eram vendidos produtos alimentícios aos operários com preço inferior aos da feira.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografias 35 e 36: Cineteatro Orion, destinado ao lazer operário.



Fonte: acervo do autor, 2018

Fotografias 37 e 38: Tomada externa da tecelagem, em destaque faixa comemorativa do Grupo Nilson Lundgren.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 39: Parte externa da tecelagem, vista dos chalés.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 40: Parte interna de uma das seções da tecelagem.



Fonte: Acervo do autor, 2018

Fotografia 41: Ruínas de umas das seções subsidiárias da fábrica.



Fonte: Acervo do autor, 2018